

A SOCIOLOGIA DAS CIDADES

Alfredo Meia

EDITORIALESTAmPA



FICHA TÉCNICA

Titulo original: Sociologia delle città Tradução: Eduardo Saló Capa: José Antunes Fotocomposição: b&f Gráficos - Corroios Impressão e acabamento: Rolo & Filhos - Artes Gráficas, Lda.

1.ª edição: Janeiro de 1999 Depósito legal n.º 130874/199 ISBN 972-33-1390-1 Copyright: © La Nuova Italia Scientifica, Roma, 1996

Representada pela Agência Literária Eulama
© Editorial Estampa, Lda., Lisboa, 1999

para a língua portuguesa

ÍNDICE

PREFÁCIO	11
1. A SOCIOLOGIA, O ESPAÇO, A CIDADE	13
1. 1. Sociologia urbana: o objectivo e os limites	13
1. 1. 1. O estranho tema da sociologia urbana	13
1. 1. 2. Uma disciplina de limites atenuados	16
1.2. As múltiplas tradições da sociologia urbana	20
1. 2. 1. Clássicas, correntes, tradições nacionais ..	20
1. 2. 2. O filão ecológico	22
1. 2. 3. A abordagem crítica e conflitualista	26
1. 2. 4. O debate sobre cidade e modernidade	30
1. 2. 5. Perspectivas de uma sociologia espacialista	33
1. 3. Os campos de pesquisa da sociologia urbana	35
1. 3. 1. Os focos de interesse	35
1. 3. 2. A pesquisa empírica	38
2. O URBANISMO, A ECONOMIA, O DESENVOLVIMENTO	43
2. 1. A cidade, fenómeno económico	43
2. 1. 1. Urbanismo e revoluções económicas	43
2. 1. 2. Cidade, desenvolvimento, subdesenvolvimento	46
2.2. O urbanismo no Sul do mundo	50
2. 2. 1. As abordagens interpretativas	50
2. 2. 2. Os factores do crescimento urbano	56
2. 2. 3. O duplo circuito da economia urbana	59
2.3. O urbanismo fordista e a sua crise	60
2. 3. 1. As «ondas longas» do desenvolvimento industrial	60
2. 3. 2. Os ciclos do crescimento urbano	64
2. 3. 3. O período fordista e o papel da cidade	67
2. 3. 4. A crise do modelo fordista	71

2.4. O novo papel económico da cidade	74
2.4.1. O espaço económico pós-fordista	74
2.4.2. Redes globais e sistema económico urbano	79
2.4.3. Redes económicas, redes urbanas	81
2.4.4. Os factores de concentração das actividades	84
2.4.5. Sistemas urbanos e milieux inovadores	88
3. A CIDADE, OS CONFLITOS, O GOVERNO	91
3.1. A crise do governo urbano	91
3.1.1. A cidade, local de governo	91
3.1.2. O pacto fordista e o welfare state	93
3.1.3. O welfare state e a cidade	96
3.1.4. Crise do welfare state, neoliberalismo	
e governo urbano	98
3.2. Velhos e novos desequilíbrios sociais	102
3.2.1. O esgotamento do pacto fordista	102
3.2.2. A estrutura social urbana	104
3.2.3. As novas pobreza urbanas	108
3.2.4. O dualismo urbano	111
3.3. Competição e participação na política urbana	114
3.3.1. Coligações de interesses e o governo urbano	114
3.3.2. Sentido cívico, participação, conflito	117
3.3.3. Planificação e políticas urbanas	121
4. A CIDADE, OS SÍMBOLOS, AS CULTURAS	127
4.1. A condição pós-moderna e a cidade	127
4.1.1. As dimensões da cultura	127
4.1.2. O espírito do pós-moderno	129
4.1.3. Pós-moderno e cidade	130
4.1.4. A experiência quotidiana da cidade contemporânea	134
4.2. Diferenças, culturas, movimentos	137
4.2.1. A explosão das diferenças	137
4.2.2. A cidade e as diferenças de género	141
4.3. Símbolos urbanos e identidade	144
4.3.1. Identidade e sentimentos de pertença	144
4.3.2. A construção social do património simbólico	147
4.4. O espaço público e a estética da cidade	150
4.4.1. Espaços públicos e comunicação	150
4.4.2. A cidade como texto	153
4.4.3. A estética da cidade pós-moderna	155
4.5. As políticas culturais urbanas	157
4.5.1. As fases da intervenção pública	157
4.5.2. Cultura e regeneração urbana	160

5. O TERRITÓRIO URBANO	163
5. 1. A cidade, fenómeno ecológico	163
5. 1. 1. Perspectivas da análise ecológica	163
5. 1. 2. Desurbanização e reurbanização	165
5. 1. 3. Suburbanização e gentrification	168
5. 1. 4. As novas correntes migratórias	172
5. 1. 5. Dinâmicas e medidas da segregação	174
5. 1. 6. As populações urbanas	180
5. 1. 7. Esquemas ecológicos da cidade pós-industrial	183
5. 2. Novas abordagens à ecologia urbana	187
5. 2. 1. Os modelos das dinâmicas ecológicas	187
5. 2. 2. A cidade como sistema auto-organizado	190
5. 3. A cidade e o seu ambiente	192
5. 3. 1. Ambiente exterior e ambiente interior	192
5. 3. 2. Qualidade de vida e sustentabilidade da cidade	197
5. 3. 3. Cidade e comportamentos	200
6. PARA UMA SOCIOLOGIA ESPACIALISTA	205
6. 1. O nível «micro»: o espaço da acção social	205
6. 1. 1. A estratégia teórica espacialista	205
6. 1. 2. A acção situada, o corpo e o espaço	208
6. 1. 3. O comportamento em público	212
6. 1. 4. As molduras espaciais da acção	214
6. 2. O nível «meso»: a interacção social no espaço	217
6. 2. 1. Interacções em co-presença e à distância	217
6. 2. 2. A coordenação das interacções	220
6. 2. 3. Âmbitos locais e regionalização	223
6. 3. O nível «macro»: redes sociais e sociedades locais	226
6. 3. 1. As redes sociais e o seu espaço	226
6. 3. 2. As sociedades locais	230
6. 3. 3. Integração horizontal e vertical	233
BIBLIOGRAFIA	237
ÍNDICE REMISSIVO	251

PREFÁCIO

Este livro propõe-se oferecer uma introdução - em forma de manual aos principais temas de debate da sociologia urbana, procurando definir os campos de pesquisa que, na opinião de quem escreve, se apresentam dotados de maior interesse e actualidade. Dado que se decidiu manter o texto dentro de dimensões relativamente limitadas, a sua redacção comportou opções nada fáceis na selecção dos argumentos e contributos para ilustrar. Torna-se, pois, oportuno referir agora, rapidamente, essas opções, para que o leitor saiba desde o início o que encontrará e, sobretudo, o que não encontrará nos próximos capítulos.

Os principais critérios adoptados para a estruturação do livro são, portanto, os seguintes:

1. Prestou-se predominantemente atenção aos problemas provocados pelo urbanismo contemporâneo, com alusão especial ao mundo mais desenvolvido. As referências históricas são, por conseguinte, muito reduzidas e, na maioria dos casos, limitam-se aos aspectos estritamente relacionados com as temáticas da fase actual. As próprias problemáticas das cidades do Sul do mundo estão concentradas em poucas páginas, cuja insuficiência é declarada abertamente.
2. Embora não falem referências a autores e escolas específicas, a tónica incide mais nos conteúdos da análise sociológica do que nas alternativas teóricas ou nas questões de método. É, em particular, assaz reduzida (quase exclusivamente limitada ao capítulo inicial) a alusão à história da disciplina e aos seus autores clássicos.
3. Embora esteja sublinhada a dificuldade de definir teoricamente a cidade como alvo de estudo num âmbito rígido, o desenvolvimento debruça-se de preferência sobre problemas dos centros urbanos, com referência implícita sobretudo aos de dimensão média-grande. Estão, portanto, ausentes ou apenas mencionados temas como a relação cidade-campo ou as questões típicas das pequenas cidades.

A linha que liga entre si esses critérios selectivos é a intenção de oferecer um texto compacto, focalizado em temas da relação que se instaura, no actual período, entre as grandes transformações sociais que acompanham a transição para a sociedade pós-industrial e as modificações igualmente essenciais do fenómeno urbano.

Na fase de preparação e redacção do livro, tive oportunidade de discutir com vários colegas e amigos, dos quais recebi indicações e estímulos que me foram de grande ajuda, ainda que - como é óbvio - a responsabilidade do resultado final me pertença inteiramente. Desejo, pois, agradecer, a esse respeito, a Antonio Tosi, Arnaldo Bagnasco, Carmen Belloni, Nicola Negri e os amigos do SERC, todo o pessoal da redacção de Appunti di politica territorial, Angelo Detragiache, Giorgio Preto, Max Pellegrini, Ester Chicco, Antida Gazzola e numerosas outras pessoas (entre elas, os meus alunos da Faculdade de Arquitectura) que não me é possível enumerar aqui, as quais, sem o saber, me forneceram indicações úteis.

Agradeço de uma forma muito particular a Luca Davico, que, além de ter escrito o texto dos quadros, me acompanhou passo a passo em todo o trabalho, discutindo comigo em vários momentos, fornecendo-me indicações bibliográficas e revendo a redacção final dos capítulos e da bibliografia com grande atenção e sentido prático.

1. A SOCIOLOGIA, O ESPAÇO, A CIDADE

1. 1. Sociologia urbana: o objectivo e os limites

1. 1. 1. O estranho tema da sociologia urbana

Quem abre um manual, qualquer que seja a disciplina abordada, espera encontrar nas primeiras páginas algumas indicações claras que o ajudem a

orientar-se no percurso que se prepara para empreender. Conta, em particular, ler imediatamente uma definição sintética do tema do estudo da disciplina em causa e encontrar depois algumas considerações sobre os limites do campo disciplinar, as afinidades e intersecções que acontecem com

outras ciências. Se, por conseguinte, como é o caso do presente texto, o manual enfrenta um campo de pesquisa que recai no âmbito das ciências sociais, o leitor já possuidor de alguma familiaridade com estas últimas esperará encontrar também algumas alusões à história da disciplina, aos

seus clássicos, à sua articulação em escolas, correntes ou aproximações paradigmáticas - na realidade, como se sabe, a história de todas as ciências sociais está articulada em correntes que tiveram um desenvolvimento paralelo, estabelecendo com frequência relações de competição, ocupando-se de temas não comparáveis ou abordando o mesmo tema segundo perspectivas concorrentes.

Este texto, dedicado à sociologia urbana, tenta igualmente não desiludir por completo essas razoáveis expectativas, pelo que se abre um capítulo que aborda, de algum modo, os argumentos atrás referidos. Todavia, como se poderá verificar dentro em pouco, este capítulo não contém definições demasiado rígidas, nem delimitações excessivamente esquemáticas dos filões analíticos e dos campos de estudo. Isto deve-se ao carácter um pouco atípico da sociologia urbana: a sua tradição, assim como a sua actual condição, caracterizam-se pela compreensão de interpretações e orientações dis-

formas, que, se nos esforçássemos por fornecer respostas demasiado unívocas às perguntas iniciais do leitor, correríamos o risco de oferecer uma imagem parcial ou mesmo deformada.

Comecemos, antes de mais, por raciocinar sobre a definição do tema de estudo. À primeira vista, não apresenta dificuldades: a sociologia urbana é uma linha de pesquisa situada no âmbito das disciplinas sociológicas e

tem como elemento de particularidade interessar-se pelas cidades nos seus

aspectos sociais. E esses aspectos referem-se ao comportamento dos indivíduos que compõem a população urbana, às relações que instauram entre si e com indivíduos externos, à formação de grupos sociais, movimentos, instituições, organizações, às ligações de complementaridade ou de competição existentes entre todas estas entidades, até à configuração da própria cidade como sistema social.

Tudo isto é verdade, mas ainda insuficiente para esclarecer a natureza do tema de estudo e os conteúdos da disciplina.

Que é, na realidade, uma cidade? O mínimo que se pode dizer é que se

trata de um tema assaz singular e difícil de definir ou mesmo de explicar claramente em termos sintéticos, mas também (para empregar o termo «definir» no seu significado etimológico) de delimitar dentro de certos parâmetros que o distinguem de outros temas. Embora se tome apenas o aspecto imediatamente perceptível da cidade, ou mesmo se se considera como uma localização de população que vive e actua num ambiente construído, já não se revela cómodo separar com nitidez a cidade do seu oposto. Com efeito, se isso ainda era possível no caso da cidade antiga ou medieval, separada do campo por muralhas e obras de fortificação, não aparece qualquer critério de delimitação por si evidente no caso do aglomerado urbano contemporâneo, que, em alguns casos, se estende num raio de dezenas de quilómetros, incluindo parques, áreas de agricultura intensa, zonas de habitação de fraca densidade, até se confundir por vezes com a pertença a outros aglomerados.

No entanto, é ainda mais difícil a delimitação da cidade de um ponto de vista sociológico, ou seja, se se considerar um sistema social. Nesta perspectiva levanta-se imediatamente um problema: em que consiste o sistema-cidade e quais são os seus elementos distintivos em relação a outros sistemas? Não se pode certamente responder à pergunta falando da cidade como de um «subsistema» de um sistema social mais amplo, como, por exemplo, a economia ou a política, pois esses correspondem a «partes» da sociedade que desenvolvem uma função especializada e complementar em

relação à de outras «partes». Também não se pode dizer que a cidade corresponde a um campo particular de actividade social, como, por exemplo, a arte ou a literatura. Como sistema social, a cidade caracteriza-se, sobretudo, pelo facto de ser um sistema inteiro (Della Pergola, 1990), completo

em todas as suas partes, tal como o são os macrossistemas que constituem o tema de interesse privilegiado da teoria sociológica geral. Inclui, portanto,

o seu próprio sistema intrínseco e os diversos subsistemas especializados: na cidade, podem definir-se subsistemas de relações económicas ou políticas, tal como há possibilidade de reconhecer a presença de âmbitos de actividade diferenciados - pode falar-se, por exemplo, de manifestações artísticas tipicamente urbanas ou mesmo ligadas a um contexto urbano específico.

Numa palavra, a cidade é um sistema social global. Mas, se é assim,

como se distingue a sociologia que se ocupa dos sistemas urbanos da que estuda, em termos gerais, os sistemas sociais de grandes dimensões, como os nacionais ou internacionais? Qual a diferença de conteúdos entre a disciplina «especializada» (a sociologia urbana) e a mais geral (a sociologia tout-COURt)? Posta nestes termos, a pergunta corre o risco de resultar embaraçosa: se se tenta compilar um elenco dos temas de interesse potenciais da pesquisa sociológica sobre a cidade, cedo se descobre que ele se sobrepõe quase completamente ao elenco análogo que compreende os temas de interesse de toda a ciência sociológica. Aliás, isso não nos deve surpreender: a partir do momento em que uma cidade é uma totalidade (e não uma

«parte»), trata-se de uma realidade poliédrica e rica de facetas. Portanto, ao

menos como princípio, não existe um tema de relevo sociológico que não seja também relevante para o sociólogo urbano.

Estando, pois, as coisas neste pé, a resposta à pergunta precedente deve tentar enveredar por outro caminho. Na realidade, o sinal característico da sociedade urbana - em toda a sua história, mas ainda mais nas suas actuais perspectivas - é a concentração selectiva da atenção não num aspecto em particular da vida social mas na dimensão espaço-temporal, ou ambiental, de todos os aspectos que ela apresenta. Deste ponto de vista, a sociologia urbana tem uma vocação específica: não deve jamais esquecer que, quando se fala de sociedade ou mesmo da actuação social, da interacção, do conflito, etc., se alude a fenómenos que ocorrem em pontos bem definidos do espaço e do tempo, que são condições dos recursos e dos vínculos presentes no ambiente e, ao mesmo tempo, contribuem para transformar continuamente o âmbito destes últimos.

Naturalmente, esta atenção pela dimensão espacial dos «factos sociais» não equivale imediatamente a uma atenção exclusiva pela cidade: o âmbito urbano não é o único espaço significativo para a sociedade moderna. Contudo, não subsistem dúvidas de que ele ocupa um papel de primeiro plano, por uma dupla ordem de motivos. Por um lado, uma grande parte do mundo contemporâneo tem efectivamente as conotações especiais do mundo urbanizado; por outro, muitos dos fenómenos sociais, cuja difusão já está desligada do espaço físico da cidade, são influenciados por factores que têm uma origem urbana, sob o perfil material ou simbólico.

Portanto, se é verdade que a atenção pelo espaço não é, nem pode ser, monopólio exclusivo da sociedade urbana, é igualmente exacto que constitui um seu traço fortemente caracterizador. Além disso, se é correcto afirmar - como se fez há pouco - que a cidade constitui um tema de definição difícil, é também oportuno acrescentar que representa um ponto de observação privilegiado, de que é possível estudar, com o particular interesse que suscitam os factos concretos vistos no seu contexto peculiar, fenómenos e processos que ocupam um lugar de primeiro plano nas sociedades actuais. Todas estas considerações talvez não equivalham a uma definição clara e distinta do papel da sociologia urbana, mas podem bastar para explicar o sentido da tarefa científica em que está empenhada a disciplina a que este livro é dedicado.

1. 1. 2. Uma disciplina de limites atenuados

Precisamente porque tem um objectivo poliédrico e difícil de encerrar dentro de limites certos, a sociologia urbana possui limites atenuados e o

destino de partilhar, pelo menos parcialmente, o seu tema com muitas outras disciplinas, ligadas a ela em maiores ou menores graus de afinidade. Em poucas palavras, é chamada quase obrigatoriamente à colaboração interdisciplinar. Com efeito, ao contrário do que se poderia afirmar de outras regiões do continente científico, a sociologia urbana não possui um «núcleo duro» próprio, ou seja, um quadro de problemas e teorias interpretativas de sua pertença exclusiva, em torno do qual se possam dispor, mais para o

exterior, áreas de limites. Compõe-se, por assim dizer, quase inteiramente de áreas de fronteira - para empregar uma metáfora geográfica, assemelha-se a certos países cuja forma alongada e irregular faz com que a maior parte das regiões esteja mais próxima de capitais de países estrangeiros do que da sua.

Como facilmente se depreende, esta condição representa, sem dúvida, um elemento de fraqueza - não por acaso, do interior da comunidade científica dos sociólogos urbanos ergueram-se vozes de crítica que sustentaram a necessidade de refutar a legitimidade da disciplina como ramo autónomo da sociologia, ou mesmo de a «superar» na direcção de várias orientações de pesquisa. No entanto, sob outros perfis, essa mesma fraqueza pode ser interpretada como um motivo de interesse - compor-se de áreas de fronteira significa igualmente ter acesso fácil a um variegado património científico «externo» e ser obrigada a enfrentar isso quase permanentemente. E o que acontece (para retomar a comparação atrás abordada) em muitos países que, embora politicamente fracos e difíceis de governar, são com frequência ricos de fermentos culturais e abertos a influências múltiplas.

Com a condição, evidentemente, de que nenhuma forma anacrónica de chauvinismo os conduza a um encerramento estéril nos seus próprios limites.

Fora de metáforas, tentaremos agora oferecer uma classificação simples das relações que a sociologia urbana estabelece com outras disciplinas, utilizando um esquema que parte dos sectores científicos dotados de maiores afinidades para chegar aos idealmente mais distantes. Deste modo, pretende-se propor - por via indirecta - uma indicação esquemática do campo de pesquisa da sociologia urbana.

1. Outras disciplinas sociológicas de carácter territorial. Entre elas, devemos citar em primeiro lugar a sociologia rural, que tem origens em

grande parte coincidentes com as da sociologia urbana e ocupa um espaço, por assim dizer, complementar. Interessa-se pelas posições que têm na agricultura a base económica principal - a sua evolução recente é, pois, de tal ordem que a torna numa sociologia virada para o estudo não só de um tipo particular de contexto territorial, mas também de um sector de actividade específico, o qual, embora tendo reduzido fortemente a sua dimensão ocupacional nos países mais desenvolvidos, mantém um papel económico muito mais do que marginal.

Uma grande atenção pelas posições de pequena dimensão, ou médio-pequena, é também típica da sociologia das comunidades locais (ou dos estudos de comunidades), que se concentra, porém, na sua maior parte, nos

aspectos socioculturais, estilos de vida e formas de organização social.

A sociologia da habitação tem uma origem relativamente recente e

ocupa-se em particular das relações entre os indivíduos que compõem as

unidades residenciais (de tipo familiar ou outro) e entre estas últimas e as

estruturas físicas que dão resposta às necessidades habitacionais.

Por conseguinte, a sociologia do ambiente ocupa um lugar à parte. Trata-se de uma disciplina de estatuto ainda relativamente incerto, embora de perspectivas particularmente interessantes, em função do relevo crescente que as questões ambientais possuem no mundo contemporâneo. Relaciona-se com o território e também com a cidade, entendida como sistema em que se estabelece um equilíbrio frágil entre actividades sociais e

recursos naturais.

Além disto, podem referir-se alguns campos de estudo mais específicos, centrados em torno de fenómenos ou actividades particulares - a esse respeito existe, por exemplo, a sociologia das migrações ou do turismo.

No seu conjunto, todos estes ramos da sociologia (e outros que poderíamos enumerar, como, por exemplo, a sociologia regional) formam o

que por vezes se designa como sociologias do território (Guidicini, Scidà, 1993-1994).

2. Disciplinas não sociológicas de carácter territorial. Verificam-se grandes intersecções entre a sociologia urbana e a geografia e, em particular, a geografia urbana e regional - abrangem muitos temas de pesquisa, sobretudo os relativos à distribuição dos grupos sociais e das actividades no espaço urbano. Em referência a algumas orientações actuais, sobretudo no âmbito da geografia americana de inspiração «radical», a distinção entre os dois campos disciplinares parece reduzir-se quase completamente.

Dá-se também uma grande proximidade com a antropologia cultural, a etnologia, as disciplinas que estudam caracteres do folclore e da tradição dos vários contextos. No seu interior, consolidam-se filões de pesquisa dedicados ao estudo da cidade, com particular alusão aos aspectos culturais, análises de comportamento, rituais e interpretação das estruturas relacionais de rede. Para definir esta linha de pesquisa (que partilha com a sociologia urbana algumas referências fundamentais a textos clássicos), emprega-se com frequência o rótulo de antropologia urbana.

No campo económico, convém assinalar a presença de duas importantes subdisciplinas (de resto, intimamente ligadas entre si): a economia do espaço e a economia urbana. Neste caso, as regiões de fronteira com a sociologia dizem essencialmente respeito à teoria do rendimento, às teorias da localização das actividades industriais e de serviço no espaço urbano, às teorias interpretativas da distribuição hierárquica dos centros urbanos do território e aos modelos de análise dos processos migratórios e da mobilidade quotidiana da população.

Para a interpretação sociológica da cidade tem, também, grande relevo a pesquisa historiográfica, com particular atenção pela história urbana. Assim, uma base essencial para compreensão dos fenómenos relativos aos caracteres basilares da população urbana e a sua dinâmica é representada por métodos analíticos próprios da demografia. Por fim, também a psicologia desenvolveu recentemente linhas de estudo que oferecem elementos de interesse para o sociólogo urbano. Referem-se aos processos de interacção entre os indivíduos e o ambiente construído - a apropriação cognitiva e emotiva dos ambientes urbanos por parte do cidadão, as reacções deste último aos estímulos provenientes das multidões, do tráfego, etc. Para designar estes campos de pesquisa, emprega-se muitas vezes o rótulo de psicologia ambiental (Stokols, Altman, 1987).

3. Disciplinas de carácter normativo e projectual. Além das disciplinas de orientação essencialmente analítica, a sociologia urbana colabora frequentemente (embora em modalidades variáveis em função dos contextos e das alternâncias sociais e políticas) com as ciências e técnicas que se configuram como instrumentos para a resolução de determinados problemas da cidade, para a normalização e controlo dos seus processos de transformação e incentivação do seu desenvolvimento.

No tocante a estes últimos, podemos traçar uma classificação sumária em três grandes subconjuntos.

O primeiro diz respeito a teorias e técnicas pertencentes ao campo das ciências económicas, políticas e da administração, as quais são interessantes para as análises sociológicas sobre a cidade com vista à predisposição de políticas de intervenção no sistema das actividades económicas, na distribuição do rendimento e na organização dos serviços sociais e outros sectores, ainda que tomem em consideração a dimensão socioeconómica e funcional da cidade.

O segundo compreende disciplinas de orientação projectual, que derivam essencialmente da matriz cultural «politécnica» da engenharia e da urbanística. O seu campo de intervenção é o das estruturas da construção civil, das infra-estruturas pontuais e globais, dos transportes e comunicações e de outros sectores, ainda que se refiram à dimensão física da cidade, sem descurar os caracteres estéticos.

O terceiro e último compõe-se de disciplinas de várias extracções (económica, arquitectónica, de engenharia, geológica, biológica, médico-epidemiológica) interessadas na qualidade do ambiente urbano e na sua

influência na qualidade da vida e saúde dos cidadãos. Ao contrário dos dois subconjuntos atrás analisados, este ainda não se apresenta como uma entidade orgânica e consolidada cientificamente e mantém relações predominantemente ocasionais com a sociologia urbana. No entanto, é convicção unânime de que a sua relevância está destinada a crescer num futuro próximo.

Como se vê, a rede das relações interdisciplinares em que a sociologia urbana está envolvida é particularmente complexa e articulada. Por outro lado, o mesmo se pode dizer acerca de muitas das disciplinas citadas um

pouco atrás: não é, pois, por acaso, que, neste terreno, se formulassem com maior ou menor êxito diversas propostas de institucionalização de campos de pesquisa multidisciplinares. Entre eles, um dos mais importantes é a

Regional Science [em português, ciência regional], um campo de pesquisa que compreende, como subconjunto, o relativo aos estudos sobre a cidade. As ciências regionais são organizadas numa associação de nível mundial (a Regional Science Association International), com numerosas secções continentais e nacionais que contam com a contribuição de economistas espaciais, peritos de modelística matemática aplicada aos sistemas espaciais, geógrafos e a participação mais ocasional de sociólogos urbanos e

regionais, urbanistas e outros estudiosos. Apesar da relativa consolidação, não faltam as considerações críticas sobre o estatuto científico deste âmbito

- uma das mais frequentes diz respeito à falta de um aprofundamento suficiente, no seu seio, das dimensões sociais das estruturas espaciais (Bailly, Coffey, 1994).

1. 2. As múltiplas tradições da sociologia urbana

1.2.1. Clássicas, correntes, tradições nacionais

Precisamente em virtude das características ilustradas nas páginas precedent&s-@", podemos retomar falando de um «estatuto epistemológico fraco» da disciplina -, a sociologia urbana não apresenta uma estrutura científica unitária, nem a sua história pode ser representada como uma acumulação progressiva de teorias e análises empíricas que convergem para formar um corpo orgânico. E tão pouco é possível simplificar a sua articulação interna dizendo que está presente nela um número definido de paradigmas alternativos, cada um dos quais propõe uma interpretação diferente em relação aos outros, mas voltada para um conjunto de fenómenos sociais alvo de uma definição unívoca. Ao invés, a sociologia urbana apresenta-se como um agregado heterogéneo de conceitos e resultados de pesquisa, relacionados com questões e problemas formulados de maneira diferente, surgidos, no decurso de debates, em momentos historicamente distintos, assim como em contextos nacionais com problemas sociais e territoriais nem sempre comparáveis.

Para recorrer mais uma vez a uma metáfora, poder-se-ia dizer que seria inútil pensar encontrar na biblioteca de qualquer universidade uma sala em que os textos de referência para a sociologia urbana estivessem organizados segundo uma ordem facilmente legível. É, pelo contrário, mais provável que esses livros se encontram em diversas salas, organizados segundo critérios que dependem fortemente dos países em que a biblioteca se encontra. Com efeito, nos vários países, não só existem tradições diferenciadas no que se refere aos estudos sociológicos sobre a cidade como há também vários modos de representar a história da disciplina e atribuir-lhe pais-fundadores ou autores clássicos.

A esse respeito, poder-se-ia efectuar uma distinção sumária entre duas tradições, pelo menos parcialmente diferentes: uma é a americana - partilhada, com acentuações específicas, pelos sociólogos ingleses e os dos outros países anglófonos - e a outra a que poderemos definir como europeia-continental, dentro da qual se devem, todavia, reconhecer perfis específicos para as sociologias francesa, alemã e italiana.

1. Segundo a primeira tradição, testemunhada por uma multiplicidade de textos, sobretudo americanos, o momento de fundação da sociologia urbana coincide com a formação, junto da Universidade de Chicago, de uma escola que propõe uma abordagem baseada na aplicação ao estudo da cidade de conceitos e princípios deduzidos das economias animal e vegetal.

A partir desta escola, reconhece-se a constituição de uma mainstream, ou corrente principal, da sociologia urbana, identificada com os desenvolvimentos da abordagem ecológica, nas suas várias ramificações e na multiplicidade das suas aplicações empíricas: o elemento característico é representado pelo interesse prevalecente para o estudo da articulação social do espaço urbano e para as suas transformações no tempo.

A par desta mainstream, reconhece-se, obviamente, a existência de outros pontos de vista: por exemplo, a abordagem que concentra a atenção nos aspectos culturais do modo de vida urbano e a abordagem crítica (hoje, na maioria das vezes, designada pela expressão *political economy*) que privilegia as análises da estrutura económica, das desigualdades sociais e conflitos políticos. Se, porém, excluirmos livros e revistas inspirados explicitamente neste último paradigma, o traço específico da sociologia urbana continua fundamentalmente identificado com a análise ecológica, em que se baseiam muitos dos estudos sobre o campo que poderemos considerar de rotina.

2. Na tradição da Europa continental, ao contrário, embora sem ignorar o papel da escola de Chicago, as origens da sociologia urbana reportam-

-se com frequência a alguns decénios de antecendência. Com efeito, é-lhe atribuído o discutido oitocentista-tardio sobre as antíteses entre a sociedade tradicional e a moderna e sobre a antítese paralela entre as respectivas manifestações espaciais, a comunidade rural e a cidade industrial. Nesse debate, traça-se um conjunto de conceitos e análises que, embora na sua heterogeneidade, permite definir uma interpretação da cidade como o lugar em que se apresentam na sua forma mais pura os caracteres sociais e culturais considerados típicos da modernidade. Além disso, pode-se sublinhar como, no nosso continente, a análise sociológica da cidade mantém, no século XX, um contacto mais estreito com a reflexão filosófica, nas suas várias correntes, do historicismo ao marxismo, do estruturalismo à fenomenologia.

Por outro lado, como já se referiu, para além de alguns traços comuns, a sociologia urbana europeia apresenta grandes distinções com base em contextos nacionais - têm origem nas diferenças do substrato cultural e são acentuados pelas atitudes políticas contrastantes dos vários países, das diversas formas que os problemas territoriais e urbanos apresentam em qualquer contexto e, também, no facto de a literatura especializada se fragmentar em função dos âmbitos linguísticos.

Particularmente rica em história é a sociologia urbana francófona, a qual, nos anos 60 e 70, teve um papel essencial ao consolidar-se a nível internacional o filão crítico de origem marxista, mais tarde influente na

political economy. A sociologia urbana alemã apresenta-se ligada a uma alusão frequente a temas de interesse filosófico, mas também a um

empenhamento concreto na programação social e territorial. A italiana, em contrapartida, concentrou-se com frequência em temas propostos pela realidade social do país, com a sua presença específica de equilíbrios entre a dinâmica urbana do Norte, a do Meio-Dia e a das áreas de industrialização difusa (a chamada Terceira Itália).

Vale a pena já observar que o ponto de vista adoptado neste livro se aproxima mais da tradição europeia-continental do que da anglo-americana, tal como foram agora esquematizadas sinteticamente. Na verdade, não se

concederá aqui qualquer prioridade específica ao ponto de vista ecológico e procurar-se-á antes evidenciar como os resultados mais significativos das análises dos sociólogos urbanos estão, na sua maioria, ligados a perspectivas analíticas distantes daquela, mas antes entre si heterogéneas.

Com esta premissa, tentaremos agora propor - todavia - uma articulação da disciplina em correntes e aproximações, com uma rápida análise destas últimas, na tentativa de oferecer pontos de referência que conjuguem estudos clássicos e linhas de reflexão actuais. No tocante às posições mais distantes no tempo, apenas trataremos de referências rápidas e, claro, insuficientes para uma compreensão aprofundada. De qualquer modo, convém salientar que existe uma abundante literatura (mesmo em língua italiana) sobre clássicos da sociologia urbana - alguns textos essenciais encontram-se citados na bibliografia do presente volume.

1. 2. 2. O filão ecológico

Começemos o nosso percurso com algumas breves referências à história e desenvolvimentos do filão ecológico da sociologia urbana. Já se

disse que, no âmbito anglo-americano, é, na maioria das vezes, apresentado como um paradigma original e fundador da disciplina. No entanto, em sede de avaliação historiográfica, poder-se-ia acrescentar que essa apresentação se reveste, pelo menos, de um aspecto paradoxal. Com efeito, os autores da escola de Chicago e, em particular, o seu fundador, Robert E. Park, embora revelando algumas oscilações de pensamento, não entenderam dar vida a um ramo da sociologia especializado no estudo da cidade, mas antes

a uma ecologia humana acordada como disciplina separada, ou seja, como a teoria da adaptação das sociedades humanas ao ambiente e, como tal, premissa e base das disciplinas sociais verdadeiras e próprias (Bagnasco, 1992a). O seu papel de pais-fundadores da sociologia urbana (ou, pelo menos, de uma sua corrente), portanto, embora representando um dado de facto, se se observa a história de uma perspectiva actual, não corresponde a um projecto científico declarado.

De resto, esta situação encontra um interessante paralelismo no que se verifica, num período de tempo não muito distante no passado, na sociologia francesa. Também aqui, na verdade, por obra de Durkheim, é apresentada uma proposta teórica que coloca no centro das reflexões a relação entre as

sociedades humanas e o ambiente. E, mesmo nesta proposta, a ideia guia é a

de fundar uma teoria (a morfologia social) que se coloca fora da sociologia e

representa antes um âmbito de estudo interdisciplinar. A ideia central é a de unificar e sintetizar os saberes de diversas disciplinas (sociologia, geografia, história, etc.) em volta do estudo do comum substrato em que « repousa a vida social» - o que é determinado por factores como a dimensão geográfica de um território, a configuração das fronteiras, a massa e densidade de uma população e a tipologia dos aglomerados populacionais.

Ao contrário da escola de Chicago, a durkheimiana não exerceu - pelo menos no que se refere a esta ideia específica - uma influência duradoura na sociologia urbana, embora trabalhos e estudos de particular interesse se inspirassem na morfologia social (por exemplo, os de Mauss). Mantém-se, todavia, significativo o facto de as duas propostas apresentadas nos primeiros decénios do século actual para favorecer a reflexão sobre os aspectos ambientais e espaciais da organização social não advogarem a causa de

uma nova sociologia especializada, mas as sementes de uma nova disciplina pré-sociológica.

Voltando ao contexto dos Estados Unidos, a evolução do filão ecológico da sociologia urbana poderia ser esquematizada aludindo a três fases essenciais.

1. A primeira compreende os estudos dos mesmos autores que aparecem como fundadores da escola ecológica clássica (em particular, Park, Burgess e McKenzie), mas também um complexo de pesquisas, muitas das quais de carácter monográfico, efectuadas nos anos 20 e 30 por sociólogos influenciados directamente pela abordagem de investigadores de Chicago (como, entre outros, Anderson, Thrasher, Wirth, Zorbaugh, Cressey). Alguns conceitos, elaborados no seio desta perspectiva, são mencionados no ESQUEMA 1. 1. Em termos cronológicos, esta fase abarca um período, aproximadamente, entre 1914 e 1940.

2. A segunda fase corresponde aos anos 40 e caracteriza-se por uma orientação crítica nos confrontos das ideias originárias da ecologia humana. Em alguns trabalhos, a crítica assume tons mais radicais - é o caso de um importante texto de Alihan (1938) que coloca em confronto os fundamentos teóricos da escola de Chicago. Ao invés, noutros emergem sobretudo contributos destinados a salientar factores explicativos da forma social da cidade, descurados pelos fundadores daquela escola - verifica-se, por exemplo, nos trabalhos de Firey (1946, 1947), em que se salienta a importância dos valores simbólicos e afectivos na determinação do comportamento

residencial dos grupos sociais e, por conseguinte, na sua distribuição nas várias partes da cidade.

3. A terceira inicia-se anos 50 e prossegue, talvez com menor vigor, até hoje. No seu momento inicial, colocam-se os trabalhos de Quinn (1950) e sobretudo de Hawley (1950), os quais, segundo alguns, poderiam ser considerados a base teórica de uma escola ecológica «neo-ortodoxa». Mais ou menos no mesmo período, surgem alguns contributos importantes sob o perfil do aperfeiçoamento dos métodos de investigação estatística, com o objectivo de definir e descrever as desigualdades sócio-residenciais entre os bairros urbanos. Revestem-se de particular relevo a social area analysis (Shevky, Williams, 1949; Shevky, Bell, 1955), a utilização da cluster analysis, inaugurada por Tryon (1955) e a aplicação das análises factoriais, que dão lugar a uma abordagem ainda hoje seguida, rotulada com frequência com a expressão ecologia factorial.

A propósito dos desenvolvimentos mais recentes do filão ecológico, pode observar-se que, sobretudo a partir de fins dos anos 70, se registou uma larga difusão de instrumentos informáticos para a elaboração estatística dos dados que permitiram o acesso a métodos complexos sob o perfil matemático a investigadores não especializados. Os efeitos desta difusão podem ser considerados mais ou menos positivamente segundo o ponto de vista de observação. Com efeito, se se privilegiam os aspectos quantitativos, pode concluir-se que isso produziu uma elevada quantidade de estudos, em vários contextos nacionais (incluindo o italiano, onde, porém, este tipo de estudos é praticado por poucos autores, fornecendo assim a matéria-prima para tentativas de comparação dos resultados. Ao contrário, se se considera o relevo teórico desses estudos, conclui-se que, na maioria dos casos, é assaz escasso - os trabalhos têm com frequência um carácter repetitivo e estandardizado ou, então, se contêm elementos de originalidade, colocam-se essencialmente a nível metodológico e não consideram a compreensão sociológica do fenómeno urbano.

ESQUEMA 1. 1. A ecologia humana

Na história do pensamento sociológico - mas, ainda mais, filosófico -, está presente um filão de reflexões sobre a relação intercorrente entre sociedades humanas e ambiente natural em que vivem.

A perspectiva analítica de autores como Park, Burgess e McKenzie (pertencentes à considerada Escola Ecológica de Chicago) consiste em interpretar a cidade através de ideias assumidas a propósito da biologia evolucionista - a acção e a deslocação no território das diversas populações são interpretadas à luz de conceitos como luta pela vida ou conflito.

Os êxitos desses conflitos podem gerar domínio (de um grupo social sobre outro) ou uma assimilação progressiva.

Na obra fundamental dos autores de Chicago (Park, Burgess, McKenzie, 1925), foi introduzida a expressão áreas naturais- ou seja, não planificadas e derivadas de processos selectivos entre os grupos humanos -, zonas urbanas em que somente os indivíduos mais apropriados se salientam e afirmam. Nessas áreas, verifica-se, segundo esta interpretação, a repetição periódica de fenómenos de invasão (por exemplo, em períodos de vagas migratórias) e de sucessão, ou mesmo de troca de populações em alguns bairros urbanos.

A presença de áreas naturais faz com que, além disso, o território urbano possa ser representado através de modelos espaciais: Burgess, por exemplo, pretende poder ler o crescimento urbano em obediência a um esquema de círculos concêntricos, desde o mais central (o Central Business District) às periferias dos pendulares. Segundo Hoyt, a cidade desenvolver-se-ia de preferência por sectores (caracterizados por diversos usos do solo e de níveis desiguais do rendimento urbano), enquanto para Harris e Ullman se verificaria a presença de muitos núcleos diferentes e «especializados», (com uma actividade económica ou um grupo étnico predominante, etc.).

Por conseguinte, Park define na acção humana um nível biótico (devido ao qual «os indivíduos entram em competição e em luta pela mera existência») e outro cultural (em que os actores sociais «compartilham ideais e mantêm, apesar do impulso natural contrário, uma disciplina e ordem moral que os torna capazes de ultrapassar aquilo a que nós costumamos chamar Natureza») - a componente biótica apresenta-se, por assim dizer, como uma espécie de base em que se insere a cultural.

Aliás, este tipo de argumentação crítica aparece assaz difusa junto de uma notável parte dos sociólogos urbanos contemporâneos. A par dessa, apresenta-se por vezes outra, que acusa o mainstream ecológico de oferecer uma imagem tranquilizadora da realidade urbana, utilizável com facilidade com objectivos politicamente conservadores. No entanto, a respeito dessa crítica, convém adiantar uma observação. Por um lado, é sem dúvida verdade que muitos dos que hoje praticam a pesquisa ecológica de forma estandardizada oferecem uma imagem da cidade predominantemente descritiva e, por assim dizer, asséptica, em que desequilíbrios sociais e desigualdades perante o poder esbarram na tentativa de enaltecer a objectividade dos indicadores estatísticos. Por outro, contudo, como refere Flanagan (1993), não existem motivos intrínsecos pelos quais o aparelho metodológico da ecologia factorial não se possa utilizar para salientar causas potenciais de conflito ou solicitar intervenções de reequilíbrio. Por conseguinte, a eventual caracterização conservadora de muitas pesquisas pertencentes ao filão ecológico não é uma resultante necessária da abordagem seguida, mas deve estar ligada às escolhas de valor dos investigadores individuais.

1. 2. 3. A abordagem crítica e conflitualista

No panorama internacional da sociologia urbana contemporânea, a corrente que mais robusteceu a sua consistência nos últimos 20 anos, quase a

discutir a primazia ao mainstream ecológico, é a que assume uma posição crítica nos confrontos da cidade, que procura documentar a presença de factores de conflito e indicar alternativas de desenvolvimento possíveis.

Esta abordagem crítica acha-se hoje empenhada numa actividade de análise e denúncia dos problemas levantados pelo urbanismo pós-industrial. Todavia, isso insere-se sobre um filão de reflexão crítica acerca da cidade que apresenta uma longa tradição e tem origens porventura mais antigas que as da ecologia humana. Na verdade, o eixo principal em que esta corrente se move é o do pensamento marxista e socialista, e, portanto, as suas origens remontam a meados do século XIX, aos pensamentos de Marx e Engels sobre o significado social do urbanismo na

primeira fase industrial e até às apreciações paralelas exprimidas, sobre o

mesmo fenómeno, pelas várias formas oitocentistas de pensamento utópico e socialista. Em volta deste eixo colocaram-se, nos vários períodos da história subsequente, contributos de natureza heterogénea, que reflectem as várias articulações que o marxismo assumiu depois de Marx. Assim, em todas as épocas, mas sobretudo no período mais recente, juntam-se também contributos de derivações não marxistas, que revelam atitudes de crítica com frequência radical nos confrontos da cidade capitalista (cf. ESQUEMA 1. 2).

Podemos agora tentar definir alguns momentos salientes dos assuntos deste filão.

1. Em Marx, o juízo sobre a cidade está ligado intimamente aos temas de fundo do materialismo dialéctico - por conseguinte, ela é examinada sobretudo como lugar de máxima concentração dos efeitos e contradições do modo de produção capitalista e lugar de incubação de processos que conduzirão à sua superação. Alguns trabalhos de Engels chamam, porém, a

atenção para as modalidades concretas que, no ambiente urbano, assume a vida da classe operária e das camadas mais pobres da população. Por outro lado, os seus escritos constituem importantes exemplos de um esforço de documentação sobre as condições de vida nas cidades industriais - em especial, nos seus aspectos mais problemáticos -, que encontram expressão nas próprias pesquisas de grande envergadura, conduzidas por autores de diferentes orientações idealistas, como a promovida em Inglaterra por Booth (1892).

2. Nos primeiros decénios do século XX, o pensamento marxista não concede uma atenção prioritária ao fenómeno urbano. Não obstante, alguns

contributos importantes sobre temas referidos, directa ou indirectamente, à cidade provêm de autores de inspiração marxista - trata-se, contudo, sobretudo de figuras que se situam fora do ramo mais ortodoxo. Ao contrário do que acontecia no século XIX, já não é apenas a dimensão socioeconómica da cidade que atrai a atenção crítica - os aspectos relativos às transformações culturais, à estética e ao desenvolvimento de novos instrumentos de comunicação e novos estilos de vida impõem-se como temas centrais de reflexão para autores como Benjamin, Horkheimer, Adorno e Fromm. Paralelamente, formaram-se outras tradições de crítica urbana de orientação não marxista em vários países - por exemplo, nos Estados Unidos, tem um grande peso a análise precoce do fenómeno do consumismo nos estudos de Veblen ou nos dos Lynd, ou mesmo a interpretação histórico-crítica do urbanismo, desenvolvida por Murnford.

3. Até este ponto, porém, as posições citadas movem-se substancialmente fora do âmbito da sociologia urbana, entendida como disciplina específica, e não intervêm nela de forma significativa.

ESQUEMA 1. 2. Conflito e crítica social

Karl Marx e Friedrich Engels colocam a tónica nos elementos antagónicos e conflituais presentes no interior das cidades e das sociedades industriais.

A história da Humanidade - como sustentam os dois autores alemães no Manifesto do Partido Comunista (1848) - constitui sempre um estendal de lutas e confrontações entre classes de opressores e classes de oprimidos». Nas sociedades modernas - industriais e capitalistas -, o contraste de classe simplificou-se, reduzindo-se ao fundamental entre burgueses (detentores dos meios de produção) e proletários (os modernos operários, possuidores unicamente da sua força de trabalho).

Na cidade, os contrastes de classe concentram-se e tornam-se mais evidentes e agudos, pois o proletariado «multiplica-se e adensa-se em massas cada vez maiores,.. O ponto de vista dialéctico com que Marx e Engels interpretam a realidade social conduziu-os a supor uma superação do modo de produção capitalista através de uma sublevação revolucionária do proletariado (depois de este tomar consciência da sua força), que deveria conduzir à construção de novas formas sociais inspiradas em princípios do socialismo e depois do comunismo.

Uma perspectiva crítica (em versão não marxista) nos confrontos das sociedades industriais modernas conota também um filão da sociologia norte-americana ao longo de todo o século XX.

Muitos dos mitos culturais dos Estados Unidos são postos duramente em causa, por exemplo, por autores como Thorstein Veblen (1899), crítico nos confrontos da sociedade de consumo e das metrópoles modernas, habitadas por indivíduos em emulação contínua, obcecados por possuir e consumir bens mais vistosos (ou seja, para poder «mostrar,> aos outros), mais do que efectivamente úteis.

Segundo Robert e Helen Lynd (1929), as pesquisas empíricas no campo (como as conduzidas por eles próprios em Muncie, pequena cidade americana designada nos seus trabalhos com o nome convencional de Middietown) demonstrariam o carácter ideológico da democracia dos Estados Unidos: para além das declarações de princípio, a estrutura social daquele país emerge fortemente classista, enquanto a cultura, religião, política e mass media se apresentam como instrumentos de manipulação funcionais para os interesses dos grupos socioeconómicos dominantes. Manipulação dos indivíduos com que também concorda Charles Wright Mills (1951), particularmente atento a evidenciar o carácter sem personalidade de uma classe média americana (os «colarinhos brancos»), cada vez mais apática, embora não destituída de princípios éticos e de «defesas morais».

As condições para um encontro-desencontro entre a abordagem marxista e a sociologia urbana amadureceram no início dos anos 70, num cenário que abarca as cidades de muitos países investidos de grandes movimentos de protesto, que, em certa medida, indicam a presença de um novo movimento de rutura na evolução das sociedades industriais. Desenvolve-se um renovado interesse dos marxistas pela cidade em França, sobretudo na escola sociológica influenciada pelo pensamento do filósofo Louis Althusser. Neste aspecto, é uma figura de primeiro plano a de Castells, sociólogo de origem catalã, que actuou primeiro em França e depois nos

Estados Unidos, o qual, na sua análise do fenómeno urbano (Castells, 1972) ¹, tenta colocar em evidência a ligação que se instala entre a dimensão económica (considerada determinante, pelo menos em última instância), a política e a das práticas ideológicas.

4. Alguns anos mais tarde, graças à tradução inglesa dos trabalhos dos sociólogos althusserianos, a influência destes últimos (de resto, já em declínio na Europa Ocidental) estende-se ao campo anglo-saxão e, em particular, ao americano. Aí combina-se com outras modalidades do pensamento crítico, como, por exemplo, com as que emergem dos movimentos sociais de fins dos anos sessenta. O resultado é o nascimento de um novo (e composto) paradigma interpretativo, hoje designado pela expressão *political economy*, ou *urban political economy*. Trata-se, aliás, de uma expressão empregada somente em inglês (e nem sempre com um significado unívoco), não directamente traduzível na nossa língua, porque esta corrente não se deve confundir com «economia política» ou com «política econó-

¹ Nas citações de textos estrangeiros, traduzidos em italiano, a data refere-se ao ano da edição na língua de origem. No caso em que se trate de uma citação pontual, em contrapartida, a página diz respeito à edição italiana. Tratando-se de citações de textos estrangeiros sem a

respectiva edição italiana, a tradução é nossa.

mica». O principal objectivo da análise crítica é constituído pela relação que se instaura nas sociedades capitalistas contemporâneas entre políticas públicas e interesses privados. A political economy urbana coloca, pois, no

centro da atenção os mecanismos económicos de desenvolvimento das cidades e os desequilíbrios sociais relativos, e não apenas o tema das relações de poder entre o governo urbano e as diversas categorias de temas sociais, portadores de necessidades e exigências com frequência conflituais com os

interesses dominantes.

5. Por conseguinte, no seio desta abordagem, poder-se-ão reconhecer ulteriormente várias orientações, protagonistas de vivos confrontos entre as publicações especializadas:

- um deles é mais directamente dependente das categorias do marxismo clássico ou das correntes neomarxistas dos anos 70. E, por exemplo, o caso da chamada escola regulacionista, que coloca a tónica nos mecanismos institucionais e nas políticas predispostas pelo Estado para regular os

conflitos que se geram nas diversas fases do desenvolvimento capitalista (ou seja, em função dos vários regimes de acumulação) e garantir a estabilidade do sistema (Lipietz, 1993). Nesta análise, assume particular peso o

estudo dos processos de consumo colectivos, organizados pelo momento público;

- uma segunda orientação, embora colocando-se fundamentalmente no sulco marxista, tem maiores contactos com um filão «humanístico» e crítico. É, por exemplo, um expoente o francês Lefebvre, o qual assume a

cidade e o urbanismo como princípios quase ideais de vida social participada, mostrando a sua conflitualidade nos confrontos das manifestações do capitalismo contemporâneo; - há, pois, tendências críticas de várias camadas ideológicas que têm

em comum a intenção de retomar e teorizar as análises do fenómeno urbano desenvolvido no âmbito de movimentos sociais que exprimem - de vários pontos de vista - a oposição ao poder e aos modos de vida dominantes na cidade. Entre estes, há o movimento feminista, as manifestações heterogéneas do ecologismo, os movimentos de tutela das especificidades culturais de etnias ou minorias linguísticas, as organizações dos gay e das lésbicas, as variegadas expressões da contracultura juvenil, os agregados de anciãos, de deficientes, e assim sucessivamente.

No seu conjunto, podemos dizer que este filão da sociologia urbana

- embora apoiada em parte numa base teórica sólida e até rígida, como é a marxista - se apresenta, hoje, cada vez mais como um arquipélago de posições associadas a uma intenção crítica, mas ricas de contrastes internos. Este pluralismo representa o principal elemento de interesse: a cidade é encarada de muitos pontos de vista que reivindicam com frequência,

polemicamente, a prioridade da sua perspectiva. O limite situa-se na dificuldade de uma consolidação teórica: a par das categorias do pensamento marxista (que, hoje, está, de resto, empenhado numa tarefa árdua de renovação), acumulam-se propostas teóricas muitas vezes sugestivas, embora distantes, até agora, de terem encontrado um momento de síntese satisfatório.

1. 2. 4. O debate sobre cidade e modernidade

O filão que agora examinaremos corresponde a um debate clássico do pensamento sociológico, já iniciado pela sociologia oitocentista, que influenciou longamente as ideias dominantes a propósito da cidade e do campo, mas que, pelo menos na sua forma originária, se pode considerar agora concluído. Nele, o juízo sobre a cidade é entendido como uma espécie de termo de comparação para exprimir apreciações sobre a modernidade

e seus possíveis desenvolvimentos. Tanto em fins do século XIX como no início do século XX, este debate exprimiu-se com frequência através do emprego de categorias opostas, ou seja, pares de conceitos ou tipos ideais construídos com a finalidade de descrever a antítese entre a organização social e as modalidades culturais das sociedades pré-industriais, por um

lado, e as próprias das sociedades industriais, por outro. Precisamente devido a este uso de dois conceitos opostos (diferentes nos vários autores, mas

com a mesma função analítica), esta posição teórica tem sido designada como modelo dicotómico (Mela, 1994).

A mais célebre destas dicotomias é a distinção traçada por Tönnies (1887) entre a «comunidade» (Gemeinschaft) e a «sociedade» (Gesellschaft) (cf. ESQUEMA 1. 3), a qual constrói uma imagem em muitos aspectos idealizada pela comunidade tradicional, baseada em relações de sangue e laços de solidariedade ligados à presença simultânea estável no território, e essa imagem é colocada em antítese com a da sociedade moderna, baseada em relações de troca plasmadas do modelo da economia monetária. Ao mesmo tempo, esta dicotomia entre formas de organização social faz-se corresponder a uma

outra paralela entre formas de estabelecimento espacial. A expressão espacial da comunidade é tanto a aldeia rural como a cidade tradicional de dimensões limitadas (à semelhança da polis grega ou da cidade comunal medieval). Em contrapartida, a expressão espacial da sociedade é a metrópole industrial moderna ou, ainda mais, a cidade mundial.

De uma maneira diferente - e com uma apreciação mais positiva da modernidade e da cidade -, aparecem conceitos dicotómicos noutros clássicos do pensamento sociológico europeu, como Durkheim e mais tarde Weber, o qual, de resto, conduz uma análise muito mais rica do fenómeno

urbano, cujos conceitos reconduzíveis aos esquemas dicotómicos se utilizaram como instrumentos para uma interpretação totalmente original. Ao contrário, a polémica de Tönnies contra a metrópole encontra um eco ainda mais acentuado noutras obras de ambiente germânico, como em Spengler ou Nietzsche.

Enquanto, no âmbito europeu, a discussão sobre cidade e modernidade assume frequentemente tons pomposos e é conduzida amiúde sob as formas da argumentação filosófica, nos Estados Unidos reveste-se de um carácter assaz pragmático - os conceitos dicotómicos, retomados e reelaborados por muitos sociólogos, servem sobretudo como instrumentos para a compreensão empírica dos modos de vida próprios de diferentes tipos de aglomerados populacionais. Não é por acaso que prevalece a ideia do continuum urbano-rural, ou seja, de uma variedade de formas de disposição populacional situada ao longo de uma linha ideal que vai da aldeia rural à grande metrópole, mas de tal modo que os traços culturais «urbanos» e «rurais» se encontram sempre mesclados indissolivelmente, ainda que em diferentes dosagens.

ESQUEMA 1. 3. Modernização e contexto urbano

Entre fins do século xix e início do século xx, gera-se na sociologia europeia um debate sobre os percursos de modernização em acção nas sociedades ocidentais, que aborda em particular a questão da transição da civilização rural para as sociedades urbanizadas.

Ferdinand Tönnies (1887) interpreta esta passagem, na sua opinião cheia de armadilhas, como o advento de um modelo societário (*Gesellschaft*), que adquire progressivamente vantagem sobre um modelo comunitário (*Gemeinschaft*). O primeiro é típico das metrópoles modernas, lugares de racionalidade, cálculo económico, domínio do mercado em todas as relações sociais, anonimato dos indivíduos. Ao invés, o tipo comunitário é característico do campo, das aldeias rurais, em que «uma pessoa se encontra com os seus desde o nascimento, ligada a eles para o bem e para o mal, (num) estado originário e individual» - a tradição, a pertença à estirpe, falar a sua língua materna são os pilares em que assenta o sentido de identidade típico da *Gemeinschaft*.

Esta perspectiva é completamente rebatida por Emile Durkheim (1893), que acolhe favoravelmente o advento da modernidade, nos termos de uma transição do domínio de uma solidariedade do tipo mecânico (em que prevalece a homogeneidade dos indivíduos, a que não corresponde um desenvolvimento real da personalidade) para outra do tipo orgânico, baseada numa forte divisão social do trabalho - as sociedades industriais modernas, fundamentadas na solidariedade orgânica, configuram-se aos olhos de Durkheim como dominadas tendencialmente por um «acordo perfeito entre as partes da sociedade», ou mesmo por uma «maior autonomia» de todos os seus membros.

Segundo Max Weber, a cidade é um «aglomerado de mercado estável,, - na sua obra *Economia e Sociedade* (1922), o sociólogo alemão mostra que a dimensão que caracteriza o contexto urbano é a económico-comercial. Com efeito, no comportamento dos cidadãos prevalecem acções de tipo racional em relação a um objectivo (aquelas em que o indivíduo compara racionalmente meios e fins) que têm predominio sobre formas de agir tradicionais ou afectivas, características das sociedades pré-modernas. As cidades modernas urbanizadas parecem a Weber conotadas com uma organização racional, uma economia fundada no mercado e na produção industrial e na secularização e burocratização das funções públicas.

Na sociologia americana, estas problemáticas afloram, pois, sobretudo numa discussão que envolveu uma pluralidade de sociólogos (de Redfield a Abu. Lughod e de Gans a Dewey) do final dos anos 30 até meados dos anos 60, centrada em torno da caracterização do modo de vida urbano. É inaugurada por um célebre artigo de Wirth (1938) que coloca a tónica no papel da densidade e heterogeneidade urbanas como factores de cosmopolitismo e sínteses culturais. Seguem-se a isto réplicas de vários tipos, que realçam a impossibilidade de estabelecer uma correlação estreita entre a dimensão dos aglomerados e a qualidade «urbana» dos modos de vida. É importante a esse respeito sobretudo o realce operado por Gans (1968) sobre a existência de estilos de vida «camponeses» mesmo na cidade, assim como o estudo do estilo de vida suburbano peculiar, nos subúrbios caracterizados pela cultura das classes médias.

Este modo de formular o problema da relação entre cidade e modernidade já não encontra espaço na sociologia urbana dos últimos 20 anos. Isto não impede que a hereditariedade do modelo dicotómico se volte a propor por vezes nos tempos actuais, em aspectos cruciais da análise sociológica sobre a cidade.

Neste âmbito, podemos referir pelo menos dois campos problemáticos.

O primeiro é representado pelo debate a várias vozes sobre o tema da transição para uma condição pós-moderna e o papel que tem nela o

fenómeno urbano (cf. 4. 1). De várias formas, participou nesta discussão a maior parte dos sociólogos que hoje melhor contribuem para o desenvolvimento teórico da sociologia, de Habermas a Touraine e de Giddens a Lash. Acontece com frequência neste debate representar-se uma distinção dicotómica entre modos de organização social e expressões culturais modernas e pós-modernas que não pode deixar de recordar (pelo menos, no tocante ao modelo de pensamento) a tradição tardio-otocentista de que falámos um pouco atrás. E, em muitos casos, surgem igualmente antíteses relativas a diversos modos de ser da cidade e que, por exemplo, contrapõem a organização espacial concentrada no período industrial à difusão urbana da época pós-industrial, ou então a monodimensionalidade

da cultura urbana moderna ao exasperado pluralismo cultural da cidade pós-moderna.

O segundo âmbito de discussão (que encontra maior eco em Itália, por exemplo, nas análises sobre as regiões de economia de pequena empresa) refere-se à importância que fenómenos considerados típicos da cultura co-

munitária tiveram, e têm, no desenvolvimento socioeconómico de alguns sistemas contemporâneos com características especificamente urbanas. Queremos referir aqui, por exemplo, a relevância persistente de factores como a confiança recíproca entre indivíduos empenhados em relações interpessoais: esta confiança desempenha um papel de primeiro plano num campo como o económico, o qual, apesar de regulado por normas precisas e impessoais, exige mecanismos capazes de reduzir a incerteza e garantir a

obtenção de transacções satisfatórias.

São válidas conclusões análogas a propósito da persistência, nas sociedades contemporâneas, de âmbitos de relações em que predominam relações de reciprocidade, ou seja, formas de intercâmbio não concentradas no lucro mas reguladas por normas e valores profundamente sinceros - pense-se, por exemplo, nas relações nos círculos familiares, nas redes de amigos,

ou nas organizadas por associações de voluntariado ou de self help, e assim sucessivamente.

1. 2. 5. Perspectivas de uma sociologia espacialista

A última alínea de pesquisa que aqui se refere tem uma natureza diferente das três precedentes - na verdade, não se trata de uma corrente ou de um filão analítico da sociologia urbana, mas de uma nova perspectiva que parece abrir-se para toda a teoria sociológica. Deriva de uma apreciação crítica sobre a tradição sociológica - expressa por sociólogos contemporâneos, como Giddens e Dickens, mas também compartilhada por geógrafos, como Harvey, Pred e os autores pertencentes ao filão da *time geography* -

e de um esforço de renovação conceptual intenso para revalorizar a importância do espaço (ou, ainda melhor, do espaço-tempo) como dimensão constitutiva do comportamento e dos sistemas sociais. Todo o capítulo 6 é dedicado a este tema, pelo que de momento nos limitamos a uma breve antecipação de algumas argumentações.

1. A teoria sociológica, em especial no século xx, sofreu uma evolução que a levou a assumir uma atitude de cada vez maior indiferença perante os espaços e tempos concretos em que os fenómenos sociais se

manifestam. A teoria sociológica «pura» apresenta-se como um conjunto de teorias que parecem referir-se a fenómenos que ocorrem fora de contextos espaciais e temporais específicos. Na maioria dos casos, os soció -

/

logos ocupam-se de espaço e tempo somente quando a análise «pura» se passa ao da investigação empírica, referi especificas. Mas este segundo nível é encarado como menos de vista teórico, menos determinante no desenvolvimento do conhecimento.

2. O antídoto a esta tendência não pode consistir no desenvolvimento de uma ou mais disciplinas específicas de análise

social sociológica do território. Trata-se, antes, de redefinir o espaço e tempo no próprio coração da sociologia. Convém quermas mentais atrás mencionados - não é verdade que as leis reguladas por leis abstractas, que, acidentalmente, se podem manifestar neste ou naquele sistema espacial; na realidade, todo o fenómeno social constitui o resultado da repetição de práticas desenvolvidas por actores, que actuam dentro de condições particulares de espaço e tempo e se relacionam com um ambiente material. Para definir esta viragem de perspectiva, pode dizer-se - retomando uma expressão de Ledrut (1987) - que é necessário encarar os fenómenos sociais numa óptica espacialista (e, poder-se-ia acrescentar, temporalista).

3. Esta transformação de ponto de vista não se refere, como é óbvio, apenas à pesquisa sociológica que tem como objectivo a cidade e o território, mas a toda a sociologia. Com efeito, esta última abarca todos os níveis

da análise sociológica - desde aquele que se interessa pela acção social dos indivíduos singulares (o nível microsociológico) ao que se ocupa da interacção e das relações intersubjectivas (o nível mesosociológico) e ao

que estuda os sistemas sociais de grandes dimensões e forte complexidade (o nível macrosociológico). Isto não impede que a nova óptica permita também salientar, de forma diferente do passado, alguns temas que foram, e ainda são, objectivos típicos de reflexão da sociologia urbana, dos relativos ao comportamento dos indivíduos no ambiente urbano àqueles que encaram o estudo de cidades específicas, entendidas como sociedades locais.

4. Por esse motivo, a perspectiva especialista, apesar do seu carácter de novidade, pode legitimamente relacionar-se com alguns contributos clássicos da análise sociológica, que, embora concebidos num quadro teórico diferente, se abrem hoje a novas interpretações. Entre os contributos clássicos, podem citar-se em primeiro lugar as reflexões de Simmel sobre a personalidade do cidadão e a natureza da interacção em carripo urbano, e, além disso, a concepção weberiana segundo a qual a cidade pode ser entendida

d

01

n

po e

n It @e s@

ra e@ ,:4u

d

s o s si

como uma forma de sociedade local, em que se interceptam de modo coe-

rente formas económicas, instituições políticas e organizações da sociedade civil (cf. ESQUEMA 1. 4). Passando a uma época mais próxima da nossa, podemos tomar em consideração, ainda, as análises agora quase tão clássicas

de Goffman dedicadas aos comportamentos ritualizados das relações em público, ao uso do espaço na vida quotidiana e às normas codificadas da «boa educação», a que, não por acaso, chamamos maneiras «urbanas».

1. 3. Os campos de pesquisa da sociologia urbana

1. 3. 1. Os focos de interesse

No presente capítulo, concentramos a atenção na sociologia urbana como disciplina. Ao invés, o resto do livro dirige o foco de interesse para a própria cidade e seus problemas, embora, obviamente, para os enfrentar se recorra sobretudo às análises e ideias expressas por sociólogos urbanos.

ESQUEMA 1. 4. A abordagem espacialista ao estudo da cidade

Alguns conceitos importantes da sociologia urbana contemporânea (que têm a ver com a dimensão espaço-temporal da acção humana e da interacção entre indivíduos) encontram importantes referências teóricas em autores clássicos, do pensamento sociológico, atentos aos aspectos espaciais e às formas da interacção no contexto urbano.

Georg Simmel (1909), por exemplo, salienta a relevância do espaço para a sociologia como lugar que fornece um significado à realidade. Segundo ele, a cidade é, precisamente, um facto sociológico que se forma espacialmente. O sociólogo alemão aprofunda, pois, a análise da metrópole moderna como âmbito de vida caracterizado pelo domínio da economia monetária e de uma despersonalizante filosofia do dinheiro. Acresce a isto que os cidadãos modernos vivem segundo tempos rápidos, ritmos intensos e solicitações com uma frequência jamais experimentada pelos seres humanos, ao ponto de plasmar personalidades marcadas por «intensificação e agitação nevrótica, resultantes da rápida e ininterrupta modificação dos estímulos externos e internos». O habitante metropolitano típico, segundo Simmel, acaba assim por exprimir atitudes biasé (afectadas, estereotipadas, apáticas, enfasiadas de tudo) porque é obrigado a «agitar os nervos até ao limite da sua maior reactividade durante um período de tempo tão longo que acabam por parar de reagir totalmente»,

Em Max Weber, como foi dito, a cidade emerge essencialmente como lugar do mercado, no qual cálculos racionais dominam as relações interindividuais. Isso não impede que aquele sociólogo saliente a complexidade da <formação social, urbana como causa e resultante da interacção de processos políticos, económicos e culturais. A cidade no centro da análise weberiana (a europeia, originada pelas Comunas medievais) resulta, portanto, num grupo, num «conjunto de cidadãos». É, pois, possível, no seio do contexto urbano, segundo Weber, definir espaços e

âmbitos relacionais significativos e envolventes no plano emotivo, Um exemplo neste sentido é fornecido pelas comunidades de vizinhos, em que a «contiguidade local de habitação,, se traduz com frequência pelos habitantes numa «comunhão de interesses, unia ajuda recíproca, uma fraternidade económica em caso de necessidade,, - essas comunidades, características das aldeias rurais, ainda se encontram de modo significativo «nas estradaq citadinas ou'nos agregados humanos□ metropolitanos,, .

A cidade será analisada tomando em consideração, nos vários capítulos e parágrafos, diferentes dimenções e aspectos, como a economia, a política, a cultura e a morfologia social. Aparentemente, semelhante organizaçã o dos argumentos não necessita de explicações especiais. Na realidade, porém, a simples distinção entre as dimensões agora evocadas da realidade urbana deve ser vista à luz apropriada. De facto, como se procurou evidenciar desde o início, o ângulo visual da sociologia urbana não é especialista, mas, por assim dizer, «generalista» - conduz, por conseguinte, a interpretar o sistema urbano mais como uma entidade complexa e dotada de fortes relações entre os elementos singulares do que como um agregado de partes que se podem considerar separadamente. Assim, os vários aspectos ou dimensões da cidade (e os problemas que eles levantam) remetem necessariamente de um para o outro - não é por acaso que em toda a história da sociologia urbana as pesquisas mais importantes são menos as que aprofundam nos mínimos pormenores um

fenómeno isolado do que as que conseguem mostrar a coerência (e, quando necessário, a incoerência e a conflitualidade) entre os múltiplos fenómenos interactivos no âmbito urbano.

A esta luz, os blocos temáticos que aparecerão nos próximos capítulos devem ser considerados não como compartimentos fechados mas como áreas de estudo organizadas em tomo de focos de interesse distintos, embora não contrapostos. Cada um desses focos determina à sua volta - poder-se-ia dizer - um campo magnético que atrai os programas de pesquisa individuais, mas de tal modo que a atracção que deriva de um não exclui a resultante dos outros. Assim, acontece com frequência os programas de estudo concretos ressentirem-se da influência combinada de mais centros temáticos.

Para simplificar, os focos mencionados reduziram-se aqui a quatro.

1. O Primeiro refere-se à dimensão económica da cidade. Toda a cidade se apresenta como sede de uma multiplicidade de actividades econón-úcas destinada a produzir bens e fornecer serviços. Essas actividades apresentam numerosas interacções recíprocas, quer no interior dos centros urbanos individuais, quer entre eles. Desse modo, a rede da cidade representa o

esqueleto fundamental da estrutura económica de cada país, especialmente dos de elevado grau de desenvolvimento, e participa numa divisão internacional do trabalho que influi de forma relevante no papel que o país desempenha no contexto mundial.

2. O segundo diz respeito à dimensão política e à estrutura social da cidade. Com efeito, os centros urbanos são lugares em que se articulam classes e camadas sociais, e se organizam os interesses colectivos que dão vida a partidos, sindicatos, grupos profissionais, associações de categoria, etc. Através de processos de selecção das representações e de participação política, formação de alianças e conciliação de conflitos, definem-se na cidade linhas de intervenção política que incidem essencialmente (embora não de modo exclusivo) nas próprias características sociais e económicas da cidade e na sua ordem espacial.

3. O terceiro abarca mais directamente a dimensão cultural da vida urbana. Por um lado, a cidade é a sede de um confronto contínuo entre culturas e subculturas, entendidas no sentido antropológico dos termos, ou seja, como conjuntos estruturais de normas, valores, símbolos, esquemas de comportamento próprios de grupos sociais, étnicos ou religiosos, e assim sucessivamente. Esse confronto pode gerar sínteses, mas por vezes também contraposição, marginalização de culturas minoritárias, segregação. Por outro, a cidade é lugar de elaboração contínua de símbolos e sede de manifestações da vida cultural, desta vez entendida no sentido corrente do termo - por conseguinte, um lugar em que se desenvolvem actividades artísticas, literárias, musicais, teatrais, etc.

4. O quarto, finalmente, envolve a dimensão ecológica da cidade. No sentido introduzido pelos textos clássicos do filão ecológico refere-se à «forma» que o aglomerado urbano tem do ponto de vista social - por conseguinte, a distribuição dos vários grupos e actividades nos diversos espaços que compõem a cidade. Todavia, na linguagem actual, o adjectivo «ecológico» remete para os problemas da relação entre a cidade, como sistema artificial, e o ambiente natural e biológico, incluindo neste último o próprio homem, como organismo vivo, dotado de uma estrutura psíquica particular. Por conseguinte, isto conduz à questão da sustentabilidade ambiental na cidade e à questão relativa à influência que o ambiente urbano exerce sobre a personalidade dos habitantes.

A atracção cruzada dos quatro focos define um campo estruturado, dentro do qual se podem colocar os vários temas de estudo da sociologia urbana. A figura 1. 1. corresponde a uma classificação possível, na qual a maior ou menor vizinhança de um tema de estudo de um foco indica a intensidade com que se exprime o interesse por uma determinada dimensão da cidade.

Neste esquema, estão indicados muitos dos temas que serão desenvolvidos nos próximos capítulos; a sua posição no espaço definido pelas

quatro polaridades não tem, sem dúvida, um valor absoluto, mas serve sobretudo para fins explicativos. Assim, pode abarcar-se imediatamente o facto de que, a par de temas com conteúdos mais estreitamente sectoriais, há outros que remetem ao mesmo tempo para mais de uma dimensão. Depreende-se, por exemplo, que o tema da segregação social tem ao mesmo tempo aspectos ecológicos (relativos à colocação dos grupos segregados no interior da cidade), culturais (com frequência os grupos segregados desenvolvem subculturas específicas), políticos (são temas políticos e alvo de intervenções assistenciais) e económicos (a segregação tem como causa as desigualdades na distribuição do poder e dos recursos económicos e concorre, por sua vez, para as reproduzir).

1. 3. 2. A pesquisa empírica

A sociologia urbana estuda os próprios assuntos quer através da reflexão teórica quer da análise empírica. A primeira absorve não poucos esforços dos estudiosos - reflecte sobre conceitos fundamentais da disciplina, sob o perfil da sua lógica interna e das relações que os unem reciprocamente, e tenta ordená-los segundo uma textura coerente até constituir verdadeiros modelos explicativos da realidade. A importância da discussão sobre con-

ceitos é notável, tanto na sociologia urbana como em todo o âmbito das disciplinas sociológicas, motivada sobretudo pelo facto de não existir em sociologia um quadro conceptual de referência que se possa considerar indiscutível e, portanto, constituir assunto implicitamente de todos os

estudiosos, sem exigir justificações específicas (Alexander, 1988). Não existindo (ou melhor, não sendo unívoco) esse quadro, o aparelho conceptual assumido nas várias pesquisas necessita sempre de explicações, assim como requer ser revisto periodicamente, interpretado historicamente e reconsiderado à luz de novas transformações sociais.

O que se acaba de expor não impede que a vocação específica da sociologia urbana seja predominantemente empírica - o seu papel, antes de mais, consiste em interpretar com eficácia fenómenos urbanos particulares, de relevo social, analisando-os com o emprego de metodologia de pesquisa apropriada.

Os objectivos da pesquisa empírica podem ser de diferentes naturezas -

vai-se da desenvolvida com fins de puro conhecimento até à que se propõe produzir conhecimentos úteis para a predisposição de planos e linhas de intervenção, em terreno público ou, mais raramente, privado. Em função dos Objectivos, também variam a origem, a composição e a importância dos recursos necessários ao desenvolvimento das análises. No caso da pesquisa de fins puramente científicos, os recursos devem ser quase sempre encontrados no

âmbito das universidades ou de outras organizações de pesquisa. Quando, porém, existe uma intenção projectual (de qualquer tipo), toma-se um rumo concreto que ajusta a distribuição de recursos às suas finalidades. Ora, em muitos casos, a pesquisa sociológica em terreno urbano entra nesta segunda situação e depende, portanto, de acções provenientes, em larga medida, de entidades empenhadas no governo local, metropolitano, regional ou de nível ainda superior. Isto expõe a actividade de estudo a influências ligadas às oscilações das orientações das entidades em causa. Houve e há, por conseguinte, nos vários contextos nacionais, momentos e períodos mais favoráveis ao desenvolvimento de pesquisas concluídas e outros mais desfavoráveis.

O período mais recente não apresentou, a esse respeito, um quadro particularmente positivo - a difusão em muitos países de orientações políticas neoliberais implicou em geral uma redução das acções públicas, contrariando sobretudo a actuação de programas de estudo coordenados e de acção larga. Trata-se de um factor de carácter prático que, a par de outros de ordem cultural, concorre para explicar uma certa fragmentação dos temas de análise nos últimos 15 anos, observáveis em quase toda a parte.

No que se refere aos instrumentos de investigação utilizados nas pesquisas empíricas, a sociologia urbana não se caracteriza tanto pela presença de instrumentos que lhe são próprios em termos exclusivos como pelo emprego de métodos de natureza assaz heterogénea, às vezes resultantes de outras ciências sociais, escolhidos em função do tema enfrentado. Não sendo possível, nessa sede, entrar no mérito das metodologias específicas, limitamo-nos a propor uma simples tipologia de abordagem à análise empírica, acrescentando, todavia, que, por vezes, os estudos mais ricos e densos de resultados são aqueles em que essas abordagens se combinam entre si com um certo eclectismo e chegam a oferecer uma imagem da cidade de muitos pontos de vista contemporaneamente.

1. Em muitos estudos, a análise baseia-se essencialmente em informações de fonte indirecta, ou seja, no emprego de dados existentes de diferentes origens (censitária, anográfica, etc.), recolhidos com fins estatísticos. Essas informações podem ser utilizadas de forma cruzada (por exemplo, comparando dados sobre a população, as actividades económicas, o rendimento, e assim sucessivamente), ou ser objecto de simples elaborações, com a finalidade de construir indicadores, úteis para descrever o fenómeno estudado e sugerir hipóteses interpretativas. Por vezes, usam-se métodos de elaboração mais complexos e apurados, como, por exemplo, os que recorrem a técnicas de análise multivariada (cluster analysis, análises factoriais, etc.). Mais raramente, e em campos de pesquisa especializados, recorre-se à construção e acção operativa de verdadeiros e apropriados modelos matemáticos, para simular «em laboratório» o funcionamento de sistemas complexos e prever a sua dinâmica.

2. Num número elevado de estudos, está prevista não tanto a elaboração de dados existentes mas a produção de nova informação. A respeito destes últimos, poderemos ulteriormente distinguir entre as pesquisas que se servem de métodos de carácter predominantemente quantitativo ou qualitativo.

Os métodos quantitativos destinam-se a fornecer informações claras e rigorosas sobre um fenómeno - embora, por vezes, adn-útam pagar o preço de uma certa esquematização -, sobretudo com vista a um tratamento estatístico dos dados. A survey com o uso de questionários de perguntas predominantemente herméticas é, sem dúvida, o mais célebre desses métodos.

Os métodos qualitativos, ao invés, propõem-se recolher informações qualitativamente mais ricas sobre um fenómeno, obtendo um acesso mais pleno à subjectividade dos indivíduos estudados. Neste caso, o tratamento estatístico dos dados é excluído e emprega-se uma linguagem interpretativa mais próxima da da vida quotidiana, por vezes apoiada em técnicas baseadas na imagem ou na elaboração gráfica. Entre os métodos qualitativos, podem citar-se as entrevistas não directivas, a recolha de histórias de vida, a observação participativa, as técnicas da «sociologia visual» e a utilização dos «mapas mentais».

2. O URBANISMO, A ECONOMIA, O DESENVOLVIMENTO

2. 1. A cidade, fenómeno económico

2. 1. 1. Urbanismo e revoluções económicas

Como tentaremos esclarecer nos próximos capítulos, a cidade é um sistema social de grande complexidade que, por assim dizer, apresenta no seu interior, de forma «concentrada», a quase totalidade dos fenómenos típicos de sistemas de dimensões mais amplas, como as sociedades nacionais ou mesmo os sistemas internacionais. Por conseguinte, não se presta a ser interpretada por meio de uma única chave de leitura, nem se pode dizer que existe uma dimensão prioritária do fenómeno urbano, ou seja, uma dimensão que determina todas as outras e está em condições de as explicar. Pode, pois, afirmar-se (ou deve mesmo afirmar-se) que a cidade é simultaneamente um fenómeno económico, político, cultural, etc., e acrescentar que todo o aspecto está ligado indissoluvelmente aos outros, por isso, é influenciado por eles e, ao mesmo tempo, contribui para os definir.

Se, portanto, é verdade que nenhuma ordem de prioridades se impõe necessariamente, com que temas convém iniciar uma análise do fenómeno urbano?

Como já se referiu no ponto 1. 3. L, no presente texto preferiu-se principiar com um capítulo dedicado, de preferência, à cidade como fenómeno económico. Em face do que se acaba de referir, essa escolha não implica certamente a ideia (presente nas versões mais banalizadas do marxismo) segundo a qual a economia representa a estrutura de toda a sociedade e, portanto, a chave explicativa fundamental da sua interpretação. No entanto,

falando da cidade, existe pelo menos um motivo essencial - e reconhecido por muitos sociólogos, historiadores e economistas - que leva a evidenciar a relação entre esta e a dinâmica da economia, considerada numa ampla perspectiva histórica. Com efeito, podem citar-se pelo menos dois grandes momentos «revolucionários» na história do desenvolvimento das sociedades humanas, que correspondem a fases de importância decisiva para a história do fenómeno urbano.

O primeiro corresponde à chamada Revolução Neolítica e ao desenvolvimento da agricultura, iniciado pelo menos 8000 ou 9000 anos antes de Cristo. Segundo muitos autores, este importante processo de transformação da base económica - que, das colheitas, da caça e da pesca passa a concentrar-se na produção agrícola e na pastorícia - impõe as bases para o nascimento da cidade. Bairoch (1985) insiste em particular na relevância de três factores, ligados entre si - o grande aumento da produção alimentar por unidade de superfície, a disponibilidade de um surplus alimentar que possa ser objecto de troca, o aumento da densidade da população e sua «sedentarização», ou seja, a estabilização no território e o fim do nomadismo. No seio de uma população mais densa e estável que dispõe de bens alimentares excedentes das necessidades imediatas, desenvolve-se uma divisão do trabalho maior, e, em particular, uma parte da população pode dedicar-se a diversas actividades - ao artesanato, actividades mercantis, funções administrativas, políticas, militares ou religiosas. Criam-se, portanto, as condições para o desenvolvimento de uma sociedade local articulada, de tipo «urbano».

O segundo momento de grande transformação histórica sucedeu no século xviii, com a Revolução Industrial. A partir da Inglaterra, para passar depois progressivamente a um número mais largo de países da Europa e da América do Norte, assistiu-se nessa época a um aumento, quer da população, quer da produtividade do trabalho, tanto nos sectores industriais emergentes como na própria agricultura. Graças a esse aumento de produtividade, houve menos necessidade de a maior parte da população se dedicar à produção de bens agrícolas e, por outro lado, tornou-se conveniente o desenvolvimento da produção de bens e sua troca num cenário nacional e internacional. Nessas condições, a população dedicada a actividades extra-agrícolas, que, durante séculos, se mantivera numa quota quase nunca superior a 10%, pôde fazer aumentar a sua incidência a ritmos acelerados (no início do século XIX, já superava os 30% em Inglaterra). Criaram-se assim as bases para uma grande expansão do fenómeno urbano - a cidade, que, desde o seu nascimento, representara um cenário de vida para uma parte limitada da população (embora, com frequência, tivesse albergado as castas mais ricas, cultas e poderosas), convertia-se no quadro destinado a alojar quotas de população cada vez mais consistentes,

pertencentes a classes e castas totalmente heterogêneas. A partir daquele momento, o crescimento urbano tornou-se cada vez mais geral, ao ponto de, hoje, nos países mais desenvolvidos, cerca de dois terços da população viverem nas cidades e, entre os habitantes destas, perto de metade residir em aglomerados populacionais superiores a 500 000 habitantes (Bairoch, 1985).

Os dois momentos «revolucionários» agora mencionados são, portanto, aqueles em que a transformação da economia estabeleceu os pressupostos, respectivamente, para o nascimento da cidade e para um enorme crescimento da incidência do fenómeno urbano. Obviamente, a criação desses pressupostos não equivale, de forma automática, a uma provocação directa dos fenómenos atrás salientados. Juntamente com as causas económicas, intervêm com não menos força as de natureza política ou cultural - por exemplo, para o nascimento da cidade reveste-se de importância fundamental a formação das grandes estruturas estatais da era antiga (no Egipto, na Mesopotâmia, na China, etc.), tal como é essencial a transmissão da cultura pela forma escrita, a qual, de resto, origina motivações indiscutíveis das exigências da permuta económica (Godart, 1992). No entanto, também é verdade que - quaisquer que fossem as principais razões do surgimento dos primeiros centros urbanos - o desenvolvimento da agricultura e dos comércios constituiu o seu indispensável apoio económico. Por conseguinte, não se pode minimizar a importância das «revoluções» atrás citadas, que, aliás, pressupõem por seu turno evoluções fundamentais da tecnologia e dos conhecimentos aplicados à solução de problemas práticos.

Segundo alguns estudiosos, encontrar-nos-íamos hoje no curso de um terceiro momento não menos essencial de transição económica e tecnológica, determinada pelo desenvolvimento das tecnologias de base microelectrónica e das comunicações, o que teria como consequência uma ulterior mutação do fenómeno urbano, até à sua gradual extinção, em direcção a um continuum de aglomerados populacionais, unidos por formas de comunicação à distância. No decurso deste e dos capítulos subsequentes, tomar-se-ão várias vezes em consideração, sob diferentes ópticas, teses deste tipo. No entanto, embora admitindo que os impactes no fenómeno urbano são de enorme alcance, insistir-se-á sobretudo na importância permanente da cidade, na época que se inaugurou, com os anos 80 do século XX.

No seguimento deste capítulo, falar-se-á acima de tudo do alargamento entre as modalidades com que o urbanismo se manifesta nos países mais avançados e nos países em vias de desenvolvimento. A cidade do «Sul do mundo» (como hoje, cada vez com mais frequência, se convencionou dizer, para designar o conjunto dos países de menor desen-

volvimento) 1 é dedicado, em particular, o ponto 2. 2. Voltando aos países de desenvolvimento económico elevado (o «Norte do mundo»), no ponto

2. 3., procurar-se-á sublinhar os termos da discussão sobre a actual fase de transição, com alusão tanto ao sistema económico como à cidade. Finalmente, no ponto 7. 4. abordar-se-á o problema do novo papel económico que a cidade está a assumir na fase actual.

2. 1. 2. Cidade, desenvolvimento, subdesenvolvimento

Há pouco, citou-se a Revolução Industrial como uma linha divisória na história do urbanismo e, especificamente, como o processo de transformação que toma possível uma inversão dos pesos relativos da população urbana e não urbana. Todavia, como se frisou largamente, a industrialização e a modernização - embora alargando os seus efeitos indirectos à totalidade das sociedades mundiais - envolveram directamente, até hoje, um número relativamente limitado de países, que agrupam uma quota largamente minoritária da população mundial. Em contrapartida, o processo de urbanização, sobretudo no século xx, não se limitou a envolver os países industrializados, mas estendeu-se progressivamente, e sempre com força crescente, aos que se encontram em condições de desvantagem económica ou vêem mesmo afastar-se cada vez mais os seus modelos sociais, e os padrões de vida, dos do mundo desenvolvido.

Assim, devido a um conjunto de motivos a que nos referiremos nos pontos 2. 2. 1. e 2. 2. 2., o crescimento urbano, no período mais recente, manifesta-se a ritmos particularmente acelerados em países de menor desenvolvimento e em algumas áreas, como as da África Central, em que se torna mais evidente a síndrome do subdesenvolvimento. Isto verifica-se, em contrapartida, numa fase histórica em que, como veremos, se regista um abrandamento do crescimento das cidades no mundo desenvolvido, o que configura um fenómeno de estabilização substancial do urbanismo. Com efeito, mesmo limitando a análise da dinâmica do urbanismo à consideração de indicadores quantitativos, podemos observar facilmente que, enquanto no Sul do mundo a população urbana aumenta e, sobretudo, cresce desmesuradamente a concentrada nas cidades de maiores dimensões, no Norte essas populações, no seu conjunto, encontram-se em cres-

cimento lento, enquanto se determina um processo de redistribuição

1 A expressão «Sul do mundo» é motivada pelo facto, em parte consistente, de que os países mais pobres se encontram, efectivamente, no hemisfério austral, enquanto os de desenvolvimento elevado se situam, na sua maioria, no hemisfério boreal.

demográfica que penaliza as áreas centrais, com vantagem das suburbanas (Cf. ESQUEMA 2. 1).

Hoje, portanto, encontra-se em actividade um processo que tende a

tomar reciprocamente independentes, à escala planetária, o fenómeno do crescimento urbano e o do desenvolvimento económico. Em algumas partes do mundo (os países mais avançados) o urbanismo abranda, enquanto o

desenvolvimento prossegue, ainda que seja de modo diferente do passado. Noutras partes (uma grande área de África e nos países mais pobres da Ásia e América Latina) o crescimento urbano acelera, embora em presença de uma estagnação económica ou de processos recessivos. Em algumas regiões do mundo assiste-se, pois (por exemplo, nos países da Ásia Oriental), ao entrelaçamento entre processos de crescimento económico, expansão urbana e aumento dos desequilíbrios sociais, que, no século XIX, caracterizava o cenário europeu.

Estas simples considerações servem para colocar de sobreaviso contra a tentação de afirmações demasiado simplificadas sobre a relação intercorrente entre urbanismo e desenvolvimento económico. Na verdade, se é exacto que a Revolução Industrial, como vimos atrás, criou as bases para uma expansão das cidades sem precedentes, também é certo que o

conjunto das relações económicas e políticas de sinal capitalista, associadas a essa Revolução, colocaram em movimento um entrelaçamento complexo de desequilíbrios à escala mundial, que incidiu profundamente, de modo diferenciado, nas diversas partes do nosso planeta, em factores de crescimento urbano.

Mérisso, as mesmas considerações induzem-nos a uma ulterior reflexão sobre a natureza do fenómeno urbano. A expansão urbana é, sem dúvida, compatível com dinâmicas económicas de sinal diferente e contrário. Isto, todavia, indica também que, nas várias áreas mundiais, a cidade apresenta caracteres económicos, sociais e espaciais nitidamente diferenciados. Para exemplificar da maneira mais significativa, as grandes concentrações urbanas nos países mais pobres (que hoje já representam em absoluto as maiores concentrações da população sobre a Terra e são-lo de modo mais acentuado num futuro próximo) em muitos casos tão pouco se podem considerar cidades, no sentido tradicional do termo. Como observa Knight (1993), não se trata propriamente de cidades, porque «o seu crescimento não é auto-induzido e não são autogeridas. O seu crescimento representa a

ruptura da tradicional sociedade de aldeia e não a extensão ordenada e o desenvolvimento industrial das estruturas da cidade ou uma ampla transformação social e cultural» (p. 109). Em resumo, quando se fala do fenómeno urbano a uma escala de observação internacional, o próprio termo «cidade» oculta uma variedade extrema de condições económicas, modos de vida, formas de organização social e morfologias instaladas.

ESQUEMA 2. 1. Urbanização: um processo à escala mundial

No início dos anos 90, cerca de metade dos habitantes do planeta residia numa cidade. Apenas 30 anos antes, a quota de urbanização compreendia apenas um terço da população mundial. O grande crescimento das cidades, em particular das metrópoles, diz respeito, sobretudo - em termos absolutos -, aos países do Terceiro Mundo; aqui, o fenómeno depende essencialmente de duas ordens de factores: por um lado, o aumento demográfico interno, por outro, o poder de atracção que as grandes cidades (em especial as capitais) exercem sobre as populações rurais (UNDP, 1993; Massiah, 1993).

No que se refere aos países do Norte do planeta, porém, assistiu-se a um abrandamento dos processos de expansão urbana, com uma tendência, registada em muitas áreas desenvolvidas já a partir dos anos 70, para o êxodo de populações urbanas em direcção às cinturas, aos subúrbios, aos pequenos e médios centros situados na proximidade das áreas metropolitanas ou, por vezes, mesmo à distância.

Segundo as previsões da ONU, a população urbanizada deverá aumentar, à escala mundial, cerca de mais de 700 milhões de unidades no próximo decénio e dois milhões e meio no primeiro quartel do século xxi. Uma expansão urbana que deverá dizer respeito, mais uma vez, na sua maioria, aos países do Terceiro Mundo, robustecendo assim as tendências manifestadas nos últimos decênios.

Prevêem-se igualmente diferenças continentais consideráveis entre os países terceiro-mundistas: a América Latina, em particular, deverá tornar-se o continente absolutamente mais urbanizado (com cerca de 85% de populações residentes em cidades), enquanto em África e na Ásia será apenas cerca de metade da população a habitar nas cidades.

A tendência para concentrações elevadas de populações urbanizadas, em especial no Terceiro Mundo, está a determinar um crescimento considerável das cidades com mais de um milhão de habitantes: prevê-se que esses centros - que eram

114 em 1960 - aumentarão para 640 por volta do ano 2025. Deles, os 25 maiores terão uma população de 7 a 24 milhões de habitantes - três em cada quatro casos pertencerão ao Terceiro Mundo.

Do ponto de vista da ocupação do solo, também se prevê que a continuação do grande desenvolvimento urbano produzirá efeitos mais do que proporcionais em relação ao puro aumento da população. Os caracteres típicos da urbanização nos países do Sul do planeta são de tal ordem que permitem prever que, onde a população de uma metrópole duplicar (processo que requer cerca de um decénio, mantendo-se os actuais ritmos de crescimento), a superfície do solo ocupado pela construção urbana aumentará três vezes.

Taxa anual de (1960-1991) urbana	Taxa anual de (1960-1991)	População urbana 1960	População urbana 1991	crescimento popul.	crescimento popul.	(em % do total)	total
-------------------------------------	------------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------	--------------------	-----------------	-------

Comunidade Europeia	+0,5%	+0,9%	70%	79%	Países industrializados	+0,8%	+1,4%	61%	73%
Terceiro Mundo	+2,3%	+4,0%	22%	37%	Mundo	+1,9%	+2,9%	34%	45%

De qualquer modo, se se quisesse tentar dar conta da diferença dos tipos de cidade hoje presentes nos cinco continentes, haveria que ter presentes - e cruzar entre eles - pelo menos duas ordens de factores.

O primeiro refere-se à profundidade histórica do urbanismo. Com efeito, a cidade actual é o produto de uma longa sedimentação de caracteres morfológicos e culturais, acumulados ao longo dos séculos. Se tomarmos isto em linha de conta, não podemos esquecer que há áreas mundiais nas quais existe uma continuidade do fenómeno urbano durante muitos séculos, ou mesmo milénios enquanto noutras a cidade constitui um fenómeno relativamente recente, produto da colonização europeia. Entre as primeiras figuram, por exemplo, a Mesopotâmia, o Egipto, a China, a Europa Mediterrânica e a Índia; entre as segundas, grande parte do continente americano e da África subsariana. Nas áreas de urbanização mais recente, induzida pela penetração europeia, revestem-se obviamente de grande importância as modalidades com que se desenrolou a colonização

- é enorme a diferença entre a instalação dos colonos ingleses e franceses na América do Norte, a conquista da América do Sul pelos espanhóis e

portugueses (que, entre outras coisas, teve o efeito de eliminar totalmente civilizações urbanas autóctones precedentes, como as surgidas no actual México e nos Andes peruvianos) e a penetração colonial de muitos países da África Ocidental e Central, precedida da acção devastadora da escravatura.

O segundo factor refere-se aos diversos papéis que as áreas mundiais assumiram, na época industrial e, de forma particular, na sua fase mais recente, por efeito do que se define como divisão internacional do trabalho. Como veremos no ponto 2. 2., essa expressão alude ao conjunto dos factores económicos e políticos, ligados às modalidades de funcionamento do sistema capitalista mundial, as quais determinam a posição que cada país ou região económica ocupa numa estrutura de relações internacionais fortemente desequilibradas. A esta luz, com respeito à atitude assumida pela divisão internacional do trabalho, costuma-se classificar os países ao longo de um eixo centro-periferia (amplamente sobreponível à distinção Norte-Sul); em particular, se pudéssemos distinguir os seguintes tipos de contextos, à escala mundial:

- a) as áreas fortes do centro da economia internacional, como os Estados Unidos, Japão e Europa centro-setentrional;
- b) as áreas fracas do centro, como as correspondentes ao Meio-Dia italiano, às regiões meridionais e atlânticas da Espanha, à Grécia, a Portugal, à Irlanda, etc.;
- c) as novas áreas industriais, como as do Extremo Oriente (Coreia do Sul, Taiwan, Hong-Kong, Singapura e algumas regiões da China) e, parcialmente, algumas regiões da América Latina e da Índia;

d) as áreas da Europa Oriental em transformação após a extinção do modelo do «socialismo real»;

e) as áreas semiperiféricas do Sul, ou seja, os países menos desfavorecidos do Terceiro Mundo, como alguns árabes, latino-americanos e asiáticos;

J) as áreas periféricas do Sul, ou seja, as mais directamente ameaçadas pela fome e pobreza, como uma grande parte da África subsariana.

Em cada um destes contextos, o desenvolvimento urbano apresenta caracteres e problemas peculiares, não reconduzíveis unicamente a um perfil quantitativo. Se, conjuntamente, se tomarem também em consideração as diferentes estratificações da história urbana, com base no critério atrás referido, poder-se-á ficar com uma ideia da natureza poliédrica e fortemente desigual do urbanismo que se manifesta no final do século XX.

2.2. O urbanismo no Sul do mundo

2. 2. 1. As abordagens interpretativas

Este ponto tem o objectivo de oferecer uma análise muito rápida sobre alguns temas relativos à interpretação sociológica da cidade dos países do Sul do mundo. Embora o resto do volume seja dedicado essencialmente ao urbanismo nos países desenvolvidos (nos quais, presumivelmente, vive e trabalha a esmagadora maioria dos leitores), parece-nos indispensável não descurar, pelo menos, uma breve alusão à outra face da problemática urbana, que abarca milhares de milhões, numa larga parte do planeta. Subentende-se que essa alusão se reveste de um carácter puramente introdutivo na abordagem de uma questão complexa, cada vez mais destinada a impor-se à atenção do mundo com evidência dramática.

Antes de salientar algumas questões específicas, merece a pena dedicar algumas considerações ao modo como a sociologia tentou, até hoje, construir esquemas conceptuais para compreender as causas do crescimento urbano no Sul do mundo e prever as suas consequências na dinâmica do desenvolvimento. Por outro lado, cabe evidenciar imediatamente que esses esquemas se devem colocar em estreita relação com os filões mais gerais de interpretação que as ciências sociais elaboraram para explicar os desequilíbrios existentes entre os diversos países e regiões do cenário internacional.

A esse respeito, a sociologia apresenta essencialmente duas grandes tradições teóricas, que formularam hipóteses entre as suas alternativas, enquanto uma terceira começa a definir-se em tempos mais recentes.

A primeira - que, até há poucos anos, parecia don-únante nas ciências sociais - é a tradição respeitante aos modelos funcionalistas e à teoria da modernização. Os pressupostos desta última devem procurai-bt em última instância na visão do desenvolvimento proposta pelo liberalismo e pela teoria económica clássica e neoclássica: a ideia guia (que se salienta até Smith e Ricardo) é que os diversos países, embora encontrando-se na origem em diferentes níveis de desenvolvimento, proporcionam uma vantagem recíproca do intercâmbio económico, porque cada um deles tem conveniência em especializar o seu sector produtivo na oferta de bens que, em relação à sua dotação de factores produtivos, possam ser produzidos de forma mais eficaz e por menor preço. Graças a esta troca livre no mercado internacional, todos os países - mesmo os inicialmente em desvantagem - poderão percorrer os passos necessários no caminho do desenvolvimento. Além disso, segundo muitos autores, entre os quais Rostow (1960), uma vez superado o limiar crítico da «descolagem» industrial, o processo de crescimento económico e social tende a tornar-se irreversível.

Além disso, a troca livre, além dos efeitos económicos, serve para difundir esquemas culturais, atitudes, aspirações de carácter «moderno», mesmo nos contextos que se mantiveram firmes no estado da sociedade tradicional. Por outro lado, esta nova orientação sociocultural retroactua na esfera económica desses contextos e acelera-lhes o crescimento.

Na linha teórica considerada revestem-se, portanto, de uma função essencial os processos de transferência do Norte para o Sul do mundo, em todos os sentidos possíveis - transferência de tecnologias de conhecimentos, de modelos de consumo, de atitudes nos confrontos do trabalho, e assim sucessivamente. Nestes processos situa-se o papel da cidade, encarada como o âmbito que, pela sua natureza, é maioritariamente permeável às influências provenientes do mundo já desenvolvido e modernizado e que, por seu turno, está em condições de fazer penetrar essas influências no resto do país. Deste ponto de vista, o forte crescimento urbano nos países subdesenvolvidos tende a ser avaliado positivamente - as migrações do campo para a cidade fazem afluir a população a um lugar em que entra mais facilmente em contacto com novos valores e esquemas de comportamento inovadores.

Esta visão optimista encontrou repetidos desmentidos na dinâmica econón-úca real - apesar da efectiva globalização da economia e o aumento das trocas, somente um número limitado de países consegue dar o salto decisivo para a industrialização, e alguns estão mesmo investidos de um processo de regressão económica. Além disso, em particular, apresenta-se largamente desmentida a hipótese de que a cidade esteja destinada espontaneamente a ser veículo de inovação - como afirma Detragiache (1991),

«a cidade é escola de modernização [...] se constitui aparelho produtivo em expansão capaz de acolher a nova população, formando-a no trabalho e, por conseguinte, na sociedade» (p. 47). De contrário, é apenas um lugar de desenraizamento cultural da população e de acumulação de problemas sociais, que, ultrapassado um determinado limiar dimensional, se tomam quase insolúveis.

À teoria da modernização contrapõe-se uma segunda tradição histórica, que tem os seus pontos de referência na análise marxista e noutros modelos analíticos que, seja como for, salientam o carácter desigual do desenvolvimento económico, nas condições típicas do capitalismo industrial. Nesta tradição tem uma função central a ideia da divisão internacional do trabalho: o desenvolvimento das sociedades ocidentais, baseado nas relações de produção capitalistas, pôs em acção - por meio do alargamento dos merca-

dos e da competição entre estados nacionais - um processo que comporta a atribuição a vários países e regiões do mundo de uma especialização produtiva que os coloca em posições desiguais, no âmbito de uma hierarquia internacional. Nessa hierarquia, como já se referiu, há áreas que se situam no centro, porque têm um papel hegemónico e imprimem aos processos de desenvolvimento à escala internacional um rumo favorável aos seus interesses. Ao invés, outras encontram-se na periferia, pelo facto de desenvolverem papéis subordinados e dependerem das modalidades do desenvolvimento económico, oriundos dos países centrais. Outras ainda encontram-se em posição intermédia e podem caracterizar-se como áreas da semiperiferia (Arrighi, Drangel, 1986).

Nas várias fases do desenvolvimento económico mundial - a partir do dealbar da era moderna na segunda metade do século XV, até ao desenvolvimento do capitalismo industrial de três séculos mais tarde, para chegar à actual fase de globalização da economia -, variam os países que ocupam os papéis centrais no sistema internacional - da Espanha dos conquistadores à Inglaterra imperial, aos Estados Unidos do segundo pós-guerra (Shannon, 1989). No entanto, não muda o carácter substancialmente dualista daquilo a que Wallerstein (1974) chama economia-mundo capitalista. Esse carácter deve-se ao facto de que, uma vez posto em movimento o processo auto-reprodutivo do desenvolvimento capitalista em alguns países, estes tendem imediatamente a ampliar os seus mercados, estabelecendo com os outros relações de exploração económica, baseadas na troca desigual (Emmanuel, 1969), ou seja, num intercâmbio comercial com o efeito de transferir riquezas da periferia para o centro da economia mundial.

Nesta perspectiva, a cidade do Sul é, no fundo, um elo intermediário da cadeia que une os países don-úñantes - e os seus sistemas urbanos - às vastas áreas rurais periféricas. Com efeito, depois de ter sido a sede do

domínio público europeu durante a fase colonial, na época pós-colonial tomou-se no lugar em que se concentram as actividades económicas dependentes do capitalismo internacional - as filiais nacionais de bancos, seguros, sociedades financeiras e, em alguns casos, estabelecimentos industriais de empresas multinacionais, atraídas pelos baixos custos da mão-de-obra. Além disso, é o lugar de penetração de modelos de consumo impostos pelos interesses do aparelho produtivo dos países centrais e sede de um poder político por vezes controlado mais ou menos directamente por esses países.

Por conseguinte, a tradição marxista abala, de certo modo, a avaliação do papel do urbanismo formulada pela teoria da modernização - a ligação entre a cidade do Norte e do Sul não é encarada como veículo de generalização do desenvolvimento, mas antes como instrumento de reprodução da hegemonia dos países desenvolvidos em prejuízo dos subdesenvolvidos.

A par destas duas tradições fundamentais, começa a definir-se, a par- tir dos anos 70, outra concepção que, sob muitos perfis, se pode considerar alternativa nas comparações de ambas, embora a crítica se volte mais frequentemente contra a teoria da modernização. Esta tende a pôr em dúvida a própria imagem, até aqui dominante, do desenvolvimento e os indicadores com que geralmente se mede (Cf. ESQUEMA 2. 2). Além disso, baseia-se, com frequência, em aquilo que é definido como uma abordagem «normativista» do desenvolvimento (Tarozzi, 1990) - mais do que insistir na análise interpretativa dos processos que conduziram ao desenvolvimento de uma grande parte do mundo, coloca-se a tónica no «dever ser» e tenta-se determinar percursos capazes de inverter o sinal desses processos. A ideia guia é aquela segundo a qual só se pode sair da actual situação de desequilíbrio imprimindo ao desenvolvimento um rumo diferente, e isto tanto no Sul como no Norte do planeta - o princípio a ter sempre presente é aquele que considera o desenvolvimento uma resposta a exigências fundamentais do homem e da sociedade, mais do que uma necessidade económica imposta por «fortes» interesses (CEPAUR, 1986). Este princípio, porém, não pode dar origem a soluções iguais para todos. Pelo contrário, é essencial que cada sociedade local esteja em condições de encontrar o modelo de desenvolvimento mais conforme com as suas especificidades. É esta a concepção self reliance, a capacidade de confiar nos seus próprios meios e valorizar, acima de tudo, os recursos locais, entendendo-se com isto não só os materiais e económicos mas, ainda mais, os humanos e culturais.

A insistência na necessidade de fundar as bases do desenvolvimento no substrato cultural e material de cada sociedade local não equivale, decerto, a propugnar o encerramento nos confrontos do sistema inter-

nacional. Apoiar o isolamento não só se revelaria irrealista, na fase actual, como significaria esquecer a comunidade objectiva de destino entre todos os países do mundo, determinada pela natureza planetária de muitos problemas, com realce para os ambientais. O realce da questão ecológica, em contrapartida, constitui outro carácter essencial da abordagem em mente - cada sociedade deve procurar um modelo de desenvolvimento compatível com os seus recursos, porém todos os modelos (tanto no Norte como no Sul) têm de se revelar compatíveis com os vínculos impostos pelas exigências de conservação e reprodução do ambiente natural. É esta a ideia do ecodesenvolvimento, teorizada na Europa sobretudo pelo economista e sociólogo de origem polaca Sachs (1980).

Na perspectiva agora referida, a cidade é considerada não tanto pela sua função de ligação entre a sociedade nacional e a internacional como pelo facto de ser um tipo particular de sociedade local, que apresenta problemas específicos e possui recursos peculiares. A esta luz, no estudo das cidades do Sul atribui-se particular atenção não tanto aos centros direccionais mas, de preferência, às largas periferias, onde vive a esma-

gadora maioria da população que obtém sustento sobretudo da economia informal. A sobrevivência dessa população está ligada, em parte não marginal, a uma rede de laços de solidariedade familiar, étnica, de vizinhança e a relações de reciprocidade - essa rede pode ser encarada como um recurso urbano essencial, que, se tivesse à disposição o apoio de tecnologias modernas, mas adequadas às exigências do contexto, poderia representar uma base eficaz para a raiz de processos de crescimento económico.

ESQUEMA2.2. Novos indicadores para definir o «desenvolvimento humano,,

A partir de 1990, é publicado anualmente pela ONU um relatório sobre o estado do desenvolvimento nos países industrializados e no do Sul do mundo. A redacção desse documento (a cargo do UNDP, United Nations Development Programme) obedece a uma redefinição dos indicadores utilizáveis para redefinir o desenvolvimento das nações e dos povos.

Em relação a uma tradição de pesquisa que, substancialmente, esgotava as análises sobre o desenvolvimento tomando em consideração apenas indicadores de tipo económico (produto interno bruto, taxa de inflação, rendimento médio per capita, etc.), os relatórios UNDP abrem, ao invés, espaço a indicadores novos, para estimar o nível global da qualidade de vida de cada Estado - relativos à esfera cultural, formativa, aos níveis de instrução da população, à liberdade política e de opinião, às discriminações étnicas ou de género. Restam, pois, ainda alguns indicadores de carácter económico, relativos às barreiras comerciais ou aos níveis do

débito internacional de um país, mas interpretados à luz dos reflexos que estes produzem no nível de qualidade de vida da população - por exemplo, de que modo a dívida externa produz como consequência cortes no sistema de welfare interno (saúde, educação, assistência).

Com referência específica aos contextos territoriais, e, em particular, urbanos, os relatórios UNDP estudam sobretudo os processos de crescimento da urbanização, nos países do Norte e do Sul do mundo, através de indicadores relativos à percentagem de população urbana no total da população, ao crescimento relativo nos últimos decênios da população urbana, à densidade de população nas cidades, ao crescimento das metrópoles com mais de um milhão de habitantes e a fenómenos de superpopulação urbana.

Uma análise das variações entre contextos urbanos e rurais efectua-se, pois, recorrendo a indicadores mais específicos de qualidade de vida, entre os quais a presença de infra-estruturas higiénicas e de saneamento básico, a disponibilidade de água potável, mas também a possibilidade de aceder aos serviços do sistema sanitário, a qualidade da alimentação infantil, ou mesmo indicadores de qualidade do ambiente natural (por exemplo, a quota de população local exposta a ruídos de tráfego superiores aos limites de aceitabilidade). Este conjunto de indicadores permite, entre outras coisas, estabelecer todos os anos uma lista de todas as nações mundiais que, tendo em conta o nível global da qualidade de vida, não corresponde a uma relação da pura riqueza económica dos diferentes Estados. Assim, por exemplo, como se pode observar na tabela seguinte, países como a Noruega ou a Suécia precedem os Estados Unidos, ou mesmo a Itália ou a Espanha figuram após alguns países do Sul do mundo.

Posições de alguns Estados na lista de 1994, elaborada segundo o índice de desenvolvimento humano (IDH) (UNDP, 1994)

1
2

Japão Canadá

36
37

Chile Rússia

3
4
5

Noruega Suíça Suécia

41
46
48

Portugal Argentina Polónia

6

EUA

70

Brasil

7
8
9

Austrália França Holanda

73

75

85

Turquia Cuba África do Sul

10

Grã-Bretanha

101

China

11

12

Islândia Alemanha

107

119

Argélia Marrocos

1...1

143

Índia

20

21

22

Barbados Irlanda Itália

1...1

169

170

Níger Burkina Faso

25

30

33

Espanha Uruguai Coreia do Sul

171

172

173

Afeganistão Serra Leoa Guiné

2. 2. 2. Os factores do crescimento urbano

Depois de passar em revista as principais linhas interpretativas do urbanismo nos contextos de baixo desenvolvimento, toma-se agora necessário fazer algumas referências aos caracteres que este apresenta, com a tónica sobretudo nos aspectos que - embora com inúmeras variantes - se

acham presentes em quase todos os continentes e subcontinentes que formam o Sul do mundo.

A esta luz, o primeiro aspecto que convém salientar é a dinâmica aparentemente imparável do crescimento urbano. Para nos limitarmos a alguns dados, relativos ao século xx, a taxa de crescimento anual da população urbana passou de 0,9% do período 1900-1920 para 3,4% no vinténio 1920-1940, atingiu 4,5% entre 1940 e 1950 e 5% (ou seja, uma taxa de crescimento que produziu a reduplicação da população urbana em 14 anos) entre 1950 e 1970 (Bonnafoos, Puel, 1983). Também não se pode afirmar que estes valores tenham baixado no período mais recente ou estejam destinados a diminuir no futuro imediato - em resumo, portanto, os países de menor desenvolvimento são assinalados por uma expansão urbana que, segundo muitos, ultrapassa toda a possibilidade efectiva de controlo.

Além de prosseguir (até este momento) de forma acelerada, o urbanismo nas áreas de baixo desenvolvimento tende a privilegiar os centros urbanos de grandes dimensões e não as cidades intermédias. Entre 1950 e 1980, nesses países, o número das cidades com população superior a 5 milhões de habitantes passou de 1 para 15, enquanto nos de maior desenvolvimento o incremento foi de 5 para 11. Nos do Sul do mundo, o peso percentual da população das cidades de mais de 5 milhões de habitantes no total da população urbana subiu, no mesmo lapso de tempo, de 3,3 para 12,3%; nos do Norte, ao mesmo tempo, a variação de peso idêntico revelou-se de proporções quase irrelevantes - de 9,4 para 10,0% (Brun, Williams, 1983). Por conseguinte, determinou-se nos primeiros uma superconcentração da população num número relativamente reduzido de cidades de dimensões gigantescas - trata-se de um fenómeno de macrocefalia urbana que, de resto, se acentua nos anos mais recentes, quando (como veremos no Capítulo 5) os países de desenvolvimento mais elevado se caracterizam por uma relativa desconcentração da população e, em alguns casos, por um

relançamento das cidades de média dimensão.

Quais são as causas desse impulso para o crescimento urbano? Uma resposta a esta pergunta não se reveste de simplicidade, tanto mais que, a variedade dos contextos que, sumariamente, se podem classificar como pertencentes ao Sul é de tal ordem que requer numerosos cambiantes na avaliação.

No entanto, em linhas gerais, pode afirmar-se razoavelmente que o conjunto dos factores que produzem a urbanização é constituído por uma mescla - variavelmente equilibrada - de causas de dois tipos distintos:

a) processos que incidem na desestruturação das áreas rurais; b) processos que incidem na atractividade dos centros urbanos. Trata-se, em ambos os casos, de fenómenos em que a componente económica exerce um peso acentuado, embora intervenham simultaneamente elementos de natureza demográfica, social, política e cultural.

Os factores de crise e desestruturação das áreas rurais representam, por assim dizer, uma mola que actua no sentido de «impelir» a população para fora dos campos. O que se pode resumir dizendo que estão ligados à rotura de um equilíbrio que, tradicionalmente, existia entre a população e os recursos necessários ao sustento desta última, à escala local. Com efeito, o contacto com o mundo ocidental favoreceu quase por toda a parte a difusão de meios terapêuticos, de condições higiénicas e alimentares tais que diminuem a mortalidade (sobretudo a infantil) e determinou, portanto, a presença de taxas de crescimento demográfico elevadas. Entretanto, porém, quer o colonialismo político quer as várias formas de subordinação económica do Sul do mundo dentro de esferas de influência dos países desenvolvidos encaminharam a agricultura dos países fracos para modalidades de organização coerentes com os interesses dos países europeus e norte-americanos, mas impróprios para manter o incremento da população local (por exemplo, modalidades baseadas na cultura intensiva de um único produto destinado ao mercado internacional - as chamadas «monoculturas»). O resultado consiste em que uma parte da população rural já não encontra nos campos meios de subsistência, nem ao menos perspectivas de mobilidade social, e vê-se obrigada a procurá-los noutros lugares e, portanto, a emigrar para as áreas urbanas do seu país (e mesmo, em medida crescente, para os países mais ricos da Europa e da América).

Por seu turno, as grandes cidades dos países de baixo desenvolvimento apresentam - em especial, se as comparam aos respectivos campos - motivos de atracção que representam um segundo estímulo dos processos de urbanização - um estímulo que actua «puxando» a população para si. Estes factores estão ligados aos recursos de que as cidades dispõem (embora, por vezes, uma medida totalmente insuficiente) e permitem que a população urbana resolva - ou, pelo menos, enfrente com maiores chances do que as presentes nos contextos rurais - alguns problemas vitais da vida quotidiana, a começar pelo da sobrevivência. Entre os recursos mencionados, situam-se sobretudo aqueles que dependem das actividades económicas presentes nas cidades ou, de um modo mais geral, da presença de um mercado do trabalho e de mecanismos de distri-

buição do rendimento. Esses mecanismos nem sempre garantem a todos os indivíduos rendimentos suficientes para sobreviver. Em todo o caso, bastam para estimular um afluxo de população contínuo, a qual tenta de vários modos obter deles o sustento. Por outro lado, convém não esquecer que a cidade é, também - ainda que a níveis pouco mais do que elementares -, um lugar em que estão presentes serviços, garantidos pelo Estado ou mais raramente da iniciativa privada e por vezes apoiados nas iniciativas de cooperação promovidas pelos países desenvolvidos. Assim, a população do campo é levada a transferir-se para a cidade para encontrar serviços sanitários ou para usufruir de instrução superior ou universitária. Nestes casos, a transferência pode revestir-se, por vezes, apenas de um carácter irregular, ou sazonal, mas é de tal ordem que determina uma

ulterior congestão da cidade e uma sobrecarga das suas frágeis infraestruturas. Finalmente, os centros urbanos são atraentes pelo estilo de vida, que os caracteriza, pelos modelos de consumo que propõem (por sua vez influenciados pelos modelos dominantes nos países mais ricos), pelo facto de que favorecem a possibilidade de escapar ao controlo social sobre o comportamento individual, típico dos contextos rurais. Estes factores de atracção cultural são tanto mais fortes quanto maior é o intercâmbio entre cidade e campo e quanto mais profunda a penetração dos meios de comunicação de massa. De qualquer modo, estes contribuem para difundir uma imagem positiva e, por vezes, idealizada da cidade, que exalta as suas potencialidades efectivas aos olhos de quem se prepara para emigrar.

O jogo cruzado dos factores de repulsa (dos campos) e de atracção (para as cidades) faz com que o impulso para o gigantismo urbano se crie tanto nas áreas mais pobres como naquelas em que actuam processos de desenvolvimento, por vezes acelerados. No primeiro caso - como, por exemplo, na África subsariana - tendem a predominar os impulsos para a fuga dos campos: os centros urbanos crescem, mas a chegada à cidade comporta, para muitos, apenas a transferência para áreas desprovidas de todos os serviços e um difícil trabalho de bricolage para obter, de várias fontes, um rendimento de subsistência. No segundo caso - como na faixa costeira chinesa ou nalgumas zonas da América Latina - encontram-se fortemente presentes factores atractivos ligados ao desenvolvimento de compartimentos económicos e produtivos. Por conseguinte, a chegada à cidade significa a participação numa competição, por vezes árdua, para a inserção em actividades «modernas» e remunerativas. Quem chega em

primeiro lugar consegue elevar rapidamente a sua condição social, enquanto quem fica excluído encontra na sua frente um destino não forçosamente melhor do que o que se depara aos habitantes das cidades mais pobres.

2. 2. 3. O duplo circuito da economia urbana

O que se acaba de referir já evidencia um aspecto essencial da economia urbana nos países do Sul do mundo - o seu carácter fragmentário e, em particular, a grande fractura que separa o sector «moderno» das actividades industriais e terciárias (onde ele existe) dos restantes sectores. Além disso, esta separação sobrepõe-se à distinção entre as actividades formais, ou seja, sujeitas de algum modo à regulação de parte das leis e ao controlo do Estado,

e as informais, às quais esse controlo não se aplica e, ao invés, se desenvolvem com base em regras não escritas, de tipo consuetudinário. Portanto, do ponto de vista económico, as cidades dos países de baixo desenvolvimento apresentam duas faces muito diferentes entre si, aproximadas no espaço, mas não integradas de modo algum - a primeira é constituída por actividades que se desenvolvem no seio de organizações públicas e privadas mais ou menos eficientes, mas substancialmente similares às organizações homólogas dos países desenvolvidos, e a segunda (de dimensões com frequência muito maiores) é formada, na sua maior parte, por actividades de serviço, desenvolvidas por particulares ou pequenas unidades não formalizadas, por vezes estruturadas em bases familiares, de bairro ou étnicas. Esta dupla realidade económica determina, para retomar uma célebre análise de Santos (1977), um duplo circuito urbano nos países do Sul - por um lado, o que liga as actividades modernas e de nível superior do próprio país e está aberto aos contactos com os países do Norte, por outro, um segundo circuito (ou melhor, uma multiplicidade de circuitos locais) de natureza informal e dotado de escassa abertura para o exterior.

No que se refere ao sector moderno da economia, é constituído essencialmente por unidades que dependem de empresas multinacionais (indústrias quase sempre de carácter não inovativo, ou então bancos, seguradoras, sociedades financeiras, etc.). Nos países mais pobres, este sector está ausente, ou é de entidade exígua, a representar o sector formal estão exclusivamente as actividades dependentes da administração pública (por exemplo, no campo dos transportes), as quais, por outro lado, são caracterizadas por baixa eficiência e qualidade inferior.

O sector informal, por seu turno, compõe-se de diversos compartimentos cujos limites se esfumam e que são estabelecidos em diferentes modos por sociólogos e economistas que procuram oferecer uma classificação.

De qualquer modo, podemos dizer que um primeiro compartimento é constituído por um conjunto de actividades organizadas fora de qualquer tipo de mercado, com base numa permuta de favores, como, por exemplo, entre famílias aparentadas, entre vizinhos ou no seio de grupos da mesma origem étnico-regional. Esta forma de «economia moral» (Friedmann, 1989) também existe, em várias formas, nas cidades de desenvolvimento elevado.

Todavia, nos países mais pobres, reveste-se por vezes de um papel essencial para a sobrevivência de grande parte da população. Neste tipo de economia, as mulheres desempenham uma função essencial.

Um segundo compartimento é representado por actividades que produzem bens e, sobretudo, serviços para os quais há um mercado. Actividades de serviço doméstico, de comércio ambulante, de pequenas restaurações (também desenrolada na rua ou, às vezes, nas próprias residências), grande parte do artesanato tradicional ou dos transportes urbanos, actividades do sector da construção, e assim sucessivamente. Em algumas situações (na América Latina, por exemplo), uma parte destas actividades tende a organizar-se de forma cooperativa e a assumir posições intermédias entre o sector formal e o moderno. No interior deste compartimento também existem funções que são atribuídas de preferência às mulheres (por exemplo, o «pequeno comércio» em muitas cidades africanas), enquanto noutras - como os transportes ou a actividade da construção civil - são predominantemente excluídas.

De um modo geral, convém distinguir com atenção o sector informal da economia do abertamente ilegal. Embora exista uma área de sobreposição entre os dois fenómenos, deve salientar-se que - nas cidades do Sul do mundo, como nas do Norte - as actividades ilegais mais rentáveis (como a produção e tráfico de droga, a prostituição organizada, as apostas e os jogos de azar clandestinos, o tráfico de armamento, a tributação e a usura) são, em larga medida, controladas por organizações dotadas de meios poderosos e larga cumplicidade no sistema político e no aparelho administrativo, judicial e policial. Em alguns aspectos, assemelham-se mais às actividades do circuito «moderno» (e, em certos casos, trata-se de verdadeiras empresas multinacionais, embora, obviamente, não formalizadas) do que às dos circuitos locais.

2. 3. O urbanismo fordista e a sua crise

2. 3. 1. As «ondas longas» do desenvolvimento industrial

Voltemos agora a concentrar a atenção no Norte do mundo. Nesta área, como já referimos, a Revolução Industrial e as profundas transformações da estrutura social e política que a acompanharam criaram os pressupostos para uma mudança não menos radical do fenómeno urbano, que se evidenciou sobretudo na sua enorme expansão quantitativa. Embora os processos em causa, observados com uma atenção «microscópica» através das especifi-

cidades dos contextos e das fases, revelem caracteres variegados e por vezes contraditórios, no seu conjunto evidenciam sem dúvida uma forte correlação entre o crescimento industrial e o das cidades.

O êxito global destes processos pode observar-se, por exemplo, nos dados contidos na tabela 2. 1, que, aludindo a toda a Europa, avalia o andamento dos fenómenos de urbanização, estimando, em datas sucessivas, o incremento da população total, o da população urbana, a taxa de urbanização (ou seja, a relação entre a população urbana e a população total) e a taxa anual de variação da população urbana.

Estes dados evidenciam que já no século XVIII se verificava no nosso continente um incremento - em termos absolutos - tanto da população total como da população urbana. Durante aquele século, porém, as populações cresceram paralelamente, pelo que a taxa de urbanização não sofreu variações no seu conjunto (na realidade, o primeiro país industrial, a Inglaterra, assistiu a um grande aumento da população urbana, o que, todavia, foi contrabalançado pela diminuição do peso demográfico das cidades de países como a Bélgica, Holanda e Portugal.

Ao invés, a partir do século XIX, as taxas de urbanização revelaram uma rápida ascensão - em 100 anos, esse indicador, que, no início superava pouco os 12%, triplicou, e o incremento prosseguiu a ritmos acelerados no século XX, até 1970 (com um abrandamento no vinténio de 1930-1950). Em contrapartida, no período mais recente, o crescimento urbano parece

TABELA 2. 1.

Evolução da população urbana* da Europa (sem a Rússia) e da taxa de urbanização - 1700-1980

Ano	População total	População urbana	Taxa de urbanização	Taxa média anual (em milhões)	(em milhões)
	(pop. urb/pop. tot. x 100)		(pop. urb/pop. tot. de var. pop. urbana no período considerado)		
1700					
102					
12,6					
12,3					
1750					
120					
14,7					
12,2					
0,3					
1800					
154					
18,6					
12,1					
0,5					
1850					

203

38,3

18,9

1,5

1880

243

71,4

29,3

2,1

1900

285

108,3

37,9

2,1

1910

312

127,1

40,8

1,6

1930

333

159,7

47,9

1,1

1950

367

186,0

50,7

0,8

1970

427

271,8

63,7

1,9

1980

456

304,1

66,7

1,1

* População que vive em centros oonn mais de 5000 habitantes. Fonte: Bairoch (1985), p. 282.

61

em fase de estabilização - em todos os casos, a população das cidades, no continente europeu, representa pouco mais de 2/3 da população total.

Se opusermos à Europa outra grande área do mundo desenvolvido, a América do Norte, o andamento dos processos de urbanização regista uma trajectória análoga, com algumas ligeiras variantes. Aqui, na realidade, a incidência da população urbana no século XVIII situa-se em níveis inferiores aos europeus, mas, durante 100 anos sucessivos, a recuperação no confronto com o Velho Continente é particularmente rápida. Assim, no decurso do século XX, as taxas de urbanização americanas superam as europeias, mas, nos anos mais recentes, o seu abrandamento é mais notável, embora, actualmente, se situem em valores análogos.

Com base nos dados acabados de citar, parece poder-se formar a imagem de um desenvolvimento paralelo e contínuo (se não mesmo linear) tanto do crescimento económico como do das cidades. Seria, contudo, errado deduzir deste paralelismo, evidenciado em termos puramente quantitativos, a existência de uma simples causalidade directa entre industrialização e urbanização. Com efeito, a natureza das relações entre os dois processos não se mantém inalterada durante a época industrial, mas modifica-se em função das características assumidas nos vários períodos em que aquela época se possa dividir.

Para explicar esta afirmação, convém, antes de mais, esclarecer o significado desta subdivisão em períodos. A esse respeito, é útil salientar a interpretação da história económica dos últimos 200 anos, proposta por numerosos economistas, os quais sustentam que o desenvolvimento se realizou através de um andamento cíclico, em que surgem «vagas» sucessivas. Os pontos de referência teóricos mais importantes, nesse sentido, são as hipóteses de Kondratiev (1926), Schumpeter (1939) e, com diferenças de relevo, as de Kuznets; (1930). Têm em comum o facto de reconhecer que, no andamento dos processos de desenvolvimento económico à escala internacional - determinados por uma variedade quase caótica de eventos e diferenciados de desfasamento entre os casos de contestações singulares -, é possível determinar ciclos de longo período de expansão e declínio, acompanhados de outros análogos de crescimento e contracção dos preços dos bens produzidos (Berry, 1991). Segundo a teoria de Kondratiev, a duração média desses ciclos (a que se alude por vezes falando de ondas longas do desenvolvimento) é de cerca de 50 anos.

Um dos factores que acompanham os ciclos da economia mundial e, em parte, contribuem para os interpretar é a dinâmica, também cíclica,

20S ciclos de longo período das «ondas longas» do desenvolvimento não se devem confundir com os conjunturais, de período muito mais breve.

da inovação tecnológica. Com efeito, as «invenções» que contribuem para a evolução dos sectores produtores de bens e serviços não se sucedem com continuidade no tempo, mas produzem-se essas mesmas segundas vagas, ou seja, fazem registar momentos de intensificação e de estagnação.

O ciclo da inovação tecnológica e as suas consequências no ciclo económico podem ser descritos dividindo cada onda longa em quatro fases, do seguinte modo:

1. A fase inovadora é aquela em que a inovação aparece pela primeira vez e coincide frequentemente com um período de relativa estagnação económica. Nestas condições, algumas empresas, para reagir à crise depressiva, investem mais intensamente na pesquisa e procuram introduzir inovações relativas aos bens produzidos (esta inovação denomina-se de produto) e/ou respeitantes às tecnologias e modalidades organizativas empregadas na produção (inovação de processo). Entre essas empresas, algumas conseguem obter êxito - quando isso acontece, a inovação proporciona lucros elevados e contribui para o seu relançamento.

2. A fase expansiva assiste a uma adopção crescente da inovação por parte de outras empresas. Esta renovação tecnológica contribui para revitalizar os mercados, e toda a economia se repõe em movimento a ritmo acelerado.

3. A fase da maturidade é aquela em que a vaga tecnológica em vista apresenta a mais ampla difusão e influencia em profundidade a economia das regiões mais desenvolvidas. O ciclo encontra-se no seu apogeu, e o ritmo do crescimento já não é tão firme como na fase precedente.

4. A fase da estagnação faz assistir a uma nova inversão de tendência. A tecnologia que constituiu o eixo motor de todo o ciclo parece agora obsoleta e a sua adopção universal faz baixar os produtos. Consegue primeiro um abrandamento mais pronunciado do crescimento económico e depois uma verdadeira recessão. Esta última coloca em perigo as empresas e leva algumas a reagir, criando as condições para o início de um novo ciclo.

Uma vez que, como se referiu, a duração dos ciclos económicos é aproximadamente de 50 anos, a história da era industrial contém quatro ciclos inteiros (cada um dos quais já passou através de todas as fases acabadas de descrever), enquanto um quinto poderia ser considerado nos seus inícios. Segundo a classificação de Freeman (1989), podemos enumerar os ciclos já completados da seguinte maneira:

a) ciclo da primeira mecanização, baseado na indústria têxtil (cerca de 1770-1840);

b) ciclo baseado no emprego do vapor como força motriz e no desenvolvimento das vias férreas (1840-1890);

c) ciclo baseado na introdução da energia eléctrica e na engenharia pesada (1890-1940);

d) ciclo caracterizado pela produção de massa de tipo «fordiata» (1940-1990).

As datas aqui mencionadas devem entender-se apenas como uma indicação temporal sumária - na realidade, a parte final de cada ciclo sobrepõe-se à inicial do ciclo precedente. Isto torna-se particularmente evidente na época actual - já a partir de metade dos anos 70, na verdade, se define a superação do 4.º ciclo e começam a delinear-se os caracteres de um ciclo sucessivo, que, todavia, ainda não parece ter encontrado uma caracterização estável. Como não tardaremos a verificar, porém, os aspectos salientes deste 5.º ciclo estão ligados à centralidade que nele assumem as tecnologias de base microelectrónica e os processos de elaboração da informação e comunicação à distância.

2. 3. 2. Os ciclos do crescimento urbano

Em que sentido as ondas longas do desenvolvimento industrial influenciam o fenómeno do urbanismo?

Em primeiro lugar, pode-se responder afirmando que, através da mediação de numerosas variáveis, a sucessão das vagas e a alternância de fases de inovação e de estagnação incidem na capacidade atractiva das cidades, aumentando-as ou diminuindo-as segundo um ritmo também cíclico. Por efeito disso, pode observar-se uma relação entre a dinâmica do desenvolvimento industrial à escala mundial (caracterizada pela sucessão das vagas atrás referidas) e as flutuações das taxas de crescimento da população urbana - isto é demonstrado, por exemplo, por Berry (1988), o qual, com referência aos Estados Unidos no período de 1790-1980, revela como as taxas de urbanização, apesar de sempre positivas, permitem reconhecer momentos de aceleração e de abrandamento em sintonia com as fases cíclicas da economia.

No entanto, esta primeira resposta é ainda fraca e limitada aos aspectos demográficos do urbanismo. Na verdade, são muito mais importantes os efeitos que as especificidades de cada vaga têm sobre os caracteres qualitativos do fenómeno urbano, ou seja, sobre a estrutura ocupacional, a estratificação social, os modos de vida, os conflitos e a própria forma física da cidade. Cada ciclo económico de período longo reflecte de forma radical o rosto da cidade e transforma-lhe os traços sociais - aumenta o peso de algumas camadas sociais e diminui o de outras, faz emergir algumas categorias de operadores económicos e declinar outras, atenua ou aprofunda as distâncias entre os bairros habitados por diferentes grupos, premeia quem possui determinadas competências e pune quem as não possui, e assim sucessivamente. Estas alterações, como as que se

referem ao ambiente construído da cidade e ao sistema das infra-estruturas, sucedem-se com intensidade descontínua - de um modo geral, são rápidas nas fases iniciais de cada ciclo, contudo abrandam o passo nos momentos da maturidade e da estagnação. Dessa forma, portanto, também a história urbana da época industrial, se a observarmos de uma perspectiva muito ampla, parece poder subdividir-se em períodos de longa duração e, se se comparar a sua periodicidade com a relativa à dinâmica do desenvolvimento económico, pode concluir-se que, mesmo com algum desfasamento, são substancialmente coerentes entre si.

Naturalmente, isto não significa que todas as variações relevantes no

campo económico se traduzem mecanicamente numa não menos relevante modificação da cidade. Para empregar uma metáfora biológica, podemos dizer que a cidade actua como um organismo complexo, certamente sensível aos estímulos que recebe do exterior, mas, como estes conse-

guem influir na sua estrutura, são «metabolizados» e tornados compatíveis com as exigências do próprio organismo. Além disso, todo o novo estímulo deve contar com os caracteres sociais, económicos, culturais e físicos que o sistema urbano herda do passado. Estão, por assim dizer, estratificados e sedimentados no decurso de uma história por vezes

milénaria e, mesmo quando configuram um campo receptivo nos con-

frontos da inovação, actuam de forma selectiva. Por outras palavras, estão dispostos a acolher apenas alguns elementos do processo inovador, mas resistem nos confrontos de outros (Cavallaro et al., 1993). Em suma, a inovação, para incidir profundamente na estrutura urbana, deve integrar-se nela e interagir com os elementos que não mudam, ou que se transformam a um ritmo mais lento. Por outro lado, com esta interacção também a inovação se modifica - o processo tem uma natureza adaptativa e pressupõe um certo grau de flexibilidade de ambas as partes.

Com base no que se referiu até aqui, é, pois, lícito falar de amplos ciclos do desenvolvimento urbano, colocando-os em relação com as cor-

respondentes ondas longas da dinâmica económica. Por esse motivo, nos trabalhos de muitos sociólogos urbanos, é hoje frequente o uso de expressões como, por exemplo, «a cidade da primeira mecanização» ou «a cidade fordista», para aludir, em abstracto, aos caracteres típicos que o urbanismo assume, respectivamente, na primeira metade do século XIX ou nos anos

sucessivos à Segunda Guerra Mundial. Neste contexto, recorre-se então a expressões desse tipo e, em particular, à segunda, para salientar os caracteres da cidade predominantes durante o 4.º ciclo. Empregam-se também rótulos análogos («a cidade pós-fordista») para aludir aos sinais que se defi-

nem no período contemporâneo (cf. ponto 2. 4. 1.).

Este uso, porém, corre o risco de gerar equívocos, se não se está ciente do nível de abstracção a que se referem todas estas expressões.

Com efeito, referir de modo abstracto a fisionomia predominante das cidades de um dado período é muito diferente do que atribuir essa fisionomia indistintamente a todas as cidades do período considerado, independentemente do contexto em que se colocam e da sua história individual. Na realidade, em qualquer época, apenas um número relativamente reduzido de centros urbanos corresponde muito de perto à imagem abstracta e «típica» exigida pela etiqueta, enquanto outros lhe correspondem apenas parcialmente e alguns em nada. A título de exemplo, na época da primeira mecanização, dominada pela indústria têxtil, nem todas as cidades se tornavam sedes importantes desta actividade - a

par das cidades industriais emergentes (por exemplo, em referência à Inglaterra, Manchester e Liverpool), mantiveram um papel relevante outros centros (como Bristol e Newcastle) que exerceram grande influência em épocas anteriores à Revolução Industrial (Bairoch, 1985). O mesmo se aplica a propósito da fase fordista, para dar outro exemplo, em referência à Itália, os traços que podemos considerar característicos desse período respeitantes a uma cidade como Turim (sobretudo dos anos 50 aos 70) adaptam-se parcialmente a Milão, mas não correspondem minimamente às peculiaridades de Roma e Palermo.

Os exemplos poderiam multiplicar-se - de um modo geral, serviriam para mostrar que, em cada período, existem centros fortemente permeáveis aos caracteres típicos da vaga económica e outros ainda quase impermeáveis. Entre estes últimos, situam-se particularmente cidades que figuram nalgumas categorias facilmente determinadas, como as seguintes:

- a) as cidades administrativas, cuja base ocupacional é representada de forma predominante por actividades da administração pública, como no caso de muitas capitais de Estado (Bonnet, 1994);
- b) as cidades de especialização permanente, sobretudo as que são sedes de instituições culturais dotadas de história secular, como as religiosas (Meca, Jerusalém, etc.) ou universitárias (Oxford, Heidelberg, etc.);
- c) as capitais regionais marginais, ou seja, cidades em regiões excluídas dos principais eixos do desenvolvimento e com a função de centro principal de serviço da área (muitas cidades de média dimensão no Sul italiano).

De qualquer modo, depois de nos precavermos contra todos os possíveis mal-entendidos, pode revelar-se útil prosseguir as análises

do urbanismo contemporâneo, usando a chave interpretativa das teorias dos ciclos económicos e urbanos e, portanto, focando a atenção nos processos de transição de um período fordista a um pós-jordista.

2. 3. 3. O período fordista e o papel da cidade

Retomando uma expressão que remonta a Grarrisci inuitos sociólogos concordaram em definir como fordista o período de desenvolvimento mundial que vai de cerca dos anos 30 aos 70. O início situa-se, pois, nos anos que precedem a Segunda Guerra Mundial, e com as sociedades ocidentais empenhadas em reagir à crise económica mundial iniciada com o crash da bolsa de Wall Street de 1929. O termo final, por outro lado, localiza-se na época actual e define-se através de um conjunto de transformações tecnológicas e económicas ainda hoje não totalmente concluídas.

Aliás, no tocante ao começo deste período, convém observar que os seus pressupostos económicos e tecnioló gicosjá se definem nos anos de 1910, em que - como demonstra o termo com que é designado - um papel essencial foi desempenhado por uma empresa específica e o seu proprietário: Henry Ford. Neste sentido, pode-se, pois, afirmar que o início das inovações que mais tarde tomaram possível a afirmação do modelo fordista tem uma data simbólica: 1914, ano em que ele «introduziu o dia de trabalho de oito horas a cinco dólares para os operários da cadeia de montagem [... 1 inaugurada no ano anterior em Dearbom, Michigan» (Harvey, 1990, p. 157).

Por conseguinte, como se pode depreender desta citação, o modelo inovador do modelo proposto por Ford tem como primeiro fundamento uma transformação tecnológica e uma reorganização da empresa, em que uma arte decisiva é desenvolvida pela aplicação dos princípios propugnados, naqueles anos, por um texto célebre de Taylor (1911). A introdução dos métodos tayloristas implica a decomposição do processo produtivo de um bem numa série de operações elementares e a sua recomposição por meio de uma solução técnica inovadora - a cadeia de montagem móvel, que transporta o «pedaço» a trabalhar, sucessivamente, diante das posições ocupadas por cada operário. Esta transformação da fábrica tem como efeito imediato a nítida diminuição do tempo necessário para produzir um bem, contanto que este seja produzido a uma escala suficientemente grande para amortizar os custos da implantação inicial da cadeia. Um segundo efeito, porém, diz respeito à composição da força-trabalho - como as qualificações exigidas aos operários são elementares (como poder fazer em poucas horas ou, quanto muito, em poucos dias de trabalho), passa a ser drasticamente redimensionado na fábrica o papel dos trabalhadores de alta qualificação, enquanto cresce o peso numérico dos operários genéricos. Além disso, estes últimos executam um trabalho repetitivo e não se encontram em condições de exercer algum controlo sobre os modos e ritmos de produção. Por isso, nos primeiros anos de aplicação destes métodos, o tipo de competências de trabalho

exigido pela Ford foi encarado pelos trabalhadores como desqualificativo e destituído de interesse. A consequência foi uma fuga impressionante de mão-de-obra, a qual abandonou a empresa em busca de ocupações operárias mais tradicionais.

Daí surgiu, para a Ford, a exigência de introduzir um novo sistema de relações entre a empresa e os seus dependentes, inserindo incentivos e

actos para contrabalançar os aspectos negativos. Nesta perspectiva, foram introduzidas formas de apoio às famílias operárias, com a intervenção de operadores sociais apropriadamente adestrados. De resto, essas iniciativas, além de terem um objectivo «social», ocultavam uma finalidade de controlo sobre estilos de vida do trabalhador na própria esfera privada. Por seu

turno, a tentativa de instaurar relações não apenas económicas entre a

empresa e os trabalhadores inseria-se numa concepção mais ampla, apoiada por Ford, segundo a qual, nas sociedades industriais modernas, a empresa não devia ser encarada apenas como uma instituição produtiva, mas como o verdadeiro e próprio «coração» da organização social. Por outro lado, as consequências do novo modo de produzir não se limitavam às fábricas, mas abarcavam toda a sociedade. Com efeito, como se salientava, o fordismo só era eficiente se os bens se produzissem em grande escala e

fortemente estandardizada. Por conseguinte, isso não se podia aplicar a

mercadorias destinadas somente a uma elite restrita. Ao invés, o mercado devia ser acessível a grandes massas, de que fizessem parte os próprios trabalhadores que produziam esses bens. Os operários deviam gozar de rendimentos suficientes para tornar possíveis poupanças que depois seriam utilizadas para adquirir produtos industriais e sobretudo bens de consumo duráveis, como o automóvel e os electrodomésticos. Mas, para que esse

ciclo produção-poupança-consumo fosse possível, tornava-se necessário que a empresa exercesse, ainda que indirectamente (por exemplo, através da publicidade e do uso dos mass media), um largo controlo sobre os modelos de consumo, de utilização dos rendimentos e do tempo livre, próprios das grandes massas.

O projecto fordista, no tocante à organização produtiva e à ampliação do mercado, estava destinado a um êxito crescente, primeiro na

América do Norte (já nos anos 20 e 30) e, mais tarde, na Europa - depois da Segunda Guerra Mundial generalizou-se e, como se referiu, definiu o modelo dominante durante cerca de 30 anos. Por outro lado, no que se

refere aos elementos relativos ao papel da empresa na sociedade, enfrentou uma quebra parcial, pelo que estava destinado a redimensionar-se. Na verdade, perante a crise económica dos anos 30, as empresas - mesmo

as grandes corporations - não se mostravam preparadas para executar a

tarefa de conduzir a economia e a sociedade para fora da fase depressiva. Ao invés, revelou-se essencial a intervenção regularizadora do Estado,

que se preocupava sobretudo em evitar que a crise recaísse sobre si própria, e, para inverter o sinal da conjuntura económica, pôs em acção actos políticos de expansão da despesa pública e apoio à procura. Apesar de tudo isto, no pós-guerra realizou-se parte do projecto original - embora a grande empresa não pudesse ficar atrás do Estado, tornou-se na protagonista indiscutível não só da cena económica mas também da social.

O bem-estar económico dos países mais avançados dependia, com efeito, sobretudo da expansão dos mercados dos bens produzidos pelas grandes empresas; ligavam-se-lhe intimamente as perspectivas ocupacionais de grande parte da população activa e as possibilidades de esta aceder a

níveis de consumo mais elevados. Na realidade, este percurso entre cres-

cimento da produção e crescimento dos consumos (favorecido pela difusão de uma propensão cultural para ver no aumento dos consumos o símbolo de uma posição social em ascensão) actuou de uma forma quase contínua durante cerca de 30 anos, da reconstrução do pós-guerra até metade dos anos 70, e tomou-se possível pelo impulso propulsivo de empresas de grandes dimensões e dotadas de um raio de acção cada vez

mais internacional. A própria possibilidade, por parte do Estado e das administrações locais, de intervir no campo económico e reforçar o quadro dos serviços públicos apoiava, em última instância, o êxito da grande empresa, a qual, graças a lucros elevados, estava em condições de distribuir salários e lucros mais elevados aos seus dependentes e aumentava assim os rendimentos sobre os quais incidiam os impostos que, por sua

vez, permitiam o financiamento das políticas públicas.

No período fordista, a cidade - sobretudo se caracterizada pela grande empresa - assumiu uma função muito importante, mas, ao mesmo tempo, sofria transformações que lhe alteravam a estrutura e a submetiam a tensões arriscadas para a sua identidade.

Por um lado, de facto, ela era o principal foco de irradiação do modelo fordista. Dados os princípios de organização industrial, salientados atrás, a grande empresa, para se revelar eficiente, necessitava de ter concentradas as suas unidades de produção e as sedes administrativas e de direcção. A indústria apresentava-se, pois, como um conjunto de actividades espacialmente não divisíveis, o qual, devido precisamente às suas

grandes dimensões, tinha a necessidade de se apoiar a uma grande cidade. Com efeito, a indústria encontrava nela, além de uma importante reserva de mão-de-obra e um primeiro mercado de escoamento dos seus bens, uma rede de serviços e infra-estruturas (dos serviços financeiros aos

sociais, das escolas profissionais às universidades técnicas, da rede de transportes aos hídricos, esgotos, eléctricos, e assim sucessivamente). Tudo isto permitia-lhe realizar as poupanças que, na linguagem dos economistas do espaço, obedecem à designação de economias de urbanização

(Hoover, 1937; Isard, 1956). Além disso, nas áreas urbanizadas, as grandes empresas favoreciam o desenvolvimento de um conjunto de indústrias menores que se configuravam como «empresas complementares» e se especializavam na produção de elementos ou bens subtrabalhados, que entravam no ciclo de produção da empresa principal (por exemplo, no caso de áreas concentradas na produção automobilística, as empresas complementares produziam os carburadores, as partes de plástico do automóvel, ou então projectavam carroçarias fora de série, etc.). Por estes motivos, o desenvolvimento industrial de tipo fordista revestia-se de um carácter inevitavelmente polarizado (Perroux, 1961; Remy, 1966), ou seja, actuava-se por meio do crescimento de grandes conjuntos económicos, hegemonizados por uma ou mais grandes indústrias, que representavam as empresas motrizes do pólo e estabeleciam com as outras empresas relações de dominação, não determinadas pelo princípio do mercado concorrencial. Além disso, do ponto de vista de localização, pressupunha a expansão de um número relativamente reduzido de pólos de desenvolvimento, ou seja, de áreas metropolitanas em crescimento demográfico contínuo.

Por outro lado, todavia, essa expansão constante da indústria e da cidade não podia actuar senão pelo preço de elevados custos sociais. Estes derivavam do facto de o crescimento dos postos de trabalho nos pólos de desenvolvimento gerar grandes fluxos migratórios não provenientes apenas dos campos circunvizinhos, mas também de outras regiões do próprio país (como acontecia com as migrações do Meio-Dia italiano para as cidades do Norte, nos anos 50 e 70) ou mesmo de outros países (como sucede em muitos da Europa Central e Setentrional, onde, nos mesmos anos, chegam, em várias vagas, trabalhadores de Itália, Espanha, Turquia, Argélia, etc.). Estas correntes migratórias, além de fazerem surgir problemas de integração de recém-chegados e agudizarem os conflitos sociais, tinham o efeito de expandir as cidades para um crescimento impetuoso, que produzia com frequência um alargamento do tipo «mancha de óleo», com a construção apressada de novos bairros de baixa qualidade ambiental, escassamente ligados ao centro citadino e mal dotados de serviços. Perante isto, em alguns países, como a Itália, privados de instrumentos normativos adequados e de uma forte cultura da programação urbanística, as administrações urbanas estavam, por assim dizer, coagidas a colmatar os rombos, investindo todos os seus recursos para resolver os problemas mais urgentes, sem conseguirem pôr de acordo indústria e formas de desenvolvimento menos caóticas. Ao invés, noutros países, a expansão era refreada por meio de intervenções sociais e urbanísticas maciças e programadas, que previam a construção de bairros satélites, serviços sociais de todos os tipos, no âmbito de um aumento maciço da despesa pública, a nível estatal e

local. Nesses países, porém, embora estivessem conjuntamente presentes condições mais favoráveis, registava-se uma notável disparidade social entre os trabalhadores autóctones e os estrangeiros imigrados - recaíam nas costas destes últimos, pelo menos num primeiro tempo, muitos dos sacrifícios que tornavam possível o êxito da cidade fordista.

2. 3. 4. A crise do modelo fordista

O fordismo representou, durante cerca de 25-30 anos, um modelo de desenvolvimento económico e social assaz forte e coerente. No entanto -

como só depois se tomou evidente, quando a sua coerência começou a oscilar -, o seu êxito apoiava-se num conjunto de condições então efectivamente presentes, mas não destinadas a reproduzir-se num período muito prolongado.

Não temos aqui espaço para um exame aprofundado dessas condições e causas que as produziram. Limitar-nos-emos a referir que, a nível macroeconómico, figurava o quadro de estabilidade internacional, formado no final do segundo conflito armado mundial, com a hegemonia política e económica dos Estados Unidos sobre o mundo ocidental e a centralidade do dólar num regime de câmbios estabelecidos entre as moedas. Esse quadro favorecia igualmente a contenção dos custos das matérias-primas (a partir do petróleo, recurso sempre essencial para cobrir uma necessidade energética crescente) e criou condições favoráveis a um alargamento dos mercados nos países industrializados.

Tornou-se, assim, possível a instauração de um processo cumulativo do desenvolvimento que, especialmente nos anos 60 e princípio dos 70, se traduziu em taxas de crescimento económico anual particularmente elevadas (mas destinadas a diminuir no decénio seguinte: cf. tabela 2. 2).

TABELA 2.2. Taxas de crescimento anual (percentual) em alguns países avançados e no conjunto dos países da OCSE (1960-1985)

1960-1968	1968-1973	1973-1979	1979-1981						
EUA	4,4	3,2	2,4	2,5	Japão	10,4	8,4	3,6	4,0
Occidental	4,1	4,9	2,3	1,3	França	5,4	5,9	3,1	1,1
3,1	3,2	1,5	1,2	Média OCSE	5,1	4,7	2,6	2,2	Grã-Bretanha

Fonte: OCSE, cit. in Harvey (1990), p. 164.

Este processo cumulativo, por seu turno, pode interpretar-se como o efeito de um mecanismo de desenvolvimento que assumia a forma de um círculo virtuoso, ou seja, de um fenómeno que se reproduzia de um modo cada vez mais amplificado, com resultados positivos.

Os anéis fundamentais desse círculo podem descrever-se do seguinte modo:

1. O sector industrial - proveniente da grande empresa - desenvolvia-se a ritmos moderados e, graças à introdução contínua de inovações tecnológicas, aumentava a sua produtividade.
2. O aumento da produtividade permitia reduzir os custos do produto no mercado e tomava assim possível um grande alargamento dos mercados (quanto aos bens disponíveis apenas para uma população de rendimento elevado, como a automóvel, podiam agora ser também adquiridos por quem dispunha de rendimentos mais baixos).
3. Para enfrentar o alargamento dos mercados, as empresas tinham de aumentar a produção, o que provocava um aumento da ocupação e, portanto, um incremento do rendimento distribuído através dos salários dos trabalhadores.
4. Por sua vez, este rendimento permitia às famílias dos trabalhadores o aumento dos consumos, o que provocava, em resposta, um aumento global da procura de bens industriais.
5. Além disso, a maior riqueza presente nos países permitia que o Estado aumentasse as receitas fiscais e, desse modo, potenciasse os serviços sociais, criando igualmente novos postos de trabalho no sector público.

Como se pode depreender, o alargamento constante dos mercados internos dos países desenvolvidos desempenhava uma função essencial. Com efeito, apenas isto fazia com que a ocupação industrial crescesse

em presença de uma inovação tecnológica que, por si, exercia o efeito de tornar o trabalho mais produtivo e, portanto, reduzia o número de horas de trabalho necessárias para produzir um bem. Para dar uma ideia da ordem de grandeza dos processos agora referidos, podemos citar alguns dados revelados por Gallino (1994-95), relativos à produção da Olivetti no período de 1946-1958. Nesse lapso de tempo, a quantidade de bens produzidos (máquinas de escrever e material de escritório) cresceu cerca de 13 vezes. Ao mesmo tempo, a produtividade do trabalho cresceu quase 6 vezes - o que significa que, no final do período, para obter a mesma quantidade de mercadorias, era necessário recorrer apenas a um sexto dos trabalhadores presentes no início. Contudo, o balanço é favorável ao aumento da ocupação - em virtude do alargamento do mercado, ela pôde aumentar em cerca de 2,3 vezes em todo o período.

No entanto, todo o conjunto de circunstâncias favoráveis descritas até aqui começou a enfraquecer no início dos anos 70, o que provocou

um primeiro efeito de desestabilização do modelo fordista, embora se

pudesse falar de um começo do processo de transição para um modelo pós-fordista somente alguns anos mais tarde. Também nesse momento de crises de modelo - como já no momento da sua consolidação - intervieram numerosas circunstâncias à escala internacional, que se cruzaram

com eventos relativos a cada país. Entre as primeiras, podemos citar o

compromisso do preço do petróleo (e depois de outras matérias-primas) subsequente ao conflito israelo-árabe de 1973. De um modo mais geral, surgiam menos as condições de estabilidade do quadro económico mun-

dial e do regime de câmbios monetários, sancionados no final da Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, já no final dos anos 60, assistia-se em muitos países a um aumento dos conflitos sociais e à recusa, por parte dos trabalhadores, das condições de trabalho típicas da fábrica organizada com base na cadeia de montagem. O conjunto destes fenómenos incidiu negativamente no rendimento económico das empresas e impeliu os grandes grupos industriais a introduzir estratégias de reestruturação produtiva, com vista a diminuir o custo geral do trabalho e a aumentar a sua produtividade.

No âmbito dessas estratégias figurava também a intensificação da pesquisa, que favoreceu o início de uma nova vaga de inovações, baseadas em

primeiro lugar nas aplicações da tecnologia microelectrónica, que iam da automatização de fases inteiras dos ciclos produtivos ao desenvolvimento dos instrumentos de cálculo e ao incremento dos meios para a comunicação à distância.

Contudo, esta fase inovadora, se, por um lado, criava os pressupostos para uma nova configuração da economia mundial (e um consequente novo impulso para o desenvolvimento, nos anos 80), por outro não conseguia garantir o funcionamento do círculo virtuoso atrás mencionado, nem produzir novos mecanismos, como tornar o crescimento económico e social estável.

Ficava, em particular, comprometida a circularidade dos processos que ligavam o aumento da produção industrial ao da ocupação e alargamento dos mercados, no seio dos países desenvolvidos. Na fase inovadora baseada na microelectrónica, o que@prevalencia era a inovação de processo, mais que a de alguns produtos. E certo que criava um mercado maciço para alguns produtos anteriormente inexistentes (em primeiro lugar, entre todos, o computador pessoal), mas introduzia sobretudo novos modos de produzir bens já presentes no mercado com fortes reduções de custos. Esta forma de inovação já transformara rapidamente o rosto

de muitas fábricas - no caso da indústria automobilística, por exemplo, a substituição de operários por robots industriais permitiu manter os mes-

mos níveis quantitativos da produção (e aumentar a qualidade) com um

número mais reduzido de trabalhadores. Menos radicalmente transformado, de momento, era o sector terciário, mas mesmo neste caso previa-se que, no futuro imediato, interviria um processo de automatização de muitas funções, que conduziria a uma contracção drástica dos intervenientes. Juntava-se a tudo isto que uma parte das actividades produtivas, que continuavam a exigir uma forte incidência do trabalho humano, tendia a ser transferida dos países de desenvolvimento mais elevado para os «emergentes», onde o custo do trabalho era nitidamente mais baixo.

Nestas condições, nos países economicamente avançados, o crescimento da produção já não significava o aumento da ocupação industrial

- os novos mercados que se abriam já não eram suficientes para contrabalançar a perda de postos de trabalho devida à automatização. Em resumo, a expansão económica já não implicava necessariamente um processo voltado para condições de bem-estar difundido por toda a sociedade. Pelo contrário, podia coexistir com a presença de uma quota de desocupação estável ou de ocupação em sectores de actividades marginais e mal remuneradas.

2. 4. O novo papel económico da cidade

2. 4. 1. O espaço económico pós-fordista

A maior parte dos estudiosos está hoje de acordo em afirmar que a crise do fordismo operou uma rutura substancial de continuidade nos processos de desenvolvimento; por outro lado, existe um grande desacordo sobre a natureza do novo modelo socioeconómico, que começou a definir-se nos anos 80, e até sobre a terminologia empregada para o designar.

Predominam, em geral, as definições «por diferença», construídas mediante o uso do prefixo «pós». Assim, por exemplo, o período que hoje atravessamos é por vezes denominado pós-fordista (como já começámos a fazer aqui) e noutros casos pós-industrial. Esta última expressão (já proposta por alguns sociólogos em finais dos anos 60) dir-se-ia implicar uma opinião mais radical sobre o alcance da rutura de continuidade do que se afirmou - com efeito, decretaria a superação não só do período fordista, mas de toda a época iniciada com a Revolução Industrial (Bell, 1973; Touraine, 1969). Concretamente, porém, acontece com frequência que o adjectivo «pós-industrial» é empregado pelos cientistas sociais numa

acepção muito genérica, ao ponto de não o tomarem substancialmente diferente do termo «pós-fordista» (acepção que adoptaremos no presente trabalho). Alguns sociólogos optam por falar de uma época pós-moderna -

neste caso, porém, a tónica costuma ser colocada (como veremos no capítulo 4) mais na dimensão cultural que na socioeconómica. Convém salientar, por fim, que outros preferem recorrer a expressões que evidenciam positivamente as características do novo modelo económico e social - assim, por exemplo, com intenções diferentes, Castells (1989), Lyon (1988) e Detragiache (1988) falam de sociedade de informação, para salientar a centralidade que têm nela as actividades ligadas à troca e elaboração de informações.

Como é fácil depreender, a variedade terminológica realça como a sociologia ainda não conseguiu formular avaliações unânimes, nem, ao menos, previsões partilhadas. Apesar disso, começam a manifestar-se com uma certa evidência alguns pontos firmes do debate. Referem-se, em primeiro lugar, aos caracteres gerais do modelo socioeconómico emergente e, em segundo, aos factores que condicionam as manifestações espaciais e as formas estabelecidas.

1. Como já se referiu, a inovação tecnológica até aqui decisiva para o desenvolvimento de um novo modelo baseia-se nas tecnologias microelectrónicas e na comunicação à distância. Nestes anos, está a desenvolver-se um processo de integração entre várias tecnologias já em funcionamento e, mais adiante, define-se uma nova vaga inovadora baseada em diversas linhas de avanço tecnológico (por exemplo, o desenvolvimento da engenharia genética e das biotecnologias). As consequências da inovação referem-se quer à natureza dos bens e serviços oferecidos, quer (ainda mais) à transformação nas modalidades organizativas da actividade económica. Além disso, dizem respeito à divisão do trabalho entre países desenvolvidos e outros em vias de desenvolvimento e, no seio de cada tipo de país, entre regiões e cidades diferentes.

2. No que se refere às características dos produtos, diminui a centralidade relativa da produção de bens de consumo duráveis, pelo menos nos países mais desenvolvidos. Isto, porém, não significa que o mercado desses bens se restringe (quando muito, pode afirmar-se que, pelo menos no tocante a produtos «maduros», como o automóvel, se torna essencialmente num mercado de substituição: os carros vendidos servem para substituir os abatidos; quer antes dizer que a indústria produtora destes bens ocupa uma quota decrescente de mão-de-obra e transfere fases de laboração inteiras para os países de industrialização recente. Entretanto, nas áreas fortes do desenvolvimento, é desempenhado um papel cada vez maior pela oferta de bens e serviços de várias naturezas, os quais têm em comum o facto de consistirem essencialmente em activi-

dades de recolha e elaboração de informações. Passa-se dos serviços informáticos aos financeiros, da consulta tecnológica ao marketing, das telecomunicações à informação televisiva e ao espectáculo. Trata-se, portanto, por assim dizer, de bens e serviços em que o elemento decisivo é de natureza «imaterial» (a informação), embora se torne indispensável uma grande utilização de recursos materiais e energéticos. Além disso, bens e serviços estão voltados para um mercado que não se compõe apenas de consumidores finais, mas também, em medida relevante, de outras unidades económicas. Para este tipo de produtos, a incidência de tecnologias avançadas é muito grande e elevado o ritmo a que se sucedem as inovações. Não tão consistente é, pelo contrário, o impacte ocupacional e, no entanto, de modo algum compensa a perda de postos de trabalho na indústria.

3. No respeitante às modalidades organizativas do processo produtivo, o aspecto essencial é constituído pela tentativa, por parte das empresas, de superar as rigidezas típicas do modelo fordista e desenvolver ao máximo a flexibilidade e capacidades de responder em tempo real às exigências mutáveis do mercado (Swyngedouw, 1986) através do recurso

maciço à robotização e ao uso de máquinas controladas pelo computador. Trata-se, pois, de produzir bens relativamente «tradicionais», ou

então inovadores, e o imperativo fundamental é realizar uma produção diversificada (de modo a responder a um mercado que, agora, tende a

rejeitar os produtos excessivamente estandardizados) e elevar a qualidade do produto, mediante controlos contínuos ao longo de todo o ciclo de laboração, e não apenas no fim, sobre o produto acabado (como acon-

tecia na fábrica fordista). Esta modalidade produtiva, denominada fábrica integrada, implica um maior envolvimento da mão-de-obra na verificação da qualidade do trabalho e, em geral, um maior envolvimento por parte dos trabalhadores, das finalidades da empresa (Cf. ESQUEMA 2. 3.).

A propósito dos efeitos do novo modelo económico pós-fordista sobre a articulação do espaço económico, parecem definir-se alguns pontos firmes.

4. Convém, sobretudo, salientar que, enquanto os principais agentes do desenvolvimento na fase fordista eram grandes empresas que efectuavam a produção em grandes estabelecimentos de localização predominantemente urbana, na época pós-fordista os principais intervenientes são empresas que, do ponto de vista financeiro, têm dimensões ainda maiores, mas, do ponto de vista produtivo, recorrem a estabelecimentos mais pequenos e territorialmente descentrados. Para retomar os termos empregados na linguagem da economia, na estratégia localizativa da época fordista eram não só preponderantes as economias de escala - ou seja, as vantagens derivadas das reduções de custo ligadas à ampla dimensão

das unidades produtivas - como as economias de localização - as vantagens recíprocas, dependentes da vizinhança espacial de uma multiplicidade de actividades económicas. Hoje, ao invés, o primeiro tipo de economia perde decididamente importância, enquanto ao segundo (que mantém parcialmente o seu peso) se apoia um terceiro, representado pelas economias de diversificação (scope economies). Estas últimas referem-se às vantagens relacionadas com a capacidade de uma empresa de produzir no seu seio uma gama diversificada de bens e serviços ou coordená-los de forma eficaz, independentemente da localização das unidades produtivas (Goldstein, Gronberg, 1984). Esta situação favorece as empresas multinacionais capazes de escolher a localização das suas unidades no xadrez internacional e, por conseguinte, usufruir, simultaneamente, das oportunidades ligadas a todo o tipo de instalação, em função das exigências das próprias unidades.

ESQUEMA 2.3. Para a nova fábrica integrada

os anos 80, no Ocidente, caracterizaram-se por uma automatização maciça dos processos produtivos, sobretudo no sector industrial, graças à robotização de grande parte das fases de produção. Entre fins do decénio e início do seguinte, afirmou-se um novo modelo produtivo, «de importação», baseado em pressupostos teóricos da fábrica integrada idealizada no Japão (Cerruti, Rieser, 1991; Bonazzi, 1993; AA. W., 1993a).

A passagem para este modelo produtivo implica duas novidades fundamentais. A primeira é representada por um objectivo de valorização dos recursos (materiais e humanos), com base no critério da máxima qualidade. Trata-se de um modelo de fábrica mais «participado» caracterizado por maior autonomia em grande parte das decisões e opções, funções profissionais individuais polivalentes e intermutáveis, numa flexibilidade (numérica e organizativa) das brigadas de trabalho, que devem saber-se adaptar às alterações dos fluxos produtivos. Para tal, torna-se também necessária uma força de trabalho mais qualificada, o que levanta a questão da formação permanente.

A segunda inovação fundamental da fábrica integrada consiste numa reestruturação interna com base em critérios de ligeireza e flexibilidade. Isto significa, por exemplo, reduzir o material em armazém, ou mesmo assegurar contactos e relações estáveis e constantes entre a empresa produtora e a rede de distribuição dos produtos. São estes os princípios do chamado modelo just in time, que se propõe garantir, em qualquer momento do ciclo produtivo, uma perfeita simetria entre a oferta de bens produzidos e a procura proveniente do mercado. A chamada fábrica integrada representa um modelo produtivo de tipo pós-fordista, no sentido de que supera algumas das rigidezas próprias do fordismo, em nome de uma maior flexibilidade; e porque necessita de mão-de-obra qualificada, responsável e em condições de participar em opções de estratégia produtiva de carácter

sistemático. Os princípios organizativos da fábrica integrada, que constituíram o fulcro do chamado modelo Toyota, aplicados em anos recentes nos países ocidentais, proporcionaram até agora resultados muito contraditórios e incertos. Não é claro, em particular, em que medida resulta aplicável com êxito um modelo nascido e afirmado com base em princípios - entre os quais, por exemplo, a dedicação empenhadíssima à empresa - praticamente desconhecidos nas culturas ocidentais. Algumas investigações recentes conduzidas em Itália em estabelecimentos integrados do grupo FIAT revelam realidades contraditórias ou distantes de todo o teorizado

- pouca transparência nos processos, um resíduo de centralismo de decisões com reduzido ou nenhum envolvimento dos trabalhadores, escassa flexibilidade e rotação dos trabalhadores permanecem, o que leva alguns a afirmar que se trata de «modelos incompletos de fábrica integrada,> (Cerruti, 1995).

5. Em consequência disto, enquanto a época fordista se mostrava dominada por uma tendência geral para a concentração das actividades produtivas em grandes pólos urbanos, o período mais recente assiste a uma presença simultânea de impulsos centrífugos e centrípetos. Os primeiros dizem respeito às actividades industriais e, sobretudo, às que produzem bens de largo consumo - tendem a desenrolar-se em estabelecimentos de menores dimensões, que se dispõem no exterior das áreas metropolitanas (ou mesmo em áreas de baixo desenvolvimento), em busca de custos do trabalho inferiores e condições de baixa conflitualidade sindical. Esta tendência centrífuga é reforçada por uma reorganização das actividades que produzem os produtos semifabricados: em vez de serem executados (como anteriormente) por empresas complementares situadas nas proximidades de alguma empresa motriz, provêm de indústrias descentralizadas, dispersas pelo mundo e operando num mercado internacional, enquanto as principais se limitam à montagem do produto final. Os impulsos centrípetos, em contrapartida, referem-se sobretudo às actividades terciárias mais qualificadas - da finança aos centros de consulta e de marketing, da pesquisa à actividade ligada à cultura e à informação. Para estas unidades económicas, a localização nos grandes centros metropolitanos e, em particular, nos centros direccionais apresenta-se ainda mais importante que no passado, assim como é determinante a vizinhança com os lugares da pesquisa tecnológica e da decisão política. Por outro lado, para elas, é mais relevante a vizinhança com os nós do sistema dos transportes (sobretudo o aéreo), dada a grande mobilidade dos seus adeptos, enquanto, no que se refere ao trabalho, torna-se essencial a disponibilidade de mão-de-obra de alta qualificação, a qual se pode encontrar sobretudo nas áreas metropolitanas.

6. Conio esta última observação já evidencia, no panorama económico pós-fordista, se, por um lado, aumenta o número de alternativas situadas em lugares aceitáveis para a maior parte das actividades (e, por consequência,

diminuem os laços ligados à especificidade dos lugares da produção), por outro tomam-se mais importantes as relações entre esses lugares, onde quer que se encontrem. Em suma, o espaço caracteriza-se menos do que no passado como um conjunto de «postos», para se configurar, de forma crescente, como um conjunto de fluxos (Castells, 1989). A menor relevância do «peso localizativo», por outro lado, não se pode afirmar a propósito de qualquer tipo de actividade - como já se referiu, as inovadoras e qualificadas são extremamente sensíveis às propriedades dos lugares, e, por diversos motivos, há actividades que continuam a ressentir-se negativamente do factor distância (por exemplo, muitas empresas ligadas ao sector das construções). Tudo o que até agora se citou também não significa que, entre as várias partes do território e entre as várias cidades, haja uma estrutura hierárquica menor. É igualmente verdade que a hierarquia e o sistema das desigualdades entre os centros assume uma estrutura diferente da do passado, e, na definição do papel hierárquico de uma área, tem maior importância a presença de actividades terciárias inovadoras e infra-estruturas que favorecem a comunicação e a troca de informação.

No seu conjunto, os pontos atrás ilustrados definem esquematicamente as

propriedades que o sistema económico e o espaço correspondente tendem a assumir nos últimos anos do século xx. A título de comentário, porém, convém acrescentar que, embora cada uma das tendências indicadas esteja de algum modo já presente na cena internacional, nem todas estão forçosamente destinadas a afirmar-se exclusivamente, nem com a mesma rapidez. Com efeito, algumas já hoje se manifestam por completo, e outras apresentam-se somente na forma inicial, apesar de, provavelmente, caracterizarem com maior intensidade os cenários do próximo futuro (Capello, 1994). Só uma análise pormenorizada - não possível aqui - nos permitiria aprofundar o mérito dessas distinções.

2. 4. 2. Redes globais e sistema económico urbano

Tentaremos agora esclarecer melhor um dos pontos examinados apenas de passagem - o que diz respeito à importância crescente do espaço dos fluxos no panorama socioeconómico da época pós-fordista. Foi considerado como um dos pontos firmes do debate sociológico e no quadro das disciplinas urbanas. Isto não impede que, para além de um reconhecimento comum da cada vez maior interligação entre as actividades económicas à escala mundial, se tenha assistido, nestes anos, à multiplicação de interpretações diametralmente opostas, algumas das quais põem profundamente em causa a identidade económica da cidade (juntando-se a posições de problematização ainda mais ampla da realidade urbana - cf. o ponto 4.4. 1).

Os aspectos essenciais desses debates podem resumir-se do seguinte modo.

Na sociologia urbana «clássica» e na economia do espaço, tende-se a considerar a cidade como sede de um conjunto de actividades económicas, cujos participantes são, em grande parte, fornecidos pelo mercado do trabalho local (ou seja, são residentes da própria cidade ou das cinturas suburbanas adjacentes). Os economistas classificam as actividades económicas urbanas em dois tipos: por um lado, há as actividades de base, ou seja, as que produzem bens e serviços destinados não só ao mercado local mas sobretudo a serem «exportados» para fora da cidade. Por outro, temos as actividades de serviço, que produzem bens e serviços destinados essencialmente ao mercado local, representado pelos residentes (Hoyt, 1954).

O conjunto das actividades económicas urbanas - nesta perspectiva - é considerado fundamentalmente integrado a partir do momento em que as diversas empresas estão ligadas por laços de complementaridade (recorde-se o que se referiu no ponto 2. 3. sobre a relação entre empresas motrizes e empresas complementares nos pólos de desenvolvimento) e do momento em que atingem o próprio mercado do trabalho, usufruindo de infra-estruturas comuns, voltando-se, ao menos parcialmente, para o mercado urbano como para um mercado de escoamento dos seus produtos. Por conseguinte, pode dizer-se que as actividades urbanas formam um sistema económico que tem, todavia, o carácter de um sistema aberto ao estrangeiro, abertura para a qual contribuem essencialmente as actividades de base, pela sua natureza voltadas para um mercado supralocal.

No entanto, a internacionalização da economia, acentuada em particular a partir dos anos 80, parece hoje ter-se desenvolvido ao ponto de pôr em causa as análises agora referidas, sobretudo no tocante ao carácter sistemático do conjunto das actividades urbanas. Cornojá se comentou, os laços de complementaridade, no caso de muitas actividades produtivas (por exem-

plo, entre as que fabricam produtos semifabricados e as que montam o produto final), constituem-se muito mais à escala mundial que à urbana ou à metropolitana, e ainda mais propensas às relações a nível internacional são as actividades que elaboram informação e produzem comunicação. Desse modo, o panorama económico global, mais do que configurar-se como um conjunto de sistemas económicos urbanos, ainda que apenas interagentes, parece manifestar-se como um entrelaçamento de redes económicas (produtivas, financeiras, de serviço), que colocam nas diversas cidades nós de maior ou menor importância, mas que funcionam substancialmente como entidades globais que operam com base em lógicas independentes das características dos contextos urbanos singulares.

Quais são os efeitos dessa «reticularização» da economia internacional sobre a cidade?

São, sem dúvida, de tal natureza que transformam nitidamente o significado económico e social das relações espaciais entre actividades. No conjunto, pode dizer-se que - pelo menos no que se refere às actividades pertencentes à base urbana - a importância da proximidade espacial com outras actividades urbanas diminui, enquanto aumenta a da ligação a redes com funções complementares, onde quer que se situem. Para dar um exemplo, como afirma Dematteis (1995), «hoje, os operadores de bolsa de Nova Iorque, Tóquio, Londres e Paris estão muito mais ‘próximos’ entre si do que em relação aos de outros sectores presentes nas respectivas cidades» (p. 85).

Segundo alguns autores, isto basta para afirmar que a cidade contemporânea já não temo carácter de um sistema económico, por já não representar uma unidade territorialmente significativa - reduz-se a ser uma colecção de nós pertencentes a redes distintas, justapostas no espaço, mas não efectivamente integradas. Trata-se de uma linha de raciocínio hoje sustentada, em particular, por sociólogos e geógrafos dos processos em acção (embora, na realidade, se possa afirmar que esta linha se situa na continuação da ideia do declínio gradual dos laços espaciais, já perfilhada por Durkheim). Por outro lado, contudo, embora sem minimizar o alcance dos processos de crescimento das interligações em larga escala, afirma-se que o carácter sistemático da economia urbana não diminuiu, mas assistiu-se à modificação da natureza das relações que o determinam. Quem escreve está convencido de que esta segunda tese é dotada de maior plausibilidade, à luz dos processos efectivamente documentáveis, até este momento. De qualquer modo, a dupla natureza da cidade como lugar da presença simultânea de nós pertencentes a redes globais e como sistema económico «local» representa, hoje, um elemento de interesse crucial para as ciências sociais. Para tentar ilustrar melhor o assunto, dedicaremos os pontos seguintes a este problema, onde tomaremos em consideração em primeiro lugar os aspectos relativos à interligação a redes entre actividades, a nível global, e depois os que favorecem a concentração de uma parte deles nas áreas mais urbanizadas e sua integração num sistema económico local.

2. 4. 3. Redes económicas, redes urbanas

Como Gottmann salienta (1991), o facto de a cidade ser um lugar em que se adensam. nós significativos de redes de largo raio de acção não constitui um fenómeno apenas típico do período actual, nem tão-pouco da era

industrial. Com efeito, desde a Antiguidade podem citar-se exemplos de redes de cidades e de cidades nodais no âmbito de redes internacionais. Basta recordar o sistema das colónias gregas no Mediterrâneo, o papel

desempenhado por Veneza e Gênova ao longo de toda a Idade Média até aos inícios da era moderna, ou então a função análoga no Norte da Europa das cidades da Liga Hanseática.

No entanto, não é menos exacto que, durante os séculos xix e xx, a inovação contínua nos meios de transporte e de comunicações favoreceu a difusão de redes internacionais cada vez mais interligadas e especializadas. E também é verdade que este processo sofreu uma aceleração ulterior a partir dos anos 80, por efeito da «revolução microelectrónica».

No que se refere à natureza das redes, já atrás se aludiu à integração mundial do sistema financeiro e da Bolsa. Isso actua, agora, como um único sistema à escala planetária, que, como tal, não sofre as interrupções quotidianas devidas ao ciclo das horas nocturnas - quando uma Bolsa encerra, outras, situadas em fusos horários diferentes, estão em plena actividade e concentram os fluxos financeiros. A par disto, todavia, podem citar-se muitos outros casos de redes mundiais especializadas - pensemos, por exemplo, na integração das telecomunicações e, em particular, das redes televisivas - um fenómeno que se, por um lado, abre perspectivas de grande interesse rumo a um intercâmbio crescente entre os contextos e as culturas, por outro, levanta riscos inéditos, ligados principalmente às tendências da concentração monopolista e ao controlo da informação por parte de um número restrito de centros de poder. Outros exemplos podem ser extraídos do mundo da investigação científica e das profissões

- como recorda o mesmo Gottmann (1991), a actividade médica e cirúrgica assiste hoje à proliferação de momentos extremamente especializados de encontro e troca de experiências à escala internacional, e o mesmo acontece com a constituição de associações «nos campos mais variados: ciência, tecnologia, arte, administração dos negócios, etc. Cada uma destas associações organiza congressos, comissões, colóquios nacionais e depois internacionais, para se informar, comunicar, coordenar» (p. 11). Costumam ser sedes desses encontros as grandes cidades, dotadas de infra-estruturas adequadas e ligações aéreas eficazes, mas também centros de menores dimensões, particularmente atraentes do ponto de vista turístico

- as cidades de arte italianas, os Alpes Suíços, a Costa Azul, Atlantic City e a Florida, etc. Em qualquer dos locais em que essas actividades se realizam tende a formar-se uma economia local de apoio (hotéis, restaurantes, bancos, sociedades especializadas em traduções, relações públicas, etc.). Se é verdade que em algumas cidades esta microeconomia pode representar o sector impulsor do desenvolvimento local (e, portanto, um elemento de integração do sistema urbano), não o é menos que, por outro lado, se pode constituir como um compartimento económico distinto em si, não integrado com os destinados a satisfazer o mercado local.

No tocante ao papel das novas tecnologias, numerosos estudos evidenciaram o seu contributo essencial para o desenvolvimento das redes. Ao mesmo tempo, porém, salientaram que nem em todos os sectores economicamente relevantes tiveram até aqui a mesma difusão e, sobretudo, que os seus efeitos nem sempre consistiram numa redução do peso das relações baseadas na proximidade física. Por exemplo, Bertuglia e Ocelli (1995), procedendo a uma análise comparada da literatura apropriada, mostram que as novas tecnologias de base informática fizeram reconhecer processos de adopção rápidos no campo dos transportes (com o controlo do tráfego, por exemplo), das comunicações (desenvolvimento do correio electrónico) e da indústria (desenvolvimento dos sistemas de produção just-in-time). No entanto, apesar das grandes potencialidades da tecnologia nos campos correspondentes, não se assistiu a um igual desenvolvimento rápido no âmbito das actividades laborais em que a tecnologia das comunicações substitui as deslocações físicas (Nilles, 1995) ou nos sectores dos serviços (os adquiridos à distância, as operações bancárias à distância). Em muitos casos, a resistência à inovação de uma tecnologia que permita substituir o contacto directo por um contacto telemático deve-se ao facto de este último nem sempre garantir um nível qualitativamente satisfatório da interacção. É um facto que, por exemplo, as teleconferências parecerem, até agora, substituir as relações directas somente no caso de interacções especializadas, em que está envolvido um número limitado de actores durante um lapso de tempo reduzido. No que se refere ao teletrabalho, embora os indivíduos potencialmente interessados sejam muito mais numerosos, as estimativas mais recentes evidenciam que envolve uma quota que, nos Estados Unidos, não excede os 6,5% da força de trabalho (percentagem que se reduz a metade, se se considerar apenas o trabalho dependente), enquanto nos países mais avançados da Europa, como a Alemanha e a Holanda, se aproxima de 1 % e na Itália se fixa em 0,1% (van Reisen, Tacken, 1995). Além disso, é previsível que o trabalho à distância se aplicará sobretudo a funções fortemente especializadas ou mesmo a actividades que comportam a elaboração de grandes quantidades de informação, em vez de substituir integralmente toda a forma de trabalho de escritório centralizado.

Estes laços, porventura destinados a modificar-se por efeito de fases inovadoras sucessivas, não impediram a economia mundial de acentuar fortemente o seu carácter reticular. Por outro lado, esta rede internacional não deve ser imaginada como um entrelaçamento indistinto e equipotencial de fluxos (de capital, força de trabalho, conhecimento) que se podem dirigir indiferentemente a qualquer parte do mundo. Ao contrário do que alguns tinham aventurado, em especial no início dos anos 80, o espaço reticular não é privado de hierarquias ou de desequilíbrios. Ao invés, apresenta eixos privilegiados e espaços marginais; esses eixos não reproduzem a

mesma configuração geográfica nem as mesmas modalidades de organização dos que caracterizavam o período fordista, mas não menos definem condições vantajosas e desvantajosas para os contextos urbanos singulares, favorecendo a emergência de alguns grupos de cidades e o declínio de outros.

Na determinação desses eixos, têm um peso forte tanto a especialização das cidades como a sua dotação de infra-estruturas para o transporte e as comunicações. Nesse sentido, foram introduzidos recentemente na linguagem das ciências urbanas e regionais novos conceitos para designar as

directrizes provenientes da economia pós-fordista: auto-estradas informáticas ou cyberroutes (Sassen, 1994), cidades-redes ou network cities (Batten, 1995), macrocorredores (Andersson, 1995). Além disso, do ponto de vista geográfico, essas directrizes são identificadas em pelo menos três níveis:

a) macrorregionais; eixos principais da economia e dos intercâmbios de comunicações, numa região de desenvolvimento elevado (por exemplo: Londres-Carribridge-Oxford; Francoforte-Mainz-Giessen; Bória-Dusseldófia-Colónia), redes de cidades complementares (Amesterdão-Roterdão-Haia; Quioto-Osaca-Kobe);

b) continentais (por exemplo, para a Europa, fala-se de um corredor que se estende de Milão, através da Alemanha e Holanda, até ao sueste inglês);

c) intercontinentais (por exemplo, a rede das cidades situadas no Pacífico, que liga Tóquio e Hong Kong às cidades costeiras da América do Norte, de Vancôver a Los Angeles).

2. 4. 4. Os factores de concentração das actividades

Como se viu, falar de um espaço dos fluxos ou afirmar o carácter reticular do espaço económico não equivale a sustentar que a estrutura territorial é equipotencial e privada de desequilíbrios. Esta conclusão provisória abre, porém, o caminho para um problema ulterior - sendo assim, que factores contribuem para tornar alguns nós territoriais particularmente importantes e, portanto, dotados de uma função hierárquica proeminente? E ainda: esses nós continuam a coincidir principalmente com as concen-

trações urbanas? Em caso afirmativo (como parece poder concluir-se dos exemplos referentes aos eixos privilegiados do desenvolvimento há pouco citados), porquê?

Todas estas interrogações levam a fazer convergir a atenção sobre alguns factores determinantes no desenvolvimento económico das sociedades pós-fordistas e, em particular, aquelas que - apesar do enorme

desenvolvimento das comunicações à distância - continuam a manter van-

tajosa e, em certos casos, inderrogável uma localização concentrada das actividades económicas. Esses factores podem subdividir-se em dois grandes grupos - os que se referem à natureza das comunicações sociais nos processos produtivos e os relativos às infra-estruturas e tecnologias. Por conseguinte, nas suas interacções, os factores considerados configuram novas formas de interdependência - à escala urbana e metropolitana - entre as actividades e contribuem para a sua organização como um sistema económico coerente.

1. Segundo uma distinção terminológica proposta por Berry e Kasarda (1977), as relações sociais podem classificar-se em três tipos: as primárias caracterizam-se pelo facto de que os indivíduos se conhecem reciprocamente como personagens que desenvolvem mais funções; as secundárias são as relações em que cada um conhece o outro como autor de uma única função; e as terciárias colocam em ligação as próprias funções, independentemente de quem as desenvolve. Frisbie e Kasarda (1988) sustentam que o aumento de importância das telecomunicações fez crescer o peso relativo das relações terciárias - quando as pessoas interactivam à distância (por exemplo, trocando mensagens via fax ou correio electrónico), o aspecto, a idade, o sexo e a personalidade de um indivíduo contam pouco. O que influi unicamente é a função que executa naquele momento.

No entanto, esta observação, embora se possa considerar verdadeira de um modo geral, apenas reflecte um aspecto parcial da situação. Se o que se acaba de referir se aplica às relações de rotina, fortemente repetitivas, que caracterizam uma grande parte da prática quotidiana das organizações económicas, não serve, poré m, para as mais qualificadas, decisivas para as organizações que desenvolvem funções raras e especializadas e têm uma orientação inovadora. No âmbito deste tipo de organizações - que, como se disse, hoje são particularmente atraídas pelas áreas metropolitanas de maiores dimensões - é insubstituível o papel da pessoa singular, pois conta a sua «assinatura» e experiência e especialização peculiares. Para citar um exemplo, as empresas que recorrem a consultas financeiras de alto nível e escolhem um estúdio de arquitectura para construir o seu centro directivo não tencionam valer-se de um profissional qualquer. Confiam a tarefa de consulta ou de projectos a indivíduos específicos, em função das competências insubstituíveis de que dispõem, assim como do seu prestígio pessoal (que depois se transferirá para o prestígio da empresa que se serve dos seus serviços). E, com todas as probabilidades, os profissionais escolhidos têm a sede numa grande cidade (ou dispõem mesmo de sedes em várias grandes cidades) e intervêm pessoalmente nos contactos com os clientes. Nestes casos, a proximidade entre dois operadores económicos num âmbito urbano continua a ter um papel essencial, quer porque somente nele a empresa se

pode valer de serviços tão raros e qualificados, quer porque, na organização desses serviços, a comunicação à distância nunca pode substituir a

comunicação directa. Outro exemplo, de cunho idêntico, é o que se refere à actividade inovadora. Embora a inovação intervenha por efeito de grandes investimentos na investigação e, portanto, seja de algum modo programada pelas empresas, existe uma margem consistente de imprevisibilidade no

processo inovador. Em particular, na sua fase inicial, a propriamente «inventiva», depende sempre da capacidade criativa de grupos restritos de indivíduos (cientistas, tecniólogos, peritos em vários sectores) que actuam em ligação constante entre si (Mela, 1995). No seio do grupo, exige-se uma interacção directa e em proximidade. Em alguns aspectos, podemos dizer que nestes casos é reavaliada a relação «primária» entre os indivíduos. Além disso, só se podem formar grupos deste tipo nas cidades onde existem centros de investigação e um ambiente cultural favorável à sua actividade.

Em resumo, pois, para todas as actividades em que tem um grande peso a comunicação directa entre o pessoal e a alta qualificação, a localização urbana produz vantagens de natureza económica insubstituíveis (Sivitanidou, Sivitadines, 1995; Mun, Hutchinson, 1995), o que se traduz num novo impulso centrípeto das empresas desse tipo e numa reorganização dos espaços urbanos em função das suas exigências.

2. Uma segunda ordem de factores motiva a concentração urbana de um conjunto significativo de actividades económicas, é o que diz respeito à presença, na cidade, de infra-estruturas não divisíveis e funções, por vezes

interactuantes entre si, aptas para criar condições favoráveis ao desenvolvimento industrial e terciário.

No tocante às infra-estruturas, como já se referiu, revestem-se de particular importância as dotações relativas ao sistema dos transportes e das comunicações. A presença de aeroportos, nós do sistema rodoviário e ferroviário, estações de televisão, nós da rede telefónica e informática, além de determinar de per si uma concentração de postos de trabalho e alimentar um sector local (actividades de serviço no aeroporto, de produção televisiva, etc.), representa um poderoso factor de atracção para as empresas, qualquer que seja a área a que pertençam. É, pois, essencial que essas dotações infra-estruturais estejam ligadas intimamente entre si. Para transporte de mercadorias, é necessário que haja oportunidades de intercâmbio nodal, ou seja, de passagem de um meio de transporte para outro (por exemplo, estruturas que permitam que as mercadorias passem, o mais rapidamente possível, de um vagão ferroviário para um camião). Não menos importante, para as empresas, é que os próprios gerentes possam passar rapidamente do transporte aéreo para o ferroviário, encontrar agências para o aluguer de automóveis e outras coisas que tais, com a possibilidade, ao mesmo tempo, de permanecer em contacto por via telemática com o centro de decisão. Todas estas condições estão pre-

sentos, na sua globalidade, somente nas regiões que apresentam uma infra-estruturação mais perfeita e consolidada e, portanto, nas de urbanização mais elevada. Além disso, convém não esquecer o papel das infra-estruturas técnicas de rede, como as relativas à distribuição da energia (condutores eléctricos, condutas de metano, etc.), ao escoamento dos resíduos sólidos e líquidos, ao fornecimento de água potável (Dupuy, 1991) - embora as áreas servidas não se identifiquem unicamente com as cidades, não é menos verdade que a ligação a todas estas redes é particularmente fácil nas regiões de maior densidade de população e de actividade económica.

No que se refere às funções, economistas e geógrafos económicos salientaram com frequência, no período mais recente, o papel crucial desempenhado pelas funções ligadas à investigação científica e tecnológica e com a

actividade cultural. Por conseguinte, a possibilidade de interagir facilmente com centros de pesquisa, laboratórios experimentais, universidades, bibliotecas especializadas, centros de cálculo, etc., constitui um ponto de força essencial para o sistema económico e, sobretudo, para os sectores de forte orientação inovadora. Com efeito, para eles, é determinante poderem tratar directamente com as organizações em que se formam os técnicos de alto nível e se desenvolve a investigação de base e aplicada. Para além destas relações de carácter estritamente económico, para as actividades económicas mais valiosas - com uma composição da força de trabalho em

que predomina funções dirigentes e técnicas de alto rendimento -, não é de modo algum indiferente a proximidade a oportunidades culturais e

recreativas. A par de outras condições, é mais fácil para uma empresa «capturar» o gerente e os peritos mais qualificados, se os postos de trabalho oferecidos se situam numa área onde se desenvolvem manifestações culturais e de espectáculo a alto nível e o ambiente social possui uma tonalidade atractiva e sofisticada que facilite as relações sociais e intercâmbio entre os diversos membros da elite. Sob o perfil considerado, é fácil reconhecer que os âmbitos espaciais que possuem este tipo de dotação funcional e de caracterização sociocultural tendem a coincidir principalmente com as áreas metropolitanas e, sobretudo, com as mais dinâmicas e cosmopolitas.

Em conclusão, pode dizer-se que - pelo menos no tocante à localização das actividades qualificadas e inovadoras - o conjunto dos factores examinados beneficia um número não elevado de concentrações urbanas em que essas actividades se podem encontrar presentes e operar de forma sinérgica. Com uma fórmula sugestiva, Andersson (1995) refere-se a estas áreas chamando-lhes regiões C (aqui, o termo «região» designa uma grande área metropolitana ou um eixo urbano de nível macrorregional, segundo a

acepção introduzida no ponto 2. 4. 3). O C indica que essas áreas altamente urbanizadas concentram instituições que criam conhecimento e formam

pessoal qualificado, atraem organizações com uma orientação criativa, oferecem oportunidades culturais e instrumentos inovadores para a comunicação. Essas áreas destinam-se a uma função hierárquica privilegiada na época pós-fordista.

2. 4. 5. Sistemas urbanos e milieux inovadores

A propósito dos factores de concentração atrás considerados, há mais um aspecto que merece ser salientado: o referente às modalidades que concorrem para estabelecer inter-relações entre as unidades económicas localizadas numa área urbana.

Simplificando, podemos distinguir duas modalidades. A primeira é aquela que - para empregar um termo típico do filão ecológico da sociologia urbana - se pode definir como comensalismo. Neste caso, as relações entre actividades económicas urbanas são de tipo indirecto - determinam-se quando várias empresas se apoiam às próprias infra-estruturas, utilizando os mesmos serviços e instrumentos de comunicação. A força de coesão que se gera por efeito do comensalismo é relativamente fraca, mas define um primeiro grau de integração à escala local das actividades.

A segunda modalidade, desta vez directa, é a que, em termos ecológicos, se denon-una simbiose e na linguagem económica equivale aproximadamente à complementaridade. Neste caso, as empresas têm vantagem numa localização no mesmo âmbito urbano porque abrevia as suas relações de intercâmbio económico. Trata-se de uma força de coesão mais forte que a anterior, cuja natureza, em muitos aspectos, é similar à que promoveu a formação dos pólos de desenvolvimento industrial, que, como vimos, desempenharam um papel decisivo na economia espacial durante a época fordista. Todavia, no período actual, as actividades entre as quais se estabelecem nexos de complementaridade já não são - pelo menos no que se refere às áreas urbanas dos países mais desenvolvidos - as que cooperam para a produção de mercadorias altamente estandardizadas, mas aquelas para as quais é determinante a inovação tecnológica contínua.

A acção conjunta de relações indirectas e directas, de laços de comensalismo e simbioses, faz com que muitas áreas urbanas e metropolitanas possam ser consideradas sistemas económicos locais dotados de um elevado grau de integração interna e, podemos acrescentar, de identidade individual, de modo a operar na cena intem. acional como entidade claramente reconhecível, embora dotada de abertura recíproca e de fortes ligações à rede.

Para dar conta dos caracteres de atractividade, criatividade e relações de sinergia que são próprios desses contextos, introduziram-se recentemente

diversos conceitos, que enriqueceram o vocabulário das ciências territoriais e urbanas.

Um deles é o de milieu innovateur ou seja, ambiente inovador, ou, melhor, criador de inovação (Aydalot, 1986; Camagni, 1991). Segundo Castells e Hall (1994), esta expressão refere-se «às estruturas sociais, institucionais, organizativas, económicas e territoriais que reúnem as condições para a criação contínua de sinergia» (p. 9). Além disso, estes autores frisam que a presença de relações sinérgicas se utiliza para incrementar as potencialidades produtivas, quer das empresas singulares situadas numa área, quer da própria área como totalidade. Foi desenvolvida, no final dos anos 80, por um grupo de estudiosos europeus, com a sigla GREMI, na tentativa de aprofundamento das condições para o desenvolvimento do milieu innovateur e de classificação das áreas que correspondem a esse tipo ideal.

Um segundo conceito é o de pólo tecnológico ou tecnopolo (ou, ainda, com uma ligeira variação semântica, tecnopólos). Também surgiu nos anos 80 (Planque, 1986) e evoca a presença de uma nova forma de polarização, baseada essencialmente na complementaridade entre centros de pesquisa e actividades produtivas que aplicam com rapidez os resultados dessa pesquisa. Entretanto, exige também a ideia de um projecto ou de uma planificação pública apta para potenciar efeitos de complementaridade já em acção ou criá-los ex novo.

Castells e Hall (1994) distinguem entre vários tipos de pólos tecnológicos. Os mais importantes são:

- a) os tecnopólos centrados num conjunto de actividades industriais de alta tecnologia, com uma forte presença de laboratórios de pesquisa e desenvolvimento (como Silicon Valley, na Califórnia, ou Route 128, nas cercanias de Boston);
- b) as chamadas cidades da ciência, nas quais o aglomerado originário é o de um conjunto de actividades de investigação científica (como é o caso da Tsukuba, no Japão);
- c) os parques tecnológicos, resultantes, na maioria das vezes, de iniciativas públicas - por parte do governo e/ou de instituições universitárias -, voltados para constituir áreas equipadas, capazes de atrair a instalação de indústrias de tipo inovador (como Sónia Antípólis, no Sul da França, ou em Cambridge, Inglaterra) ¹.

1 A terminologia empregada no texto acha-se ainda hoje pouco consolidada. Por exem-

plo, Elia e Bartolomei (1991), no seu livro sobre Sónia Antípólis, preferem definir esta última como uma «cidade da ciência».

3. A CIDADE, OS CONFLITOS, O GOVERNO

3. 1. A crise do governo urbano

3. 1. 1. A cidade, local de governo

Na perspectiva sociológica, a cidade não pode ser considerada unicamente como um lugar de actividades económicas e produtivas. Com efeito, a par da dimensão económica, há pelo menos mais duas que, na sua

interacção recíproca, constituem a cidade como um sistema social complexo e - em presença de determinadas condições - coerente: as dimensões política e sociocultural (Bagnasco, 1994). No presente capítulo, ocupar-

-nos-emos em particular da primeira, enquanto a segunda constituirá o tema do Capítulo 4.

Por conseguinte, a cidade é um fenómeno político, uma entidade social que, apesar de incluída (como em geral acontece no mundo contemporâneo) em sistemas políticos nacionais e internacionais de dimensões mais amplas, está em condições de exercer formas de autogoverno. Noutros termos, a cidade é uma expressão local da sociedade, na qual se exerce um poder entendendo-se este último como «a capacidade social para tomar decisões vinculativas, que têm consequências fundamentais nas

direcções para onde uma cidade se move» (Orum, 1988). Essa capacidade de autogoverno representa um aspecto constitutivo do sistema urbano, a tal ponto que, segundo Weber, se pode falar de «cidade», no

pleno sentido do termo, somente em relação aos centros em que os cidadãos formam uma unidade social apta para se governar a si própria. Como muitas vezes se observou, o modelo de cidade que Weber privilegia nessa

sua célebre análise é o da cidade ocidental e, em particular o da polis grega ou da cidade comunal medieval. Assim, a sua definição pode con-

siderar-se excessivamente restritiva, se se pretender aplicá-la a todo o

3. A CIDADE, OS CONFLITOS, O GOVERNO

3. 1. A crise do governo urbano

3. 1. 1. A cidade, local de govemo

Na perspectiva sociológica, a cidade não pode ser considerada unicamente como um lugar de actividades económicas e produtivas. Com efeito, a par da dimensão económica, há pelo menos mais duas que, na sua interacção recíproca, constituem a cidade como um sistema social complexo e - em presença de determinadas condições - coerente: as dimensões política e sociocultural (Bagnasco, 1994). No presente capítulo, ocupar-nos-emos em particular da primeira, enquanto a segunda constituirá o tema do Capítulo 4.

Por conseguinte, a cidade é um fenómeno político, uma entidade social que, apesar de incluída (como em geral acontece no mundo contemporâneo) em sistemas políticos nacionais e internacionais de dimensões mais amplas, está em condições de exercer formas de autogoverno. Noutros termos, a cidade é uma expressão local da sociedade, na qual se exerce um poder, entendendo-se este último como «a capacidade social para tomar decisões vinculativas, que têm consequências fundamentais nas direcções para onde uma cidade se move» (Orum, 1988). Essa capacidade de autogoverno representa um aspecto constitutivo do sistema urbano, a tal ponto que, segundo Weber, se pode falar de «cidade», no pleno sentido do termo, somente em relação aos centros em que os cidadãos formam uma unidade social apta para se governar a si própria. Como muitas vezes se observou, o modelo de cidade que Weber privilegia nessa sua célebre análise é o da cidade ocidental e, em particular o da polis grega ou da cidade comunal medieval. Assim, a sua definição pode considerar-se excessivamente restritiva, se se pretender aplicá-la a todo o

quadro do urbanismo contemporâneo. Apesar disso, resta o facto de que o exercício auto-reflexivo do poder (ainda que nem sempre em formas tão autónomas como as previstas pelo modelo weberiano) é um elemento que caracteriza a grande maioria das sociedades urbanas, em qualquer parte do mundo. Nos países de urbanização mais antiga e tradição democrática radicada, este elemento reproduz-se com continuidade de séculos, se bem que com variação dos modelos estatais e dos regimes políticos, enquanto noutros constitui uma conquista mais recente e apenas parcial. Parece, todavia, possível afirmar que, hoje, mesmo nos contextos atravessados por uma crise política profunda (como, por exemplo, em muitos Estados africanos), a tendência para o autogoverno em formas descentralizadas e à escala urbana, se manifesta claramente e, por vezes, representa uma das poucas oportunidades realistas para a reorganização de um modelo político operativo.

Falando de «autogoverno» (ou de «exercício auto-reflexivo do poder») à escala urbana, emprega-se uma expressão sintética que assume diversos aspectos.

Diz-se, acima de tudo, que a cidade é um local específico da actividade de governo. Isto significa que, embora ela faça parte de uma sociedade mais ampla, se tomam decisões em condições que nunca reflectem apenas as «médias» presentes nessa sociedade. Com efeito, todo o centro urbano é caracterizado por uma estrutura social própria, tem uma composição diversa de grupos privilegiados e marginais, modalidades peculiares de expressão do conflito e de alianças políticas e selecciona especificamente a sua elite de governo. Tudo isto determina uma tonalidade particular da vida política urbana, que por vezes se reproduz - mesmo com as transformações inevitáveis - durante longos períodos de tempo.

Por outro lado, a cidade representa um sujeito específico da actividade política. Tem quase sempre instituições de governo dotadas de alguma autonomia, e em muitos casos essas instituições produzem consenso e legitimação pelo facto de serem eleitas pela população urbana.

Finalmente, a cidade é também objecto da actividade do governo urbano. Este propõe-se, com efeito, em primeiro lugar, favorecer e regular o desenvolvimento económico local, garantir aos cidadãos (e também aos « utentes» da cidade, não residentes nela) a presença de um conjunto de infra-estruturas e serviços, assim como de condições de segurança, confrontando-se com os outros níveis do governo que operam no território. O facto de a cidade ser o objectivo predominante das políticas empreendidas pelas instituições de governo não impede que, em algumas circunstâncias, estas últimas possam assumir decisões influentes no destino de colectividades diferentes da urbana, nem que possam operar opções de «política externa». Assim, um traço típico do período mais

recente parece consistir num crescimento do raio da acção política das instituições urbanas.

Abordar-se-ão neste capítulo os pontos de maior interesse do debate sociológico sobre a dimensão sociopolítica da cidade. Nos pontos 3. 1 e

3. 2, estudar-se-á a mudança da estrutura social urbana na cidade pós-industrial, salientando como isso modifica o governo urbano. No ponto

3. 3, citar-se-ão as mudanças nas modalidades com que se desenvolve a actividade de decisões a nível urbano. No ponto 3. 4, finalmente, concentrar-se-á a atenção nalgumas orientações das políticas urbanas, concedendo particular interesse ao actual debate sobre a planificação.

3. 1. 2. O pacto fordista e o welfare state

O fordismo representou indiscutivelmente algo mais do que um

modelo de desenvolvimento económico. Na verdade, a natureza desse modelo de desenvolvimento favoreceu a emergência de um conjunto bem definido de actores sociais e reuniu as condições para a criação de esquemas típicos de regulação das relações entre eles. Desse modo, também influiu nas modalidades de exercício do governo, tanto a nível nacional como a nível urbano. Isto não significa, obviamente, que, na fase fordista, se determinasse uma tendência para rumos políticos comuns nos vários Estados. Uma afirmação desse tipo seria facilmente refutável, embora se faça alusão exclusiva (como veremos a seguir) ao período subsequente à Segunda Guerra Mundial e aos países mais avançados do Ocidente. Significa mais que, em cada um desses contextos, a actividade de governo teve de enfrentar actores sociais dotados de caracteres e estratégias repetitivos, mesmo ao variar de situações nacionais e locais. Desse confronto, e da tentativa para encontrar soluções capazes de evitar os conflitos mais agudos, emergiram modelos de governo diferenciados, mas também dotados de analogias significativas.

Iniciamos o percurso analítico considerando os actores fundamentais no modelo fordista.

Como já resulta, pelo menos em parte, das análises desenvolvidas no

capítulo precedente, o principal protagonista do desenvolvimento, nas áreas fortes da economia mundial, é a grande empresa. Isto implica, sobretudo, que no governo de todos os países influi largamente a grande burguesia industrial e financeira, quer a «nacional» (ou seja, originária do próprio país), quer - em crescente medida ao longo dos anos - a «internacional», que controla os fluxos financeiros e as empresas multinacionais. Esta classe tem uma extensão mais ou menos ampla ao variar a importância económica do país (por exemplo, é particularmente restrita

e diferenciada no papel hegemónico de alguns grupos de famílias no caso italiano). Em todo o caso, exerce uma forte influência na orientação das exigências e tarefas políticas do resto da classe burguesa (os pequenos e médios empresários industriais, os profissionais, os titulares das grandes empresas comerciais, etc.).

A função central da grande empresa não implica apenas a influência da grande burguesia mas também a forte presença social dos outros indivíduos que operaram na empresa: dirigentes, quadros intermédios com funções técnicas e administrativas, empregados e, sobretudo, operários. O modelo de reorganização produtiva fordista comporta a expansão quantitativa de operários de baixa qualificação, com escassas perspectivas de mobilidade, concentrados principalmente em estabelecimentos de grandes dimensões situados nas zonas periféricas das áreas metropolitanas. É esta a figura que se definiu do operário-massa, expressão que evoca tanto a imagem de uma multidão cada vez mais imponente de trabalhadores como a de uma classe que compartilha, na fábrica, condições de trabalho fortemente estandardizadas e, na cidade, modos de vida e esquemas de comportamento também tendencialmente homogêneos.

Esta condição de homogeneidade e concentração da classe operária contribui, por um lado, para lhes conferir uma elevada potencialidade conflitual e, por outro, favorecer o desenvolvimento de formas centralizadas de organização colectiva dos interesses. Entre elas, convém salientar o papel dos sindicatos e dos partidos de extracção operária. Apesar das grandes diferenças que os distinguem no tocante às tradições, às modalidades organizativas e às orientações ideológicas (pense-se, sobretudo, na divisão entre os partidos social -democratas e os comunistas), essas organizações têm representado - nos planos social e político - um importante instrumento de expressão dos interesses dos operários e constituíram uma eficiente parte contrária nos confrontos da empresa, criando, em alguns casos, largas redes de alianças sociais, capazes de englobar outras categorias de trabalhadores e camadas sociais.

A par destas duas partes contrárias sociais, em muitos países assumiu um papel de importância fundamental um terceiro protagonista: o Estado e, de um modo mais geral, o conjunto dos aparelhos públicos. Já a partir da época de transição entre os séculos XIX e XX, alguns países industrializados, como a Alemanha, o Reino Unido e os países escandinavos, tinham introduzido medidas de intervenção assistencial, de garantia das faixas da população mais fracas. A partir dos anos 40, porém, essa intervenção generalizou-se e difundiu-se, embora em medida diferente e com diversas modalidades, em quase todos os países desenvolvidos. Desde a publicação em Inglaterra do relatório Beveridge, em 1942, tornou-se popular o uso

da expressão welfare state (Estado do bem-estar) para indicar esse tipo de orientação da política estatal 1.

Segundo a definição de Briggs (1961, p. 228):

... um welfare state é um estado em que o poder organizado se emprega deliberadamente (através da política e da administração) para modificar o movimento das forças de mer-

cado em pelo menos três direcções: acima de tudo, garantindo aos indivíduos e às famílias um rendimento mínimo [...]; em segundo lugar, reduzindo o grau de insegurança e colocando os indivíduos e as famílias em condições de enfrentar determinadas «contingências sociais» (por exemplo, a doença, a velhice, o desemprego), que, de contrário, conduziriam a crises individuais e familiares; em terceiro, assegurando que sejam oferecidos a todos os cidadãos os melhores padrões possíveis a uma gama moderada dos serviços sociais.

Por conseguinte, a finalidade do welfare state consiste em garantir condições de vida pelo menos mínimas a todos os cidadãos, evitando ao mesmo tempo contragolpes sociais e políticos resultantes da crise dos grupos mais pobres, em correspondência especialmente aos momentos de estagnação da economia. No que se refere aos instrumentos da intervenção pública, têm-se demonstrado muito variáveis, em função não só da diversidade dos contextos nacionais mas também das linhas políticas dos governos que se sucederam nos vários países. De qualquer modo, existem em toda a parte, embora com um orçamento diferente, as duas modalidades seguintes:

a) a organização dos serviços públicos (escolas, universidades, saúde, transportes, etc.), oferecidos gratuitamente ou, pelo menos, a custos inferiores aos do mercado;

b) a transferência directa de fundos aos indivíduos singulares ou às famílias, por exemplo, mediante o sistema de previdência, os cheques familiares, de desemprego, invalidez, etc.

A expansão dos serviços e o desenvolvimento de um aparelho burocrático para gestão das políticas do welfare state produz um acréscimo da despesa pública, que deve ser compensado aumentando os impostos: calcula-se que, por volta de 1975, os países da Europa Ocidental destinaram às despesas sociais cerca de um quarto dos seus recursos nacionais, enquanto os da América do Norte (onde, no seu conjunto, a despesa pública conhe-

1 Na realidade, já dez anos antes, a palavra alemã equivalente a «Estado do bem-estar», Wohlfahrtsstaat, se empregava, de forma depreciativa, na propaganda filonazi: tentava carimbar uma orientação política que se julgava ter provocado o esgotamento moral da população germânica e sobrecarregado o Estado com obrigações superiores às suas possibilidades. A propósito, cf. Flora Heidenheimer (1981, p. 28).

ceu um desenvolvimento inferior) despenderam pouco mais da quinta parte. Por outro lado, isto também comporta um incremento dos postos de trabalho no sector público, pelo que começou a definir-se uma categoria de indivíduos sociais protagonistas da fase fordista, os dependentes públicos, que, por serem internamente estratificados, se caracterizavam - pelo menos em alguns contextos - por interesses específicos e formas peculiares de comportamento social.

Do final da Segunda Guerra Mundial até finais dos anos 60, o confronto entre os actores sociais e institucionais agora citados desenrolou-se sob a forma de discussão constante e, por vezes, mesmo de conflito aberto. No entanto, graças à intervenção do Estado e ao persistente cres-

cimento económico, a tendência dominante é a de compromisso entre as

partes sociais - um compromisso que, reproduzindo-se no tempo, parece quase configurar um pacto social implícito (ou, por vezes, explícito). Esse pacto poderia ser descrito sumariamente dizendo que as organizações da classe operária e, mais em geral, dos trabalhadores, tendem a renunciar - pelo menos na sua ala maioritária - a programas revolucionários e aceitam assumir o capitalismo e a propriedade privada como um

horizonte insuperável, no seio do qual se desenvolve a sua actividade política e sindical. Em contrapartida, conseguem que as suas reivindicações - cada vez mais dirigidas para aumentar as garantias sociais e os

serviços públicos - encontrem ampla correspondência nas políticas dos governos nacionais e locais. O resultado é de um aumento do nível de vida geral da maioria dos trabalhadores, embora não falem as figuras sociais que, devido ao pacto em questão, são excluídas ou têm de suportar custos sociais particularmente elevados (os trabalhadores estrangeiros ou empregados «irregulares», os trabalhadores no domicílio, etc.). Em todo o caso, o pacto em causa garante no seu conjunto uma condição de relativa estabilidade social ou, pelo menos, faz com que os conflitos não tendam para desestabilizar o sistema económico e político e, ao invés, em muitas circunstâncias, impelem-no para manter nos mais altos níveis possíveis o ritmo do desenvolvimento, com o objectivo de produzir os recursos necessários para alimentar a máquina do welfare state.

3. 1. 3. O welfare state e a cidade

No esquema das relações entre os protagonistas fundamentais do «pacto, fordista», como se configura o papel da cidade?

Para responder a esta pergunta, convém, antes de mais, referir que o

esquema em causa - até aqui definido sumariamente nos seus aspectos mais gerais - se propõe numa multiplicidade de variantes específicas em cada

sistema urbano. Com efeito, a cidade ou, ainda melhor, a área metropolitana que compreende o conjunto dos subúrbios onde vivem os trabalhadores pendulares ocupados no sector industrial representa o principal lugar de enraizamento e evolução do modelo social fordista, e não só o cenário em que a eficácia do welfare state é posta à prova.

De resto, há que ter em conta o facto de que, no período considerado, a grande empresa, mesmo quando assumiu um carácter nacional ou multinacional, conserva uma relação estreita com a cidade em que se situa e na qual, na maioria dos casos, se encontram os seus centros directivos. Isto toma-se ainda mais evidente nas situações em que existe uma ligação íntima entre os destinos da cidade e os de uma empresa fordista singular. Nestas situações, os caracteres da variante urbana do modelo dependem directamente do êxito da interacção entre o governo da cidade, as iniciativas da empresa no campo económico e também no campo social (por exemplo, no caso emblemático de Turim, as políticas assistenciais e previdenciais para os dependentes da FIAT, organizadas pela própria empresa nos anos 50 e 60, sob a direcção de Valletta), as pressões dos sindicatos e das organizações dos trabalhadores à escala urbana.

Mas, mesmo alargando o exame a um conjunto de cidades mais vasto (compreendendo as não correspondentes ao tipo ideal da cidade fordista), pode observar-se que, no período em causa, o conjunto dos principais agentes sociais de todos os centros urbanos é chamado a participar na manutenção do equilíbrio dinâmico de que depende o êxito do modelo de desenvolvimento. E, neste âmbito, assumem particular relevo o governo e a administração citadina, embora, como veremos em seguida, o seu papel não esteja isento de ambivalência.

De facto, por um lado, os poderes públicos da cidade estão plenamente investidos da tarefa de participar na organização do welfare state, tomando-se assim protagonistas «locais» do pacto de que se falou. Isto é facilmente compreensível se se pensar que, nas condições próprias da época, as políticas de intervenção social estavam destinadas a concentrar-se sobretudo nas grandes cidades e, em particular, nas áreas periféricas em rápida expansão -

onde é necessário criar em pouco tempo as infra-estruturas e serviços básicos fundamentais para a população. Ao darem expressão a estas políticas, os governos urbanos encontram-se em contacto mais directo - em relação aos nacionais - com as instâncias provenientes da população. Devem providenciar com intervenções adequadas à satisfação de necessidades diferentes, expondo-se mais imediatamente ao risco de serem atingidos pelo descontentamento provocado por exigências insatisfeitas.

Por outro lado, todavia, as margens de manobra de que gozam as administrações comunais no desenvolvimento destas tarefas são, em muitos casos, relativamente reduzidas. Isso depende de muitos factores, os quais,

porém, mais uma vez, diferem com a variação dos contextos nacionais e

locais. Em muitas situações - típicas, por exemplo, de Itália - um factor condicionante é representado pela debilidade dos mecanismos de programação dos centros produtivos e, de um modo mais geral, dos processos de urbanização. Isto obriga algumas cidades a enfrentar inesperadamente fluxos migratórios de enorme envergadura - de tal modo que as administrações locais se vêem obrigadas a actuar em condições de emergência, sem conseguirem mais do que mitigar, com a oferta de serviços públicos, os efeitos de um crescimento urbano caótico e quase descontrolado. Em muitos países, o carácter centralizado dos processos de decisões (e, em particular, dos referidos na construção do welfare state) faz com que as cidades passem a desenvolver um papel secundário e actuativo nos confrontos com as grandes opções relativas ao modelo de intervenção e de dispêndio social, os quais se mantêm apanágio dos governos centrais. Finalmente, nos casos das cidades sedes de grandes empresas fordistas, pode verificar-se o fenómeno (salientado por Gallino, 1990, ainda com referência a Turim) de um desequilíbrio estrutural de poderes entre a direcção da empresa - num grau capaz de condicionar a esfera política local e, além disso, monopolizar a parte mais activa da população de alto nível de instrução - e o governo urbano, por vezes incapaz de formular estratégias aptas para contrabalançar as inspiradas pela própria empresa.

A presença de problemas e dificuldades estruturais por parte das administrações urbanas não impede que, em muitas circunstâncias, assumissem um papel de primeiro plano, apresentando-se como a ponta de diamante na

construção do welfare state, às vezes em polémica com as orientações do governo nacional. Nesta oposição entre as linhas políticas «centrais» e as

«locais» reveste-se de particular relevância nos casos em que existe, nos

dois níveis de governo, uma maioria política diferente. Isto verifica-se, por exemplo, em Itália - durante todo o período considerado - nas cidades das regiões «vermelhas» (e, em particular, da Emilia Romagna) ou em Inglaterra no início dos anos 80, quando o governo conservador de Margaret Thatcher enfrentou a defesa das políticas sociais operada por numerosas administrações urbanas de maioria trabalhista.

3. 1. 4. Crise do welfare state, neoliberalismo e governo urbano

Os primeiros sintomas da crise do welfare state começaram a manifestar-se por volta de meados dos anos 70. A partir de então, a gradual desagregação daquele modelo de intervenção pública - e de gestão das relações entre o Estado e os cidadãos - prosseguiu a par e passo com a superação do fordismo, embora as causas dos dois fenómenos fossem

apenas parcialmente coincidentes. De qualquer modo, reduziram-se as

razões do «pacto» que procurara alcançar a estabilidade social nos decênios precedentes.

Os factores do desmoronamento do welfare state foram vários. Uns tinham uma raiz estritamente económica, ou seja, dependiam das dificuldades crescentes em manter em funcionamento a máquina da intervenção social do Estado, enquanto outros, ao invés, reconduziam a uma atitude modificada dos diferentes grupos sociais no campo político.

No tocante aos primeiros, convém sobretudo recordar que os anos 70 foram assolados por uma situação de estagnação da economia, acompanhada do encarecimento das matérias-primas e de correntes inflacionistas. Nestas condições, tomou-se cada vez mais difícil para o Estado reunir os recursos necessários para garantir a intervenção da despesa pública aos

mesmos ritmos que atingira no anos anteriores. Na verdade, perante uma redução das taxas de expansão da economia, o único caminho praticável para manter a despesa social do Estado elevada consistiria num ulterior aumento da pressão fiscal. No entanto, convém notar que esta última já sofrera, no vinténio entre 1955 e 1975, um acréscimo sem precedentes: como recorda Flora (1981), naquele período passou-se-na média europeia - de uma taxa média de receita fiscal (expressa em relação com as tributações gerais e do produto nacional) inferior a 23% para outra superior a

31%. Um ulterior aumento da tributação tornava-se, portanto, impraticável. Com efeito, nos confrontos daquele nível de pressão fiscal começavam a manifestar-se sintomas de rejeição, sob a forma de revoltas fiscais registadas entre os contribuintes de alguns países (em particular, nos Estados Unidos e na Dinamarca).

No que se refere às atitudes nas confrontações do welfare state, verificou-se que, a partir dos anos 80, apresentava-se em queda junto de largas camadas de cidadãos. Por muito paradoxal que possa parecer, esse

fenómeno deve considerar-se como um efeito do êxito das políticas sociais do Estado. Como escreve Detragiache (1995), «enquanto no pós-guerra a grande maioria da população vivia na escassez [...], agora, por efeito do desenvolvimento económico-social assegurado pelo progresso científico-técnico, mas também [...] do intervencionismo do Estado no campo social, a grande maioria da população vive no bem-estar» (p. 59). Assim,

se nos primeiros anos do pós-guerra se exercera uma forte pressão por parte de largas massas trabalhadoras a fim de obterem políticas voltadas para o incremento do grau médio do bem-estar, nos anos 80 as exigências de algumas camadas sociais voltaram-se para os confrontos políticos que aumentassem a competitividade do sistema e, portanto, favore-

cessem as oportunidades de ascensão social mais fortes dos indivíduos, embora com o custo de aumentar, ao mesmo tempo, a marginalidade dos

mais fracos. Em resumo, o welfare state, depois de ter sido considerado uma garantia para todos contra os riscos do insucesso e da pobreza, foi reinterpretado como um laço que aperta as classes mais dinâmicas (e, por conseguinte, os potencialmente aptos para fazer crescer a riqueza dos países), com vantagem apenas dos menos activos, satisfazendo os seus pedidos de assistência pública.

As dificuldades financeiras da administração pública levaram quase todos os países a uma revisão das modalidades de intervenção social. A natureza dessa revisão, todavia, foi fortemente influenciada pelas orientações políticas maioritárias em cada país. Assim, por exemplo, perante uma tentativa de defesa substancial do welfare state, mesmo com os retoques necessários, aplicada nos países escandinavos, assiste-se a uma inversão radical de tendência nos governos por partidos inspirados numa ideologia conservadora e neoliberalista, como no Reino Unido com o governo Thatcher e os Estados Unidos sob a presidência de Reagan. Nestes casos, o dismantelamento das políticas de assistência pública andava a par e passo com a tentativa para incutir alento à iniciativa económica dos privados, estimulando-a a intervir mesmo nos campos que até àquele momento estavam hegemonizados pela máquina organizativa do welfare state (saúde, educação, segurança social). Além disso, na ideologia em causa, estava sempre presente - ainda que com diferentes acentos «nacionais» - a ideia de que largas camadas de cidadãos deviam ser solicitadas para a iniciativa económica privada, acordando-as, por assim dizer, do estado de torpor resultante de um excesso de garantias públicas, combinado com um nível de tributação sobre os rendimentos elevado e, portanto, apto para desencorajar o empresariado difuso. Por conseguinte, o neoliberalismo tendia a legitimar a própria obra de enfraquecimento do papel social do Estado, não só com base numa adequação realista às condições económicas modificadas mas também sob a escolha de uma chamada para o activismo económico e o individualismo como valores radicados profundamente no senso comum dos países anglo-saxões - trata-se de uma imagem ideológica a que, em relação ao thatcherismo, Hall (1988) chama «populismo autoritário».

A crise do welfare state e a afirmação de intenções conservadoras produziram transformações radicais no governo da cidade. As administrações urbanas, garantidas mais completas nos confrontos dos cidadãos na intervenção pública no campo social, achavam-se agora preteridas: para esquematizar, pode dizer-se que os efeitos negativos imediatos das novas orientações políticas (a contracção dos serviços públicos) lhes foram directamente atribuídos por camadas sociais atingidas por eles, enquanto os eventuais efeitos positivos (o relançamento económico e a tributação reduzida) incidiam de preferência nas relações entre os

cidadãos e o Estado central. Resultou disso - pelo menos, nalguns casos - uma tendência para a resistência da parte das cidades, nos confrontos das políticas de cortes nas despesas públicas, operadas pelos governos centrais, tendência essa que pode chegar a uma conflitualidade explícita.

A esse respeito, é particularmente significativa a situação inglesa depois da vitória eleitoral do partido conservador, em 1979. Foi imediatamente posta em acção uma política de contenção das despesas públicas, que envolvia o financiamento às escalas local e urbana. No espaço de poucos anos, essa política produziu efeitos relevantes, em termos globais. Com efeito, enquanto a incidência das despesas locais no produto interno bruto atingia os 15,9% em 1975-1976, oito anos mais tarde, em

1983-1984, era reduzida para 12,8 %. Assim, invertia-se a tendência para um crescimento contínuo que se produzira desde fins da Segunda Guerra Mundial (Romagnoli, 1987). No entanto, este processo só se conseguiu por meio de uma dura confrontação com muitas administrações comunais, as quais utilizaram todos os instrumentos à sua disposição para anular os planos do governo e, nalguns casos, arriscaram-se a compensar o desempenho progressivo com iniciativas locais. De qualquer modo, como sustenta Jackman (1987), «o acordo tradicional, pelo qual o governo central fixava os montantes gerais para as despesas públicas locais e deixava livres as entidades locais para determinar as particulares, foi quebrado» (p. 169). A rutura do acordo, por seu turno, foi consequência do facto de o governo central tentar superar as resistências aumentando o poder dos órgãos de governo nacional, em prejuízo dos descentralizados. Um episódio saliente desse desencontro foi a disposição, que começou a vigorar em 1986, que abolia o nível mais alto dos governos locais, ou seja, os Conselhos das Contas Metropolitanos e o Conselho da Grande Londres, que governara a principal área metropolitana do país durante

21 anos, promovendo uma intensa actividade a favor do desenvolvimento dos serviços públicos e do emprego.

De qualquer modo, voltando a reflexões de ordem mais geral, se é verdade que o contexto socioeconómico comporta maiores dificuldades para a

administração local nos anos 80 e 90 - mesmo independentemente da orientação política dos governos centrais -, não é certo que isso se traduza inevitavelmente num declínio do governo urbano. Sob alguns perfis, pode dizer-se que, no momento em que se atenua, para as administrações comunais, a

função de serem instrumentos de aplicação de políticas globais de intervenção social, depara-se-lhes uma tarefa mais difícil, mas também mais rica de valências autodecisionais - a de tornar promotores, à escala local, planos estratégicos de desenvolvimento, aptos a contra-atacar os sempre iminentes riscos de declínio urbano.

3. 2. Velhos e novos desequilíbrios sociais

3. 2. 1. O esgotamento do pacto fordista

Como vimos, a crise conjunta do fordismo e do welfare state tomou menos notáveis as condições daquilo que se definira como «pacto fordista» e que tinha como contraentes principais a grande empresa, os trabalhadores industriais e as suas organizações, o Estado. Uma razão fundamental desta mudança de condições já foi analisada: a função mediadora do Estado perdeu muito da sua eficácia, porque o próprio Estado - mesmo nas suas articulações locais - não estava em condições de colocar no prato da balança uma política de expansão contínua da despesa social com o objectivo de reequilibrar as desigualdades sociais. Portanto, esse pilar fundamental em

que se apoiava o equilíbrio entre as classes sociais no período fordista tendeu a enfraquecer.

Um efeito disso consistiu em que as diferenças entre as classes sociais recomeçaram a aumentar, em particular no respeitante à distância entre os grupos que se encontravam em extremos opostos da escala social. Contudo, o facto não provocava forçosamente uma intensificação da conflitualidade e, sobretudo, não implicava um regresso das organizações dos trabalhadores a posições de conflito radical nos confrontos do sistema social capitalista. A verdade é que - paralelamente à mudança do papel do Estado - a situação dos outros grandes actores da fase fordista se transformou de modo substancial.

Quanto à grande empresa, a mudança de papel não significava um

enfraquecimento. Pelo contrário, o cenário pós-fordista assistiu a um ulterior robustecimento do poder das grandes empresas ou, melhor dito, das concentrações financeiras que operavam à escala internacional. Esse robustecimento, porém, movia-se a par de uma transformação das exigências que a empresa manifestava nos confrontos dos outros actores. Com efeito, num quadro cada vez mais dominado por processos de globalização da actividade produtiva e financeira, a necessidade de estabelecer relações estáveis com os governos nacionais e locais diminuiu de forma cada vez mais evidente. Os traços salientes da fase actual são a rápida transferência dos interesses comerciais e financeiros em pontos sempre diferentes do espaço económico e geográfico. De forma ainda mais acentuada, essa mudança reforça as relações entre a empresa e os trabalhadores. Neste caso, como refere Dalirendorf (1995), o termo chave é flexibilidade, a qual «acabou por indicar sobretudo abrandamento dos laços que agravam o mercado do trabalho: maior facilidade em admitir e despedir, possibilidades de aumentar ou diminuir os

salários, expansão dos empregos em part-time e a prazo, mudança cada vez mais frequente de trabalho, de empresa e de sede» (p. 24). Por conseguinte, aquilo que agora impele as empresas não é tanto estabelecer acordos a longo prazo com as organizações dos trabalhadores, em função de uma limitação da conflitualidade, mas sim garantir-se a liberdade dos vínculos que determinam a rigidez: dos devidos à legislação do trabalho ou a acordos sindicais de longo prazo até aos determinados pela presença de grandes concentrações operárias no território.

No respeitante aos trabalhadores, o processo mais relevante dos processos em acção situa-se no redimensionamento do peso - quer em termos quantitativos, quer do perfil do poder contratual - do operário-massa. A causa mais importante a esse respeito há-de procurar-se nas mudanças tecnológicas e organizativas intervenientes a nível produtivo - fazem com que inteiros segmentos da produção, antes desenvolvidos com o uso de mão-de-obra desqualificada, sejam agora inteiramente automatizados e, portanto, executados por robots e máquinas controladas por um número reduzido de técnicos qualificados. Um segundo factor é dado pela tendência para descentralizar outros segmentos do processo produtivo fora da grande empresa, fazendo-os executar por empresas externas ou mesmo unidades de produção situadas nos países «emergentes» do Extremo Oriente ou da América Latina. Nos países mais desenvolvidos, uma consequência deste impulso para a descentralização é que os operários - e, mais em geral, os trabalhadores dependentes da indústria -, além de serem em menor número, encontram-se na sua maioria fragmentados numa quantidade de empresas de diferentes dimensões e num espaço que já não coincide com o das concentrações metropolitanas. Deriva daí uma perda do poder contratual dos trabalhadores industriais e das suas organizações sindicais (ao invés, um peso crescente aguarda os trabalhadores que desempenham papéis-chave no sector dos transportes e das telecomunicações, cuja importância é decisiva numa economia móvel e globalizada).

Do conjunto das transformações aqui rapidamente ilustradas resulta, pois, que, no cenário pós-fordista, os indivíduos sociais fundamentais, protagonistas da fase precedente, assistiram à mudança do seu papel na sociedade e nas relações recíprocas. Em geral, o novo quadro que agora se define mostra-se caracterizado por uma tendência para o aumento das disparidades sociais, uma maior fragmentação dos actores sociais e uma mutação contínua das situações, ao ponto de tornar inúteis as tentativas para estabelecer, explícita ou implicitamente, acordos de longa duração entre as partes sociais, com a garantia oferecida pela intermediação de um Estado forte e intervencionista.

3. 2. 2. A estrutura social urbana

Para além do que até agora analisámos, o que muda ainda mais radicalmente no novo cenário é a maneira como se articulam os eixos fundamentais da divisão social, ou seja, as linhas de fractura, ou cleavages (Rokkan, 1970), que distinguem os grandes agregados de sujeitos sociais e definem as principais linhas de conflito e de aliança em torno das quais se organiza a estrutura social, à escala global ou local.

Como vimos, no fordismo o eixo de divisão fundamental era entre a grande empresa - ou seja, a grande burguesia capitalista e os dirigentes industriais - e a classe operária, por vezes unida em aliança com o sector médio dos empregados e outras figuras de trabalhadores dependentes.

A propósito destes temas, na sociologia contemporânea desenrola-se um grande debate que parece ainda longe de ter proporcionado respostas definitivas. Por sua vez, no campo da sociologia urbana a discussão repete-se, concentrando-se sobretudo nas linhas de divisão que parecem assinalar, hoje, a estrutura social das cidades e dos conjuntos metropolitanos. Faremos agora algumas considerações sobre este aspecto específico da discussão, concentrando-nos em alguns nós problemáticos essenciais e sem a pretensão de fornecer um quadro completo e sistemático.

1. O eixo de divisão que contrapõe a empresa aos operários vê como principal linha de fractura aquela que se situa entre duas classes sociais, uma das quais (a burguesia) se caracteriza pela propriedade dos meios de produção, e a outra (a classe operária) pela exclusão dessa propriedade. Esse eixo comporta, portanto, segundo a aproximação da análise de classes teorizada por Marx, uma divisão em apenas duas classes fundamentais, das quais as intermédias podem ser aliadas, sem todavia representar uma terceira polaridade efectiva.

Além disso, se se orienta a análise para uma consideração mais articulada das figuras que hoje se movem no mercado do trabalho (em particular nas grandes concentrações urbanas), é possível determinar outras linhas de diferenciação dos sujeitos sociais. Por exemplo, modelos analíticos recentes tentam construir tipologias de sujeitos sociais que tomem em consideração a presença de mais «estratos» - ou seja, de conjuntos de ocupações a que correspondem conjuntos de trabalhadores - diferenciados não só com base nas funções e ao nível retributivo mas também ao carácter mais ou menos estável da relação de trabalho.

Nesta óptica, Perulli (1992) propõe uma desagregação do mercado do trabalho em quatro «estratos» sobrepostos, dentro dos quais os sujeitos efectuam percursos individuais muito menos lineares e previsíveis dos típicos da época fordista:

a) o primeiro (que se situa ao nível mais baixo, é constituído por trabalhos de ingresso, efectuados de forma provisória na sua maioria por jovens nas suas primeiras experiências laborais, embora também por imigrados recentes, colocados pela segurança social, etc. As suas características são a ausência de estruturação da relação de trabalho, temporaneidade, baixo nível de qualificação exigido e baixa remuneração. Participam nele actividades de distribuição de panfletos e venda «porta a porta», descarga de mercadorias, limpeza, papéis de figurante em espectáculos de vários tipos, etc.;

b) imediatamente acima, situa-se o estrato dos trabalhos periféricos, que apresentam um maior grau de estruturação da relação de trabalho, mas também exigem baixa qualificação e comportam remunerações modestas. Desenrolam-se dentro de unidades de pequena dimensão, que ocupam uma posição «não central» na economia. Por conseguinte, os trabalhadores «periféricos» executam tarefas manuais em pequenas empresas industriais e, sobretudo, no sector dos transportes, dos serviços à tarefa e das construções;

c) o terceiro estrato é o dos trabalhos centrais, ou seja, dos que se desenrolam dentro das grandes organizações, entre as quais a média e a grande empresa industrial, as actividades do crédito e da finança e o sector público. Comportam remunerações comparativamente mais elevadas e garantidas. Além disso, é mais alta a quota de actividades que exigem maior qualificação - as figuras sociais que as executam são, portanto, operários especializados, técnicos, empregados e quadros intermédios;

d) o estrato mais elevado é o dos trabalhos directivos, e executam-nos figuras como os empresários, dirigentes (presentes em particular nas áreas de grande função produtiva), profissionais livres e gerentes (presentes de um modo cada vez mais maciço nos centros de terciarização elevada).

A tipologia acabada de ilustrar oferece um instrumento útil para a análise das especificidades que o mercado do trabalho manifesta nos contextos urbanos e, em particular, nas grandes áreas metropolitanas. Como o próprio Perulli e muitos outros autores demonstram, registou-se no período mais recente, nas cidades, a tendência para uma redução percentual dos trabalhadores centrais, devida quer à sua menor incidência nos modelos socioeconómicos pós-fordistas, quer aos processos de suburbanização, que levaram muitos deles a afastar-se das áreas centrais para as cinturas mais exteriores (cf. os pontos 5. 1. 2 e 5. 1. 3). Pelo contrário, se é muito ampliada a consistência dos dois estratos inferiores, com particular referência às áreas mais prestigiadas do centro urbano, tornou-se mais significativo o peso do estrato superior. Deriva daí, para as cidades, uma estrutura social alargada nos extremos e adelgada no centro - é este o modelo que, com uma imagem eficaz, se define com frequência como «de clépsidra».

2. O segundo nó problemático, sobre o qual se debruçou recentemente o debate a propósito da estrutura social nas sociedades pós-industriais, é o

relativo às camadas médias. Embora, como já se referiu, em todas as sociedades industriais - das oitocentistas até às fordistas - seja lícito afirmar que a contraposição fundamental reside entre a burguesia e a classe operária, não se pode n-únimizar o facto de que, em todo o século xx e, especialmente, a partir do segundo pós-guerra, se assistiu a um crescimento cada vez mais rápido das camadas que se colocaram em posição intermédia entre as duas classes extremas. Essas camadas médias, de resto, compõem-se quer de figuras que - nas próprias organizações produtivas - ocupam funções médias entre a direcção e os trabalhadores manuais (os chamados colarinhos brancos), quer de indivíduos que operam como trabalhadores autónomos em pequenas unidades de produção (pequena empresa, artesanato moderno) e, sobretudo, no sector terciário.

Qual é a posição das camadas médias na estrutura social pós-fordista? Como se podem desagregar em subconjuntos dotados de interesses específicos?

Segundo Bagnasco e Negri (1994), estas perguntas podem receber respostas diferentes com base na óptica com que se olha esse conjunto de sujeitos sociais e, em particular, a linha divisória que se entende considerar de forma predon-únante. A esse respeito, os autores citados afirmam que se podem tomar em consideração o duas abordagens distintas.

A primeira é a clássica, em que a situação social depende essencialmente do papel que os sujeitos desempenham no processo de produção de bens e serviços. Se nos colocarmos nessa perspectiva, podem dividir-se as camadas médias em estratos «superiores» e «inferiores», ou pode tomar-se em consideração o tipo de produção a que se aplicam. Este último critério permite, por exemplo, distinguir, como faz Berger (1986), entre as figuras que produzem ou vendem bens e serviços materiais (dirigentes e empregados da indústria, comerciantes de produtos industriais) e os que se ocupam em satisfazer necessidades não materiais (colocados no sector educativo, nas actividades culturais, nos meios de comunicação, etc.).

A segunda abordagem, ao invés, distingue as posições sociais com base

nas suas potencialidades de consumo, que não dependem unicamente dos rendimentos resultantes da actividade laboral mas também de outras condições, como a posse de recursos patrimoniais (entre os quais se reveste de particular importância a propriedade da habitação) e os direitos de acesso a oportunidades oferecidas pelo Estado. Deste ponto de vista, as camadas médias tomam-se complexamente articuladas ao seu interior, mas, em última análise, as linhas de demarcação mais relevantes são as que distinguem essas camadas, no seu conjunto, de uma elite restrita, por um lado, das marginalizadas, por outro.

Usando estes conceitos em combinação, é possível preparar um instrumento de análise da estrutura social não só teoricamente mais requintado

mas também mais adaptado para estudar se diferenças entre os contextos urbanos. Nesse sentido, por exemplo, Bagnasco e Negri propõem uma

tipologia de situações urbanas nas quais se faz distinção entre a condição da grande cidade (com uma presença menos determinante que no passado das camadas médias e uma polarização para as condições extremas), a das cidades médias chamadas - com uma retomada da terminologia de Weber

- dos produtores (em que prevalece a estrutura com base em funções produtivas) e a das cidades médias dos consumidores (em que predomina a

estruturação com base nas funções de consumo, em especial no que se refere às camadas mais instruídas).

3. Como se viu, muitos elementos levam a considerar determinante a cleavage entre as camadas privilegiadas ou, de qualquer modo, dotadas de recursos suficientes para garantir um nível de vida aceitável (sumariamente equivalente aos dois terços da população) e as camadas marginalizadas (o terço restante). Foram utilizados numerosos contributos, no período mais recente, para indagar a natureza destas últimas e a sua composição interna.

No debate em língua inglesa e, especialmente, nos Estados Unidos, para designar este conjunto composto de camadas desfavorecidas, emprega-se correntemente (não só em sociologia mas também no debate jornalístico) o termo *underclass* (literalmente, *infraclasse*), introduzido nos

anos 60 pelo economista sueco Myrdal para designar os americanos pobres, excluídos do mercado do trabalho ou ocupados em actividades marginais.

O emprego desta expressão, porém, parece destinado a favorecer equívocos: dificilmente a *underclass* pode ser considerada uma verdadeira e própria classe social - no principal sentido do conceito, ou seja, como um

conjunto de indivíduos que se encontram em condições sociais análogas e

se caracterizam por interesses fundamentalmente unitários. Isto deve-se a

dois factores, que convém tomar em consideração - por um lado, a extrema fragmentação deste «último terço», dividido com base nas características étnicas, nos contextos de vida, etc.; por outro, a existência de grandes processos de mobilidade, típicos principalmente dos Estados Unidos (Esping-Andersen, 1993; Paci, 1993), que fazem com que os piores trabalhos (os chamados *macjobs*) não sejam executados continuamente pelos mes-

mos indivíduos, se se excluir um grupo relativamente reduzido de pessoas que permanecem, por assim dizer, intrapolarizadas.

Pode, pois, dizer-se que a *underclass* não corresponde a uma entidade social unitária sob um perfil «objectivo», o que não impede que possa ser

encarada como tal na imagem que construíram dela as camadas sociais mais favorecidas. Todavia, na construção dessa imagem entram em jogo não só elementos de natureza socioeconómica, mas também de ordem cultural. Por exemplo, os preconceitos contra os grupos étnicos de que provêm maioritariamente os indivíduos desfavorecidos. Nesse caso, porém,

como observa Gans (1993), as vítimas da sociedade pós-industrial, mais do que uma infraclasses, formam uma undercaste (infracasta), ou seja, um conjunto discriminado com base em critérios de valor que implicam um juízo moral negativo contra elas.

3. 2. 3. As novas pobreza urbanas

Embora, como se acaba de referir, muitas razões desaconselhem a considerar os estratos sociais mais desfavorecidos como um conjunto social homogéneo e coerente, o seu crescimento quantitativo nas áreas urbanas e o agravamento das suas condições de vida (consequente do enfraquecimento do welfare state) também não explicam a razão pela qual esses estratos são, hoje, um dos temas de estudo de maior actualidade para a sociologia urbana.

Em muitos casos, o conceito base utilizado para aludir ao fenómeno que os reúne é, simplesmente, o da pobreza, por vezes qualificada com a expressão pobreza urbana (Pieretti, 1992), para salientar a concentração de indivíduos pobres nos contextos urbanos, ou mesmo novas pobreza urbanas (Silver, 1993), para distinguir as formas emergentes no cenário pós-industrial das típicas dos períodos precedentes. Apesar da fraqueza teórica e da ambivalência desses conceitos, justificam-se essencialmente pela sua flexibilidade, que permite aplicá-los a um conjunto de situações altamente mutáveis de contexto para contexto e, além disso, rapidamente variáveis no tempo. Segundo Mingione (1993), o conceito de pobreza tem a sua base na «ideia de que, por diversas razões e períodos de tempo variáveis, uma parte da população não tem acesso a recursos suficientes para lhe permitir sobreviver a um nível de vida mínimo, determinado histórica e geograficamente, que conduz a consequências graves em termos de comportamento e relações sociais» (p. 2).

Dois aspectos desta definição merecem particular realce. O primeiro diz respeito ao facto de que a determinação da pobreza se deve efectuar usando como termos de comparação padrões próprios de cada contexto geográfico e de cada época histórica. Nesse sentido, o conceito tem um valor relativo - um indivíduo é pobre (e isso é considerado por ele próprio e pelos outros) «em relação à diferença da sua condição de vida em confronto à do grupo de referência» (Sarpellon, 1991, p. 35), por exemplo, a condições «médias» difundidas numa cidade ou num Estado². Deste ponto

² Para esta concepção da pobreza como pobreza relativa orientam-se, em geral, as definições oficiais do fenómeno, nos vários países, ou as adoptadas a nível internacional. Por exemplo, a International Standard of Poverty Line afirma que é pobre «uma família de duas

de vista, é evidente que onde essas condições «médias» se elevem - como nos contextos metropolitanos dos países mais ricos -, para os grupos sociais que se encontram em situação social estagnada ou em declínio, a diferença atrás indicada torna-se mais larga e, por conseguinte, a pobreza relativa converte-se num fenómeno em vias de agravamento. Além do mais, essa definição relativa da pobreza deve distinguir-se de outra em termos absolutos. Neste último caso, a pobreza absoluta - ou miséria (Martinelli, 1995) -

indica uma condição em que a integridade física e mental dos indivíduos e

a sua própria sobrevivência são colocadas em perigo.

O segundo aspecto que convém salientar é que a pobreza não se relaciona apenas com a falta de um rendimento adequado, mas de um modo mais geral com uma escassez de «recursos», que, supõe-se, devem ser mantidos variáveis no tempo e no espaço. Muitos autores salientaram que, examinando através da análise empírica os percursos através dos quais os indivíduos chegam a condições de pobreza (Guidicini, Pieretti, 1992), apercebem-se de que os recursos que faltam não são apenas de natureza monetária mas que envolvem um conjunto de factores muito mais amplo, entre os quais os de ordem cultural (por exemplo, o grau e a natureza do nível de instrução), política (a possibilidade de influir nas decisões públicas mediante representantes próprios) e relacionais (o contacto com redes de solidariedade e de apoio).

A esta luz, alguns sociólogos (Berzario, 1992; Mela, 1993) insistem na importância de que se reveste, nas análises das pobreza urbanas, uma abordagem baseada na consideração das redes sociais (cf. capítulo 6). Com efeito, a pobreza pode ser considerada não tanto como um estatuto permanente, em que se encontra um conjunto de indivíduos considerados isoladamente, mas mais como uma condição - por vezes, apenas temporária -

que depende de um enfraquecimento das relações sociais que cada indivíduo tem com muitos outros e que o apoiam na busca de uma satisfação das suas necessidades materiais e imateriais. As redes de relações sociais, a que aludimos, são as que se estabelecem no seio da família, as redes entre vizinhos, entre colegas de trabalho, mas também as que dependem das actividades de serviços sociais públicos (por exemplo, os serviços de prevenção da carência, à escala territorial) ou de associações de voluntariado. As ligações com essas redes garantem aos indivíduos sociais uma ajuda na resolução dos problemas da vida quotidiana, que, em muitas circunstâncias, desempenha um papel substitutivo nos confrontos da falta de rendimen-

to. Assim, a definição de pobreza que se adopta aqui é a seguinte: «pessoas cujo rendimento é inferior ou igual ao médio per capita do país tomado em análise» e, a partir desta definição, calcula com uma escala de equivalência o limiar de pobreza para os núcleos com outro número de componentes (Bagnasco, Negri, 1994, p. 62).

tos adequados. Pelo contrário, o afastamento destes últimos determina uma condição de carência e vulnerabilidade social que agrava os riscos do empobrecimento.

Tendo isto em conta, compreende-se como a pobreza representa um risco ligado não só à pertença a grupos socioprofissionais de baixa remuneração mas também a condições familiares específicas, estilos de vida, origens étnicas, e assim sucessivamente. Por exemplo, é particularmente agudo para as

famílias formadas por um único membro adulto (em geral, mulheres) com

filhos ou de casais anciãos privados de laços familiares ou mesmo pessoas com deficiências físicas ou mentais, indivíduos com problemas de alcoolismo, toxicod dependência, etc. O contexto residencial também pode criar um papel importante - a probabilidade de uma total ausência de ligações com redes sociais de apoio é maior nos grandes centros urbanos do que nas cidades médio-pequenas, em que a visibilidade imediata dos indivíduos em condições de carência solicita, de algum modo, a intervenção.

Os estudos recentes sobre a pobreza urbana focalizaram com frequência a sua atenção não só na dimensão estática do fenómeno mas também na dinâmica - tentaram reconstruir os percursos através dos quais um certo número de indivíduos «cai» em condições de pobreza, ou então «reemerge» dela para uma situação social mais aceitável. No estudo desses percursos, foi por vezes retomado e elaborado o conceito de carreira moral, proposto originariamente por Goffman (1962). Segundo esse autor «o termo ‘carreira’ costuma ser reservado a um tipo de privilégios gozados por quem progride, por etapas graduais, numa profissão êxito. Emprega-se, todavia, o mesmo termo, num sentido mais amplo, para indicar uma espécie de fio condutor - de natureza social - seguido no ciclo da vida inteira de uma pessoa» (p. 151). Neste sentido, as «carreiras» não são forçosamente ascendentes (projectadas para o êxito), mas podem também ser descendentes e orientar-se, por etapas, para condições de pobreza. Além disso, a ideia de uma carreira moral comporta que, na sua determinação, entrem em jogo não só condições de tipo «objectivo», como o nível de rendimento ou os padrões de consumo, mas também condições de tipo «subjectivo», como o

prestígio de que um indivíduo desfruta, as avaliações morais de que é alvo

e a imagem que dá de si (Dickens, 1990).

Por conseguinte, utilizando este instrumento analítico, pode afirmar-se que a pobreza é uma condição na qual um indivíduo, ou grupo de indivíduos, transita, ou se situa estavelmente, por efeito de uma carreira moral negativa, escondida frequentemente por etapas correspondentes a situações ou eventos desfavoráveis. Os eventos deste tipo podem ser, por exemplo, a perda do trabalho, a dissolução de um núcleo familiar, a perda do ambiente residencial (em resultado de um despejo ou da necessidade de se mudar), a doença, a adopção de comportamentos ou hábitos «de risco», uma crise

psicológica, a morte de um cônjuge. Observa-se com frequência, no caso

das carreiras morais descendentes, que a ocorrência de um evento negativo tende a aumentar as probabilidades da ocorrência de outros, de diferente natureza. Por exemplo, pode acontecer que a crise de uma relação conjugal implique uma crise psíquica e esta ponha a saúde em perigo, ou então (como se verifica em países onde são baixas as garantias do welfare state) que a

perda do posto de trabalho não permita que um indivíduo conserve a sua habitação, nem que se cure devidamente, etc. Por outro lado, o carácter consequencial dos eventos aplica-se igualmente ao caso dos percursos ascendentes. É, pois, importante que se tenha em conta na predisposição das políticas voltadas para a luta contra a pobreza e a exclusão social. Com efeito, não forçosamente por serem eficazes, essas políticas devem ofere-

cer um apoio global aos indivíduos que se encontram em condições de carência. Mais frequentemente basta (e, por vezes, até se torna mais oportuno) que intervenham para inverter o curso de uma carreira moral descendente favorecendo a produção de um evento positivo (por exemplo, oferecendo uma oportunidade de trabalho ou o contacto com uma rede de voluntariado) e estimulando uma reacção pessoal que torne mais prováveis eventos sucessivos positivos.

3. 2. 4. O dualismo urbano

Nos parágrafos anteriores já se mencionou o facto de que as sociedades pós-industriais - embora reconhecendo, em média, um incremento da riqueza - se caracterizam por um aumento da diferença entre as condições sociais mais ricas e as das quotas mais desfavorecidas e marginalizadas da população. Além disso, pôde observar-se - analisando a estruturação «de clépsidra» do mercado do trabalho urbano - como isso acontece nas áreas metropolitanas, sobretudo nas suas partes centrais, os lugares em que os extremos sociais tendem a concentrar-se em maior medida.

Convém analisar agora como este tipo de considerações se encontra no centro de um animado debate que envolve, a partir de fins dos anos 80, numerosos sociólogos urbanos, na sua maioria pertencentes ao filão da urban political economy. Esse debate tem um ponto de partida preciso: as teses avançadas por Castells (1989) a propósito do carácter «dual» da cidade na

sociedade pós-industrial, ou seja, naquela a que ele chama sociedade da infonnação, com a alusão principal ao contexto dos Estados Unidos.

Segundo esse autor, o dualismo deriva de um conjunto de factores ligados estreitamente às transformações da base produtiva, mais do que do papel do Estado como meio de regulação dos conflitos e de apoio aos grupos mais fracos. Na verdade, toda a base económica dos países mais desen-

volvidos, mas de forma muito particular a economia urbana, tende hoje a

transformar-se por efeito da ascensão de dois sectores igualmente dinâmicos, embora de natureza muito diferente.

O primeiro é um sector económico formal, baseado nas tecnologias microelectrónicas e na elaboração da informação. De certo modo, destina-se a substituir o sector manufactureiro como eixo central das sociedades avançadas. No entanto, o seu crescimento não basta para compensar em

termos ocupacionais o declínio da indústria «tradicional», sobretudo porque recruta os seus adeptos quase somente entre a população de níveis de instrução mais elevados. Os destinados às tarefas mais privilegiadas e

remunerativas formam uma nova elite urbana com nível de vida e privilégios exclusivos.

O segundo sector é o das actividades informais e apresenta algumas analogias com o sector correspondente das cidades do Sul do mundo. Ocupa mão-de-obra desqualificada e mal paga, mas não se trata de uma área estagnada e de pura subsistência, pois apresenta um grande dinamismo e garante lucros elevados a quem organiza as suas actividades. Fazem parte dele actividades heterogéneas - vão da produção de artigos de vestuário e

móveis em pequenas unidades de produção não registadas, subfornecimento para a indústria electrónica, as ligadas à construção civil que executam trabalhos abusivos, os gypsy cabs, táxis irregulares que efectuem os transportes em bairros em que os regulares se recusam a entrar (Sassen, 1989), até às actividades da economia criminal, como as ligadas ao tráfico de droga. Os destinados ao sector informal encontram-se em crescimento em todas as grandes cidades americanas e, em larga medida, advém dos grupos étnicos de imigração recente ou mesmo dos imigrantes clandestinos.

A presença simultânea destes dois tipos de indivíduos nas cidades

- por efeito de caracteres estruturais na actual fase do desenvolvimento capitalista - toma dual a estrutura social urbana. Isto, porém, não significa, para Castells, que a cidade tende a organizar-se em dois universos sociais internamente homogéneos e claramente contrapostos entre si (como acon-

tecia, sob alguns perfis, na cidade oitocentista dividida entre bairros burgueses e proletários). Pelo contrário, a natureza dos processos de estruturação da sociedade urbana é de tal ordem que provoca fragmentação social e encerramento dos grupos nos seus próprios estilos de vida e nas modalidades peculiares de utilização do território.

Apesar destas últimas precisões, que Castells esclarece nas suas análises, a tese do dualismo urbano recebeu fortes críticas, sobretudo acerca da implícita simplificação que contém.

A esse respeito, Marcuse (1989, 1993) prefere falar, mais do que de «cidade dual», em quartered city, expressão intraduzível, que dá a ideia de uma cidade dividida em bairros, mas também «esquartejada», feita em

pedaços pelas desigualdades entre os âmbitos residenciais que a compõem. Define, em particular, os seguintes tipos de realidades urbanas, correspondentes a outras tantas partes do território, amplamente desconhecidos entre si:

- a) a cidade das residências de luxo (luxury housing), um conjunto de «ilhas» em que se concentra o vértice da hierarquia económica, social e política;
- b) a cidade aburguesada (gentrified city - para uma explicação do significado do termo gentrification e derivados, cf. ponto 5. 1. 3), com grande presença de pessoas sós e indivíduos que desempenham funções dirigentes, técnicas ou de gestão;
- c) a cidade suburbana, caracterizada por habitações unifamiliares ocupadas por famílias «típicas» americanas pertencentes às camadas inferiores da pequena burguesia;
- d) a cidade das casas de apartamentos (tenement city), área mista com casas por vezes em ruínas, habitadas em parte por indivíduos pertencentes a minorias étnicas e, por outro lado, por trabalhadores de baixo rendimento;
- e) o gueto, lugar da pobreza e da marginalização, privado de serviços e infra-estruturas importantes, com fortes indícios de superlotação e presença de actividades ilegais.

Esta articulação sociourbanística da cidade é sumariamente paralela a uma articulação análoga das actividades económicas urbanas. Deste ponto de vista, a cidade pode dividir-se nos seguintes âmbitos:

- a) os lugares das grandes decisões, que incluem não só escritórios e sedes de direcção de luxo mas também locais móveis, como os iates e os aviões particulares;
- b) as cidades dos serviços avançados e dos escritórios profissionais, situados nos centros urbanos e reagrupados em redes ligadas por densas comunicações;
- c) a cidade de produção de bens industriais e serviços; d) a cidade da economia informal; e) a cidade «residual», onde se concentram actividades ilegais e nocivas, rejeitadas pelo resto da cidade.

Além disso, Marcuse aprofunda a sua análise, tentando distinguir os aspectos da desigualdade urbana que se devem considerar realmente «novos» e emergentes daqueles que representam constantes de período prolongado. Resulta dessa reflexão uma imagem globalmente negativa da cidade contemporânea, a propósito da qual é realçado o aumento da população privada de habitação, o agravamento da segregação residencial e do papel que a identidade do bairro residencial exerce nos destinos da população urbana.

Perante uma imagem de tintas tão carregadas, podemos perguntar se se

relaciona apenas com tendências típicas do contexto americano ou se reflecte

processos de ordem mais geral. Quanto a isto, não nos parece que hoje estejamos em condições de fornecer uma resposta definitiva. Convém ter, sem dúvida, em conta, por um lado, o facto de que as desigualdades sociais são extremamente agudas nos Estados Unidos, em especial se comparar-

mos esse país com as nações mais avançadas da Europa Central e Setentrional, como a Alemanha, Holanda e Suécia (Geri, Pennacchi, 1993). Por outro lado, temos também de considerar que, até aqui, a tese do dualismo urbano foi posta à prova através de factos referentes a cidades americanas como Nova Iorque e Los Angeles, enquanto são muito menos numerosos os estudos sobre outros contextos urbanos. No entanto, é igualmente verdade que alguns trabalhos referentes a grandes cidades da Europa Ocidental, como Londres (Fainstein, Gordon, Harloe, 1992; Petsimeris, 1995) ou Paris (Wacquant, 1993), ou ainda análises relativas a cidades da Europa Oriental (Musil, 1992) revelam sinais de aumento dos desequilíbrios e desigualdades no espaço infra-urbano, embora se apresentem mais atenuados onde o mercado encontra um correctivo na presença de políticas reequilibradoras aplicadas por decisões públicas. Por conseguinte, embora possa parecer estéril discutir sobre o facto de a cidade dever manter-se dual ou dividida em partes, não se pode ignorar este facto preocupante - a cidade pós-industrial, apesar do incremento das potencialidades comunicativas devidas às novas tecnologias, continua dividida internamente por «muros» invisíveis, ou seja, por barreiras sociais bem operantes (Marcuse, 1995).

3. 3. Competição e participação na política urbana

3. 3. 1. Coligações de interesses e o governo urbano

Muitos estudiosos das políticas urbanas concordam em afirmar que a actividade governamental à escala urbana deve, hoje, enfrentar um cenário muito mais incerto e ameaçador do que o típico da fase fordista. Muitos, porém, afirmam que - mau grado os riscos presentes - existem margens de manobra consistentes para as administrações públicas, desde que elas adoptem uma atitude inovadora e flexível que as leve a assumir iniciativas eficazes para o desenvolvimento local.

As razões que motivam estes juízos derivam de análises já expostas nas páginas precedentes. O aumento das dificuldades para a acção de governo urbano resulta, no plano económico, da mundialização da economia - que faz com que os factores produtivos sejam dotados de uma mobilidade internacional não controlável dos poderes públicos - e do impulso para a

desindustrialização das áreas urbanas. Depois, no plano político, pesa também a menor disponibilidade de recursos colocados à disposição das cidades pelos governos centrais e a fragmentação dos grupos sociais. -- os interesses organizados. Ao mesmo tempo, porém, estes mesmos processos explicam - pelo menos, em parte - os motivos pelos quais a acção de governo urbano pode gozar de margens de liberdade consistentes e é, mais do que anteriormente, determinante no encaminhamento da cidade para um percurso de desenvolvimento ou, pelo contrário, de declínio. Com efeito, se é verdade que a indústria, no seu conjunto, tende a abandonar as grandes concentrações urbanas, não o é menos que as actividades produtivas de alta intensidade de pesquisa e as terciárias mais valiosas são atraídas pelas áreas metropolitanas, porque, como vimos, estas apresentam um milieu rico e dinâmico, não só em termos económicos mas também socioculturais. Se tomarmos isto em consideração, compreenderemos facilmente que a própria mobilidade dos factores produtivos, embora tomando impossível um controlo directo do estabelecimento de actividades económicas por parte dos governos locais, faz com que as empresas sejam sensíveis a condições locais que, indirectamente, dependem das iniciativas das administrações: acima de todas as que influem na qualidade do milieu, como a dotação de infra-estruturas, a eficiência dos transportes e das comunicações, a vivacidade da vida cultural e a presença de universidades e centros de pesquisa.

Assim, para resumir a questão de forma esquemática, pode dizer-se que o governo local é obrigado a actuar num contexto de alta competitividade, em que aumentam tanto os riscos como os lugares em jogo. Além disso, deve estar em condições de encontrar soluções eficazes num terreno duplo: no plano interno, nas confrontações dos próprios cidadãos, o governo deve saber garantir um nível aceitável da qualidade de vida, evitando que a fragmentação social se transforme num conflito destrutivo; no plano externo, nas confrontações com as outras cidades «concorrentes», deve saber criar condições apropriadas para um desenvolvimento pós-industrial, conseguindo assim captar e, possivelmente, manter fluxos de recursos (públicos e privados) móveis e permanentemente em busca das situações mais vantajosas.

Este tema da competitividade encontra-se na base de muitas teses sobre o governo urbano, elaboradas a partir dos anos 80, e explica os principais objectivos de interesse. A essa luz, por exemplo, se deve entender a insistência de muitas análises sobre os agentes dos governos urbanos e coligações de interesses que se formam para apoiar algumas intenções políticas ou impedir outras. Na verdade, precisamente porque a aposta, pelas cidades da época pós-industrial, é na conquista de um papel «vencedor» na competição internacional, todas as forças económicas e sociais (além das organizações políticas em sentido rigoroso) são de algum modo obrigadas a jogar as suas cartas na primeira pessoa e

a formar coligações suficientemente potentes para voltar as acções do governo urbano a seu favor.

Move-se neste sentido analítico um célebre ensaio de Logan e Molotch (1987), que, desenvolvendo algumas ideias já propostas uma dezena de anos atrás pelo mesmo Molotch (1976), apresenta a cidade americana como uma máquina para o desenvolvimento (growth machine), accionada por uma larga aliança de elites urbanas, as quais - por muito divididas que possam estar acerca de outros problemas - estão unidas por um interesse comum para promover o desenvolvimento urbano e criar um «bom clima para os negócios». A composição dessas coligações difere de cidade para cidade, mas alguns actores encontram-se tipicamente em todos os casos. Entre eles figuram, em primeiro lugar, os políticos, alguns dos quais podem também estar pessoalmente interessados como homens de negócios, ou profissionais liberais, no êxito da economia local. A par desses, situam-se os

empresários, os promotores imobiliários, a imprensa e os mass media locais, os dirigentes das sociedades de serviços (por exemplo, dos transportes), mas também, com funções auxiliares, os representantes das universidades, do mundo da cultura e do desporto, as organizações dos trabalhadores, os profissionais liberais e os comerciantes.

A coligação que se coloca à cabeça da máquina para o desenvolvimento deve por vezes superar as resistências derivadas da acção de coligações com interesses opostos, as quais podem, além disso, ser formadas por actores sociais dotados de níveis de poder e objectivos muito distantes entre si. Com efeito, em alguns casos, a oposição ao desenvolvimento pode provir de operadores económicos com interesses sectoriais (por exemplo, no campo da extracção do petróleo ou da energia nuclear), que se opõem a projectos de desenvolvimento destinados a promover interesses diferentes (turísticos, por exemplo). Noutras situações, ela procede da base de grupos de cidadãos interessados na defesa de «valores de uso», como, por exemplo, os ambientes presentes no território.

As teses de Logan e Molotch situam-se num debate sobre o governo urbano que, nos Estados Unidos, tem longas tradições. Pode recordar-se aqui que, nos últimos 20 anos, foram propostos diferentes modelos interpretativos situados, por assim dizer, entre duas teses extremas.

A primeira, mantida por Yates (1977), afirma que a política urbana se

caracteriza por um hiperpluralismo estrutural - os problemas e os interesses que os decisores urbanos têm de enfrentar são de tal modo fragmentados que as políticas não podem deixar de assumir um andamento descontínuo e instável. A segunda tese, defendida por Stone (1989), indica, ao invés, a possibilidade de a fragmentação ser superada com a formação de coligações de interesses dominantes (inclusive, em alguns casos, os de grupos organizados de cidadãos), até à constituição de um verdadeiro e próximo

regime urbano, ou seja, um governo estável que garanta benefícios directos e vantagens colaterais para cada parceiro. Pode dizer-se a este respeito que o modelo da máquina para o desenvolvimento representa um caso particular de regime urbano, em que o desenvolvimento económico é o objectivo unificador da coligação com o poder.

Nem sempre os esquemas interpretativos do governo urbano, propostos pela sociologia moderna, se revelam aplicáveis a outros contextos e, em particular, aos europeus. No nosso continente, com efeito, há países, como a França, em que a centralização do sistema político obriga o Estado a desempenhar um papel mais importante, mesmo na política de desenvolvimento das cidades. No entanto, nos anos 80, assistiu-se aí a um relançamento em grande escala da iniciativa de alguns governos urbanos e metropolitanos (como, por exemplo, no caso de Lyon e de Montpellier); todavia, mesmo quando a iniciativa passa para o nível local, pode observar-se que o papel dos poderes públicos e das políticas de programação e infra-estruturação do território, executados por eles, se reveste de um carácter muito mais decisivo em França do que nos Estados Unidos.

Em Itália, a recente rotura dos equilíbrios políticos consolidados desde o final do fascismo provocou uma condição de instabilidade ainda não resolvida, que torna difícil qualquer avaliação projectada no futuro. De qualquer modo, pode observar-se a presença de impulsos para o robustecimento dos poderes descentralizados. Já hoje, a introdução do princípio da eleição directa do presidente da Câmara pelos cidadãos e a consequente formação de juntas indicadas por ele estão a alterar significativamente a acção das administrações, tornando-as mais livres nas confrontações dos aparelhos partidários e mais aptas para assumir um papel de «catalisador» em processos de desenvolvimento com elevada participação privada. Em todo o caso, muitos obstáculos derivam da instabilidade política à escala nacional, da ausência de uma preparação adequada da parte de muitos administradores e funcionários e da própria atitude insuficiente das elites económicas locais para superar o particularismo dos interesses imediatos, para apontar a projectos de desenvolvimento coordenados e a médio prazo.

3. 3. 2. Sentido cívico, participação, conflito

No período mais recente, a tónica colocada por parte dos sociólogos urbanos na elite urbana e as coligações para o desenvolvimento deixaram na sombra um tema que, pelo contrário, capturou a atenção nos anos 60 e 70 - o da participação dos cidadãos nas opções do governo urbano.

Para explicar esta diminuição de interesse, podem referir-se muitas razões válidas. Uma delas (a mais facilmente perceptível) resulta da

escassez dos resultados produzidos pelo impulso para a participação que se produziu, sobretudo em fins dos anos 60, ao sabor dos movimentos de protesto surgidos em muitos países. Uma segunda razão, mais essencial, diz respeito às alterações de fundo determinadas na estrutura social - a fragmentação dos interesses e a marginalização dos grupos mais fracos são condições que impedem a participação das decisões públicas ou, pelo menos, tornam difícil a formação de impulsos participativos difusores, ao ponto de contrabalançar os centros de poder mais influentes.

Apesar disso, não se pode dizer que o tema da participação tenha simplesmente desaparecido do horizonte analítico da sociologia e do pensamento político destes anos. Pode antes depreender-se que os contributos mais interessantes tendem a pôr o problema em termos diferentes dos do passado e, inevitavelmente, mais complexos. Um aspecto significativo desta posição de perspectiva situa-se no facto de que, hoje, as condições da participação são mais problemáticas do que no passado recente e as suas manifestações apresentam-se mais facetadas. Para simplificar, podemos dizer que, em relação ao contexto da cidade fordista típica, se podia (dentro de certos limites) tomar como dado adquirido que a comunhão de interesses de grandes grupos sociais representa uma condição necessária e

suficiente para o desenvolvimento de um movimento reivindicativo, cujas formas de actividade consistiam na organização de formas de luta ou de pressão política para obter a adopção de determinadas políticas urbanas ou

bloquear outras. Nos contextos urbanos actuais, pelo contrário, a simples partilha de condições de vida homogéneas nem sempre basta para superar a dispersão dos interesses e favorecer a acção colectiva. Por outro lado, esta última não se traduz forçosamente na acção reivindicativa explícita, embora também possa assumir formas indirectas, mas nem por isso menos significativas.

A propósito dos requisitos prévios da participação e, de um modo mais geral, da eficiência da política local, um contributo importante provém de um texto de Putnam (1993), apesar de se desenvolver mais ao nível regional do que urbano. Nesse trabalho, Putnam procura esclarecer as causas das desigualdades, nas várias regiões italianas, relativas ao grau de funcionalidade das instituições regionais e à qualidade da relação com os cidadãos. Para explicar esse fenómeno, analisa as diferenças de intensidade com que, nos vários contextos, se manifesta aquilo a que chama *civicness*, ou seja, o sentido cívico dos habitantes ¹.

¹ É útil salientar que o termo inglês não tem as conotações de juízo moral que estão presentes na tradução que utilizamos.

Segundo o estudioso americano, que se relaciona com as célebres análises de Tocqueville, nota-se um grau elevado de sentido cívico nas comunidades locais em que está difundida a presença de cidadãos que interpretam activamente o seu papel, dentro de um tecido social em que vigoram princípios de cooperação e confiança no próximo. Isto não significa forçosamente que, nesses contextos, seja mais elevada a incidência de comportamentos altruístas - a cooperação e confiança derivam sobretudo do exercício de um «interesse iluminado», em que as conveniências pessoais são avaliadas num quadro mais global que compreende imagens de um bem comum. Esta atitude favorece também o desenvolvimento de relações sociais «de rede» entre indivíduos que se consideram iguais. Pelo contrário, nas

comunidades em que o sentido cívico é fraco, prevalecem as relações entre desiguais, ou seja, caracterizadas por princípios de autoridade e sujeição.

O trabalho de Putnam compreende uma verificação empírica na qual, mediante o emprego de indicadores da intensidade do sentido cívico, se chega a uma classificação das regiões italianas e a uma mistura das correlações existentes entre civicness e eficiência institucional. Os resultados mostram que essa correlação é forte e traça uma imagem da Itália mais uma vez substancialmente dividida entre Norte e Sul. Esta parte explicativa do trabalho foi criticada por muitos (Mílano, Moro, 1995), quer em virtude da escolha dos indicadores quer dessa representação das diferenças inter-regionais, considerada demasiado sumária e, em última análise, convencional. Apesar disso, reveste-se de indiscutível interesse o realce conferido ao papel fundamental do sentido cívico, como atitude difusora e não ligada apenas a posições sociais específicas, como o apelo à sedimentação de processos históricos de longa duração, que explica a presença desigual do civicness.

No tocante às manifestações dos impulsos participativos ou dos comportamentos colectivos destinados a influenciar as opções de política urbana, pode operar-se uma distinção global (de configuração, de resto, esfumada) entre as que têm um carácter explícito e intencional e as que o

não têm.

Entre as primeiras, podemos considerar várias actividades destinadas a

exercer pressões com vista a determinados objectivos políticos ou administrativos. Alguns têm um carácter durável no tempo, como os desenvolvidos por grupos de interesse organizados, ou lobbies, que se empenham em exercer pressões contínuas sobre as administrações ou sobre exponentes específicos, intervindo na imprensa local, etc. Uma acção deste tipo pode ser

executada por grupos, organizações, associações, por exemplo, de mulheres, ambientalistas, expoentes de minorias étnicas influentes, comerciantes, residentes em zonas de particular prestígio ou valor arquitectónico, automobilistas, etc. Noutros casos, porém, as pressões derivam das partes sociais

em conflito, por ocasião de episódios particulares relativos à política urbana. Verificam-se ocasiões deste gênero em presença de projectos que comportam transformações significativas da cidade ou de partes dela, como a «renovação» de bairros históricos degradados, a reutilização de áreas industriais abandonadas, a construção de auto-estradas urbanas, linhas de metropolitano, arranha-céus para escritórios, grandes conjuntos comerciais, instalações para a produção energética ou o escoamento do lixo (Maggio, 1994). Nestas circunstâncias, definem-se por vezes blocos de interesses em conflito, dotados de um carácter transitório e «pontual», que estabelecem de forma transversal as linhas de divisão social mais consolidadas. Para dar um exemplo, intervenções na viabilidade urbana, como o projecto de uma linha de escoamento veloz do tráfego em direcção às áreas centrais, podem ter o acordo dos empregados pendulares, que trabalham no centro e utilizam transporte próprio, e os proprietários das áreas semicentrais, valorizados por um incremento da acessibilidade. Pelo contrário, a obra pode ser rejeitada por movimentos ecologistas e por uma parte dos habitantes dos bairros periféricos atravessados pela linha de tráfego veloz, em especial as pessoas idosas que receiam que a nova artéria corte o bairro em dois, tornando difícil o cruzamento dos peões. Naturalmente, as disposições contrapostas assim detern-iinadas - por profunda que se possa revelar a sua oposição ao

caso em questão - destinam-se a dissolver-se depois de o assunto ter encontrado uma solução e porventura a reconstituir-se com uma composição diferente noutras circunstâncias.

Entre as actividades não explicitamente destinadas a influenciar as opções da administração urbana, as quais ainda representam uma forma de participação indirecta, podem indicar-se vários tipos de comportamento e empenho social. Vão da participação em actividades de voluntariado, à escala local, adesões a associações que animam a vida cidadina ou que se

interessam pela tutela do património artístico e ambiental, até à participação em assembleias e iniciativas cívicas. No seu conjunto, essas actividades podem ser retomadas sob a categoria do «trabalho na comunidade local» (community work). Num sentido ainda mais amplo, podem considerar-se formas de participação indirecta os comportamentos que enviam aos adn-únistradores informações sobre preferências e as aspirações dos cidadãos: por exemplo, os contactos que têm com membros singulares da administração ou funcionários, as orientações expressas através da imprensa, as rádios e as televisões locais, o acolhimento reservado a determinadas iniciativas, como exposições, espectáculos ou feiras comerciais.

O conjunto destas formas de participação explícita ou implícita, não só a produção de informação significativa com fins da política urbana, configura uma presença influente dos cidadãos, ainda que não forçosamente organizada nas formas tradicionais partidárias ou sindicais. Realça uma

modalidade activa de exercício da cidadania, a que Verba (1992) define como citizenry (vocábulo que sugere a ideia de uma cidadania «em acção»), para a distinguir do termo mais habitual de citizenship, que designa a relação jurídica entre o cidadão e o Estado.

A par das manifestações participativas acabadas de referir, existem modalidades mais radicais de expressão de atitudes conflituais. Algumas continuam a assumir a forma tradicional reivindicativa, baseada na organização de formas de luta e na negociação, enquanto outras tendem mais para criar na cidade âmbitos e lugares em que se possam manifestar estilos de vida e comportamentos «alternativos». Neste segundo caso, típico de alguns grupos marginalizados, de minorias étnicas e culturais ou de movimentos fundados (como veremos no ponto 4. 2) na ideia da valorização das diferenças, a radicalidade da expressão não consiste tanto no conflito com contrapartes precisas como na rejeição de uma relação com o poder baseada na contratação e na procura do compromisso. Isto não impede que, em ocasiões de decisões particulares que lhe dizem respeito de perto, da parte desses movimentos se

procure exercer pressões na administração pública ou mesmo fazer eleger seus representantes ou pessoas da sua confiança, preparados para elementos de ligação entre o poder cidadão e o movimento.

3. 3. 3. Planificação e políticas urbanas

As transformações analisadas até aqui têm como consequência a crise das formas tradicionais do exercício do governo, por parte dos poderes locais. Essas crises, e as propostas para a sua superação, encontram-se hoje no centro de um aceso debate que envolve muitas disciplinas (sociologia, ciências políticas, urbanística, direito administrativo, etc.) e que não parece ter encontrado até agora soluções satisfatórias. Reconstruir esse debate constituiria uma tarefa demasiado complicada e fora do âmbito do presente livro. Há, porém, um tema sobre o qual parece útil debruçarmo-nos rapidamente, pois resume muitos aspectos do contraste teórico e político subjacente às discussões em vista - a questão da planificação territorial e urbanística.

A planificação representa uma metodologia para a intervenção pública no campo urbano. Todavia, apesar do seu papel essencialmente instrumental, pressupõe uma representação da cidade e dos processos que induzem as suas transformações. Essa metodologia foi organizada pelo pensamento urbanístico europeu a partir da segunda metade do século XIX e conheceu diversas fases de desenvolvimento e até interpretações contrárias.

Em geral, por «planificação territorial e urbanística» pode entender-se o uso de instrumentos (aplicáveis a diversas escalas espaciais) que se consideram capazes de garantir - em função de determinados objectivos -

coerência no espaço e no tempo às transformações territoriais. Por conseguinte, a planificação propõe-se influenciar a dinâmica do desenvolvimento dos sistemas espaciais, definindo percursos desejáveis do ponto de vista do bem comum e garantindo ao mesmo tempo uma flexibilidade razoável às opções singulares que intervenham para regular aspectos específicos desse desenvolvimento. Além disso, propõe-se obter a transparência do processo de decisões, esclarecendo a priori os critérios na base da formação das opções. São alvo da planificação territorial e urbanística (Salzano, 1995) as transformações significativas do aspecto espacial de uma área, quer no sentido físico (as que incidem na forma do território), quer em sentido funcional (as que modificam os usos do solo e as interligações).

A história do pensamento e da praxis planificatória difere muito de país para país. No conjunto, porém, pode afirmar-se que, mesmo no período correspondente ao máximo desenvolvimento do modelo fordista e do welfare state, a planificação atravessa o período de maior êxito. Isto significa que, por um lado, assume um papel importante no quadro das políticas públicas e, por outro, recebe uma definição particularmente rigorosa e empenhativa.

No debate urbanístico, a concepção dominante da planificação nos anos 60 e 70 (expressa, por exemplo, in McLoughlin, 1969) designa-se por vezes com a expressão modelo racional-compreensivo, que salienta alguns aspectos dessa concepção que se podem resumir como segue:

1. A cidade e o território são interpretados como sistemas, e à planificação é atribuída uma tarefa de regulação global do seu funcionamento, segundo um esquema que exige o controlo da criação de sistemas produtivos.
 2. Os elementos da realidade urbana em que se concentra maioritariamente a atenção são os funcionais e, em geral, os que podem ser objecto de uma apreciação quantitativa. Por esse motivo, é atribuído um grande crédito ao contributo analítico e normativo das ciências aplicadas, incluindo - pelo menos em referência a alguns contextos como o holandês (van Doorn, 1964) e o francês (Remy, 1987) - a sociologia.
 3. O processo de planificação tende a ser definido segundo um esquema «em cascata», no qual, a partir da definição de objectivos de carácter geral, se procede dedutivamente para a definição de um quadro global da estrutura espacial da cidade, para depois se chegar, de forma cada vez mais pormenorizada, à determinação da disposição de subsistemas funcionais específicos (a residência, as actividades produtivas, os serviços, os transportes) e âmbitos territoriais particulares.
- Perto do final dos anos 60, porém, o modelo racional-compreensivo começou a ser submetido a uma crítica cada vez mais radical, que se referia

quer à concepção da cidade e do território que isso subentendia, quer à eficácia efectiva dos instrumentos propostos, com o objectivo do controlo do desenvolvimento dos sistemas espaciais numa fase pós-industrial.

Foi posta em discussão, em particular, a ideia de que os processos do crescimento urbano podiam ser interpretados como o efeito do funcionamento de um simples «mecanismo», regulável do exterior através da intervenção de um plano. Ao invés, nos anos 80 - embora sob a escolta da difusão, no debate sociológico e urbanístico, de conceitos resultantes de novas linhas de pesquisa no campo biológico ou na teoria dos sistemas -, difundiram-se esquemas analíticos que consideravam os sistemas territoriais extremamente complexos e mesmo «hipercomplexos» (Morin, 1984), dotados não de um único centro regulador mas de uma multiplicidade de decisores difusos, entre os quais não existia forçosamente cooperação e divisão funcional das tarefas. A dinâmica de sistemas como estes não podia, pois, ser controlada por qualquer decisor singular - dependia da interacção entre uma multiplicidade de processos, que não possuíam um andamento linear, mas, ao invés, tinham um carácter por vezes imprevisível e «caótico». Os decisores públicos e, entre eles, as autoridades propostas para a

planificação territorial e urbanística eram apenas alguns entre os muitos centros de decisão influentes e, portanto, representavam uma parte do sistema e não um organismo de controlo superordenado, capaz de determinar, do exterior, os estados futuros do próprio sistema.

Se este tipo de críticas ao modelo racional-compreensivo se apresenta hoje largamente compartilhado, não deixa de ser verdade que existem hipóteses em contrário, quando se trata de redefinir as tarefas das políticas públicas sobre a cidade.

Simplificando as hipóteses que se expuseram nestes anos, pode dizer-se que, em resumo, se colocam num leque que tem nos seus dois lados extremos a ideia de uma liquidação substancial da planificação e a de um seu relançamento em bases diferentes e com instrumentos renovados.

A primeira linha - que por vezes volta a surgir em temas da polémica pós-modernista (a esse respeito, cf. ponto 4. 1) - impele a crítica para o modelo racional-compreensivo ao ponto de negar radicalmente o carácter sistémico da cidade, e até, em alguns casos, a negar que ainda seja sensato falar da cidade como de uma entidade significativa. Nesta perspectiva, propõe-se uma representação que vê no espaço pós-industrial nada mais do que uma intercepção de redes económicas e sociais de dimensão internacional, ligadas por fluxos de informações cada vez mais indiferentes à fisicidade dos lugares e ao peso das distâncias. Num cenário desta natureza, pensar em exercer um controlo mediante um plano representa uma

pretensão insensata - uma pura herança de uma utopia regressiva e autoritária, que pretende reconduzir o espaço a um conjunto de comunidades

locais organicamente compactas e funcionalmente ordenadas. Um interesse específico deve ser atribuído a alguns pontos singulares em que se concentram os símbolos da nova sociedade, entre os quais, por exemplo, as áreas direccionais dos centros metropolitanos. Em contrapartida, a intervenção nestes pontos deve revestir-se de um carácter de livre planificação e não de um controlo planificatório. Não se propõe regular as dinâmicas globais do sistema urbano, mas exaltar a singularidade de um edifício ou de uma parte da cidade. Por esse motivo, o instrumento privilegiado da intervenção não é o plano (correlacionado pelas análises preparatórias e pelas previsões de desenvolvimento), mas o projecto arquitectónico, com a sua autonomia formal e a sua valência estética.

Qualquer que seja a importância cultural e científica dos problemas levantados por esta concepção, convém registar que - em especial em Itália -

esta linha de pensamento produziu uma ideologia antiplanificatória (Mela, 1985), que, na realidade, constituiu uma justificação para uma praxis de intervenção na cidade baseada em grandes obras, por vezes desligadas de hipóteses efectivas de desenvolvimento da cidade, em que o financiamento público abriu simplesmente o caminho a intervenções rendáveis de grandes grupos financeiros, promotores imobiliários e empresas de cons-

truções (Indovina, 1992).

Na vertente oposta, a reflexão crítica sobre as fraquezas e erros do modelo racional-compreensivo produz hipóteses de redefinição de uma

política de plano, que, embora sem atribuir a esse instrumento um valor demiúrgico, não renuncia a utilizá-lo - juntamente com outras linhas de intervenção - para influir no desenvolvimento das cidades com base em objectivos públicos.

Entre os aspectos que hoje caracterizam essas hipóteses, podem salientar-se em particular os seguintes.

Teoriza-se, acima de tudo, uma distinção entre dois níveis de intervenção urbanística, cada um dos quais deve ter margens de autonomia consistentes, embora deva existir entre elas uma atracção recíproca contínua.

O primeiro é o da planificação estratégica, em que o plano não renuncia a uma representação global do desenvolvimento de um sistema urbano e territorial. Esta representação, porém, está em contínua redefinição e é o produto de uma negociação entre um conjunto de agentes e de centros de decisão. Por conseguinte, o plano estratégico não constitui um projecto da cidade futura, traçado de uma vez por todas, mas um quadro de referência, que, por um lado, regista os acordos, sempre transitórios, alcançados entre os actores e, por outro, representa um ponto de apoio para a futura negociação (Faludi, van der Valk, 1994; Mazza, 1995). Além disso, serve para consolidar uma imagem da cidade e das suas linhas de transformação, que, além de reforçarem o quadro das representações comuns das decisões

urbanas, favorece uma representação eficaz da cidade nos confrontos de decisões externas, como, por exemplo, de empresários estrangeiros interessados em investimentos na mesma cidade. O segundo nível é o da intervenção operativa, ou seja, das decisões relativas a aspectos específicos do desenvolvimento urbano. Este nível não descende automaticamente do primeiro - toda a decisão deve ser justificada por si própria e não se pode configurar como mera «execução operativa» de opções já implícitas no plano estratégico. Em todo o caso, este último não pode ser simplesmente «executado», mas interpretado constantemente de modo flexível e com base na avaliação de circunstâncias parcialmente imprevisíveis.

Além disso, porque a planificação se reveste de um carácter processual, tem grande importância o momento da monitorização dos resultados alcançados. A análise do sistema alvo de planificação, que inclui várias disciplinas, não deve preceder unicamente a intervenção planificatória, mas

deve ligar-se com ela de forma recursiva - permite que os actores do processo de planificação definam e redefinam os cenários da sua acção oferecendo instrumentos para avaliar, durante a operação, a eficácia das iniciativas empreendidas.

Finalmente, dado o papel que a negociação tem na planificação, uma tarefa essencial da intervenção pública é a de estabelecer regras do jogo aptas para garantir, nos limites do possível, a transparência e a eficácia da contratação entre os partidos interessados. Ao longo desta linha, convém realçar a importância assumida, nos processos de planificação e em oca-

siões de momentos importantes de decisão, pelo papel da mediação, através da utilização de figuras profissionais especializadas. A do mediador corresponde à de um agente neutro, que não tem interesses específicos na escolha em causa, nem o poder de produzir uma solução definitiva. A eficácia da sua acção baseia-se apenas na capacidade de favorecer a interacção entre as partes, numa sede que, embora não sendo directamente decisória, tende a definir um acordo empenhativo para os contraentes (Englemann et al., 1995). O papel da mediação passa a ser experimentado num largo número de processos decisórios, sobretudo nos Estados Unidos (Bingham, 1986), mas também em países como o Canadá e o Japão e, mais recentemente, em

alguns contextos europeus.

O papel atribuído à sociologia, no âmbito dos processos de programação territorial e planificação da cidade, assistiu a várias definições no período mais recente, em função das alterações nos paradigmas de referência urbanistas e decisões políticas. Quanto muito, pode afirmar-se que se passou de uma concepção «globalista», que confiava ao sociólogo a tarefa de formular previsões sobre as tendências gerais de desenvolvimento dos sistemas socioespaciais, para uma delimitação mais pontual dos seus contributos, focalizando-os em tomo do tema da avaliação dos possíveis efeitos sociais

das intervenções projectadas e o da participação dos sujeitos sociais nos processos decisórios (CÊ ESQUEMA 3. 1).

ESQUEMA 3. 1. Sociologia, planificação do território, projecto do construído

Nos últimos anos, compete cada vez com mais frequência aos sociólogos interagir com indivíduos que, a vários títulos, se ocupam de projectar o território, o habitat natural e construído, a cidade - trata-se com frequência de fornecer um apoio aos decisórios, como, por exemplo, em:

- processos de planificação territorial a nível urbano ou regional;
- projectos voltados para porções circunscritas de território (por exemplo, bairros isolados), em especial no caso de intervenções que pretendem associar reestruturação da construção civil e requalificação de um tecido social local;
- intervenções no ambiente natural e na paisagem, ligadas, por exemplo, à construção de novas infra-estruturas ou a projectos para os quais se necessita de uma avaliação do impacto ambiental.

Em todos estes casos, pede-se ao sociólogo, substancialmente, que se ocupe - no final de um percurso de pesquisa - da formulação de indicações relativas ao método e maneiras de proceder mais oportunos para intervir no ambiente (construído ou natural), de modo a gerar efeitos positivos (ou neutralizar os negativos) sobre o tecido social da área interessada.

As abordagens metodológicas utilizadas podem ser múltiplas: da análise de dados estatísticos recolhidos (por exemplo, do Registo Civil ou de censos) aos survey através de questionários aos cidadãos; das entrevistas a testemunhos qualificados (entre aqueles que têm papéis relevantes e bons conhecimentos do território em exame; por exemplo, responsáveis de associações, administradores locais, paroquianos, etc.) à observação participativa da realidade em que se concebe a intervenção projectual.

Sobretudo no Norte da Europa, existe uma tradição consolidada de envolvimento dos sociólogos em equipas multidisciplinares de projecto e intervenção no ambiente e na construção.

Um caso emblemático, entre muitos, é o do bairro berlinense de Kreuzberg, zona já degradada fisicamente e marginal em termos sociais, empenhada na reestruturação desde fins dos anos 70 com um projecto de «recuperação urbana prudente» - um plano de intervenções graduais, mais de reestruturação do que de demolição, preparação de serviços públicos; mas também de valorização dos recursos locais e das organizações activas no território, de envolvimento da população segundo o critério de concertar as decisões com residentes e empresários locais.

Em Kreuzberg os sociólogos apoiaram os urbanistas, economistas, políticos e outros indivíduos peritos, participando nos trabalhos de grupos de discussão pública, indagando junto da população residente as necessidades, expectativas e opiniões sobre os projectos de intervenção, reconstruindo as dinâmicas interactivas entre os indivíduos envolvidos nos processos organizativos e decisórios, avançando propostas e sugerindo alternativas projectuais para otimizar os recursos presentes no território.

4. A CIDADE, OS SÍMBOLOS, AS CULTURAS

4. 1. A condição pós-moderna e a cidade

4. 1. 1. As dimensões da cultura

No presente capítulo, ocupar-nos-emos ainda - predominantemente -

das transformações do urbanismo contemporâneo, mas introduzindo uma nova e, segundo alguns, ainda mais decisiva chave de leitura: a que encara a cidade como um lugar de elaboração cultural e simbólica. Na realidade, a cidade constituiu sempre, em todas as fases da sua história, um fenómeno cultural. Poder-se-ia mesmo dizer que ela é pela sua natureza um lugar de incubação e difusão da cultura no duplo significado que se atribui a estes termos nas ciências sociais e na linguagem quotidiana.

Por um lado, a cidade, desde a sua aparição, caracteriza-se pela produção de uma cultura «alta». A revolução neolítica e o desenvolvimento da agricultura criam as condições para o seu nascimento, ao mesmo tempo que originam um surplus de recursos que permitem a algumas camadas sociais desprender-se das actividades voltadas para a satisfação das necessidades elementares e dedicar-se ao governo, à defesa militar, à religião e mesmo a todas as formas de expressão artística, literária, filosófica ou científica que costumamos abarcar na designação «cultura». Assim, a história da cidade está ligada indissoluvelmente à de todas essas formas de manifestação «de alto nível» das civilizações humanas.

Por outro lado, ao mesmo tempo, as cidades são também lugares nodais do desenvolvimento das culturas, entendendo estas últimas no significado antropológico do termo, ou seja, como conjunto de normas, valores, tradições, símbolos, crenças e modos de vida que caracterizam difusamente toda uma população. Obviamente, as culturas manifestam-se em forma plena, mesmo no campo. A cidade, porém, representa uma característica

peculiar: a de ser lugar de confronto entre culturas heterogéneas. Como Aristóteles afirmou, a cidade é originada pela presença comum dos diversos. Nela, por conseguinte, as diferenças culturais exprimem-se melhor como tais, lançando as bases para um confronto e, às vezes, um conflito aberto a muitas saídas. De qualquer modo, historicamente, a cidade é o lugar em que, por excelência, se operou a incubação das transformações culturais e em que, sobretudo, se executaram os grandes processos de reorientação dos valores e dos comportamentos difusos que acompanharam e, em muitos aspectos, precederam o nascimento da modernidade.

Em todos os tipos de aglomerado urbano, os dois níveis da cultura (o «alto» e o «difuso») estabelecem entre si interdependências, embora a natureza destas varie em função das épocas e dos contextos. Pode, no entanto, afirmar-se que nunca como hoje, no âmbito do urbanismo pós-industrial, essas interdependências assumiram um carácter tão complexo e desempenharam um papel tão decisivo na dinâmica cultural. Isso deve-se a muitos factores, mas sobretudo ao facto de a cidade contemporânea ser

um nó em que - como veremos melhor no Capítulo 6 - se interceptam e ligam circuitos comunicativos de todo o tipo, além de se trocarem a alta velocidade mensagens, quer entre indivíduos co-presentes, quer entre indivíduos ligados entre si por meios de comunicação à distância.

Em particular, graças à difusão cada vez mais capilar dos mass media, quase todas as manifestações da vida quotidiana, estilos de vida, moda e

tendência expressiva ganham visibilidade e podem tornar-se objecto de uma

comunicação de largo alcance. Esta condição tende fortemente a baralhar as cartas nas relações entre as várias formas de cultura: as formas «altas» podem encontrar modalidades de divulgação outrora impensáveis (embora correndo o risco de ver modificada a sua natureza); as «difusas», em alguns aspectos, entram no circuito comunicativo ao mesmo título das primeiras,

umas vezes em sinergia, outras em competição com elas. A situação que se

acaba de configurar desse modo é rica em potencialidades, ambiguidades, riscos, mesmo de sinal contrário - com efeito, ao variar alguns factores pode prevalecer ora a tendência para uma homologação cultural, ora, ao

invés, para o conflito ou para a marginalização das culturas minoritárias.

Analisaremos neste capítulo alguns caracteres da complexa condição cultural da cidade pós-industrial. Em primeiro lugar, na continuação do ponto 4. 1, estudar-se-á o tema da evolução da cultura urbana em direcção

a uma condição pós-moderna. No ponto 4. 2, realçar-se-á um tema fundamental para as sociedades urbanas do nosso tempo - a forte acentuação da heterogeneidade e o desenvolvimento de orientações que reivindicam o

papel das diferenças. Passar-se-á, depois, no ponto 4. 3, a salientar o carácter simbólico dos lugares urbanos, e no 4. 4. efectuar-se-á um reconhecimento de alguns traços da cultura urbana, colocando a tónica em aspectos

que lhe definem a valência estética. Finalmente, no ponto 4. 5, será feita uma alusão às políticas culturais e ao papel que podem desempenhar no

relançamento da cidade, após a fase fordista.

4. 1. 2. O espírito do pós-moderno

Uma das palavras-chave que, com maior frequência, se encontram no debate sobre o mundo contemporâneo no último quartel do século xx, é o adjectivo pós-moderno, empregado em referência a uma larga gama de substantivos, como «cultura», «arte», «condição», etc. A propósito disso, Denzin (1991) sustenta que se trata de um termo que contém elementos semânticos intrinsecamente contraditórios - com efeito, «modemo» indica algo de actual, de presente, enquanto o prefixo «pós» faz pensar numa

superação do moderno e, portanto, numa situação que o toma inactual. Por outro lado, é nessa abordagem paradoxal que se encontra a sua força evocativa. Na verdade, o termo sugere que os fenómenos indicados pelo substantivo a que se encosta (a cultura, a arte, etc.) se acham hoje numa

fase de transição, em que estão menos presentes os caracteres que se lhes atribuía no período «modemo». Ao mesmo tempo, todavia, definindo esta fase apenas como alguma coisa que vem «depois» do moderno, sugere-se implicitamente que os novos caracteres que se vão delineando ainda não configuram um modelo coerente ao ponto de solicitar uma definição efectiva.

Portanto, a ideia geral é a de um esgotamento do mundo moderno, de uma saída progressiva da experiência que representou, quer do ponto de vista colectivo, quer do individual, e de uma obsolescência dos esquemas interpretativos empregados para compreender e justificar a modernidade, sejam conceitos filosóficos, teorias científicas, ideologias políticas, manifestações artísticas ou outros.

Como se pode verificar, trata-se de uma ideia de largo raio de acção, a

que não podem faltar elementos de ambiguidade. Entre eles, há um que merece, em particular, ser colocado em evidência. Por um lado, recorrer ao adjectivo pós-moderno parece implicar uma intenção descritiva - por exemplo, referindo-o à condição cultural das sociedades mais ricas e desenvolvidas, entende-se afirmar que nelas se registou uma rotura, uma transformação rápida e profunda que lhes alterou a natureza. Deste ponto de vista, por conseguinte, os conceitos de pós-moderno e pós-industrial poderiam ser mantidos complementares - o primeiro serviria para rotular os aspectos socioculturais das sociedades contemporâneas, ampliando e integrando a

perspectiva socioeconómica sugerida pelo segundo.

Por outro lado, contudo, quem privilegia o recurso ao pós-moderno tende, em geral, a manifestar uma atitude não só descritiva mas também

crítica, concentrando uma atenção polén-úca nas manifestações que eram típicas do período moderno. Esta óptica crítica assume diversos alvos segundo os campos em que se exprime. Assim, por exemplo, no das ciências sociais a acentuação da rotura com o moderno faz-se acompanhar quase sempre de uma crítica à sociologia de cariz positivista e, mais em geral, às posições que atribuem uma confiança excessiva às possibilidades de analisar de forma «objectiva» e científica a evolução dos sistemas sociais, formulando previsões globais e propondo intervenções de controlo e correcção do devir histórico. Paralelamente, no âmbito do pensamento político, é enfatizado o fim das grandes ideologias de origem oitocentista (o socialismo, o comunismo, o liberalismo na sua forma clássica), que orientaram a acção de largos movimentos de massa nos três primeiros quartéis do nosso século. Noutros campos, como nas artes visuais ou na arquitectura, a instância pós-moderna assume formas variadas e mais específicas. Em arquitectura, sobretudo, o termo indica uma orientação que, em polémica com o funcionalismo e com o racionalismo do movimento moderno, propõe uma concepção diferente do projecto e exprime-se em traços estilísticos facilmente reconhecíveis, que deram uma marca específica a muitos edifícios do período mais recente.

Em síntese, portanto, pode dizer-se que a referência ao pós-moderno, com as suas múltiplas potencialidades de aplicações e sugestões, permite sobretudo caracterizar um clima cultural alastrado típico do período mais recente e participado tanto pela «alta» cultura como pela «difusa». No que se refere à primeira, podemos definir como «pós-modernas» (ou, como decerto seria mais apropriado, «pós-modernistas») as posições dos intelectuais que, de vários modos, tentam compreender e interpretar o espírito da sociedade pós-industrial e a condição existencial de quem a habita, enfatizando a rotura do mundo moderno com as suas expressões culturais mais características, como a confiança no progresso e na ciência e o racionalismo. No tocante à segunda, o pós-moderno remete para a experiência da vida, para as percepções, para as manifestações culturais próprias dos vários campos que compõem a população dos países economicamente avançados e, em particular, a que se concentra nos maiores agregados metropolitanos. Dedicaremos a cada um destes dois aspectos, respectivamente, os dois pontos que se seguem, nos quais, obviamente, a atenção se concentrará sobretudo nas questões que tocam de perto o tema da cidade.

4. 1. 3. Pós-moderno e cidade

Nestes anos, o debate sobre a condição pós-moderna interceptou com frequência o da cidade e, mais em geral, o relativo ao papel do espaço e do

tempo na acção social. Isto não acontece por acaso, como também não é casual a circunstância de que, no seio da sociologia, o debate sobre o pós-moderno tenha despertado atenção frequentemente em âmbitos disciplinares interessados na cidade e no território e em revistas que se ocupam predominantemente destes temas (como, por exemplo, *Society and Space*). Com efeito, as questões levantadas naquele debate envolvem imediatamente temas e casos que têm uma função central na interpretação da cidade, sobretudo no que se refere ao seu papel cultural e à sua especificidade do lugar de incubação dos modos de vida e das categorias conceptuais próprias de uma época.

Pode revelar-se útil focalizar, nesta sede, alguns aspectos da intercepção entre pós-moderno e cidade.

Como se mencionou um pouco atrás, as posições pós-modernistas colocam em questão as pretensões de que a ciência - sob a influência do positivismo - avançou nos séculos XIX e XX, apresentando-se como instrumento capaz não só de fornecer uma representação «objectiva» do real, mas também de resolver racionalmente os problemas ligados ao desenvolvimento social e económico. Agora, pode-se salientar como essas pretensões permearam em particular as representações de sociólogos, geógrafos urbanos, planificadores e urbanistas. Por conseguinte, a cidade foi descrita

como a manifestação visível da organização social e da racionalidade modernas, como um ambiente artificial preparado para responder a todo o tipo de necessidades e exigências humanas. Por outro lado, esta representação da cidade não se confinou aos textos dos especialistas, pois também inspirou a prática da construção civil e urbanística, assim como as políticas sociais e a gestão administrativa. Finalmente, foi várias vezes reproposta nas imagens e na retóricas da cultura artística, literária, cinematográfica e na comunicação veiculada pelos mass media.

Não deve, pois, surpreender que a polémica contra aquela concepção da ciência, promovida por muitos autores pós-modernos, encontrasse um

terreno próprio para a exemplificação no campo das questões urbanas. De um modo particular, o que se nega polemicamente é a pretensão dos planificadores de poderem regular a dinâmica socioeconómica e espacial da cidade, adaptando-a a modelos definidos a priori com vista à resolução de problemas funcionais de natureza universal. Nesta atitude de confronto da cidade, os pós-modernistas vêem uma tentativa de impor uma lógica unificadora e, portanto, de natureza a mortificar as variegadas características dos microcosmos urbanos, dos lugares que reflectem o simbolismo dos vários grupos. Como alternativa, é exaltada a vitalidade caótica das práticas urbanas, a sua irredutibilidade e esquemas pré-constituídos, a impossibilidade de os enquadrar numa visão da história que tenha como objectivo o progresso ou qualquer meta definitiva.

Em ligação com os problemas agora abordados, podemos ainda acrescentar que o cientismo e as ideologias políticas de cariz «moderno» deixaram nas cidades os seus traços visíveis sob a forma de infra-estruturas, transformações urbanísticas e signos arquitectónicos carregados de valências simbólicas. O século XIX, em particular, assistiu à afirmação de tentativas para replasmar a cidade com vista a exigências de manutenção da ordem social, incremento da mobilidade e «saneamento» dos bairros mais pobres: o exemplo da transformação de Paris, desejada por Haussman e centrada no traçado dos grands boulevards é sem dúvida emblemático nesse sentido. Ainda mais radical é a transformação do arranjo físico das cidades no século actual, sobretudo nos decênios subsequentes à Segunda Guerra Mundial - realiza-se sob o signo de uma arquitectura que, para além das intenções originárias do movimento moderno, não consegue exprimir outra coisa que não seja uniformidade e standardização, reflectindo os imperativos de uma especulação da construção em larga escala.

A crítica pós-moderna pretende também discutir aqueles signos e a proposta de um estilo capaz de recuperar livremente do passado formas e tipologias, sem a preocupação de uma correspondência directa entre a forma arquitectónica e a função do edifício, própria da estética do movimento moderno. Sobre a variedade das tendências arquitectónicas de inspiração pós-moderna, cf. o ESQUEMA 4. 1.

As críticas ao cientismo, às ideologias, às concepções unidireccionais da história, às pretensões de controlo global e planificação do futuro encontram o seu denominador comum numa atitude filosófica de rejeição de uma concepção «forte» da acção humana ou da consciência subjectiva. Nessa concepção (que os pós-modernos atribuem às grandes filosofias do Ocidente, culminadas no positivismo e nas formas do marxismo afirmadas com o «socialismo real») predomina a ideia de um sujeito humano plenamente consciente de si e da própria racionalidade e capaz de orientar as suas acções para fins prestáveis, com a ajuda de um saber formalizado e de uma tecnologia cada vez mais poderosa. Esse sujeito «forte» é também tendencialmente unitário, para o qual as diferenças de género, cultura, etnia e idade apenas representam variantes de escasso relevo.

ESQUEMA 4. 1. As diversas tendências da arquitectura pós-moderna

O termo pós-moderno (utilizado pela primeira vez em referência à arquitectura de Charles Jencks em 1977) não define tanto um movimento nascido com objectivos e bases comuns como um conjunto de abordagens diferentes, que, tendo o factor comum de uma exigência de superar os caracteres unívocos da arquitectura racionalista, diferem mais profundamente entre si quanto às orientações projectuais específicas (De Fusco, 1988; Belluzzi, Conforti, 1994).

O filão porventura mais notável é o do eclectismo pós-moderno - não por acaso definido por vezes, tout-court, como Post-Modem -, cujas raízes se podem identificar em concepções artísticas de movimentos como o dadaísmo ou a pop art: o manufacturado arquitectónico, neste caso, torna-se motivo para a inserção de citações históricas ocasionais, mais ou menos irónicas. Faz-se referência a projectistas como Robert Venturi, Charles Moore ou aos expoentes do chamado ruinismo, em que abundam obras arquitectónicas incluindo fragmentos de ruínas clássicas gregas e romanas, colunas dáricas, capitéis, frontões de templos.

Uma abordagem arquitectónica desenvolvida nos anos mais recentes é a do chamado desconstrucionismo, que, extremando os relevos críticos pós-modernos ao racionalismo, chega a negar alguns dos próprios princípios estruturais da arquitectura. A criatividade do projectista, neste caso, acaba por se aproximar da de um escultor - os produtos dessa criatividade são assim, por exemplo, casas com soalhos e pavimentos inclinados, janelas tortas e a destoar com a fachada, móveis e objectos de decoração em que o factor estético predomina nitidamente sobre o funcional - por exemplo, estantes com prateleiras pendentes.

Arquitectos como Renzo Piano e Richard Rogers são, por outro lado, expoentes de realce da chamada arquitectura high-tech, que concentra a atenção nas inovações tecnológicas e faz da instrumentação de tecnologia elevada o principal elemento de qualificação estética da manufactura arquitectónica. O Centro Pompidou em Paris, ou o palácio dos Lloyds de Londres - com as estruturas e as instalações «expostas» na fachada - constituem dois exemplos significativos nesse sentido.

Um último tipo de abordagem, embora sempre reconduzível ao clima pós-moderno, pretende superar antecipadamente o racionalismo em termos não puramente positivos. Trata-se do chamado neoclassicismo (definido por alguns como neo-racionalismo), que caracteriza os edifícios projectados, entre outros, por Aldo Rossi ou Mario Botta, nos quais é evidente uma recuperação de alguns conceitos fundamentais derivados do património da arquitectura clássica, como, por exemplo, os de simetria, racionalidade e axialidade.

A crítica pós-modemista à concepção da subjectividade tem levado, pelo contrário, à reafirmação da centralidade das diferenças na experiência humana, juntamente com uma atitude de suspeita perante todas as tentativas para repropor imagens unificadoras do homem e da sua racionalidade. Essa orientação, como é fácil de compreender, tem consequências imediatas numa questão de grande relevo para a sociologia urbana. Com efeito, no quadro urbano, uma atitude de aceitação e valorização das diferenças parece hoje extremamente importante e pode favorecer uma necessária correcção de tiro em relação às representações deformadas, predominantes no passado e baseadas numa imagem ao mesmo tempo enfática e redutora do homem.

No entanto, a intenção de reconhecer o valor das diferenças não basta para resolver o problema da convivência dos diversos na cidade. Em muitos casos, as linhas de distinção entre grupos ou agregados sociais culturalmente coincidem ou, por vezes, interceptam-se com as linhas de demarca-

ção das desigualdades sociais, dos processos de marginalização e de exclusão do exercício de direitos fundamentais. Ora, se se pretende combater estas formas de desigualdade e injustiça, se se querem estabelecer regras para a interacção entre o vário - ou, melhor, critérios para que se possa desenvolver uma conflitualidade não destrutiva, mas orientar para a negociação -, não basta recorrer aos valores da diferença, mas antes encontrar termos de referência comuns, um conjunto de argumentações conjuntas (Harvey, 1992) para fixar, pelo menos, objectivos singulares aceitáveis por todas as partes e normas de procedimento para o confronto. Isto, porém, por seu turno, põe o problema de uma redefinição - menos triunfalista, mas também menos unilateral em relação à clássica - da subjectividade e das formas de racionalidade. Trata-se de um problema filosófico, mas também

- convém salientá-lo - um problema que, nas metrópoles contemporâneas, se pode traduzir em alternativas de opção política e cultural dotadas de caracteres decididamente concretos e, não raramente, dramáticos. Na verdade, renunciar simplesmente a todo o tipo de terreno comum pode significar, para além das intenções, adoptar uma atitude de desinteresse nos confrontos dos desequilíbrios e das injustiças ou mesmo deixar de agir preventivamente contra as manifestações destrutivas que a exasperação das diferenças está na iminência de provocar.

4. 1. 4. A experiência quotidiana da cidade contemporânea

Se é verdade que, nestes anos, o pós-moderno representa um clima cultural que influencia as interpretações propostas por um sector consistente das ciências sociais e da cultura humanística, não é menos exacto que isso se relaciona - de várias formas - com a experiência vivida quotidianamente por milhões de mulheres e homens.

Com efeito, o sentido de incerteza, a perda de pontos de referência fundamentais para a compreensão do seu papel na sociedade, a diminuição da segurança sobre a natureza imparável do progresso e na melhoria contínua das condições socioeconómicas são apenas as notas dominantes da concepção crítica de uma elite culta - trata-se antes de sensações comuns, embora de várias formas, de largas camadas da população. Além disso, mais uma vez, é sobretudo a experiência de quem vive nos aglomerados metropolitanos que evoca mais fortemente aquelas sensações, e isto por um conjunto de razões.

Em primeiro lugar, as metrópoles constituem o principal teatro desses grandes fenómenos de transformação, que assinalaram o fim da sociedade fordista. Embora provocando uma subida do nível médio de vida dos países ricos, aumentaram o grau de incerteza e a competitividade, presentes na

vida social. Constituem factores importantes a menor linearidade das carreiras laborais, resultante da mais rápida obsolescência das competências e das contínuas reestruturações do sistema económico, e a redução das garantias oferecidas pelos amortizadores sociais e serviços públicos. A incerteza crescente torna mais difícil, para muitos indivíduos pertencentes a camadas de algum modo desfavorecidas, a formação das imagens tranquilizadoras do seu futuro e programar o futuro dos filhos com realismo suficiente. A própria organização da vida quotidiana modifica-se devido a muitos factores - cada vez mais, os horários sociais provocam sobreposições de tarefas ou obrigam os indivíduos a optar entre empregos alternativos do tempo. Uma consequência de tudo isto é a mudança da percepção do tempo social e, em particular, do sentido da continuidade da experiência individual e colectiva.

Em segundo lugar, também a percepção do espaço tende a mudar.

O que se deve, entre outras coisas, a um processo de fragmentação dos espaços, à sua distensão (para retomar um conceito de Giddens, 1990). Nos grandes sistemas metropolitanos produz-se uma especialização espacial - há espaços residenciais, para o trabalho, a cultura, o divertimento, o consumo, etc. E não só, pelo menos para um certo número de indivíduos, cada um destes espaços sofre, por sua vez, uma ulterior fragmentação. Por exemplo, entre as camadas médio-altas não é invulgar o caso de quem possui uma dupla habitação; em muitas actividades do terciário avançado o posto de trabalho não é único, mas múltiplo e móvel; os lugares do consumo do tempo livre variam em função de especializações sectoriais, etc. Além disso, os vários tipos de espaço podem situar-se em locais muito distantes uns dos outros, embora bem ligados pela rede de transportes e telecomunicações. As residências encontram-se cada vez menos no âmbito das cidades centrais e mais nas largas faixas suburbanas; os postos de trabalho terciário podem localizar-se nos centros históricos ou em espaços adjacentes aos nós extra-urbanos do sistema dos transportes (aeroportos, portagens de auto-estrada); os industriais afastam-se das cidades; os espaços do tempo livre podem ser centrais (por exemplo, teatros e salas de concerto) ou fortemente descentralizados (discotecas, espaços para o desporto e turismo de fim-de-semana). Para muitos indivíduos, isto traduz-se na experiência de uma vida quotidiana «dispersa» pelo território e dependente da eficiência dos transportes.

Este último aspecto também representa um factor de incerteza - na

vida metropolitana a população cada vez se consciencializa mais de que a

sua segurança e a possibilidade de desenvolver as actividades de todos os dias dependem do funcionamento de sistemas abstractos, de carácter impessoal (Giddens, 1990) e, acima de tudo, dos que regulam a circulação automóvel ou os meios de transportes colectivos. A vulnerabilidade destes

últimos salienta essa dependência - basta uma greve nos transportes aéreos ou um engarrafamento na auto-estrada para paralisar sectores inteiros da actividade social e, por vezes, criar condições de verdadeiro e autêntico perigo.

Tudo o que até agora se disse justifica que se possa falar, a propósito da vida quotidiana, de uma experiência difusa de perda dos pontos de orientação nas relações com o território. Uma experiência que, de qualquer modo, pode ser comparada com o fenómeno de perda da centralidade de alguns valores (como a confiança na ciência, o progresso, as ideologias), de que falam filósofos ou sociólogos intérpretes da condição pós-moderna. Isto não significa que o território se apresente, para quem o habita, como uma entidade simbolicamente diferenciada. Pelo contrário, há uma tentativa contínua para procurar, e mesmo recriar, valores simbólicos ex novo e oportunidades de enraizamento afectivo.

Essa busca, porém, já não pode contar com esquemas largamente compartilhados, com reportórios de símbolos indiscutíveis, pelo contrário, implica uma adaptação, mesmo psicológica, ao ambiente de vida, que se realiza, na maioria das vezes, de forma individual ou no seio de grupos restritos. Por conseguinte, cada um vive uma experiência urbana «individualizada», cada vez mais pobre de pontos de referência colectivos, por isso tem dificuldade em reconhecer a cidade como uma totalidade e, portanto, não logra, senão com fadiga, traçar o seu mapa global mental (Jameson, 1984).

Esta condição reflecte-se na estrutura da personalidade do indivíduo metropolitano. No período fordista, os sociólogos tinham identificado como risco fundamental o da solidão de cada um, numa multidão indiferente composta por pessoas que actuam segundo papéis rígidos e previamente estabelecidos (Riesman, Glazer, Denney, 1950). Nessas condições, o principal perigo era o de ser obrigado a adoptar esquemas de comportamento determinados de cima e substancialmente dependentes das funções laborais, na ausência de reais possibilidades de escolha. Na metrópole pós-fordista, a rigidez dos papéis parece afastar-se, e as margens para uma escolha entre muitas opções pode alargar-se. Não forçosamente, todavia, tudo isto significa um aumento efectivo da liberdade individual ou colectiva. Com efeito, tanto a incerteza sobre as consequências reais das opções como a redução dos critérios de orientação compartilhados criam um cenário complexo e variável, em que o risco essencial se toma a impossibilidade efectiva de fazer opções sensatas entre uma gama de oportunidades aparentemente equivalentes.

Assim, o indivíduo é colocado em condições pelas quais deve escolher entre esquemas alternativos, mas carece de critérios que tomem a escolha «sensata» e, por conseguinte, justificável nos confrontos consigo próprio e

com os outros. O aspecto arriscado é a difusão de atitudes que consideram, em última instância, irrelevantes as opções que se devem tomar, tanto na esfera pública como na privada. Dessas atitudes depende uma cultura difusa que exalta a actual dimensão da experiência individual e da vida social, em prejuízo tanto do empenhamento para o projecto do futuro como do interesse para a memória, para a conservação do património simbólico que assinala a continuidade da história pessoal e colectiva.

As consequências na personalidade desta síndrome de apego obsessivo ao presente, que alguns estudiosos descreveram recorrendo com outro sentido ao termo freudiano narcisismo (Lasch, 1979, 1984; Mela, 1985), já foram objecto de debate intenso nos finais dos anos 70. Além disso, constituíram tema de importantes filões da narrativa literária (em especial no romance

americano dos anos 80, da cinematografia e das artes visuais, que contribuíram eficazmente para as colocar sob o foco da atenção crítica.

4. 2. Diferenças, culturas, movimentos

4. 2. 1. A explosão das diferenças

No quadro geral definido até aqui, pretendemos agora focar a atenção num fenómeno específico, relevante para os destinos da cidade e da sua dimensão cultural (entendida, neste caso, sobretudo em relação à cultura «difusa»): aquilo que poderemos designar falando de uma explosão das diferenças.

Como já se referiu, em qualquer época a cidade é um lugar de presença colectiva de indivíduos e grupos heterogéneos sob muitos perfis. Por outro lado, esta característica foi indubitavelmente realçada nos contextos urbanos que sofreram o impacto da Revolução Industrial. Todavia, na

actual fase de evolução das sociedades ocidentais (e, em certa medida, de todas as sociedades), a relevância sociocultural dos problemas ligados às diferenças sofreu um ulterior aumento de grau até a tornar numa das questões centrais para a cultura urbana contemporânea.

Duas ordens de factores, de resto ligados estreitamente, contribuem para determinar a explosão das diferenças: por um lado, os que favorecem o aumento efectivo da heterogeneidade nos contextos metropolitanos e, por outro, os que concorrem para tornar mais aguda a percepção das diferenças e fazer com que, na sua base, se produzam expectativas, reivindicações e atitudes diferentes das do passado mais recente. Tratemos agora de as considerar mais analiticamente, salientando alguns dos seus aspectos.

Entre os factores de incremento efectivo da heterogeneidade, podemos realçar os que incidem na diversificação étnica, nas desigualdades sociais e

na esfera das razões familiares e privadas.

1. As novas migrações. Como diremos melhor no Capítulo 5, embora, no seu conjunto, os agregados metropolitanos dos países desenvolvidos tenham parado de crescer, nos dois últimos decênios continuam a constituir o local de chegada de importantes correntes migratórias, provenientes em grande parte de países pobres. Essas correntes invadiram também áreas tradicionalmente exportadoras de mão-de-obra (como a Europa Meridional). Além disso, compõem-se de indivíduos e grupos por vezes muito distantes em cultura e tradições do mundo ocidental, mas suficientemente heterogêneos entre si em relação às áreas geográficas de proveniência, aos níveis de instrução (como se sabe, existe na Europa uma componente de imigrados do Terceiro Mundo possuidores de habilitações académicas elevadas) e à natureza do «projecto migratório» de que são portadores.

2. Os novos desequilíbrios. Já vimos no Capítulo 3 que a tendência fundamental, nas áreas metropolitanas e, sobretudo, nas cidades centrais, é hoje para um aumento das desigualdades sociais, ao ponto de configurar um verdadeiro e próprio dualismo. Os desequilíbrios, de resto, não tendem a designar uma hierarquia ordenada de estatuto social (como acontecia na cidade fordista), mas uma constelação em expansão contínua de condições desiguais sob muitos perfis, entre os quais a remuneração, a estabilidade, as garantias sociais ligadas ao trabalho, as oportunidades e os riscos ligados à carreira, o prestígio. Por conseguinte, o carácter ao mesmo tempo acentuado e «caótico» das desigualdades sociais tende a favorecer o pluralismo das atitudes e dos modos de vida no próprio seio dos agregados sociais que, com base em critérios «clássicos» da sociologia, se deveriam considerar substancialmente homogêneos.

3. As transformações da família e dos equilíbrios demográficos. Muitas causas, impossíveis de analisar aqui, contribuem para tornar principalmente articuladas as modalidades em que se vive a experiência familiar e, mais em geral, a das relações primárias, afectivas e sexuais. Os seus efeitos visíveis, que de resto se manifestam de vários modos nos contextos singulares, hão-de procurar-se, por exemplo, no aumento do número das pessoas que vivem sós, dos núcleos familiares com um único indivíduo adulto, famílias recompostas após a dissolução de laços matrimoniais precedentes, formas de convívio não matrimoniais, convívios temporários, uniões de homossexuais, etc. Por outro lado, mesmo no seio das famílias nucleares, compostas por cônjuges e seus filhos, verificam-se transformações culturais que incrementam o pluralismo dos modos de vida: em particular,

os filhos adolescentes ou adultos que vivem com os pais tendem a rejeitar o seu controlo sobre o comportamento social. Ao mesmo tempo, aumenta a exigência de maiores espaços para a expressão da individualidade dos cônjuges, em especial da mulher. Parcialmente ligados a estes fenómenos, há aqueles que dependem da mudança dos equilíbrios demográficos e que levam a observar (nos países desenvolvidos) um incremento do peso da população idosa, uma redução da natalidade, etc.

Além dos processos agora citados, reconduzíveis a factores sociais de vária natureza, instalam-se outros elementos de natureza especificamente cultural que contribuem para exaltar o papel das diferenças e a torná-las mais «visíveis», definindo áreas de conflito potencial mas também oportunidades para novas sínteses.

1. A evolução dos meios de comunicação de massa e a sua cada vez maior penetração capilar na vida quotidiana modificam substancialmente o cenário dentro do qual se regista o confronto entre indivíduos diferentes. Os efeitos são múltiplos e de sinais vários. Retomando os conceitos utilizados por Fischer (1975), tanto podem favorecer a difusão cultural, ou seja, o conhecimento recíproco e a hibridação das culturas, como a intensificação, ou a tendência de uma cultura para crescer em si própria, rejeitando a integração e, em casos extremos, até o confronto.

Sem dúvida que os meios de comunicação, acima de todos, a televisão, contribuem para produzir informação sobre as diferenças, são alvo de discussão e, por vezes, até de espectáculo e persuasão comercial (pensemos no uso, na publicidade, de actores e modelos com ligações étnicas específicas a fim de conferirem uma dada imagem a um produto). Não forçosamente, porém, este aumento de visibilidade traduz-se num impulso para a síntese entre elementos de várias origens culturais. Ela é mais fácil no que se refere aos elementos superficiais das culturas - por exemplo, a moda pode revestir-se facilmente de caracteres estilísticos de culturas étnicas minoritárias para os propor a um público mais variado, ou a indústria alimentar lançar no mercado, com êxito, produtos de diferente origem nacional. r, distinto o caso das camadas pertencentes aos estratos profundos das culturas, como os ligados à religião ou à concepção de relações familiares. A esse respeito, o aumento da comunicação pode mesmo actuar no sentido contrário - graças a isso, os novos imigrados nas áreas metropolitanas dos países desenvolvidos podem manter con-

tactos frequentes com os países de origem e sofrer as influências dos processos culturais que ocorram (por exemplo, torna possível a circulação de interpretações «fundamentalistas» da religião islâmica, mesmo nas comunidades muçulmanas europeias). E, ainda, a apresentação exasperada e espectacular de comportamentos e modos de vida ligados a cul-

turas minoritárias, por parte da televisão ou dos jornais, tem por vezes o efeito de acentuar a desconfiança dos grupos majoritários e criar um terreno próprio para a intervenção de partidos ou movimentos políticos em busca do consenso eleitoral (pense-se, sobretudo, em algumas expressões de direita europeias e americanas).

2. Outro elemento de novidade, manifestado a partir dos anos 70, diz respeito ao papel dos movimentos que se organizam com base nas diferenças e propõem promover os direitos de categorias específicas de cidadãos, tentando mobilizar a opinião pública em torno de questões de relevante importância social e, por vezes, ética. Um primeiro aspecto é dado pela multiplicação e articulação desses movimentos, alguns dos quais, dotados de uma importante tradição histórica (por exemplo, o feminismo e o pacifismo), desenvolveram uma capacidade de intervenção dantes desconhecida, enquanto outros, como o ecologismo, sofreram uma transformação que os levou a tornarem-se movimentos de massa, embora subdivididos numa multiplicidade de tendências. Outros ainda surgiram ex novo, por efeito de se produzirem novos problemas (por exemplo, a difusão da SIDA). Um segundo aspecto, talvez ainda mais importante, é fornecido por uma mudança na atitude e prática reivindicativas de muitos movimentos desse tipo. De um modo geral, pode dizer-se que quase passaram de uma reivindicação do direito à igualdade a uma afirmação do valor intrínseco da diferença e a uma crítica, por vezes global, da sociedade, baseada na negociação da diferença. Esta transformação cultural é muito evidente no movimento feminista - com efeito, das suas manifestações «históricas», centradas na reivindicação dos direitos políticos e, depois, do direito ao trabalho, passou-se, nos últimos decênios, a uma atitude cultural que põe em discussão todos os aspectos da sociedade, tanto no âmbito público como no privado, como expressão de relações de poder desequilibradas a favor da parte masculina e de uma cultura dominada por imagens falsamente universalistas, mas na realidade intrinsecamente «machistas». Uma consequência desta nova atitude é a afirmação orgulhosa da diferença, mesmo quando ela se encontra com preconceitos difusos ou tentativas de repressão. Isto não se aplica apenas ao feminismo, mas também aos outros movimentos - pensemos, por exemplo, nas manifestações públicas do «orgulho homossexual» ou dos grupos étnicos marginalizados. Outro aspecto característico é a luta não só contra as discriminações institucionalizadas, mas também contra as que se manifestam através de comportamentos generalizados ou na linguagem - nesse sentido, revestem-se de particular relevo as batalhas contra as agressões sexuais, como também aquelas para exigir o uso de uma linguagem «politicamente correcta» nos mass media, nos textos escolares e nas fórmulas da burocracia.

4. 2. 2. A cidade e as diferenças de género

A nova atitude, que afirma o valor das diferenças e critica as estruturas sociais e as representações culturais que negam esse valor, encontrou um terreno essencial de confronto e desconfiança no campo das questões urbanas. Essa desconfiança está a desenvolver-se numa dupla direcção. A primeira põe directamente em discussão a cidade, os seus modos de vida, as suas estruturas organizativas - os movimentos e as formas de pensamento baseados nas «diferenças» estão a produzir um esforço analítico para esclarecer de que modo a vida urbana procede a discriminações contínuas nos indivíduos titulares de identidades sociais minoritárias ou subordinadas e, por vezes, um esforço propositado para modificar algumas condições. A segunda direcção refere-se às representações científicas da cidade e, em particular, à sociologia urbana. Neste caso, a tentativa consiste em demonstrar que os próprios instrumentos conceptuais e as abordagens metodológicas empregados para compreender a cidade, para além da sua aparente neutralidade científica, contêm o estigma das relações de dominação predominantes e têm o efeito de gerar imagens próprias para reproduzir essas relações.

Tentaremos agora ilustrar o significado desta desconfiança aludindo ao movimento feminista dos anos 80 e 90, ou seja, ao movimento que, porventura, efectua a tentativa mais radical, mas ainda mais apurada do ponto de vista teórico, de reflexão crítica sobre a cidade.

Em especial no campo da sociologia urbana de língua inglesa, nos últimos anos, o ponto de vista feminista sobre a cidade propõe um dos argumentos mais escaldantes de debate e de polémica. A questão que, até certo ponto, resume todas as outras é a denúncia da não neutralidade do espaço urbano relativo ao género ¹. Na verdade, segundo o ponto de vista feminista, a organização espacial da cidade oferece um exemplo de *gendered space*, ou seja, de espaço estruturalmente assinalado pelo género. Por um lado, é expressão material de relações desequilibradas entre os homens e as mulheres e, por outro, factor de reprodução desses desequilíbrios (Spain, 1992). Numerosos trabalhos tentaram desenvolver esta perspectiva a respeito de caracteres particulares da cidade ou de tipologias de lugares. Um dos temas mais vezes abordados, a esta luz, é o da violência e do medo. Assim, por exemplo, Pain (1991) desenvolve uma análise da «geografia urbana do

¹⁰ termo género (tradução do inglês *gender*) na linguagem sociológica contemporânea refere-se às diversidades psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres, distintas das puramente anatómicas e fisiológicas, designadas pelo termo sexo (Giddens, 1989). A distinção salienta o facto de que as diferenças de género não têm uma origem biológica, mas sociocultural.

medo», do ponto de vista das mulheres, examinando um conjunto de factores socioeconómicos e espaciais que influenciam os diversos graus de segurança ou insegurança e de sentido do controlo territorial, em várias localidades urbanas. Analogamente, Valentine (1992) realça que o medo ligado à criminalidade e à violência representa um condicionamento no uso dos espaços públicos por parte das mulheres (por exemplo, na verdade, impede-lhes o acesso a alguns lugares nas horas nocturnas), evidenciando, também no território urbano, os caracteres «patriarcais» da nossa sociedade. Outro problema é o que diz respeito à relação entre as mulheres e as actividades de consumo. A literatura do género salientou uma ambiguidade fundamental: o consumo pode representar, por um lado, uma prática opressiva para as mulheres, um verdadeiro trabalho que se junta às actividades produtivas e às ligadas ao «cuidado» da família. Por outro, todavia, trata-se de uma actividade que favorece a expressão de gostos e desejos pessoais e, pelo menos aparentemente, abre-lhes espaços de escolha e de controlo (Winchester, 1992).

Um tema que tem suscitado particular interesse na sociologia italiana é o da organização espaço-temporal da cidade. Para as mulheres, a combinação das actividades de trabalho e das suas atribuições predominantes, no âmbito da nossa cultura (cuidar da casa, apoio ao conforto dos filhos e dos idosos, etc.), além de constituir um cargo material e psicológico, tende a enfrentar as modalidades com que as diversas funções urbanas são organizadas no espaço e no tempo. Assim, um peso suplementar para a população feminina deriva das necessidades funcionais relacionadas com as deslocações e com as dificuldades para «sincronizar» actividades que exigem contactos com lojas, escritórios, agências públicas e privadas, que operam segundo horários rígidos e preestabelecidos. A denúncia deduzida dos problemas resultantes disto insere-se, em contrapartida, numa reivindicação do direito mais geral - por parte das mulheres, mas também de outros indivíduos por várias razões em desvantagem de um funcionamento da cidade apropriado para acrescer a qualidade de vida dos habitantes e torná-la userfriendly, ou seja, «Amiga de quem a usa» (Balbo, 1991). Este empenhamento, apoiado predominantemente por sociólogos e outros especialistas nos campos da arquitectura e da urbanística, já começou a produzir alguns resultados (Belloni, 1995), quer através do reconhecimento legislativo da necessidade de enfrentar os problemas em vista, quer por meio da actividade planificadora e administrativa de alguns Comuns italianos (Cf. ESQUEMA 4.2).

Já anteriormente se referiu que um aspecto da crítica feminista à cidade é constituído pela polémica contra o aparelho teórico e metodológico que prevalece na sociologia urbana. Em muitos casos, o alvo principal desta crítica são os métodos quantitativos, em especial os usados na sociologia

de rotina. A esse respeito, é criticado o carácter implicitamente massificador e negativo da diversidade das condições subjectivas. Para dar um exem-

plo, por detrás da aparente neutralidade das estatísticas relativas à participação no trabalho, esconde-se a diferente modalidade com que a actividade profissional é vivida pelos homens e pelas mulheres; com efeito, para a maior parte destas últimas, o trabalho exterior à família soma-se - por vezes ainda mais prolongado - ao efectuado dentro das paredes domésticas. Como alternativa aos métodos quantitativos, há propostas técnicas de investigação qualitativa como as entrevistas em profundidade, a observação participante, as histórias de vida (Schwartz, Jacobs, 1979), dando particular atenção à subjectividade das pessoas e diferenças que elas exprimem, portanto, mais aptas de representar uma concepção feminina da prática sociológica (Jacobs, 1993).

ESQUEMA 4.2. Tempos de vida, tempos da cidade

Nos últimos anos, a dimensão do tempo entrou no debate teórico sobre a cidade, tornando-se questão crucial em que se confrontam e estruturam projectos para garantir uma melhor qualidade de vida, em especial para as faixas de indivíduos socialmente mais débeis (AA.VV, 1993b; Belloni, 1994,1995).

O debate nasce e desenvolve-se, pelo menos em Itália, sobretudo por iniciativa de grupos e movimentos de mulheres e organizações de esquerda, ou baseia-se na consideração do nexó estreito existente entre tempos de trabalho, de formação para a afectividade ou o recreio. E as mulheres, além de sujeitos deste debate teórico sobre tempos da cidade, são também protagonistas das análises e estudos conduzidos sobre o tema. Isto em consideração do seu papel social estratégico, de interface entre dimensões pública e privada, entre colectividade e família.

A temática teórica da planificação dos tempos urbanos foi colhida pela primeira vez em termos jurídicos na Lei n.9 142 de 1990. O artigo 36 prevê para os presidentes de Câmara a possibilidade de «coordenar os horários de exercício comercial, dos serviços públicos, não só o de abertura ao público das repartições periféricas das administrações públicas, a fim de harmonizar e facilitar a aplicação dos serviços às exigências gerais dos utentes,,. Uma série de Comunas italianas (trata-se, sobretudo, de cidades de médias dimensões do Centro-Norte) pôs em prática o enunciado de leis, por vezes através da realização de verdadeiros planos reguladores dos horários urbanos.

As principais intervenções nesse sentido limitaram-se a sectores como:

- serviços burocráticos: melhor acessibilidade para os cidadãos, prolongamento dos horários «de guichê,, simplificação das práticas, aplicação da autocertificação, etc.;
- informação: publicações ou folhetos informativos (informacittà, numero verde, etc.) sobre serviços existentes, horários, acessos;
- serviços culturais: prolongamento ou modificação dos horários dos museus, exposições, bibliotecas, de modo que não coincidam com os de trabalho da maior parte dos cidadãos;

- serviços comerciais: abertura de estabelecimentos e grandes armazéns, mesmo de noite, nos fins-de-semana, etc.; ~ transportes: planificação dos fluxos, evitando sincronismos que produzam congestões de tráfego;

- serviços à pessoa: horários mais flexíveis em serviços como creches e escolas, instituição de outros serviços para crianças, para, entre outras coisas, desagregar o consumo de tempo quotidiano das mães.

4. 3. Símbolos urbanos e identidade

4. 3. 1. Identidade e sentimentos de pertença

A atenção crítica, que - como vimos - muitos movimentos urbanos concedem às representações da cidade evoca um tema de grande relevo

- o da dimensão simbólica da cidade e da relação entre o simbolismo urbano e a identidade social. A cidade, de facto, não é apenas uma forma específica de organização social no território, mas também um conjunto de símbolos, estratificados no curso da história. Esses símbolos exprimem-se tanto nas estruturas físicas (ruas, praças e monumentos) como nos modos de vida, cerimónias, rituais da vida urbana, ou ainda nas imagens e discursos que falam da cidade. Vai-se dos estereótipos com que é representado o «carácter» dos habitantes nas vicissitudes de todos os dias às simbologias presentes nas bandeiras e nos brasões, das ilustrações dos guias turísticos às técnicas de marketing que os peritos de comunicação social empregam para «promover» um centro urbano junto dos operadores económicos internacionais.

A dimensão simbólica da cidade não é um facto estranho à vida social e à experiência quotidiana dos habitantes. Pelo contrário, está-lhes ligada por um laço profundo, que, como veremos um pouco adiante, constitui relações num duplo sentido. Por um lado, o simbolismo urbano representa um ponto de referência que estrutura e condiciona de muitos modos a actividade social, entrando em profundidade nos processos que definem a identidade dos indivíduos singulares e colectivos. Por outro, a própria actividade social e a interacção entre indivíduos titulares de identidades heterogéneas contribuem para reproduzir e, ao mesmo tempo, modificar continuamente os símbolos ligados à cidade.

Tentemos agora aprofundar essa dupla ligação introduzindo alguns conceitos desenvolvidos pela sociologia urbana nestes anos.

Concentremo-nos, sobretudo, na relação entre símbolos urbanos e identidade. Para todo o indivíduo que opera num sistema social, a identidade é

o resultado de um confronto contínuo com os outros, que o leva a construir uma representação de si próprio, da sua unidade pessoal, da distinção entre o seu eu e o dos outros, do papel desempenhado na sociedade e da posição ocupada nas hierarquias sociais. Como este processo se desenrola através da relação com os outros, existe uma interacção contínua entre a construção da sua própria identidade, conseguida pelo indivíduo na primeira pessoa, e o reconhecimento dela por parte dos outros. A construção da identidade, porém, não se situa no vazio, mas num contexto social e espacial preciso, de que faz parte a cidade, com os símbolos que lhe estão ligados.

Assim, portanto, ser oriundo de uma dada cidade, ou viver nela, ou em algum dos seus bairros, significa relacionar-se com um conjunto de símbolos (dotados de valências, ora positivas, ora negativas) que representam termos iniludíveis para a construção da identidade pessoal - é com eles que o indivíduo deve contar, assim que se torna consciente do facto de que os

outros usarão esses termos para o identificar. Como Lalli (1992) refere: «A pessoa como residente de uma determinada cidade adquire um certo número de características quase-psicológicas associadas a ela. Por exemplo, uma cidade pode ser ‘cosmopolita’ em contraste com outras ‘provincianas’, ‘rica’, ‘tradicional’, ‘calorosa’, ‘industrial’, ‘limpa’, etc., enquanto outras são rejeitadas desdenhosamente como ‘pobres’, ‘monótonas’, ‘ruinosas’, ‘frias’, etc.» (p. 293). Esses caracteres, que se transferem da imagem da cidade à dos cidadãos, tendem a passar a fazer parte da identidade pessoal destes, tornando-se num seu aspecto - a este aspecto, o mesmo Lalli (recorrendo a trabalhos precedentes de Proshansky e outros) refere-se falando de identidade relativa à cidade (urban-related identity).

Uma consideração análoga à agora proposta para a cidade no seu conjunto pode ser desenvolvida por partes singulares dela e, de modo particular, para os bairros e o ambiente doméstico. Residir num determinado bairro ou viver num dado tipo de casa equivale imediatamente a receber um elemento de identificação, que pode desempenhar um papel essencial nos casos em que (como, por exemplo, na cidade americana contemporânea) o espaço urbano se articula em partes fortemente desiguais. A identificação actua tanto no sentido positivo, para quem reside em bairros elegantes, como, ainda mais, no negativo, para quem vive em áreas da cidade consideradas bolsas de pobreza, insegurança e desvantagem social. Nesta situação, a identificação negativa transforma-se em verdadeira estigmatização territorial (Wacquant, 1993), e a imagem espacial converte-se num factor efectivo de exclusão. Se uma pessoa provém de um bairro considerado perigoso, é tomada por um factor potencial de perigo, o que pode produzir discriminação (por exemplo, no momento da procura de trabalho ou de alojamento numa zona mais tranquila), pelo que representa um handicap que deve tentar sempre superar. Como é fácil de compreender, pode acon-

tecer a vítima da estigmatização territorial reagir, assumindo, por seu turno, um comportamento conflituoso ou mesmo agressivo - quem se sente alvo de uma discriminação baseada na imagem negativa do seu bairro pode ser

levado a aceitar realmente os caracteres contidos naquela imagem, tornando-se, em última análise, num efectivo factor de perigo para quem accionou o comportamento discriminatório. Desse modo, o círculo aperta-se - a

estigmatização territorial põe em movimento um processo que a transforma numa profecia que se autoverifica 1.

A atribuição aos outros ou a assunção de uma identidade relativa à cidade actual, na maioria dos casos, de uma forma vagamente reflexa e quase inconsciente. Através dos processos de racionalização, desde a infância, todos interiorizam os caracteres simbólicos ligados ao contexto urbano de residência e, ao mesmo tempo, ensinam a distinguir esses caracteres dos ligados a outros centros urbanos ou ao território rural circundante. Paralelamente, determina-se um processo de identificação afectiva com a cidade, o bairro ou com âmbitos ainda mais limitados. Ou seja, desenvolvem-se sentimentos de pertença territorial - sente-se parte de uma comunidade espacialmente definida, sente-se envolvido nos assuntos que o rodeiam, se

é atingido positiva ou negativamente por juízos expressos a seu respeito. Como observaram diversas vezes sociólogos que conduziram estudos empíricos, este apelo a lugares de dimensões espaciais reduzidas não está em conflito com uma visão cosmopolita do mundo, nem é diminuído pela tendência para o aumento da mobilidade territorial, típica das sociedades contemporâneas (Strassoldo, Tessarin, 1992). Em muitos aspectos, até os

indivíduos mais móveis tendem a evidenciar e, de certo modo, «cultivar» sentimentos de identificação com a cidade de origem, para fixar um ponto de referência simbólico que os ajude a organizar e dotar de sentido a sua experiência de vida.

Apesar do carácter quase inconsciente com que os processos agora analisados se realizam, há situações em que determinados indivíduos, ou grupos, tentam influir na identidade relativa à cidade, ou nos sentimentos de pertença, com base em estratégias precisas. Isto acontece, por exem-

plo, quando um grupo tenta reforçar a sua coesão interna mediante a referência a um âmbito territorial, ou se propõe difundir uma imagem positiva de si, ligando-a à de lugares específicos. O primeiro tipo de situação verifica-se no caso dos movimentos autonómicos de base regio-

2 Por profecia que se autoverifica entende-se um tipo de dinâmica social em que a presença de expectativas socialmente difusas acciona comportamentos que produzem efeitos correspondentes a essas expectativas, embora - do ponto de vista de um observador exterior -

pareçam infundadas (Merton, 1949).

nal ou local - aqui, os líderes esforçam-se por reforçar as imagens ligadas aos lugares e às cidades com o objectivo explícito de exaltar os sentimentos de pertença de quem os habita, para os induzir a apoiar o seu programa político. O segundo tipo pode, ao invés, encontrar uma simplificação sobre movimentos, como o movimento gay, no contexto dos Estados Unidos. Foi estudado em particular o caso da comuna californiana de West Hollywood, que representa o primeiro exemplo de comunidade urbana de maioria homossexual. Aqui, a imprensa gay conduziu uma tentativa explícita para criar uma imagem positiva, tanto da cidade como do tipo ideal do gay, estabelecendo ligações entre as duas imagens e, por conseguinte, evidenciando como nas cidades se podem encontrar qualidades que só se associam ao tipo ideal como o apuramento estético, a orientação para a criatividade, etc. (Forest, 1995).

4. 3. 2. A construção social do património simbólico

Até aqui explorámos a relação que se estabelece entre a cidade e a identidade dos habitantes, seguindo o rumo que vai da primeira à segunda - a cidade foi considerada uma espécie de sujeito colectivo que, por assim dizer, transfere alguns dos seus caracteres para sujeitos individuais, conferindo-lhes identidade. No entanto, como se adiantou, é igualmente importante a relação inversa - a que vai dos habitantes à cidade. Com efeito, a conotação simbólica da cidade não se pode conceber como uma qualidade abstracta. Pelo contrário, é produzida pela acção concreta dos cidadãos - tanto dos que já lá viviam, deixando traços materiais (edifícios, monumentos, infra-estruturas) e imateriais (usos e costumes, conhecimentos, atitudes), como os que lá vivem no presente. Estes últimos não se limitam a receber passivamente um património simbólico herdado da tradição, modelando nele a sua própria identidade, mas, ao invés, apoderam-se dele activamente, interpretando-o, modificando-o e, em determinadas circunstâncias, recusando-o totalmente ou em parte. De qualquer modo, esta interacção entre os símbolos urbanos e a acção dos habitantes não só contribui para construir a identidade dos indivíduos como favorece a definição de uma identidade da cidade, ou seja, faz com que esta seja encarada como uma entidade singular e irrepetível, dotada de uma atmosfera cultural que a contradistingue inequivocamente.

Os sociólogos urbanos do período mais recente revelaram-se por vezes muito sensíveis nos confrontos da problemática agora evocada e introduziram numerosos conceitos para analisar os aspectos da que poderia ser definida,

no seu conjunto, como a construção social do património simbólico urbano.

Ao longo desta linha, por exemplo, Suares (1984) fala de imagens da cidade e tenta determinar o percurso com que elas se construíram no tempo e os indivíduos que desempenharam um papel relevante na sua elaboração. Com uma análise referida sobretudo ao contexto americano, evidencia, em particular, três fontes historicamente sedimentadas da imagem urbana. Em primeiro lugar, há referências aos «pais fundado 'res» da comunidade, como, por exemplo, Henry Hudson no caso de Nova Iorque. Não menos importante é a marca deixada sucessivamente pelos líderes e, em especial, os grandes empresários, cujos nomes nalgumas circunstâncias podem tomar-se quase o símbolo de toda uma comunidade urbana. Finalmente, a terceira fonte de imagem é fornecida por um conjunto de manufactos (não só edifícios, mas

também, por exemplo, produtos industriais típicos) identificados com a cidade e que são objecto de um processo de «museificação», no sentido literal do termo, porque são conservados nos museus locais ou, no sentido figurado, objecto de políticas especiais de tutela e conservação.

Outros autores realçaram o carácter conflitual que por vezes assume o processo de construção social dos símbolos urbanos. Um caso emblemático, estudado por Harvey (1985b), é o que diz respeito à basílica parisiense do Sacré-Cœur. Surgiu nos anos subsequentes ao movimento da Comuna de Paris e, nas intenções da Igreja Católica, é considerada o símbolo da derrota dos «comunardos» e da restauração da autoridade eclesiástica. Devido a esta valência, a basílica tomou-se depois um símbolo negativo por parte de forças políticas e culturais de diferente orientação. Ao mesmo

tempo, porém, representa um simples alvo de interesse turístico de numerosos visitantes. Estas observações demonstram bem como seria impróprio considerar o processo de sedimentação histórica do simbolismo da cidade, ou de edifícios particulares, como um fenómeno de acumulação espontânea e quase natural - põe em relevo, antes, momentos de aceleração e de abrandamento e atravessa fases críticas, nas quais pode surgir um verdadeiro conflito entre projectos culturais contraditórios ou entre interesses opostos.

Uma tentativa para definir categorias mais abstractas e gerais para enfrentar os problemas aqui discutidos é efectuada por Shields (1991), que propõe o conceito de espacialização social (social spatialization) para designar o processo contínuo de elaboração simbólica do espaço. Inclui tanto as elaborações do imaginário social (como a formação de «mitologias» relativas a cidades ou âmbitos territoriais) como as que exigem intervenções na paisagem ou no ambiente construído. De qualquer modo, Shields parece atribuir maior peso aos processos referentes às imagens e ao discurso sobre a cidade - insiste sobretudo no papel que os meios de comunicação como os jornais, o cinema e a televisão desempenham na formulação e reformulação dos significados atribuídos aos lugares. O conceito de espacialização social, de resto, não pretende referir-se apenas às imagens

propostas por operadores especializados, mas também às que emergem da comunicação e das práticas da vida quotidiana.

Ao contrário de Shields, Bourdin (1984) concentra a atenção nos processos de transformação urbanística e arquitectónica da cidade e das suas áreas de interesse histórico - estes são encarados como uma tentativa continuamente renovada para «reinventar» o património simbólico urbano, com a intervenção de múltiplos operadores e por meio de inúmeras transacções.

A construção social do símbolo urbano, quando consegue produzir uma estratificação dos significados, rica e coerente, confere a uma cidade o carácter típico e peculiar que a torna inconfundível não só aos olhos de quem a habita e frequenta mas também do visitante mais apressado. Carácter esse que, de qualquer modo faz com que o encontro com a cidade se possa comparar, com uma significativa metáfora, ao encontro com uma pessoa -

em ambos os casos estamos na presença de uma entidade singular, que pode ser encarada de forma intuitiva desde o primeiro momento, mas também se pode tomar no objecto de uma descoberta que dura uma vida inteira. Isto acontece porque a identidade da cidade não se encarna banalmente em edifícios ou pormenores singulares - como escreve Merleau-Ponty (1987), referindo-se à sua experiência do encontro com Paris, « quase não nos apercebemos de nenhum objecto, como não vemos os olhos de um rosto familiar,

mas a sua expressão. Há uma sensação latente, difundida através da paisagem ou da cidade que encontramos numa evidência específica, sem necessidade de a definir» (p. 325). Além disso, essa sensação latente da identidade urbana, segundo Savage e Warde (1993), pode exprimir-se com o conceito de aura, como é enunciado na obra do filósofo Walter Benjamin e por ele referido à obra de arte. A aura indica a autenticidade da obra e a sua ligação com um contexto, «da sua existência única e irrepetível no lugar em que se encontra» (Benjamin, 1936).

Para a cidade, possuir uma aura significa apresentar-se como uma identidade única e não reproduzível, ser uma obra da actividade humana que também pode constituir fonte de inspiração para outras obras, mas nunca objecto de pura e simples imitação. Poder-se-ia dizer que uma cidade dotada de aura não se assemelha a qualquer outra (ainda que, através de um jogo de metáforas e associações de ideias, possa evocar outros lugares). Pelo contrário, um sintoma preocupante de carência de identidade torna-se notório quando um ambiente urbano nos remete automaticamente para ambientes análogos. Como qualquer pessoa pode observar facilmente, a aura de Veneza é inimitável - as suas pontes e canais podem evocar os de Bruges ou

Amsterdão, mas isso acontece igualmente a quem uma grande obra de arte recorda outra. Pelo contrário, um hipermercado europeu e um mall americano assemelham-se à letra - paradoxalmente, se mudassem de sítio

as suas localizações, nada se alteraria.

4. 4. O espaço público e a estética da cidade

4. 4. 1. Espaços públicos e comunicação

Estudando a construção social do simbolismo e da cultura, a sociologia urbana clássica insistiu muito na especificidade da cidade, apresentando-a

como o lugar da inovação cultural e da «heterodoxia», em contraposição

com o papel conservador e «ortodoxo» do campo e dos pequenos centros. A esse respeito, enfatizou-se com frequência o papel da densidade e da heterogeneidade da localização urbana, porém, a simples presença concentrada de diferentes indivíduos não produz inovação se entre eles não existe comunicação e, em particular, a directa, que se verifica por meio do contacto cara a cara. Mas, nesse sentido, a cidade apresenta um recurso essencial, abunda de espaços públicos, em que o contacto comunicativo se regista não só de modo cómodo mas também colocando os interlocutores - pelo menos em alguns perfis - numa situação de paridade.

Naturalmente, pode haver uma comunicação directa num espaço privado, mas este será quase sempre um território apropriado por um dos interlocutores (a sua habitação, o seu jardim, os seus bens), onde ele/ela jogará, por assim dizer, «em casa», ao contrário dos outros. Inversamente, um espaço público é um território não apropriado por ninguém - um ponto de encontro em que todos podem acampar com os mesmos direitos. Uma rua, uma praça, um parque comunal é de todos e de ninguém em particular. Estabelecer um contacto aí não significa certamente ver anuladas as desigualdades sociais, mas, pelo menos, encontrar-se num terreno neutro, que não predetermina o êxito do confronto.

Decerto que todas as cidades são largamente constituídas por espaços privados. No entanto, aquilo que melhor as caracteriza é o seu espaço público, sem o qual não passariam de um aglomerado de locais reservados a diversos indivíduos. Na verdade, como sugere a própria etimologia do adjectivo, o que é «privado» tem o acesso condicionado - abre-se a alguns e fecha-se a outros. Um simples aglomerado de espaços privados permitiria apenas alguns encontros (os desejados pelos titulares dos espaços) e impossibilitaria outros. O espaço público, pelo menos em princípio, é sempre acessível a qualquer um - por esse motivo, torna-se sempre possível qualquer encontro, mesmo o mais inesperado.

No entanto, se é verdade que estes caracteres sempre se associaram historicamente à cidade, não o é menos que a cidade contemporânea apresenta uma mudança significativa de condições. Com efeito, o próprio significado dos espaços públicos tende a modificar-se e, com isso, a sua potencialidade de representar terreno de encontro e lugar privilegiado da

inovação cultural e da elaboração simbólica. De facto, muitos observam que na própria metrópole, estendida por amplos territórios, cujas actividades só são fruíveis graças ao uso do automóvel ou de meios de transporte públicos velozes, as ruas e praças configuram-se sempre, cada vez mais, como canais de comunicação e não o como espaços em que é possível encontrar outros. Além disso, a difusão de uma sensação de insegurança perante espaços demasiado abertos e pouco controlados (pensemos, por exemplo, nos grandes parques urbanos das cidades americanas) leva algumas categorias de cidadãos a exigir uma limitação do espaço «totalmente» público e

que encontra - por vezes - administradores propensos a apoiar esses pedidos. De resto, o simples facto de uma larga parte da população metropolitana viver em áreas suburbanas distantes das zonas centrais, associadas tradicionalmente aos espaços públicos mais significativos, faz com que estes últimos percam o seu papel de símbolos da cidade e de lugares privilegiados da sua topografia.

Mas, sobretudo, o enorme incremento dos instrumentos para a comunicação à distância parece definir uma situação pela qual se quebra o nexo tradicional entre espaços públicos e comunicação. O espaço público, identificado com lugares precisos da cidade, continua a existir, mas assume cada vez mais um papel funcional. Pelo contrário, um novo âmbito de comunicação alarga-se por obra das ligações a redes tomadas possíveis pelos telefones celulares, por fax, por correio electrónico, por televisão por cabo, etc. E não só: é altamente provável que os avanços tecnológicos levem a tomar essas redes cada vez mais unificadas e capilarmente difundidas. Dispor-se-á assim de um espaço público que tornará menos relevantes as localizações concretas dos interlocutores e as distâncias físicas que os separam. Em suma, poderá configurar-se uma situação em que a «navegação» nas redes temáticas assumirá o mesmo papel que, até à exploração dos espaços públicos da cidade e desenvolvimento das próprias redes, foi função do espaço público. Com a diferença não desprezível de que, neste caso, a cidade perderá as suas características privilegiadas - na paisagem electrónica, a cidade constituiria apenas um conjunto de ternúais da rede e, portanto, desse novo espaço público.

Que significam essas mudanças para o destino da cidade e do seu espaço público? Abrem, indubitavelmente, uma fase diferente na relação entre cidades, cultura e comunicação, mas esta nova situação garantirá a continuidade do papel histórico da cidade, representará antes uma inversão de tendências?

Estas e outras interrogações análogas abriram na sociologia contemporânea um vasto debate, em que estão presentes teses em contraste, mas também uma vastidão de argumentos e uma riqueza de matizes que não podemos analisar neste espaço. No entanto, com grande simplificação,

podemos, por um lado, estudar teses que exprimem a convicção de uma

rotura essencial, porventura definitiva, na continuidade do significado da experiência urbana, enquanto outros afirmam que tenderá a recompor-se, talvez de forma renovada, no futuro, graças à função insubstituível do encontro directo em público.

Quanto à primeira vertente, Della Pergola (1994) sustenta que o destino das metrópoles é de um crescimento reticular e uma integração em sistemas mais vastos. Mas, desse modo, «a cidade, assumindo o carácter de sistema urbano integrado com uniões instantâneas a outros sistemas urbanos complexos, origina, pela primeira vez na história do homem, uma desadaptação socioespacial e sociotemporal que deterniina sobretudo - salvo para escassas elites - uma perda de linguagem» (pp. 31-32) e um bloqueio da capacidade de projectar. Para a cidade - ou, pelo menos, para a que reconhecemos e estudámos como tal no passado - isto representa o início de um declínio inevitável.

Mais difusa é a análise de Castells (1989), na qual surge uma tensão dialéctica fundamental. Com efeito, como já observámos no ponto 2. 4. 1, afirma com veemência que a tendência evolutiva do sistema mundial comporta a substituição de um espaço de lugares por um espaço de fluxos. Todavia, esse espaço é sobretudo o do poder e tem a sua base material na internacionalização da economia e no domínio de organizações económicas desligadas da referência a localidades específicas e capazes de patrocinar uma rede de comunicações informatizada. Mas, se é verdade que o poder se exerce através de fluxos, não o é menos que a população vive em

lugares precisos, onde actuam os processos de reprodução social. As localidades (e, portanto, as cidades no sentido tradicional do termo) não se encontram por isso completamente fora do jogo. O sistema de poder baseado em fluxos tende a colocar à margem tudo o que se representa como «local». Mas também é possível que, a nível local, se gere uma reacção contra essas tendências marginais, a qual pode atingir novos movimentos sociais e governos citadinos, os quais, graças à própria capilaridade das redes informáticas, podem estar em condições de se ligar mutuamente, para cons-

truir uma rede alternativa que represente o equivalente do espaço público para uma nova forma de urbanidade, a da «cidade da informação» (Informational City).

Na vertente de uma visão optimista sobre os destinos da cidade, situam-se por vezes as posições daqueles que exaltam o papel dos espaços públicos como monumento insubstituível da vida urbana (Amendola, 1995) e afirmam que a comunicação directa e a comunicação por via informática não estão destinadas a colidir, mas antes a reforçar-se reciprocamente. Neste sentido é particularmente explícita a posição de Gottmann, o qual sustenta que a cidade continuará a exercer uma função essencial nos cenários futuros,

não obstante as enormes transformações que lhe dizem respeito. E acrescenta que não só hoje,,mas há pelo menos um século, com o desenvolvimento das telecomunicações, sucederam-se as profecias que prenunciavam o declínio definitivo das cidades perante a possibilidade de manter os contactos sem abandonar a sua habitação. A evolução efectiva demonstrou antes o contrário: «a circulação das pessoas a breve e longa distância não pára de aumentar; o desejo de estar presente em todas as formas de manifestação, participar pessoalmente nas reuniões, conviver face to face acentua-se. E tudo isto anima, multiplica, sobrecarrega as redes, faz crescer ou explodir os centros das grandes cidades» (Gottmann, 1991, p. 20).

4. 4. 2. A cidade como texto

Na análise das relações entre cidade e cultura, há um aspecto que não deve ser menosprezado - o que se refere à dimensão estética. O ambiente urbano, na verdade, não pode ser associado à vivacidade da vida intelectual e à inovação cultural sem que se conte também com o seu contributo para o desenvolvimento das artes, da arquitectura e do aperfeiçoamento do gosto.

O nexó entre estética e cidade é de tal modo profundo e historicamente enraizado que se reconhece no próprio senso comum. Para qualquer pessoa de média cultura, a Atenas da época clássica lembra-lhe as sínteses que se encontram na base de uma larga parte do pensamento ocidental, mas, ao mesmo tempo, faz pensar no Partenon, no teatro e na tragédia gregas. As cidades flamengas do século XVII invocam a incubação do capitalismo moderno e as transformações culturais correlacionadas, mas não podem deixar de remeter igualmente para a pintura de Rembrandt e o desenvolvimento do retrato.

No entanto, que elementos justificam esse nexó, de um ponto de vista sociológico? Obviamente, uma resposta circunstanciada pressuporia a alusão a contextos urbanos particulares, situados no espaço e no tempo, assim como detern-únar manifestações estéticas.

Em todo o caso, mantendo a análise a um nível de larga generalidade, é oferecida uma sugestão interessante por uma definição do antropólogo Hanner (1980), o qual, a propósito do papel culturalmente inovador da cidade, afirma que ela é um lugar em que, ao procurar uma coisa, se pode encontrar outra. Isto sugere a Bagnasco (1994) a ideia de que a tonalidade estética da vida cultural urbana pode ser definida recorrendo a um termo intraduzível que entrou no uso comum dos ingleses - o conceito de serendipity - para indicar uma descoberta casual -, a possibilidade de encontrar uma coisa que não se procurava, ou encontrá-la onde não se procurava. A serendipity liga-se à cidade, porque esta, graças à sua comple-

xidade e heterogeneidade dos elementos que a compõem, deixa sempre aberta a possibilidade de sínteses culturais felizes e imprevistas, sejam inovações de costume ou novos estilos artísticos ou musicais. Esta possibilidade - que se exprime com maior ou menor veemência nos diversos centros urbanos - é ao mesmo tempo um recurso social e uma propriedade estética da cidade. Embora seja difícil estabelecer com imparcialidade até que ponto um ambiente urbano se pode considerar bonito ou feio, há uma coisa com que se pode concordar sem dificuldade - sem a serendipity, sem

o carácter que torna sempre possíveis novas abordagens entre os seus elementos, uma cidade não é realmente assim e só a fundo exprime uma «poética» urbana.

Na verdade, esta análise parece atribuir à cidade um carácter análogo ao do texto poético, que se gera precisamente através de sínteses imprevistas de palavras, conceitos e imagens e, por seu turno, pode ser lido de tal modo que surgem sempre novas interpretações. Contudo, para que possa haver uma leitura inovadora e criativa do texto urbano, é necessário que o intérprete o encare com uma visão livre, capaz de se deixar envolver nas suas sugestões sem ficar vinculado a exigências exclusivamente instrumentais.

Mas esse indivíduo é capaz de personificar o papel de um intérprete, no sentido agora definido? Um interessante filão de estudos entre a sociologia e antropologia tentou, nestes anos, encontrar uma resposta a esta pergunta. Reveste-se de particular relevo, a esse propósito, o livro de Isaac Joseph, cujo título, *Le Passant Considérable* (o passante considerável, digno de atenção), propõe uma figura da vida quotidiana e convida-nos a concentrar a atenção na análise n-iicrossociológica do cidadão e do seu envolvimento nas situações sociais (Joseph, 1984). Mais uma vez, figura no centro das atenções o espaço público e os actores sociais que se movem nele. Também para Joseph, o espaço público é distinto de abertura e imprevisibilidade, mas insiste sobretudo no seu carácter «excêntrico» e problemático. Com efeito, o espaço público não é um lugar de organização tranquila de uma estrutura bem ordenada de identidades sociais. Pelo contrário, é aí que as identidades se n-ústuram e baralham e as situações estão sempre sujeitas a ser definidas de muitas maneiras (Gazzola, 1994). Reaparece aqui, de outra forma, a ideia do carácter «poeticamente» criativo da experiência urbana, mas, no sentido da sua fragmentariedade e, em certa medida, da sua perigosidade.

Na experiência do passante, de quem percorre, curioso, as artérias da cidade, apoia também os seus argumentos Richard Sennett (1990). Uma larga parte do seu livro é consagrada explicitamente à dimensão estética, e, a esse propósito, acrescenta observações que enriquecem o quadro atrás delineado, em especial no que se refere às formas expressivas difundidas,

ou seja, não produzidas por operadores artísticos profissionais, mas por indivíduos que pretendem simplesmente «deixar um traço, uma documentação da sua história» (p. 223). Sennett liga este tipo de expressão - de que constitui um exemplo a produção de graffiti por parte de grupos juvenis ao duplo carácter da cidade, que de vários modos se evidenciou nas páginas precedentes; por um lado, a sua abertura ao imprevisível e ao confronto com o diferente, por outro, a perigosidade intrínseca dessa abertura, o risco omnipresente de que conduza ao insucesso. Segundo Sennett, esta situação, simultaneamente estimulante e frustradora, estimula nos cidadãos aquela a que chama arte de se expor, vontade de participar e efectuar pesquisas no

campo estético. «Os indivíduos expõem-se quando se sentem frustrados, quando estão a meio caminho entre o êxito e o malogro» (p. 231). Tal é a

condição dos grupos juvenis que deixem nos graffiti um traço da sua existência social - é o reconhecimento da sua própria marginalização, mas também uma reacção a ela, que os impele a olhar em volta e experimentar as

possibilidades estéticas contidas nos materiais que têm à sua disposição no seu ambiente de vida.

4. 4. 3. A estética da cidade pós-moderna

Imprevisibilidade e fragmentação, acentuação das diferenças e noção do perigo, exploração quotidiana e experimentação nos materiais - todos estes elementos, que a sociologia moderna define como constitutivos da experiência urbana, parecem encontrar-se na base e são, por assim dizer, o derivado comum das formas de expressão estética que representam a condição da cidade pós-moderna ou estão mesmo associadas a ela no imaginário colectivo.

Embora sem nos aventurarmos num campo de análise tão rico de facetas (e, além disso, difícil de interpretar somente com os instrumentos da sociologia urbana), tentaremos agora examinar de mais perto algumas formas de expressão e artísticas, que, embora de uso comum, se caracterizam por vezes como «metropolitanas», procurando salientar a sua sintonia com os elementos atrás referidos entre as sugestões da análise sociológica. É quase supérfluo esclarecer que as poucas observações que se seguem - recolhidas em grupos determinados por uma espécie de slogan - pretendem apenas revestir-se de uma qualidade exemplificativa.

1. As «tribos» urbanas. A explosão das diferenças, que se considerou como uma das manifestações típicas dos contextos metropolitanos contemporâneos, encontra o seu equivalente no campo estético na multiplicação das formas expressivas. Não é por acaso que a cidade pós-moderna - mesmo com algum exagero - foi por vezes comparada com um território em que

assume forma uma espécie de novo «tribalismo» (Maffesoli, 1988). Na verdade, os protagonistas da vida citadina, os maioritariamente activos nos espaços públicos e lugares de encontro, são grupos caracterizados por modos de vida, formas de expressividade e diferentes rituais, mas ligados pelo desejo de se tomarem visíveis aos olhos dos outros acentuando os seus traços distintivos. As várias tendências da música pop e do rock (do rap ao heavy metal, do grunge à disco music), nesse sentido, são particularmente significativas - no mundo juvenil urbano são assumidas como emblemas de modos de vida nitidamente diferentes e, em alguns casos, conflituais, próprios de «tribos» dotadas de conotações sociais heterogéneas, preparadas, em alguns casos, para disputar o espaço físico da cidade. Este paradigma «neotribal» não se deve, porém, tomar muito à letra, nem salientar em excesso - a fragmentação dos estilos expressivos não impede a renovação contínua das tendências (mesmo sob o impulso de modas ditadas por exigências comerciais), nem a contaminação dos estilos e das subculturas ou a pertença do mesmo indivíduo a muitas «tribos».

2. A poética da cidade caótica. A condição de extrema fragmentação simbólica, a que acabamos de nos referir, constitui um tema recorrente da representação da cidade pós-moderna no cinema, na literatura e nas artes visuais. Para o dizer de outro modo, torna-se parte essencial da poética da cidade contemporânea. Os exemplos desta poética são numerosos, e, nesse sentido, algumas obras já assumiram um carácter emblemático. É, por exemplo, o caso do filme de ficção científica *Blade Runner*, do realizador Ridley Scott, desenrolado numa Los Angeles no ano 2019. A cidade apresenta-se povoada por uma mescla de populações, entre as quais as de origem asiática parecem predominar, e os seres humanos misturam-se com os «replicantes», produzidos pela engenharia genética. Os edifícios (que, em alguns casos, são mesmo existentes) estão dominados por uma imparável decadência física, mas albergam mecanismos de alta tecnologia. Os contrastes estilísticos são gritantes, mas repetidos, ao ponto de criar uma espécie de fundo caleidoscópico. «O caos dos sinais, dos significados e das mensagens contraditórias

evoca uma condição de fragmentação e incerteza urbana que salienta muitos dos aspectos da estética pós-moderna» (Harvey, 1990, pp. 378-379).

3. Lixo e monumentos. A poética da cidade, que se exprime em *Blade Runner* e em exemplos análogos no campo literário (por exemplo, no sector da ficção científica do género cyberpunk), é significativa noutro ponto de vista - insiste com particular prazer em aspectos tétricos e esqueléticos do cenário urbano, fornecendo uma imagem chocante, embora altamente sugestiva. Encontramos um processo análogo de elaboração estética em muitas outras manifestações de arte «metropolitana» - parecem querer quase assumir, como objectos exemplarmente densos de significados simbólicos, aqueles que na vida quotidiana se apresentam como refugio, lixo ou, pelo

menos, produtos de série banais e insignificantes. Para dar um exemplo sobre as artes visuais, essa intenção parece achar-se presente - pelo menos, em parte, na pop art dos anos 60 - alguns anos mais tarde, encontramos-a ainda mais claramente na chamada arte povera e, numa época ainda mais recente, em trabalhos de graffitistas como Keith Haring. Esta reavaliação, numa perspectiva poética, do «lixo» subentende de algum modo a ideia, típica de uma parte da cultura artística contemporânea, segundo a qual é impossível, na cidade actual, dar vida a um projecto artístico orgânico, concentrado em torno de símbolos unificantes e capazes de se exprimir em obras universalmente reconhecidas. Daí a tentativa de encontrar espaços artísticos nos interstícios da cidade, em espaços e objectos que agora são reconhecidos universalmente como insignificantes.

Por outro lado, isto não exclui que, na cidade contemporânea, esteja em acção, por parte de outros sujeitos sociais (como, por exemplo, empresas multinacionais ou administrações públicas), a tentativa de recriar obras de carácter monumental, de elevado impacto simbólico. Com efeito, muitas cidades, mesmo a partir dos anos 80, povoaram-se de arranha-céus, estádios, centros de exposições, etc., cujas formas manifestam claramente a intenção de se proporem como outros tantos símbolos urbanos novos. No entanto, pode sustentar-se que esta busca, tão evidente e arbitrária, da simbolicidade indica a dificuldade com que, na cidade pós-moderna, todo o novo elemento entra em relação com o ambiente construído preexistente e com os símbolos do passado. Isto pode, em última análise, interpretar-se como uma rejeição, de um ponto de vista quase diametralmente oposto, da situação de vazio simbólico, do «deserto do real» (Mc Caffery, 1991), que torna plausível a estética do lixo.

4. 5. As políticas culturais urbanas

4. 5. 1. As fases da intervenção pública

As reflexões sobre a relação entre a cidade e a cultura seriam incompletas se não aludíssemos a um ulterior terreno de encontro entre eles, terreno esse em que se toma particularmente importante encontrar pontos de convergência entre as duas dimensões que, até aqui, têm sido associadas ao conceito de «cultura»: a «alta» e a «difusa». Tencionamos referir-nos ao campo das políticas culturais urbanas, ou seja, ao conjunto das intervenções praticadas por operadores públicos (mas por vezes em colaboração com indivíduos privados de vários tipos) com o objectivo de favorecer a

que pode ser definida como vida cultural da cidade, com vista a objectivos de natureza económica e social, além de, como é obvio, natureza cultural em sentido rigoroso.

Debaixo do rótulo agora utilizado, como é fácil depreender, ocultam-se muitos fenómenos e actividades sociais, que a intervenção pública se propõe incentivar e programar. O sociólogo inglês John Rex - que, há alguns anos, desenvolve um projecto de investigação comparativa, à escala europeia, sobre o tema das políticas culturais urbanas - afirma que, na discussão dessas políticas, assumem particular relevo não só as duas dimensões da cultura atrás referidas mas, mais analiticamente, quatro aspectos diferentes:

a) as formas expressivas que são universalmente reconhecidas como fonte de cultura no sentido «alto» do termo: literatura, pintura, música culta, etc.;

b) a cultura «popular», típica de um país ou de regimes particulares, que se exprime na música tradicional, na poesia popular, no artesanato, etc.;

c) as culturas, no sentido antropológico do termo, ou seja, os usos, a linguagem, os estilos de vida próprios de grupos específicos (maioritários ou minoritários) num aglomerado urbano;

d) os elementos das manifestações simbólicas desses grupos que, ao contrário dos precedentes, possuem uma declarada e intencional valência estética (Rex, 1995).

Pode salientar-se que, enquanto os dois primeiros aspectos da cultura se manifestam com frequência nas cidades (sobretudo o primeiro), mas não estão ligados exclusivamente a ambientes urbanos peculiares, o terceiro e o quarto definem fenómenos culturais para os quais a ambientação em lugares particulares (por exemplo, em bairros etnicamente relacionados) representa um carácter essencial do próprio fenómeno.

Tendo presente esta tipologia, pode sustentar-se que as políticas culturais ligadas às diversas cidades se propõem sempre modificar as condições em

que um ou mais aspectos da vida cultural da cidade se manifestam. Com a variação dos contextos nacionais de referência, assim como das orientações ideológicas predominantes nas diversas administrações urbanas, as políticas em vista assumiram formas assaz heterogéneas, revelando a tendência para privilegiar ora um, ora outro aspecto. Contudo, utilizando o campo de observação ao contexto da Europa Ocidental, pode dizer-se - seguindo as análises de Bianchini (1995) - que uma descrição sumária das orientações e dos objectivos predominantes nas políticas culturais urbanas se pode efectuar em

obediência a um percurso de ordem cronológica e, por conseguinte, definindo as fases seguintes, caracterizadas diferentemente, que partem do final da Segunda Guerra Mundial para chegar aos nossos dias.

1. A época do relançamento da cultura «alta». Esta primeira fase inicia-se imediatamente no pós-guerra e termina em fins dos anos 60. Nela, os vários governos urbanos (ou, mais frequentemente, os próprios governos centrais) concentraram-se sobretudo no aumento da capacidade das infra-estruturas e das instituições para a produção cultural «alta» (ou seja, a primeira elencada na tipologia de Rex). Tomaram-se, então, medidas prioritárias para a construção, ou reconstrução, de museus, teatros, salas de concerto e financiamento público de companhias teatrais, orquestras, organizações culturais e educativas de várias naturezas. Nos países em que se verificou um desenvolvimento mais completo do welfare state, a despesa pública destinou-se em parte a valorização da oferta, à ampliação da procura cultural, ou seja, ao alargamento do público dos que usu-

fruem das actividades culturais. A localização das infra-estruturas quase sempre privilegiou as cidades e, de forma particular, os centros históricos de maiores tradições. 2. A época da participação. A fase seguinte abarca os anos 70 e chega ao início dos 80, sofrendo o impacte dos movimentos sociais de 1968 e, em

particular, ressentindo-se da ênfase que incutiram à importância da participação social na vida urbana e a valorização das formas culturais que se desenrolam de baixo. Recorrendo ainda à tipologia de Rex, pode afirmar-se que, nesta época, são privilegiados o terceiro e o quarto tipo de cultura e, em

alguns casos, o segundo (em especial quando a cultura popular é interpretada como expressão de grupos étnicos oprimidos e de classes subordinadas, em antítese com a cultura «alta» dos grupos e das classes dominantes). São, pois, favorecidas formas expressivas e indivíduos diferentes dos que tradicionalmente tinham um papel hegemónico na vida cultural urbana

- são promovidas as artes «étnicas» das minorias, as expressões típicas do mundo juvenil, difundem-se as formas de «animação cultural» que tentam incentivar a expressividade difusa, redescobre-se o património folclórico, e

assim sucessivamente. A uma política baseada no robustecimento das infra-estruturas, substitui-se, com frequência, uma tendência para incrementar a despesa com eventos de carácter «efémero» (manifestações singulares, exposições, concertos, etc.). Por outro lado, tenta-se reequilibrar o peso dos centros históricos metropolitanos, promovendo a descentralização das actividades culturais nas periferias urbanas e nos centros de menores dimensões.

3. A época da cultura como instrumento para o desenvolvimento. Desde meados dos anos 80, as políticas urbanas, no seu conjunto, entram em crise, quer devido ao défice crónico das finanças públicas, quer pela afirmação, em muitos países, de ideologias contrárias à expansão da intervenção do Estado. Os cortes nas despesas públicas, detern-únados por governos centrais, manifestam-se com particular intensidade nos sectores considerados

de menor importância económica, como o da cultura, e põem à discussão as orientações das administrações urbanas. A reacção destas últimas tende a produzir-se ao longo de uma dupla linha. Por um lado, os operadores públicos tentam envolver na obra de promoção cultural os sujeitos económicos privados, incentivando, por exemplo, o patrocínio de particulares a eventos espectaculares ou a restauração de monumentos.

Por outro, e isto sobretudo no período mais recente, opera-se uma mudança nos próprios objectivos da intervenção pública - de um apagamento do papel social da promoção cultural passa-se a ver esta última sobretudo como um instrumento de relançamento da economia urbana. Esta nova orientação implica, pelo menos em parte, um regresso à concentração nas intervenções nas zonas centrais da cidade, e comporta assim uma retoma dos investimentos para a realização de intervenções da construção civil, financiadas directamente pelas entidades públicas ou, por vezes, confiadas à iniciativa privada.

4. 5. 2. Cultura e regeneração urbana

Esta tentativa para fazer da cultura um factor de desenvolvimento económico da cidade merece mais algum aprofundamento. Antes de mais, convém salientar que se trata de uma opção política de grande interesse, sobretudo para as cidades que sentiram com maior impacto o efeito dos processos de desindustrialização dos anos 80 e, portanto, para aquelas que anteriormente se haviam uniformizado mais estreitamente ao modelo fordista. Não é, pois, por acaso que se desenrolaram esforços em direcção ao desenvolvimento de políticas culturais de grande valência económica por cidades de antiga industrialização e/ou em cidades com uma economia portual em transformação, como, nos Estados Unidos, Filadélfia e Detroit ou, na Europa, Glasgow, Liverpool, Bilbao, Roterdão ou ainda, para nos voltarmos para a Itália, Turim e Génova.

As modalidades com que as intervenções no sector cultural se propõem favorecer o relançamento económico urbano podem ser de natureza tanto directa como indirecta.

Pode falar-se de um efeito directo no caso em que os investimentos públicos ou privados produzem um retomo imediato em termos económicos, como, por exemplo, através do aumento da actividade turística urbana ou o incremento do emprego em sectores que fazem parte do núcleo cultural. Para dar um exemplo, a construção de uma sala de concertos, a organização de exposições ou congressos pode revelar-se um investimento imediatamente compensador - tenta-se atrair um público suficiente - e incentivar o desenvolvimento dos lucros e do emprego em sectores como o hoteleiro,

o das agências turísticas, o das editoras, etc. Este efeito directo é facilmente mensurável, mas nem por isso menos importante. Isto produz-se em virtude de um melhoramento da imagem da cidade, do crescimento do nível qualificativo do milieu urbano e, portanto, de um aumento da capacidade atractiva que a cidade exerce nos confrontos de operadores económicos de vários tipos. Como vimos no ponto 2. 4. 4, uma cidade rica de actividades culturais de alto nível, frequentada, devido a isso, por um público heterogéneo e cosmopolita, tem ainda maiores probabilidades (obviamente, a par de condições estreitamente económicas) de ser preferida como sede de actividades privadas em sectores inovativos, ou escolhida para anfitriã de instituições públicas de âmbito nacional ou internacional.

Naturalmente, a tentativa para instaurar processos de crescimento económico através do acréscimo da oferta cultural não atinge forçosamente os efeitos previstos, quer porque as variabilidades que podem favorecer o êxito de uma iniciativa são numerosas e raramente previsíveis, quer porque o número elevado de cidades que empreenderam políticas deste tipo determina uma situação de elevada competitividade, da qual somente algumas podem sair vitoriosas. Além disso, esta tentativa comporta sempre o risco de identificar cultura unicamente com actividades expressivas e espectaculares de reembolso económico imediato, em prejuízo de todas as outras. E isto, por sua vez, corre o risco de aumentar os desequilíbrios internos da cidade. Com efeito, mesmo nos contextos em que se alcançaram resultados significativos (como, por exemplo, em Glasgow) pôde observar-se que os processos de regeneração urbana disseram respeito apenas às áreas mais centrais, enquanto se foi incrementando ulteriormente a diferença entre estas e as zonas mais pobres da faixa suburbana. Esta situação já provocou reacções de contestação nos confrontos das políticas adoptadas.

Por estes motivos, actualmente muitos sociólogos e peritos de políticas culturais propõem que, mesmo no seio de uma perspectiva atenta aos resultados económicos das intervenções, a abordagem predominante nos primeiros anos da década de 90 seja corrigida de tal modo que se refira a uma concepção mais ampla da cultura urbana, promovendo de forma mais equilibrada as várias dimensões. A esta luz, em muitos lados invoca-se - sobretudo em países de língua inglesa - a necessidade de adoptar formas de programação cultural (cultural planning). Estas entendem-se não certamente como esforços para impor o sinal do dirigismo público sobre a actividade cultural, mas como instrumentos para estimular e colocar em relação recíproca iniciativas promovidas por indivíduos heterogéneos nos campos mais variados (da arte ao desporto, da música às expressões das identidades étnicas), tentando obter resultados positivos e simultâneos em muitos âmbitos da vida urbana e, portanto, provocar um efeito regenerativo de natureza global.

5. O TERRITÓRIO URBANO

5. 1. A cidade, fenómeno ecológico

5. 1. 1. Perspectivas da análise ecológica

Uma parte não marginal dos estudos da sociologia urbana, que se desenvolve em muitos países, pode classificar-se sumariamente como pertencente a um filão ecológico que deriva - à distância - da escola de Chicago. Isto é verdadeiro sobretudo para a sociologia de língua inglesa, no seio da qual talvez seja legítimo falar de um mainstream ecológico, embora seja verdade que outras abordagens (como a da political economy) tenham recuperado terreno rapidamente (Schmandt, Wendell, 1988).

Depois de reconhecido isto, em termos gerais, há que operar uma distinção entre os aspectos empíricos e os teóricos da abordagem ecológica. Além disso, é oportuno desenvolver considerações diferentes no que se refere às temáticas «clássicas» do filão e outras temáticas que se podem considerar «emergentes».

Como já se viu no ponto 1. 2. 2, a escola de Chicago dos anos 20 e 30 colocava em primeiro plano um problema deixado na sombra por outras correntes de análise urbana - o da relação entre a forma física da cidade e os seus caracteres sociais. Ao mesmo tempo, procurava construir um aparelho teórico para enfrentar este problema, privilegiando esquemas de cariz positivista e origem biológica, que levavam a analisar os grupos sociais e

étnicos presentes na cidade como populações (no sentido que o termo assume em biologia) e considerar as relações entre estas como sendo ecológicas. Ora, para nos exprimirmos sinteticamente, podemos dizer que o problema clássico relativo aos habitantes de Chicago não perdeu o seu interesse. Como veremos um pouco adiante, no último quartel do século XX registaram-se importantes processos de reorganização do espaço social das cidades

(e, sobretudo, das grandes áreas metropolitanas) que atraíram a atenção dos estudiosos e constituíram o objectivo de uma elevada quantidade de estudos empíricos. Pelo contrário, os instrumentos conceptuais definidos pelo programa de investigação ordinário de Park, Burgess e McKenzie (ou o mais recente e «neo-ortodoxo» de Hawley), que previam um recurso mais ou menos sistemático a conceitos provenientes da ecologia animal e vegetal, não mantiveram as promessas iniciais e, ao invés, revelaram fraquezas graves, que os críticos não deixaram de realçar.

Resulta, portanto, daí uma espécie de dissociação entre o grande número dos estudos empíricos de carácter ecológico e a escassa espessura teórica dos conceitos utilizados. Na verdade, a propósito da debilidade da teoria, convém acrescentar um ponto importante, que evidencia um aspecto muito paradoxal. Na realidade, no período mais recente, as ciências sociais em geral, mas também, especificamente, a pesquisa sobre a cidade e o território ressentiram-se fortemente da influência de esquemas conceptuais derivados de novos contributos da biologia e da fisiologia contemporâneas e, de um modo mais geral, aceitaram propostas metodológicas e modelos teóricos marcados por aquilo que foi definido como o paradigma da complexidade (Pumain, 1995). Esta influência já produziu alguns resultados de relevo. No entanto, não parece envolver de forma adequada os tradicionais campos de pesquisa da sociologia urbana de cariz ecológico - talvez demasiado apegados a ideias de estudo transdisciplinares ou próximas daquilo que em muitos países se define como geografia quantitativa.

Todavia, para além destas considerações, convém referir que, nos últimos decênios, a alusão conjunta aos problemas da cidade e à abordagem ecológica não evoca apenas - nem sequer principalmente - os temas clássicos da escola de Chicago. Pelo contrário, faz acudir cada vez mais à mente a relação entre o urbanismo, entendido como transformação «artificial» do ambiente, e o contexto natural e biológico. Em suma, a ecologia faz pensar nos temas do inquinamento, do escoamento dos detritos, do tráfego, etc., e a associação ecologia-cidade propõe imediatamente como objecto de reflexão o papel que o urbanismo tem na alteração do equilíbrio entre as sociedades humanas e os ecossistemas de que fazem parte.

Este aspecto do problema é, sem dúvida, o mais presente no debate público e na linguagem dos mass media, mas hoje começa a assumir um relevo nodal na própria pesquisa sociológica. Podemos, portanto, colocar nesta vertente a linha de expansão da pesquisa urbana de cariz ecológico, embora isto não signifique que, forç osamente, a vertente clássica representa unicamente um filão em vias de esgotamento.

Na sequência do capítulo, tentaremos dar conta das diversas faces da realidade agora traçada esquematicamente. Em particular, o ponto 5. 1 permitirá efectuar uma análise suficientemente ampla sobre os problemas da

cidade, na perspectiva tradicional do filão ecológico. Mais sinteticamente, o ponto 5. 2 é dedicado aos desenvolvimentos teóricos ligados à aplicação de paradigmas biológicos aos estudos urbanos, ainda que em âmbitos externos à sociologia urbana. No ponto 5. 3 estudam-se temas conotados com as novas dimensões da abordagem ecológica, insistindo nas interdependências que se criam entre o ambiente urbano e o homem, como ser dotado de uma especificidade biopsíquica própria.

5. 1. 2. Desurbanização e reurbanização

Como já foi referido no capítulo 2, nos últimos 20-25 anos as dinâmicas mundiais do desenvolvimento urbano fizeram registar - com alusão exclusiva à parte industrializada do planeta - uma inversão de tendência de grande relevo, considerada por muitos uma viragem de uma época. Com efeito, em quase todos os países desenvolvidos parece ter-se esgotado o impulso para um crescimento demográfico e económico concentrado predominantemente nos grandes aglomerados urbanos e assistiu-se, pelo contrário, a uma expansão muito rápida dos aglomerados suburbanos (sobretudo das segundas e terceiras cinturas, situadas à distância, embora avistáveis das zonas centrais) e até de centros de dimensão médio-pequena, pertencentes a regiões decididamente exteriores às metrópoles. De um modo geral, tanto na Europa como na América do Norte, começa a predominar uma tendência para aquilo que se pode definir como difusão urbana, se bem que, como veremos, também estejam presentes impulsos de sinal contrário, embora de cariz mais limitado.

Nos capítulos precedentes já foram ilustrados vários factores que contribuem para explicar os motivos pelos quais, no cenário pós-industrial, diminui a importância de uma localização concentrada das actividades produtivas (no seu conjunto) e de populações nas partes mais densas dos aglomerados urbanos, conquanto não diminua o papel fundamental da cidade, aumentando o atractivo dos centros urbanos para alguns sectores dinâmicos da economia e alguns grupos sociais. Esses motivos, em geral, estão ligados à transformação do sistema económico dos países mais desenvolvidos e ao impacto das novas tecnologias da informática e da comunicação a distância. Aqui debruçar-nos-emos em particular sobre os efeitos demográficos e morfológicos das transformações em acção, ou seja, sobre as suas consequências em ordem à distribuição da população e à localização no território dos diversos grupos sociais.

Até aos anos 70, todas as grandes áreas urbanizadas do Norte do mundo tinham feito observar modalidades de crescimento essencialmente «centrípeto». Isto não significa, evidentemente, que o crescimento até então

se cingiu às partes centrais da cidade. Na verdade, durante muitos decênios, depois de ter saturado aquelas áreas, o desenvolvimento da cidade voltou-se para o exterior, englobando no seu percurso centros menores que anteriormente haviam constituído comunidades autónomas sob o perfil socioeconómico e administrativo. Assim, a fronteira da cidade compacta (aquela a que já no início do século Geddes chamava co-urbação) alargou-se a seguir, enquanto, no seu exterior, se abria uma larga faixa de áreas suburbanas, compostas por subúrbios residenciais ou industriais estreitamente interdependentes do pólo principal. No seu conjunto, a co-urbação e os centros interdependentes formam as áreas metropolitanas, amplos aglomerados de habitações que compreendem, portanto, uma cidade central e uma reunião mais ou menos larga de municípios que, de forma e medida variadas, gravitam à sua volta. Em muitos países, as áreas metropolitanas recebem uma definição oficial, por motivos meramente estatísticos ou com finalidades programatórias. Em Itália, estão previstas pela lei 14211990.

Apesar desta expansão urbana para o exterior (de resto, mais acentuada na América do Norte e na parte setentrional da Europa centro-meridional), esta modalidade de desenvolvimento ainda tem, na sua essência, caracteres centrípetos, porque colide com o território a partir da cidade central, com um movimento que os geógrafos têm comparado ao das vagas do mar (tidal wave). Por conseguinte, embora a cidade central aposte em aumentar a sua população (sobretudo no momento em que tende a perder actividades industriais a favor de funções terciárias), a área metropolitana, no seu conjunto, prossegue o seu processo de crescimento.

Entre o final dos anos 60 e todo o decénio seguinte, ao contrário, a tendência inverteu-se. Entretanto, as cidades centrais começavam a perder população de forma consistente, enquanto as primeiras cinturas industriais tendiam a estagnar, particularmente devido aos processos de reestruturação industrial que bloqueavam o pedido de mão-de-obra por parte das grandes empresas. Prosseguiram o seu desenvolvimento as cinturas mais externas, porém o seu crescimento não bastava para controlar a perda das áreas centrais. Determinou-se assim uma estagnação geral ou mesmo uma contracção da população de toda a área metropolitana -

um fenómeno que, por parte de muitos geógrafos, foi definido como desurbanização ou disurbanização.

Ao mesmo tempo, assistiu-se a uma retoma de capacidade atractiva por parte das regiões anteriormente afastadas dos principais eixos do desenvolvimento económico e demográfico pela primeira vez desde havia mais de 150 anos, e nos anos 60 produziu-se nos Estados Unidos um crescimento da população das áreas não metropolitanas superior à das áreas metropolitanas. O efeito combinado da estagnação metropolitana e do crescimento não metropolitano apresentava-se como um fenómeno de tal relevo que o

geógrafo americano Berry (1976) decidiu designá-lo por contra-urbanização e interpretou-o como a manifestação de uma tendência de longo período. Também na Europa, no início dos anos 80, se efectuaram importantes investigações sobre tendências evolutivas do urbanismo (Hall, Hay, 1980; van den Berg et al., 1982). Em geral, evidenciavam diferenças notáveis entre os vários contextos nacionais e regionais e, conjuntamente, apresentavam um panorama em que eram menos visíveis os sinais de uma rotura clara com as tendências do passado, em especial no que se referia ao crescimento não metropolitano. Não obstante, isso confirmava a tendência geral para a desconcentração das áreas urbanas e metropolitanas, sobretudo das de industrialização mais antiga.

Todavia, nos anos seguintes, a evolução da urbanização apresentou novas dinâmicas que intervieram para complicar ulteriormente o cenário.

Embora, considerando vastos agregados territoriais, se possa dizer que a difusão urbana ainda prossegue no período mais recente, devemos reconhecer que, em muitas áreas metropolitanas e, em particular, nas que albergam funções de nível mundial, surgiu, nos fins dos anos 80, uma requalificação de numerosas zonas da cidade central, que comportou uma nova atractividade residencial. Como veremos, esta última é quase sempre limitada a alguns grupos sociais da camada médio-elevada. Contudo, é suficiente para contrastar, pelo menos parcialmente, com os processos centrífugos e o declínio demográfico das áreas centrais. Cf., a esse respeito, a tabela 5. 1, na qual, em referência a algumas áreas metropolitanas europeias, são indicadas as variações demográficas (relativas ao período 1970-1990, tendo o cuidado de distinguir entre a parte central da própria área (o core) e a composta pelas cinturas exteriores (o ring).

TABELA 5. 1. Variações percentuais da população em algumas metrópoles europeias

1970-1975 1975-1980 1980-1985 1985-1990

Áreas metropolitanas Core Ring Core Ring Core Ring Core Ring

Hamburgo	-0,77	+0,85	-0,91	+0,36	-0,77	+0,06	+0,24	+0,06	Paris	-1,48	+1,93	-0,69	+0,66
-1,02	+0,78	+1,01	+2,06	Amesterdão	-1,84	+1,51	-1,11	+0,81	-1,18	+0,57	+0,34	+0,47	Londres
-1,89	-0,37	-1,60	-0,14	-0,38	-0,06	+0,56	-0,32	Bruxelas	-1,99	+0,48	-1,38	+0,15	-0,95
+0,04	Barcelona	-0,07	+3,40	+0,13	+2,27	-0,58	+0,71	+0,04	-0,04				

Fonte: Sassen (1994), p. 41.

Dados como os aqui expostos devem ser lidos com uma certa cautela, dado que os valores dependem substancialmente das modalidades em que, em cada contexto, são definidos os confins da área metropolitana e é efectuada a desagregação entre core e ring. De qualquer modo, indicam que, nos anos 90, se está a verificar uma tendencial retoma demográfica da parte interna de muitas áreas metropolitanas europeias. Porém, o fenómeno parece quase totalmente ausente em Itália, onde o processo difusivo - iniciado mais tarde que noutros países - é ainda predon-únante, conquanto se privilegiem sobretudo áreas suburbanas ou, de qualquer modo, situadas a não grande distância dos centros urbanos, ao longo dos principais eixos de urbanização. Em todo o caso, este fenómeno da retoma da capacidade atractiva do centro (designado por reurbanização) não pode ser interpretado como sinal de uma nova viragem de época nas dinâmicas urbanas. A difusão urbana continua a ser a tendência mais importante. No entanto, o impulso centrífugo e a reorganização representam duas tendências consistentes e não forçosamente contraditórias, ligadas a diversas tendências localizativas das funções urbanas e a uma redistribuição espacial dos grupos sociais. A difusão refere-se, em particular, sobretudo às actividades produtivas e à residência das camadas médias, enquanto a reurbanização envolve algumas funções do terciário avançado e populações pertencentes às camadas superiores ou, inversamente, quotas dos trabalhadores dos serviços e de underclass, o que está ligado aos processos que, como já vimos no ponto

3. 2, tendem a conferir um papel dualista às grandes cidades.

5. 1. 3. Suburbanização e gentrification

Vamos agora observar mais pormenorizadamente dois fenómenos de redistribuição residencial, que, somando-se, contribuem para definir o esquema de crescimento que assiste à co-existência de tendências difusas

e novos impulsos para a valorização residencial das áreas centrais.

1. O primeiro fenómeno é o da suburbanização, que está ligado ao florescimento da cidade central de populaçã o que vai viver nas faixas exteriores, a maior ou menor distância do centro, efectuando movimentos pendulares diários para alcançar o local de trabalho ou de estudo.

A sociologia americana interessa-se há muito pelo fenómeno da suburbanização, já que este tem origens distantes nos Estados Unidos e apresenta particular amplitude. Naquele país, nos anos 80, foram efectuadas estimativas da numerosidade da população suburbana no seu conjunto. Se considerarmos «suburbana» a população que vive no interior das áreas metropolitanas (que, nos Estados Unidos, têm uma delimitação precisa como

Metropolitan Statistical Areas) mas fora das cidades centrais, foi calculada, para 1983, uma dimensão dessa população superior a 102 milhões de pessoas. Como se vê, trata-se de uma quota muito ampla da população total (ligeiramente superior a 40 %). Todavia, no interior dessa quota reconhecem-se diferenças sociais muito acentuadas. Assim, por exemplo, segundo a mesma fonte, cerca de 24 milhões dos 102 atrás citados podem ser classificados como população «rural».

Isto depende do facto de, na realidade, os aglomerados suburbanos serem fortemente heterogéneos entre si, quer pelas funções que contêm, quer pelas características da população que albergam, quer ainda pelas modalidades com que se formaram historicamente.

No que se refere às funções, podemos distinguir pelo menos quatro tipos de áreas suburbanas.

a) aglomerados de carácter residencial. Trata-se de áreas dotadas de um notável grau de homogeneidade interna, mas distinguíveis entre si com base no estatuto social predominante da população.

b) aglomerados de carácter industrial. São centros com forte presença de actividades produtivas que, com frequência, atraem população pendular da cidade central ou de outras zonas suburbanas.

c) aglomerados com um relativo equilíbrio entre as funções. d) aglomerados com forte presença de actividades terciárias. Enquanto os três primeiros casos correspondem a situações com fre-

iajá consolidadas nos decênios passados, o último diz respeito a uma quenc tendência mais recente: a que comporta a formação de significativas concentrações de actividades comerciais e de centros direccionais ao lado de pólos residenciais suburbanos, ligados ao pólo central por meio de tecnologias avançadas da telecomunicação. Este tipo de aglomerado assume, em inglês, a designação de edge city (cidade margem) ou exopole.

No que se refere aos caracteres da população, como se fez notar, os aglomerados suburbanos são com frequência mais homogéneos no seu interior (em especial, no contexto norte-americano). Em contrapartida, diferenciam-se muito uns dos outros - podemos, pois, falar tanto de zonas suburbanas destinadas a albergar as camadas médias como de áreas de estatuto privilegiado, como ainda de aglomerados destinados a albergar população operária ou então trabalhadores imigrados (é um caso frequente em países europeus com forte imigração extracomunitária, como a França, Alemanha ou Grã-Bretanha).

Finalmente, no tocante às modalidades «históricas» de formação dos aglomerados suburbanos, podemos distinguir três casos típicos:

a) centros urbanos de implantação antiga, gradualmente atingidos pelo desenvolvimento da cidade central e englobados na co-urbação ou então tomados funcionalmente dependentes dela;

b) centros de nova formação, resultantes de ausência de planificação e com um desenvolvimento controlado do operador público.

Em Itália, são particularmente comuns os centros do primeiro e do segundo tipos. Em muitos países europeus e extra-europeus, ao invés, os poderes públicos promovem, com maior ou menor êxito, uma política de criação de novas cidades (*new towns*, *villes nouvelles*) com o objectivo de contrabalançar as tendências para o crescimento desordenado das periferias urbanas e fazer convergir o desenvolvimento urbano num quadro de programação que permita o desenvolvimento equilibrado de residências, postos de trabalho e serviços.

Se se combinarem entre si as tipologias acabadas de ilustrar com referência a caracteres singulares, é fácil observar como o território suburbano se pode articular numa multiplicidade de centros com traços sociais e funcionais assaz dissemelhantes. Por efeito dessa heterogeneidade, pode verificar-se que são analogamente diversificados os estilos de vida da população suburbana e as modalidades em que ela se apresenta para usufruir dos recursos urbanos e desenvolver as suas próprias actividades. De qualquer modo, para simplificar, podem definir-se duas modalidades fundamentais.

Uma é a típica das famílias dos trabalhadores pendulares, para os quais o aglomerado suburbano - situado principalmente em bairros residenciais de grandes dimensões - representa o lugar da habitação e do usufruto dos serviços mais comuns (por exemplo, o comércio de géneros alimentares), enquanto a cidade central representa o local de trabalho e do usufruto dos serviços raros (espectáculos, actividades culturais e universitárias, etc.).

A outra, mais recente, é a típica de famílias que, graças a uma mobilidade elevada, tomada possível pela utilização combinada de meios de transporte públicos e privados, estão em condições de reunir as vantagens de uma residência em centros de pequenas dimensões, com ampla disponibilidade de espaço e contíguos a áreas de interesse natural, e os de um usufruto de serviços em diversas partes do território metropolitano. Para designar o

processo de desenvolvimento urbano que favorece este estilo de vida, a sociologia recente reutilizou um termo já conhecido nos Estados Unidos nos anos 30 - o da *reurbanização*, que indica uma forma de urbanização que combina camadas socioculturais rurais e urbanas (Charrier, 1988). Obviamente, não se deve confundir com a expressão (apenas aparentemente análoga) de *reurbanização*, a que já nos referimos.

2. O segundo fenómeno a analisar é a tendência de grupos sociais pertencentes à camada médio-alta para voltar a residir nas partes centrais da cidade. Este processo constitui para os Estados Unidos (onde se começou a perfilar em fins dos anos 70) uma inversão parcial de tendência sobre uma opção tradicional das camadas mais elevadas pelas áreas suburbanas. Na Europa Ocidental, ao invés, trata-se de uma confirmação (embora de

modo diferente) da opção centrípeta consolidada dos próprios grupos sociais.

O termo usado com mais frequência para o designar é a palavra inglesa *gentrification*; empregada inicialmente com conotações quase irónicas, tornou-se depois de uso comum noutros idiomas. Literalmente, significa «mobilização», pois *gentry* designa uma «pequena nobreza», sobretudo no campo. Na realidade, indica um processo de emburguesamento de bairros centrais, ou seja, uma acentuação da conotação residencial alto-burguesa ou mesmo uma transformação nesse sentido de bairros anteriormente conotados de maneiras diferentes.

Segundo Savage e Ward (1993), para que haja lugar à *gentrification* numa cidade, tem de se dar uma coincidência de quatro processos:

- a) uma reorganização da geografia social da cidade, com substituição, em zonas centrais, de um grupo social por outro de estatuto mais elevado;
- b) um reagrupamento espacial de indivíduos com estilos de vida e características culturais similares ou, pelo menos, com preferências comuns;
- c) uma transformação do ambiente construído, com a criação de novos serviços e uma requalificação residencial que prevê um sinal arquitectónico específico;
- d) uma mudança da ordem fundiária, que, na maioria dos casos, determina a elevação dos valores fundiários e um aumento da quota de habitações em propriedade.

Como se pode observar, esta análise relaciona o processo de *gentrification* com as numerosas intervenções de renovação urbana, verificadas nos anos 80 e 90 em muitos centros e por vezes favorecidas ou mesmo incentivadas pelas intenções políticas neoliberais do governo. A renovação, neste sentido, consiste na destruição de bairros inteiros de habitação, situados no centro ou suas proximidades e na sua substituição por conjuntos de construções de luxo, integrados, com serviços qualificados, residências ou hotéis de alta qualidade, destinados a camadas de rendimentos elevados. Noutros casos, a oportunidade pode ser proporcionada pela reutilização de uma área deixada livre pela indústria. Nas cidades de natureza medieval renascentista ou barroca, é possível que a renovação se opere através da restauração de edifícios de interesse histórico ou por meio de intervenções mais radicais de reestruturação dos mesmos.

Os factores que produzem a *gentrification* destinam-se, pois, a definir, por um lado, na sua exploração por parte dos proprietários rurais e dos promotores imobiliários, oportunidades que se detern-únam na situação particularmente dinâmica da metrópole do período mais recente. Por outro, todavia, intervêm factores sociais e culturais. Os protagonistas deste fenómeno (os *gentrifiers*) não são procurados indiscriminadamente entre todos os pertencentes a camadas de altos rendimentos, mas sobretudo entre aqueles que produzem maiores benefícios devido a uma ligação íntima

com as oportunidades do centro urbano, em virtude das suas actividades profissionais ou do seu estilo de vida. Entre os gentrifiers, por conseguinte, encontram-se sobretudo empresários e dirigentes públicos de alto nível de instrução, profissionais liberais ligados ao sector das finanças, comunicações, moda e espectáculo, intelectuais e artistas, e assim sucessivamente. Em contrapartida, é mais provável que indivíduos pertencentes a camadas com níveis de rendimento análogos, mas estilos de vida diferentes - por exemplo, pequenos e médios empresários -, se sintam mais atraídos pelas áreas suburbanas.

Em conclusão, pode ainda acrescentar-se que - embora seja difícil estabelecer um nexo causal unívoco entre os dois processos - entre a gentrification e o impulso para a difusão urbana não só se verifica uma co-presença mas também ocorrem efeitos de robustecimento recíproco. Com efeito, o florescimento de uma parte da população das zonas centrais provoca uma situação de menor pressão da construção civil, que favorece a projecção de operações de renovação por parte dos promotores imobiliários. Ao invés, o êxito dessas operações produz a elevação do rendimento fundiário nas áreas circunscritas, tornando impossível a estratos da população de rendimento médio-baixo - e, em particular, aos locatários - a permanência nesses bairros e, portanto, obrigando-os a colocar-se de novo fora da cidade.

5. 1. 4. As novas correntes migratórias

Como já referimos a propósito da cidade dual, as camadas de estatuto elevado atraídas pela renovação urbana não são os únicos grupos sociais que compõem os fluxos de população que ingressam nas cidades centrais das áreas metropolitanas. Assim, do ponto de vista quantitativo, em muitos contextos é muito mais relevante a presença nesses fluxos de tipos completamente diferentes de indivíduos sociais - os provenientes dos países em vias de desenvolvimento ou de áreas mundiais envoltas numa transição socioeconómica difícil, como os países ex-comunistas do Leste Europeu.

O peso dos fluxos migratórios varia consideravelmente de país para país e, a nível interno, ainda mais intensamente de cidade para cidade. De qualquer modo, um aspecto saliente da actual situação dos processos migratórios do Sul para o Norte do mundo consiste no facto de escolherem maciçamente tanto nações que, há algum tempo, representam pólos de atracção das correntes migratórias como contextos que, até há poucos anos, se interessavam mais por fluxos em fuga.

No que se refere aos primeiros, pode citar-se, a título de exemplo, o caso dos Estados Unidos. Nesse país, segundo o censo de 1990, os nasci-

dos no estrangeiro (ou seja, os in-úgrados recentes) ascendem a 19,8 milhões, número que aumentaria se fosse possível considerar também os imigrantes ilegais, não recenseados. O fluxo total de população imigrada nos anos 80 ultrapassa os 7,3 milhões e, no confronto com as décadas precedentes, apenas o excede, por consistência numérica, o relativo ao primeiro decênio do século xx. Nos anos 90, o ritmo da imigração parece ter-se elevado ulteriormente.

A incidência dos novos imigrantes (entre os quais tem um peso particularmente relevante a quota proveniente do México e dos países das Caraíbas) é muito desigual nas diversas realidades urbanas. Cf., a esse respeito, a figura 5. 1, na qual se evidencia a incidência dos indivíduos de imigração recente no mercado do trabalho em algumas áreas metropolitanas e se especifica a percentagem de imigrantes que se acumularam nas cidades durante o decênio de 1970-1980 (no total dos nascidos no estrangeiro).

FIGURAS. 1. Peso percentual dos nascidos no estrangeiro no total dos ocupados (1980) e dos imigrados no decênio 1970-1980

O % dos nascidos no estrangeiro no total dos ocupados
18 % de imigrados no decênio 1970-1980 58^

53,60%

Nova Washington lorque

Miami

Chicago

Los São Angeles Francisco

Fonte: US Bureau of Census, Public Use Microdata, Sample 8, cit. in Greenwood (1994), p. 21 @.

Nas cidades americanas, a população de imigração recente povoa por vezes bairros inteiros, em muitos casos situados nas partes ainda não «renovadas» da cidade central - os diferentes bairros étnicos representam unidades sociais separadas do resto da cidade (nitidamente distantes entre si),

embora, no conjunto, constituam uma parte de modo algum irrelevante de todo o sistema metropolitano.

No tocante aos países mais recentemente investidos pelas imigrações, um caso típico é o italiano. Nos outros países, os processos migratórios dos países de baixo grau de desenvolvimento, em especial da África Setentrional e da Ocidental, receberam um forte impulso nos anos 80, e cerca de meados dos 90 pareceram deter-se em valores um pouco inferiores ao milhão de pessoas. O rumo destes fluxos, por outro lado, não é unicamente urbano - embora sejam relativamente mais amplas as quotas de novos imigrantes nas maiores cidades, uma presença estrangeira figura também em centros de médias dimensões e em algumas áreas agrícolas, em função da absorção sazonal de mão-de-obra estrangeira em actividades de baixa remuneração.

Em todo o caso, a quota de população proveniente de países em vias de desenvolvimento - em relação ao total da população urbana - não é particularmente elevada nos centros urbanos italianos. Para dar um exemplo, em Torino e sua cintura, segundo as estimativas do departamento competente do município, a presença regular de imigrantes extracomunitários cifra-se em cerca de 2% da população e, em conjunto (tendo em conta o número presumível de irregulares) não supera os 2,8%. Isto não impede que, também no caso italiano, essa população esteja hoje sujeita a fenómenos de concentração que lhes acrescentam a «visibilidade», contribuindo para uma percepção em termos enfatizados e problemáticos dos processos de in-úgração. Nas cidades italianas, por outro lado, a concentração verifica-se, tendencialmente, nas partes degradadas dos centros históricos e das áreas senúcentrais, por vezes nas proximidades das estações ferroviárias, que também representam um lugar de encontro e intercâmbio para alguns grupos étnicos imigrados. Nas cidades industriais do Norte, os inigrados extracomunitários parecem mover-se, pelo menos em parte, dentro dos próprios cenários urbanos que -

um quarto de século antes - foram o primeiro ponto de abordagem das correntes migratórias provenientes do Meio-Dia.

5. 1. 5. Dinâmicas e medidas da segregação

Tanto nas cidades americanas como nas europeias, o afluxo de população de imigração recente de contextos de baixo desenvolvimento tende a ceder o lugar a fenómenos de segregação, que se tomam visíveis, pelo menos, a

partir do momento em que a presença dos in-úgrados supera um limite dimensionável mínimo.

A problemática dos fenómenos de segregação, por outro lado, não coincide apenas com o tema das imigrações mais recentes. Na realidade,

refere-se a uma variedade de processos que envolvem grupos sociais de vários tipos. Não é por acaso que a análise empírica e a interpretação desses fenómenos representam um dos capítulos mais amplos de toda a sociologia urbana, especialmente no respeitante à americana. Por conseguinte, dentro deste capítulo, consagrou-se particular interesse a dois tipos de segregação (e à potencial correlação que existe entre eles): a de base étnica - e, portanto, fundada nas diferenças relativas às tradições, costumes e estilos de vida de grupos de diferente origem étnica e geográfica - e a socioeconómica - e, por conseguinte, fundada nas diferenças de rendimento e de estatuto social.

Tradicionalmente, no estudo da segregação étnica empregaram-se dois esquemas interpretativos, de diferente proveniência teórica.

1. O primeiro esquema deriva directamente da abordagem dos teóricos da escola clássica de Chicago (Burgess, 1928). Segundo essa linha, a segregação de um grupo étnico é, fundamentalmente, uma função do estatuto social predominante no seu interior. Com efeito, de início, um grupo de nova imigração tende a situar-se nos degraus mais baixos da escala social e é obrigado a ocupar os bairros mais degradados e, portanto, mais económicos, que na cidade americana se encontram, na maioria dos casos, nas áreas centrais. Por esse motivo, estes bairros tomam-se locais de segregação étnica. Contudo, na medida em que os emigrados começam a aumentar os seus rendimentos, uma parte deles desloca-se para áreas mais vantajosas, quebrando a opacidade do grupo e iniciando o processo de dispersão. Com o passar do tempo, a dispersão completa-se - o grupo precedentemente segregado funde-se no cadinho urbano (o *meltingpot*) e toma-se parte integrante da sociedade anfitriã.

2. O segundo esquema é designado por modelo do estatuto étnico e desenvolveu-se a partir dos anos 60 e 70 (Nowak, 1971; Kantrowitz, 1973). Nesta interpretação, os factores étnicos desempenham um papel independente dos económicos: um grupo etnicamente homogéneo pode manter a sua opacidade, mesmo quando o rendimento médio de que dispõe aumenta, porque pode desejar conservar a sua identidade e traços culturais intactos. Se é este o caso, superando um determinado limúte dimensional, o grupo pode dotar-se de formas organizativas e instituições autónomas (escola, lugares de culto, actividades económicas) que favorecem uma defesa da sua cultura nos confrontos com os riscos de assimilação à cultura dominante. A estes factores endógenos pode acrescentar-se, como factor endógeno reforçador, a rejeição da cultura minoritária por parte da maioritária. De qualquer modo, a dispersão residencial não representa de forma alguma o êxito predefinido de um percurso integrativo.

A título de comentário, pode dizer-se que, enquanto o primeiro esquema parece adaptar-se muito bem (mas com um realce excessivo dos aspectos

económicos) aos percursos seguidos por grupos étnicos originários da Europa, e de religião cristã, eri-figrados na América do Norte entre os séculos xix e xx, o segundo interpreta melhor as actividades de grupos de outra extracção étnico-religiosa - tanto na América como na Europa -, em especial dos provenientes do Sul do mundo.

A respeito destes dois modelos, uma tentativa de oferecer uma interpretação menos sumária dos possíveis êxitos do confronto entre maiorias e minorias étnicas está contido em esquemas como o de Boal (1981). Entra aí em jogo uma apreciação da amplitude da diferença cultural existente entre o grupo étnico de nova imigração e o don-únante. Na verdade, quanto mais ampla essa diferença, maior a dificuldade encontrada nos processos integrativos. Em função disto, está prevista uma série de êxitos possíveis.

1. Uma primeira possibilidade é a de que a diferença se torna de tal modo fraca, que não produz, nem mesmo no início, uma concentração residencial dos imigrados, para dar imediatamente origem à dispersão.

2. Uma segunda possibilidade é a de que o processo de integração comporte problemas de tal natureza que favoreçam uma concentração de população pertencente a um grupo étnico em algumas zonas da cidade, mas não ao ponto de tornar provável o perdurar da concentração para além de um dado período de tempo (por exemplo, para além da primeira geração de in-úgrados). A concentração temporária de um grupo étnico dá lugar a uma colónia.

3. Finalmente, uma terceira possibilidade é a de as diferenças serem tais que não tomem possível a sua remoção, a breve ou a médio prazo, e favoreçam, portanto, uma concentração relativamente estável. Nestas con-

dições, podem-se distinguir ulteriormente dois casos:

a) a segregação é devida predominantemente à rejeição por parte dos outros grupos: a área étnica resultante define-se como gueto involuntário;

b) a segregação deve-se predominantemente ao desejo, por parte do próprio grupo, de manter a sua identidade - a área resultante será um enclave voluntário.

Boal prevê, finalmente, que colónias, guetos involuntários e enclaves voluntários possam ser internamente desagregados em subáreas, distintas na base pelo rendimento dos ocupantes.

Embora oferecendo-se como um esquema sintético, o agora exposto sofre ainda de um excesso de simplificação, porque se baseia numa valorização global e implicitamente quantitativa das diferenças culturais entre dois grupos étnicos. Na realidade, essas diferenças situam-se, na maioria dos casos, a vários níveis, a partir do momento em que os aspectos que compõem a cultura dominante num grupo pertencem, ou a «estratos» profundamente interiorizados (como, por exemplo, a religião), ou a «estratos»

mais superficiais e mais facilmente modificáveis. Isto torna mais difícil proceder a avaliações unívocas sobre as distâncias culturais e, por consequência, menos fáceis são as previsões sobre as dinâmicas da segregação residencial, as quais, acima de tudo, dependem de uma multiplicidade de factores diferentes dos considerados e sujeitos a variação rápida, como a

conjuntura económica, as orientações políticas predominantes nos grupos majoritários e nos minoritários, a atitude das instituições públicas, etc.

Para além das abordagens interpretativas - que referimos até agora o estudo da segregação tem presente, numa mescla ainda mais consistente, uma multiplicidade de análises empíricas com intenções descritivas. Propõe-se, na maioria dos casos, medir com indicadores apropriados a intensidade da segregação étnica e social em contextos urbanos dados e, por con-

seguinte, efectuar comparações entre as situações presentes em diversas cidades, ou então entre as presentes na mesma cidade em limites temporais sucessivos.

Vale a pena notar como, neste tipo de análise, o próprio conceito de segregação tende a assumir um significado mais brande e puramente descritivo - com efeito, já não subentende a presença de causas internas ou externas a um grupo que provocam o seu isolamento em áreas urbanas particulares, mas limita-se a observar a presença, nas cidades escolhidas para exame, de esquemas de distribuição residencial que comportam uma maior mistura ou separação dos grupos sociais ou étnicos. Neste caso, portanto, a segregação é medida numa escala continua, que varia, idealmente, num mínimo, que se tem quando um grupo é equidistribuído nas diversas partes da cidade, e um máximo, que acontece quando é realmente isolado numa única parte.

Os índices de segregação (cf. esquema 5. 1) foram utilizados com frequência nos Estados Unidos, para o estudo do comportamento residencial dos grupos étnicos. Seguidamente, na tabela 5. 2, mostram-se, a título de exemplo, os índices de segregação relativos a grupos étnicos compostos por indivíduos de origem não inglesa, registados em algumas cidades americanas.

Pela tabela, pode verificar-se que, de um modo geral, a segregação residencial do grupo afro-americano é notavelmente superior à dos grupos de origem europeia e, que entre estes últimos, existem grandes diferenças (aliás, influenciadas pela época mais ou menos recente em que se verificou a imigração dos vários grupos). Pode observar-se, por outro lado, a presença de índices mais diversificados, com referência aos mesmos grupos étnicos, com a variação das cidades consideradas.

Os índices de segregação são por vezes calculados em relação a grupos socioprofissionais. Em particular, o cálculo dos índices existentes no mesmo contexto em diversos momentos resulta particularmente útil para estabelecer

em que medida a diferenciação dos esquemas de distribuição residencial -

quaisquer que sejam as causas que a determinam - se modifica com o tempo. Tome-se o exemplo da tabela 5. 3, relativa à segregação dos grupos sociais nas metrópoles londrinas, em 1981 e 1991.

ESQUEMA 5. 1. Medição da segregação territorial

Na tradição sociológica dos Estados Unidos, o conceito de segregação foi quase sempre obtido através de indicadores ligados à pertença étnica dos indivíduos. Na Europa, ao invés, os fenómenos de segregação urbana estruturaram-se até agora predominantemente em torno do estatuto socioeconómico. Para recolher os fenómenos da segregação no seio das diversas áreas da cidade, os sociólogos europeus utilizaram portanto, entre outros, indicadores relativos à composição por classes sociais (por exemplo, percentagem de operários, de empregados, de empresários e de profissionais livres no total da população em condição profissional), por sexos (por exemplo, percentagem de mulheres ocupadas no total da população), à qualidade da habitação (por exemplo, afluência das habitações, expressa em habitantes divididos pelo número de divisões) e aos níveis de instrução da população residente (por exemplo, percentagem de licenciados no total da população).

Mais pormenorizadamente, entre os vários indicadores sintéticos utilizados pela investigação empírica para recolher esses processos no seio de um contexto urbano, podem citar-se, a título de exemplo, os seguintes (Petersen, 1931).

1. O índice de segregação avalia a segregação global de um grupo e exprime-se pela fórmula:

$$IS = \frac{L}{n}$$

$$2Z1 \quad \frac{x}{y} - 1 \cdot 100$$

em que: x, representa a relação de um grupo localizado na zona i-ésima na população global daquele grupo em toda a cidade;

y, representa a relação dos grupos restantes (y) localizados numa certa zona, no total dos grupos restantes em toda a cidade;

n é o número das zonas urbanas consideradas. Os valores deste índice podem variar de 0 a 100, de um mínimo a um máximo de segregação de um determinado grupo em relação ao conjunto dos outros grupos presentes num determinado contexto urbano.

2. O índice de dissimilaridade residencial avalia a incompatibilidade entre a localização residencial de dois grupos. O que é expresso pela fórmula:

$$k ID = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^n \left| \frac{x_i}{n} - \frac{y_i}{n} \right|$$

$$2 \quad \frac{x_i - y_i}{n} \cdot 100$$

em que:

178

x, representa a relação de um grupo da zona i-ésima na população global do grupo em toda a cidade;

zi representa uma relação similar a x, para outro grupo; k é o número das zonas urbanas consideradas. Os valores variam de 0 (compatibilidade máxima) a 100 (incompatibilidade máxima).

TABELA 5.2. índices de segregação de alguns grupos étnicos em cidades dos Estados Unidos

Afro-americanos Irlandeses Italianos Russos

Chicago		80	35	49	64	Los Angeles		78	17	25	55	Miami
71	17	29	61	Nova Iorque	67	43	55	49	Washington		68	17
25	51	Média de áreas metropolitanas	75		23	37	59					

Fbnte:U.S. Bureau of Census, Census ofFbpulation andHousing, 1980, dt. inSchwab (1991, p. 385.

TABELA 5.3. índice de segregação residencial dos grupos sociais na Grande Londres

Grupos sociais

1981

1991

Profissionais livres Quadros superiores Empregados Operários qualificados Operários semiquualificados Operários não qualificados

34,7

22,7

10,5

14,5

22,4

36,3

44,8

26,1

15,6

30,5

33,8

47,7

Fonte: Persimeris (1995), p. 48.

Destes, dá-dos pode deduzir-se um duplo tipo de informações. Por um lado, mostram que os grupos sociais que se situam nos extremos da escala social apresentam fenómenos de segregação mais intensos (presumivelmente de carácter involuntário no caso dos grupos inferiores e voluntário do dos superiores). Por outro, evidenciam uma tendência para o aumento da segregação durante os anos 80. Estes elementos realçam processos cujo alcance não se limita certamente ao caso londrino, pois é comum a muitos outros contextos urbanos e metropolitanos. Se o primeiro aspecto corresponde a um fenómeno que podemos considerar intuitivo (são evidentes as razões

pelos quais os grupos de rendimentos mais elevados ou mais baixos estão concentrados em bairros homogéneos, enquanto os de rendimentos inter- médios se difundem maioritariamente no território urbano), o segundo evidencia um fenómeno que contesta muitas previsões optimistas, formuladas nos princípios anos 80, com base nas quais a superação do modelo fordista de cidade implicaria a atenuação das barreiras sociais e residenciais. O que na realidade se verifica parece ser o contrário: o efeito combinado da difusão residencial e do repovoamento selectivo dos bairros centrais é, sobretudo, o de um incremento global da diferenciação entre os esquemas residenciais dos vários grupos sociais.

Análises deste tipo podem ser conduzidas, com maior pormenorização, utilizando, em vez do índice de segregação, o índice de dissimilaridade residencial (cf. de novo O ESQUEMA 5. 1). Nesse caso, isso revela-nos não a separação residencial global de um grupo do resto da população, mas o grau de dissimilaridade entre a distribuição residencial dos grupos presentes numa dada cidade e a de cada um dos grupos. Servindo-se desse índice, um inquérito promovido com recurso aos dados censitários de 1991 em Turim (IRES, 1995) levou a concluir que, nesse contexto urbano, existe um grau de dissimilaridade relativamente modesto entre empresários, profissionais livres e dirigentes, enquanto é assaz consistente a dissimilaridade destes grupos com os empregados e - de uma forma muito mais nítida -

com os operários. Além disso - a provar a já recordada tendência para o aumento das diferenciações residenciais -, a dissimilaridade entre os grupos de estatuto elevado, os empregados e os operários apresenta um acréscimo no confronto entre a situação observada em 1981 e a de 1991.

5. 1. 6. As populações urbanas

Todo o filão ecológico da sociologia urbana, como já se observou, considera a cidade um ambiente peculiar, em que convivem populações, que,

com a sua distribuição espacial e comportamento, definem a sua morfologia social. Nas abordagens tradicionais - e mesmo nas recentes derivadas das primeiras - faz-se quase sempre corresponder essas populações a subconjuntos da população residente na cidade, que aí desenvolve uma actividade laboral e usufrui de serviços. Por conseguinte, dos estudos baseados nessas abordagens obtém-se essencialmente uma morfologia sócio-residencial - a cidade é definida, nas suas articulações, em função da distribuição das habitações dos diversos grupos sociais ou étnicos.

Pode, porém, observar-se que essa morfologia se reveste de um carácter estático - oferece-nos, por assim dizer, a fotografia de um aglomerado urbano como se apresenta nas horas nocturnas, quando a cidade é predomi-

nantemente povoada pelos seus residentes e quase todos, ou a grande maioria, se encontram nos seus domicílios. Na realidade, porém, a articulação social da cidade muda em função dos ciclos temporários de vários períodos - quotidiano, semanal, sazonal. Durante o dia, por exemplo, a cidade enche-se de trabalhadores residentes nas áreas circunvizinhas, enquanto nos fins-de-semana estão presentes indivíduos que aparecem para usufruir de oportunidades comerciais ou recreativas. Em determinados períodos do ano, muitas cidades albergam fluxos turísticos ou pessoas interessadas em manifestações específicas, actividades de reunião, festas, etc. A distribuição dos vários tipos de população também muda nitidamente em função do tempo - por exemplo, os bairros centrais, que, durante o dia, são povoados intensamente por adeptos das actividades terciárias, à noite podem ser visitados sobretudo por pessoas interessadas nos espectáculos ou nos locais de diversão. Algumas áreas verdes, de dia frequentadas por crianças e aposentados, podem tomar-se, durante a noite, áreas preferenciais de actividades como a prostituição ou o tráfico de droga.

Para ter em conta esta variabilidade da morfologia urbana, ligada à dimensão temporal e cada vez mais acentuada pelo aumento da mobilidade, foi proposta recentemente pelo sociólogo italiano Guido Martinotti uma nova abordagem, que tem em comum com a tradição ecológica o facto de sublinhar a importância das populações urbanas, mas que concebe estas últimas de um modo totalmente diferente em relação à corrente principal daquele filão.

Segundo Martinotti (1993), as populações urbanas são simplesmente agregados de indivíduos com características comuns. No entanto, para interpretar o comportamento, não ocorre de modo algum supor que existem valores comuns ou formas de acção colectiva, como por vezes acontece no caso das classes sociais. Por outro lado, o estudo das populações não se põe em

alternativa à análise de classe, nem a outras formas de análise baseadas em diferentes modalidades de agrupamento dos indivíduos sociais.

Na proposta de Martinotti, as populações urbanas são quatro e distinguem-se pela diferente relação que estabelecem com a cidade.

1. Os habitantes correspondem àquela que habitualmente é considerada «verdadeira» população urbana - residem na cidade, além de que aí trabalham (embora uma parte possa ter o posto de trabalho noutro lugar) e encon-

tram bens e serviços para os seus consumos.

2. Os pendulares são indivíduos que não residem na cidade, mas que aí trabalham e, pelo menos parcialmente, usufruem das suas oportunidades de consumo.

3. Os city users são, ao invés, indivíduos não residentes na cidade, onde não trabalham, mas que têm com ela uma relação baseada apenas no consumo dos bens e serviços que aí se encontram.

4. Finalmente, temos de reconhecer uma população de dimensões reduzidas, mas de importância crescente, representada pelos metropolitan businessmen. Trata-se de indivíduos não residentes na cidade, mas presentes nela por determinados períodos de tempo por razões de negócios e interessados em encontrar oportunidades de consumo e divertimento particularmente qualificados.

Cada população relaciona-se com a cidade de um modo peculiar e nela define os seus percursos. O usufruto da cidade por parte dos pendulares é modelado sobretudo por percursos casa-trabalho e pautado pelos ritmos quotidianos. Os city users são atraídos pelas zonas mais ricas de oportunidades comerciais e frequentam-nas sobretudo nos espaços do tempo livre. Os homens de negócios metropolitanos deslocam-se incessantemente às principais metrópoles mundiais e, no interior de cada uma, habitam hotéis e residências, frequentam restaurantes e locais nocturnos, que por vezes se assemelham fortemente em todas as partes do mundo.

Ainda segundo Martinotti, o urbanismo moderno sofreu, ao longo dos tempos, uma evolução que se pode ler através do filtro interpretativo das análises das populações. As principais formas urbanas que essa evolução produziu podem classificar-se do seguinte modo:

1. A cidade tradicional assiste sobretudo à presença dos habitantes e caracteriza-se por uma presença limitada de população pendular.
2. A metrópole de primeira geração representa uma evolução sucessiva, em que o peso da população pendular é muito maior e, portanto, quem habita e aí trabalha compõe duas populações de dimensões análogas e relativamente distintas entre si.
3. A metrópole de segunda geração é-lhe sequente e assiste à afirmação da presença cada vez mais relevante dos city users, ao lado da de habitantes e pendulares.
4. Pode, por fim, supor-se o desenvolvimento - já em parte efectuado - de uma metrópole de terceira geração, que, além das três primeiras populações, albergaria significativamente grupos de metropolitan businessmen, cuja presença caracterizaria partes inteiras de cidades numa medida excedente em relação à simples entidade numérica dessa população.

A proposta de Martinotti abre um caminho interessante à análise ecológica, susceptível de conduzir a uma classificação ainda mais analítica das populações (por exemplo, distinguindo vários tipos de city users, em função dos seus motivos de frequência da cidade ou da duração da sua presença) e ao desenvolvimento de métodos de recolha sistemática de informação a seu respeito. Assim, as imagens da morfologia urbana tenderiam a enriquecer - a par do estudo tradicional dos bairros com base na camada

social ou no grupo étnico predon-únante, poder-se-ia introduzir uma chave de leitura que considerasse: a) o peso relativo das populações não residentes, na cidade ou em algumas das suas partes; b) as relações que se instauram entre estas últimas e a população residente.

Para dar um exemplo, uma análise conduzida segundo esta óptica poderia revelar-se eficaz no estudo de ambientes como os bairros universitários de uma grande cidade. Aí, com efeito, uma população residente - além disso, estranha à universidade - interactiva com uma população de estudantes ou de professores pendulares, uma formada por estudantes alojados em

residências ou pensões e outra por jovens não universitários atraídos por oportunidades culturais ou de diversão ligadas à presença da universidade, e assim sucessivamente.

Também no campo da planificação urbana se pode revelar frutuosa uma abordagem baseada nas populações, especialmente em circunstâncias em que se gera um conflito na utilização de espaços e serviços urbanos. Um caso de particular interesse é o levantado pelo actual debate sobre a programação dos transportes em Veneza, uma cidade em que, como se sabe, se tem vindo a verificar uma situação competitiva entre várias populações (residentes, pendulares, turistas, city users), que tendem a aceder à cidade histórica em vários meios de transporte e em diversas faixas horárias.

Uma regulamentação dos pontos de acesso em função dos meios de transporte e dos horários pode favorecer uma ou outra parte da população, com vista a objectivos estratégicos, definidos pelo governo local (Toniolo, Zamboni, 1995).

5. 1. 7. Esquemas ecológicos da cidade pós-industrial

A tentativa de definir os esquemas espaciais sintéticos, para representar graficamente a estrutura morfológica do espaço urbano, foi perseguida com tenacidade - e alguma ingenuidade - pelos estudiosos directamente influenciados pela escola «clássica» de Chicago. Numa época mais recente, porém, a pesquisa de esquemas sintéticos dotados de valor universal foi em

larga medida esquecida, com vantagem de uma preocupação analítica - os

cultores da análise ecológica dedicaram-se sobretudo ao estudo da morfologia social nos diversos contextos urbanos, e isto graças à disponibilidade de meios informáticos que permitem manobrar instrumentos estatísticos relativamente sofisticados e aptos para elaborar uma grande quantidade de informações. Entre esses instrumentos, o que, até agora, obteve maior difusão é a análise factorial (ef. ESQUEMA 5. 2).

ESQUEMA 5. 2.

O método da ecologia factorial

Nos anos 60, desenvolveu-se o método da ecologia factorial para o estudo das cidades - a cidade era considerada um conjunto de partes diferenciadas, e o objectivo consistia em estudar as homogeneidades e desornogeneidades entre elas sob um perfil social e morfológico, recorrendo a uma ampla gama de indicadores.

Embora com algumas possíveis variantes, o método da ecologia factorial prevê as seguintes fases: a) desagregação do território urbano num número de subunidades funcionais com fins de investigação; b) definição de uma série de indicadores (que constituíram as variáveis iniciais) de aspectos e características sociais da cidade e das subunidades atrás referidas; c) construção de uma matriz de dados (o verdadeiro input da análise), com as variáveis (indicadores) antes identificadas; d) aplicação à matriz de um programa de análise factorial (presente no software produzido por diversas firmas) que permite averiguar de que modo as diferentes variáveis se associam e combinam entre si, constituindo indicadores mais complexos, os factores, o hierarquiza-los com base na sua diferente importância explicativa do território estudado. Entre os factores tomados mais frequentemente em consideração, podem citar-se os relativos à distribuição dos grupos de rendimento, das tipologias familiares e residenciais e das minorias étnicas; e) cálculo do peso dos factores para qualquer das subáreas atrás definidas.

Foram conduzidas numerosas análises factoriais nestes decênios - não só nos Estados Unidos mas também na Europa e Itália - em metrópoles singulares, confrontando entre si diversas cidades e estudando uma mesma cidade de modo longitudinal, ou seja, com vários estudos à distância de anos para definir as principais mudanças no tecido social e espacial. Outros estudos de ecologia factorial concentraram-se em mais cidades pertencentes à mesma sociedade ou a duas ou mais cidades de sociedades diferentes.

Além disso, a própria abundância das informações recolhidas por meio dos métodos analíticos agora evocados estimulou novamente, em anos recentes, programas de pesquisa cujo objectivo, embora não sendo propriamente o de propor esquemas sintéticos da morfologia urbana, consiste pelo menos em verificar a actualidade dos esquemas clássicos ou formular avaliações comparativas sobre factores de articulação do espaço urbano.

Dentro desta linha, por exemplo, podemos citar o estudo de White (1987) ou o trabalho desenvolvido por Schwirian, Hankins e Ventresca (1990), que investigam a estrutura ecológica de 318 cidades dos Estados Unidos, para verificar até que ponto o esquema de círculos concêntricos de Burgess ainda pode explicar a morfologia social urbana. A sua conclusão é que em quase metade dos casos ainda revela uma capacidade explicativa suficiente.

Tentativas para traçar conclusões mais amplas do confronto entre resultados de análises factoriais desenvolvidas em diversos contextos foram efectuadas por, entre outros, Abu Lughod (1969), Rees (1979) e Knox (1987). Em princípio, estes trabalhos conseguem mostrar que, nas cidades dos países desenvolvidos, os principais factores de diferenciação do espaço residencial das mesmas são os que, já nos anos 50, a chamada escola da Social Area Analysis de Shevky e Bell (1955) definira, e que são: a) o estatuto social, que reflecte a distribuição residencial dos grupos socioprofissionais e determina por vezes uma articulação da cidade em sectores; b) o estatuto familiar, que reflecte a diferente composição das famílias residentes nas várias partes da cidade e, em muitos casos, dá origem a um modelo de círculos concêntricos; c) o estatuto étnico, que reproduz os fenómenos de concentração dos grupos étnicos e, na maioria dos casos, assiste à produção de uma estrutura espacial por núcleos, ou seja, «de pintas de leopardo».

Um quarto factor, que por vezes se revela significativo, está ligado à estabilidade ou à mobilidade residencial da população nos diversos bairros ou ao facto de se comporem de uma população crescente, estável ou declinante no tempo.

Um uso um tanto diferente de esquemas ecológicos da cidade é o que existe em alguns contributos dos anos 80 e 90, nos quais se procura definir uma marca hipotética da possível estrutura residencial da cidade do futuro próximo. Aí, na verdade, o uso de modelos gráficos simplificados não representa uma tentativa de generalização de resultados empíricos, mas

é proposto como um meio para dar visibilidade e consistência a imagens sociológicas que têm como objectivo potencial as evoluções da forma urbana.

Um exemplo deste tipo está contido no já citado trabalho de White (1987), em que se prevê que a cidade americana do século XXI se possa compor das seguintes entidades socioespaciais: a) o core, quase totalmente privado de funções residenciais e comerciais e rico de funções do terciário superior e de actividades culturais; b) a zona de estagnação, ocupada por edifícios obsoletos à espera de renovação urbana; c) as bolsas da pobreza e das minorias, por vezes colocadas na margem da zona precedente; d) os enclaves de elite, situados em áreas exteriores ou nas áreas de qualidade; e) as zonas da classe média, difundidas em largas partes do território urbano;

fi as áreas das sedes institucionais, ou seja, os bairros em que é forte a

presença de aglomerados pertencentes a instituições públicas ou privadas, como hospitais, escritórios, universidades; g) os epicentros e os corredores, ou seja, as áreas de desenvolvimento económico exterior ao centro urbano, de forma compacta ou axial.

Como se pode ver, este exercício de imaginação não passa de uma

extrapolação razoável de linhas de tendência já operantes no contexto americano. Muito mais sugestiva e, de certo modo, visionária é a imagem que Davis (1992) nos oferece da cidade do futuro, num ensaio-panfleto acessível na própria Internet. Na realidade, Davis quer referir-se ao futuro de uma cidade bem precisa, Los Angeles, mas o modelo que expõe - inspirado abertamente no da Chicago de Burgess - parece prestar-se, exactamente, como o esquema sociológico daquela cidade, a uma interpretação mais universalista.

Para Davis, a Los Angeles do futuro é quase a encarnação de uma utopia negativa, uma representação «negra» que supera em cores de pesadelo as imagens de ficção científica da mesma cidade (como a já evocada no

filme Blade Runner). Com efeito, nela, a morfologia social e a própria forma da cidade são definidas não só pelos efeitos da especulação da urbanização e pelas operações fundiárias promovidas por grandes grupos financeiros, mas também por uma nova força capaz de modelar, de muitas maneiras, a estrutura ecológica urbana: o medo. Noutros termos, na imagem de Davis, as partes da cidade distinguem-se não só pelas diferenças de classe e de composição étnica, que fazem dos bairros e dos subúrbios outras tantas subcomunidades muito pouco comunicantes, mas também pela ameaça à segurança física dos cidadãos que contêm e ainda mais pela variedade das respostas a essas ameaças, predispostas de modo quase obsessivo pelas administrações públicas, da poderosa polícia urbana e por iniciativas privadas sempre menos sujeitas a laços de controlo.

Assim, a morfologia urbana esboçada pelo sociólogo californiano prevê tipos invulgares para a literatura do filão ecológico. Existem, com efeito, entre as outras, áreas como as zonas de contenção, nas quais se juntam indivíduos sociais considerados potencialmente perigosos (como os sem-abrigo), ou as zonas da vigilância de bairro (neighbourhood watch), em

que se executam programas de acordo com a polícia local, que prevêm um

papel activo e organizado dos cidadãos na vigilância e repressão dos crimes. Mais para o exterior, encontram-se os bairros ricos fechados por can-

celas e dotados de acesso controlado por polícias privadas e zonas residenciais ou terciárias de construção nova, definidas como simuladores urbanos, porque reproduzem o ambiente urbano consolidado reconstruído artificialmente em zonas consideradas mais seguras (o artifício é levado ao

ponto de recorrer a expedientes para simular a «patine do tempo» em edifícios acabados de construir). Para além dos confins da ampla área urbanizada,

estendem-se as franjas tóxicas, onde se concentram actividades de impacte fortemente negativo no ambiente natural (indústrias inquinantes, depósitos de detritos, descargas radioactivas, etc.).

Embora inspirado num pessimismo apocalíptico, talvez devido ao facto de ter sido escrito a pouca distância dos embates étnicos de Los Angeles de

1992, o ensaio de Davis traz a primeiro plano fenómenos de modo algum irrelevantes ou improváveis - a devastação ambiental das zonas adjacentes às áreas metropolitanas é visível em muitos países (entre os quais a Itália), e a tentativa de «conter» fenómenos perigosos em zonas específicas verificou-se também em cidades europeias (por exemplo, em Zurique tentou-se, durante alguns anos, limitar o espaço e o consumo de droga a uma área específica). De um modo mais geral, parece agora evidente que a percepção mais ou menos realista da crescente insegurança na cidade e a procura de medidas para a enfrentar são factores que influem de forma cada vez mais avassaladora no comportamento e nas próprias opções residenciais dos habitantes.

5. 2. Novas abordagens à ecologia urbana

5. 2. 1. Os modelos das dinâmicas ecológicas

Nas formas de análise ecológica praticadas pelos sociólogos - nas analisadas até aqui -, o estudo das populações serve-se na maior parte das vezes de indicadores estatísticos apropriados, tratados com instrumentos de elaboração mais ou menos apurados, embora não falem as abordagens puramente qualitativas, como as baseadas em esquemas gráficos. Por outro lado, quase nunca acontece o sociólogo interessar-se por uma modelização formalizada e dinâmica das relações entre as populações que compõem uma cidade, ou seja, que se sirva de modelos matemáticos aptos para simular a distribuição das populações e a sua evolução no tempo.

Como se compreende, até agora a tentativa de simular através de formalismos matemáticos o funcionamento de um sistema urbano, nos seus aspectos sociais, enfrentou a enorme complexidade de semelhante sistema e a dificuldade em introduzir avaliações numéricas de todas as suas principais variáveis, sem recorrer a simplificações inaceitáveis.

Nos estudos urbanos, a modelização matemática é utilizada muito mais largamente para a simulação da dinâmica económica - nesse caso, a possibilidade de avaliar quantitativamente as variáveis recorrendo à unidade de medida dos valores monetários torna a tarefa relativamente mais fácil (no entanto, nem todos concordam quanto à eficácia desses instru-

mentos, sobretudo em sede produtiva). Além dos modelos de base económica, existem outras tentativas de representação matemática, que suscitaram particular interesse a partir dos anos 80. Pretendemos, aqui, referir-nos a modelos da evolução urbana de base ecológica, ou seja, aqueles em que nos interessamos pelas relações e dinâmica entre populações urbanas, entendendo estas últimas num sentido análogo ao que considerámos até aqui. Embora estes modelos sejam, em geral, elaborados por geógrafos quantitativos, que raramente se referem explicitamente à tradição de Chicago, isso não impede que se revistam de um notável interesse para o sociólogo, porque desenvolvem autonomamente uma potencialidade que naquela tradição era implícita. Precisamente por isso, considera-se oportuno proceder aqui a uma rápida alusão a um deles, elaborado por dois geógrafos americanos peritos no campo da planificação urbana, Dendrinos e Mullally (1985).

O modelo em causa deriva de uma tradição de estudos biológicos, baseada em trabalhos de Lotka (1924) e Volterra, para simular a dinâmica de duas ou mais populações animais num dado ambiente, como, por exemplo, duas espécies de peixes num ambiente lacustre. Na versão em referência, naturalmente, as espécies em discussão devem entender-se como grupos sociais - ou outros tipos de populações - presentes no ambiente urbano.

O modelo estabelece que o acréscimo ou decréscimo da consistência numérica das duas populações co-existentes na cidade se verifica em função das taxas de crescimento próprias de cada uma, mas também das relações ecológicas que se estabelecem entre uma e outra. Em termos formais, o modelo exprime-se com as seguintes equações:

$$\frac{dx}{dt} = x(k + ax + by) \quad \frac{dy}{dt} = y(1 + cx + dy)$$

em que: x e y são as duas populações consideradas; $\frac{dx}{dt}$ e $\frac{dy}{dt}$ as derivadas em relação ao tempo das duas populações (de que é deduzível a tendência para o acréscimo ou decréscimo no tempo da sua

consistência numérica); k , 1 , a , b , c , d são parâmetros.

Entre os parâmetros do modelo, em particular, k , 1 , a , d têm sempre sinal positivo e indicam, para nos exprimirmos sumariamente, as taxas de «reprodução» da população, ou seja, a dinâmica que depende dos seus ca-

racteres intrínsecos. Os parâmetros b e c , ao invés, tanto podem ter sinal positivo como negativo e indicam as modalidades em que a dinâmica de uma espécie condiciona a da outra.

Com base no sinal que estes últimos parâmetros assumem, nos casos específicos, podem ocorrer as seguintes relações ecológicas entre as duas populações:

b c

o + + o

o o o o

relação simbiótica relações comensalistas

relações predador-presa

relações amensalistas

relação de isolamento relação competitiva

Aos diversos tipos de relação pode atribuir-se um significado sociológico, que, naturalmente, variará com a variação das aplicações do modelo e, em particular, em função da natureza das populações x e y, nos casos específicos, e do contexto urbano em que se situam.

Em linhas gerais, porém, pode afirmar-se que uma relação é: a) simbiótica quando existe uma sinergia entre as duas populações, ou seja, quando uma tira partido da presença da outra (por exemplo, poderia ser o caso de dois grupos sociais que desenvolvem funções complementares); b) comensalista quando uma população tira partido da presença da outra, sem todavia lhe produzir vantagem ou dano (por exemplo, um grupo de nova imigração que se utiliza de serviços de que já dispõe a população residente sem que a funcionalidade dos mesmos se modifique); c) predador-presa quando uma população tira partido da presença da outra, enquanto esta última sofre um dano (o que pode representar situações em que uma população instaura relações de exploração nos confrontos com outra); d) amensalista quando uma população sofre danos com a presença de outra, sem que esta receba vantagens nem danos (por exemplo, se uma população pobre se instala nas margens de um bairro rico, a deste último pode sentir-se afectada por efeitos potenciais de «desqualificação» simbólica do próprio bairro, sem que a pobre obtenha qualquer vantagem); e) de isolamento quando a presença mútua entre duas populações é indiferente a ambas; J) competitiva quando ambas as populações sofrem danos da presença da outra (por exemplo, a presença mútua de dois grupos étnicos rivais num bairro pode gerar uma situação de conflito com desvantagem para ambos).

No modelo aqui exposto sinteticamente, faz-se intervir conceitos de derivação biológica (como simbioses ou comensalismo) que já tinham sido

utilizados, metaforicamente, por sociólogos do filão ecológico. Contudo, como se pode observar, neste caso a análise é conduzida sistematicamente e o recurso ao formalismo matemático pode permitir, se não outra coisa, uma avaliação mais pontual das consequências das variações de sinal e de intensidade dos diversos parâmetros - pode permitir, por exemplo, compreender com maior precisão quais são as consequências - nem sempre intuitivas - de um aumento ou diminuição dos parâmetros que exprimem o

condicionamento recíproco entre duas populações.

5. 2. 2. A cidade como sistema auto-organizado

As tentativas de uma modelização matemática da dinâmica ecológica da cidade representam apenas uma das múltiplas linhas de pesquisa hoje presentes no campo das ciências urbanas e regionais inspiradas num

paradigma biológico e de evolução. Essas linhas reforçaram-se a partir de meados dos anos 80 e adquiriram relevo a partir da difusão de conceitos nascidos dos progressos da investigação em sectores das ciências biológicas (pense-se, por exemplo, no estudo dos sistemas biológicos auto-referenciais de Varela e Maturana), mas também pelas disciplinas físico-químicas (a elaboração de Prigogine e da escola de Bruxelas sobre sistemas dissipativos) e matemáticas (a teoria das catástrofes, das dinâmicas caóticas, dos fuzzy sets, dos fractais), assim como tentativas de generalização, de renovação da teoria sistémica e de redefinição epistemológica, de trabalhos de autores de diversas extracções científicas, como Atlan, von Förster, Dupuy, Morin, Le Moigne e outros.

As tentativas de análise teórica e modelização da cidade, orientadas por esses desenvolvimentos científicos, não configuram - pelo menos, de momento - um conjunto teórico coerente, mas antes uma gama heterogénea de estudos de várias relevâncias. Também esboçam novas e fascinantes imagens dos sistemas urbanos, às quais os sociólogos urbanos até agora não prestaram a atenção adequada

Os aspectos salientes que caracterizam estas representações dos sistemas urbanos podem definir-se do seguinte modo (Rabino, 1995):

1. A cidade é um sistema complexo, que deriva da interdependência de numerosas interacções entre actores. Essa complexidade faz com que,

1 Luhmann é, sem dúvida, um dos poucos sociólogos que atribuem o peso justo aos desenvolvimentos teóricos mencionados no texto. No entanto, a abordagem que propõe de uma transposição em chave sociológica desses conceitos - que não se deve considerar a

única possível (Mela, 1990) - parece obstacularizar a aplicação a sistemas territorialmente delimitados, como a cidade.

ao nível da totalidade urbana, se manifestem propriedades globais que não estavam presentes ao nível das interacções singulares.

2. A aparição inesperada dessas propriedades tem origem na relativa autonomia que, embora na interdependência, se detern-úna entre o nível «local» (aquele onde se situam as interacções singulares) e o «global» (que envolve a totalidade do sistema).

3. A este último nível, em particular, o sistema urbano evidencia propriedades auto- organi zati vas, ou seja, está em condições de auto-elaborar a sua configuração interna por forma a garantir (pelo menos num intervalo temporal de longo período) a manutenção da sua identidade.

4. A auto-organização não implica, porém, que o sistema urbano tenda para uma condição de equilíbrio. Pelo contrário, evolui de uma condição de instabilidade estrutural para outra, seguindo uma trajectória evolutiva irreversível, que, em determinados momentos, pode comportar o alcance de «pontos de bifurcação», ou seja, pontos em que se colocam alternativas radicais de desenvolvimento.

Os aspectos agora elencados (sobretudo os dos pontos 3 e 4) distinguem esta representação também na confrontação de precedentes e mais tradicionais modelos sistemáticos da cidade, orientados para um paradigma mecânico e cibernético; ao contrário, repropõem um paradigma biológico e

evolutivo, segundo uma abordagem que até agora foi definida como neo-neodarwinista (Casti, 1989).

Com base na orientação paradigmática agora mencionada, propuseram-se modelos de simulação do comportamento evolutivo de uma cidade dotados de complexidade notável. Em alguns casos, tentam fazer intervir e

manter sob controlo numerosas variáveis ligadas à distribuição das actividades industriais e terciárias, com a mobilidade e a distribuição residencial dos grupos sociais. Nesta linha, estão particularmente adiantados os trabalhos de Peter Allen e seus colaboradores.

Alguns tipos de modelos de simulação tentam reproduzir, através de processos que recorrem à elaboração electrónica, os percursos evolutivos que geram a forma urbana e as mobilidades de uso do solo. Pertencem a este tipo, entre outras, as simulações que se servem dos autómatos celulares. Um autómato celular consiste num conjunto de «células», cada uma das quais, no

início da simulação, se encontra num determinado estado qualitativo. Para dar um exemplo, o conjunto de células pode ser considerado uma grelha composta por casas quadradas. Se ela, no seu conjunto, representa o território em que se desenvolve um aglomerado urbano, uma casa indica uma pequena superfície. No momento inicial da simulação, o estado de cada célula caracteriza-se por um dos dois possíveis valores de uma variável binária -

por exemplo, será um espaço «edificado» ou «não edificado». A partir desse momento, a simulação desenrola-se através de múltiplos ciclos, ou interacções.

A cada interação, o estado de cada célula pode permanecer inalterável ou

mudar em função do das células vizinhas (para retomar o exemplo precedente, podemos estabelecer a regra segundo a qual uma célula de espaço não edificado se transforma em espaço edificado se pelo menos duas células contíguas se encontram já nesse estado). A configuração conjunta do sistema muda assim em cada interação - em cadências periódicas, podemos controlar as formas urbanas, ou seja, os esquemas de ocupação do solo que se definem desse modo, e estudar o seu percurso evolutivo.

Em, alguns casos, maneiras de proceder do tipo aqui esquematizado foram empregadas para enfrentar problemas clássicos da sociologia de na-

tureza ecológica. Por exemplo, Portugali, Benenson e Omer (1994) empregaram este método para simular a distribuição espacial de subcomunidades num espaço urbano com base nas suas preferências para tipos específicos de ambiente social.

Apesar do avanço teórico e do progresso metodológico, ainda existe uma larga divergência entre as exigências de simplificação, que devem ser satisfeitas para poder construir e aplicar esses modelos, e a exigência de ter em conta uma pluralidade de factores e graus de liberdade do comportamento individual, típica da sociologia. Todavia, nas posições mais coerentes, há plena consciência do facto de que, para fazer avançar esta linha de pesquisa, tem de se conseguir satisfazer ao mesmo nível ambas as exigências citadas. Refiramos como testemunho a seguinte afirmação de Allen (1995, p. 42): «Temos de tentar encontrar um sistema que, embora desenvolvendo coerência suficiente para funcionar, conserve liberdade individual e diversidade microscópica suficientes para oferecer uma reserva de adaptabilidade e inovação de modo que o sistema possa evoluir e reestruturar-se continuamente perante a mudança.»

5. 3. A cidade e o seu ambiente

5. 3. 1. Ambiente exterior e ambiente interior

Nas abordagens até aqui exarriinadas, os conceitos de derivação ecológica aplicaram-se nos estudos urbanos através de uma transposição metafórica -

considerou-se, em suma, a cidade como se fosse um sistema dotado de propriedades análogas às de um ecossistema natural, justificando assim o uso de esquemas conceptuais e modelos matemáticos já experimentados em biologia.

No entanto, em tempos mais recentes, reconhece-se que, para além de qualquer metáfora, a cidade constitui realmente um tipo particular de sistema

biológico, com características fortemente problemáticas. Com efeito, perante problemas de natureza inédita suscitados pelo inquinamento, congestionamento do tráfego, escoamento dos detritos, etc., não só os estudiosos mas também largos sectores da opinião pública foram obrigados a tomar consciência da interdependência que subsiste entre a cidade e os ecossistemas em que ela se apoia. Toma-se, pois, cada vez mais evidente o facto de que a cidade, embora na sua extrema complexidade e capacidade auto-organizativa, não pode existir e desenvolver-se sem utilizar um conjunto limitado de recursos ambientais nem sempre renováveis. Esta necessidade configura uma relação extremamente delicada entre os sistemas urbanos e os ecossistemas, de que aqueles recursos fazem parte. Por um lado, esses ecossistemas parecem vulneráveis ante o impacte do desenvolvimento das sociedades urbanas - para além de alguns limites críticos, o seu equilíbrio pode ser alterado irreversivelmente. Por outro, a cidade é vulnerável perante a crise do seu ambiente natural, dado que esta comporta o esgotamento dos recursos e a alteração das condições para a reprodução das próprias sociedades urbanas.

A consciência da fragilidade do equilíbrio cidade/ambiente natural produz efeitos importantes nos movimentos sociais, assim como (talvez com uma velocidade inferior à necessária) nas políticas urbanas. Ao mesmo tempo, porém, introduz factores de crise e impulsos para a renovação nas ciências da cidade e, em particular, da sociologia urbana. Com efeito, torna-se claro que, em larga medida, a bagagem teórica das ciências sociais se consolidou num clima cultural fortemente influenciado pelo positivismo e por um optimismo injustificado sobre as potencialidades da ciência e da tecnologia, como instrumentos capazes de resolver qualquer problema levantado pela evolução social e, portanto, também os suscitados pelo crescimento urbano. Para a sociologia urbana, isto comportou uma subavaliação sistemática do problema da relação cidade/ambiente natural, à excepção de alguns filões críticos (que, no entanto, em muitos casos, inseriam as preocupações pela Natureza num quadro de pessimismo filosófico global sobre a modernidade), a análise sociológica da cidade ocupou-se quase sempre de outras questões, ou então exaltou o papel do desenvolvimento urbano como factor de progresso e de domínio sobre a Natureza², isentos de perigos.

Somente nos últimos decênios se começou a desenvolver uma atenção crescente dos sociólogos pelo ambiente, o que produziu estudos directamente respeitantes à cidade (Davico, 1994). O risco que se desenha, contudo,

2 Um aspecto desta atitude nos confrontos da Natureza é o desinteresse pelas espécies não humanas - daí a acusação de antropocentrismo que alguns estudiosos dirigem hoje às ciências da cidade (Wolch, West, Gaines, 1995).

é o de que a nova orientação acabe por dar vida apenas a uma disciplina adicional, paralela à sociologia urbana e capaz de produzir nesta última unicamente efeitos modestos de retroacção.

Como não é este o lugar apropriado para discutir a fundo o tema acabado de mencionar, vamos somente esboçar um esquema simples para salientar as múltiplas modalidades com que as sociedades urbanas estabelecem relações de interdependência com o seu ambiente. A esse respeito, a figura 5. 2 pode constituir uma indicação útil.

O ponto de partida deve encontrar-se numa concepção unitária da Natureza - as sociedades urbanas (como qualquer outro tipo de sistema social) não são nada de diferente ou contraposto à Natureza, mas uma sua parte integrante, embora dotada de grande especificidade e autonomia.

No seio da Natureza - ou, para ser mais preciso, do ecossistema terrestre - distingue-se a esfera a que pertencem os sistemas vivos e a da natureza inanimada. Na primeira, podemos reconhecer uma multiplicidade de sistemas, entre os quais salientamos os formados por indivíduos pertencentes à espécie humana e os relativos a outras formas de vida (animal, vegetal, formas de vida microscópica). No entanto, na natureza inanimada podemos distinguir várias «esferas»: a atmosfera, que constitui predominantemente a componente gasosa do ecossistema, a hidrosfera, composta pelo conjunto das águas; a litosfera, constituída pela parte sólida não viva (Gamba, Martignetti, 1995).

A espécie humana caracteriza-se por uma complexidade evolutiva particular - é formada por indivíduos dotados de características biológicas específicas (como qualquer outra espécie) transmissíveis por via genética, mas também capazes de desenvolver modalidades simbólicas de controlo do seu ambiente e de comunicação, transmissíveis por via cultural. A propósito da espécie humana, podemos, portanto, distinguir, com fins analíticos - seguindo uma tradição que remonta à escola de Chicago -, uma esfera biótica e uma esfera cultural. A interacção entre estas últimas é de tal modo estreita que, na maioria das vezes, torna indistinguíveis os limites entre elas. De qualquer modo, a definição das suas relações é um nó crucial para as ciências humanas e alvo de uma controvérsia epistemológica de longa duração. Em todo o caso, mesmo dessas interacções surgem os sistemas sociais humanos, cuja possibilidade de existência e desenvolvimento depende, pois, tanto dos processos que permitem a sobrevivência biológica dos indivíduos e a reprodução do seu património genético como dos que presidem à transmissão e elaboração da cultura.

De resto, estes processos baseiam-se no uso de recursos exteriores à espécie humana - recursos esses que, por conseguinte, são por assim dizer colocados à disposição da natureza inanimada e das formas de vida não humanas. A disponibilidade destes recursos está, porém, por sua própria

FIGURA 5.2. Relação sistemas sociais/ambiente

natureza, sujeita a vínculos: tanto a natureza viva como a inanimada estão subordinadas a leis sistémicas de alta complexidade, cuja alteração produz consequências susceptíveis de afectar as bases da vida humana. O conjunto de condições, recursos e vínculos que a Natureza impõe ao desenvolvimento dos sistemas sociais humanos representa, para estes, o ambiente exterior.

Mas o desenvolvimento das sociedades humanas, embora dependendo do ambiente natural exterior, contribui para o transformar incessantemente -

em quase todos os seus aspectos, a conformação do ambiente que circunda as sociedades humanas, apesar de não se apresentar completamente artificializado, é produto de um processo de antropização, ou seja, de modificações, intencionais ou não, por parte do homem.

Falando do ambiente natural, qualificou-se até agora como exterior, assumindo como termo de referência as sociedades humanas. Isto serve para o distinguir de outro tipo de ambiente que, ao contrário, se poderia considerar interior, sempre do ponto de vista dos sistemas sociais. O ambiente interior está em relação com a esfera biótica, constituído, por assim dizer, pelo material biológico com que se constroem os sistemas sociais, ou seja, os elementos que caracterizam a especificidade biológica e psíquica da espécie humana. Em referência aos sistemas sociais, estes elementos apresentam-se como um ambiente efectivo - não são reduzíveis aos próprios sistemas sociais nem podem ser manipulados livremente por eles (embora possam ser condicionados nalguma medida). Por outro lado, trata-se de um ambiente interno, porque influi nos sistemas sociais ao condicionar as características biopsíquicas do organismo humano, que, através do seu comportamento, dá existência aos sistemas sociais.

Se se pretende precisar ulteriormente os aspectos que definem o ambiente interno, pode definir-se dois níveis distintos (ainda que inter-relacionados): a) aspectos respeitantes à natureza biológica da espécie humana; estrutura genética, conformação e potencialidade do corpo humano, modalidades reprodutivas, etc.; b) aspectos respeitantes à natureza psíquica da espécie humana: constantes relativas ao comportamento instintivo e inato.

Se se tomar em conta o esquema agora ilustrado, observaremos em quantas maneiras diferentes a consideração das variáveis ambientais pode intervir para qualificar os problemas típicos da sociologia urbana.

No tocante ao tema do ambiente exterior, temos de admitir que a cidade se apresenta como um sistema social problemático. Com efeito, dada a grande concentração de populações, fábricas e tecnologias que comporta, a cidade absorve de modo particularmente acentuado os recursos do ambiente externo e provoca nele modificações.

O estudo destes problemas, embora pertinentes a competências diferentes das sociológicas, não pode permanecer alheio à sociologia. Basta notar o facto de que os riscos ambientais não atingem de forma indiferenciada todos os indivíduos urbanos, mas apresentam várias gradações, em função das classes sociais, das actividades laborais, dos estilos de vida, e assim sucessivamente.

No que se refere ao tema do ambiente interno, deve salientar-se que os factores relativos aos caracteres instintivos do comportamento têm um peso

não desprezível na definição da forma dos sistemas urbanos e na sua modalidade de funcionamento. Dickens (1990) ilustra alguns, como o instinto de conservação da espécie, a agressividade, os impulsos inatos para a posse, a tendência para a filiação em grupos, a noção instintiva do território. Além disso, mostra em que campos da vida urbana esses factores se devem ter na devida consideração. Ao mesmo tempo, lamenta o facto de a sociologia urbana ter terminado por descurar as constantes biopsíquicas do comportamento, enquanto, no pólo oposto, as disciplinas que se tornaram objecto especializado de estudo (como a etologia) tendem a explicar os seus efeitos de um modo demasiado simplificado, esquecendo as complexas mediações culturais através das quais essas constantes influenciam a vida social urbana.

5. 3. 2. Qualidade de vida e sustentabilidade da cidade

Poderíamos abordar muitos argumentos para ilustrar a intersecção entre os temas da sociologia humana e os que são próprios da análise sociológica do ambiente. Entre estes, parece útil sublinhar dois em particular, de resto ricos em ligações recíprocas, para os quais convergem, nestes anos, numerosos contributos.

O primeiro diz respeito ao problema da definição e medição da qualidade da vida urbana. As questões de fundo que animam o debate podem exprimir-se do seguinte modo: que factores, relativos ao ambiente urbano e às potencialidades que este oferece à vida social, contribuem para definir o grau de bem-estar que o ambiente transmite aos habitantes? Além disso, admitindo que esses factores são identificados, como é possível medi-los?

Como se pode depreender, a primeira pergunta levanta um problema teoricamente comprometedor, que envolve, de algum modo, um juízo de valor sobre quais são as condições desejáveis para os indivíduos que vivem no contexto urbano e lhes permitem sentir, vivendo nele, uma condição de bem-estar. A segunda põe um problema de ordem metodológica, relativo aos instrumentos apropriados para medir quer a presença dessas condições, em termos «objectivos», quer o modo como influem nas percepções subjectivas, tendo em conta as diferenças que, a esse propósito, possam subsistir entre os cidadãos com base no género, idade, nível de instrução, condições sociais, etc.

Para definir a lista das condições ambientais de que depende a qualidade da existência, individual e colectiva, recorreu-se, em alguns casos, a tentativas de classificação das necessidades humanas fundamentais, a que se fizeram corresponder as áreas sociais, ou campos institucionais que presidem à sua satisfação. Por conseguinte, para cada um deles, definiram-se

indicadores individualizados, aptos para medir a performance, isto é, a eficácia com que se encontram em condições de satisfazer a necessidade.

A título de exemplo, podemos citar os trabalhos da OCSE e a elaboração de uma lista de preocupações sociais obtidas de uma análise da legislação social dos países membros e correspondentes a áreas que intervêm na

definição do bem-estar (OCSE, 1973).

A tarefa de avaliação da percepção subjectiva da qualidade de vida, por outro lado, exige quase sempre o recurso a pesquisas no campo e dá lugar a medidas na maioria dos casos não exprimíveis por meio de escalas numéricas.

Isto não impede que, igualmente nesta vertente, se tenham dado numerosos passos em frente, sob o perfil metodológico, também graças ao desenvolvimento de técnicas matemáticas e estatísticas mais adequadas para a expressão dos aspectos qualitativos dos fenómenos. Assim, em muitos países, foi-se consolidando uma tradição de estudos para a predisposição de políticas sociais e urbanísticas (Szalai, Andieus, 1980; Martinotti, 1989).

A medição da qualidade da vida urbana constitui um campo de estudo que conheceu um grande desenvolvimento a partir dos anos 70, sob o estímulo do chamado movimento dos indicadores. No entanto, também pode ser conduzida com várias abordagens e diversas finalidades.

Deste ponto de vista, podem distinguir-se duas modalidades fundamentais: a) a análise conjunta das condições relativas à qualidade de vida em sistemas urbanos totais (para retomar uma distinção de Vergati, 1994, trata-se aqui da qualidade da vida da cidade); b) a análise diferencial da qualidade de vida em referência a grupos sociais singulares ou populações urbanas localizadas no território (qualidade de vida na cidade).

No primeiro caso, o objectivo consiste, em geral, em conduzir análises comparativas sobre a cidade presentes num contexto nacional ou supranacional, com pura finalidade cognitiva ou com vista à definição de prioridade de intervenção pública em grande escala.

No segundo, o objectivo é mais o de avaliar as desigualdades presentes no seio de cidades singulares, para estabelecer quais são as áreas sociais (quais os indivíduos, em que parte da cidade) favorecidas ou

desfavorecidas e, eventualmente, onde se situam os grupos para os quais as condições ambientais de vida atingem valores críticos. Tudo isto, obviamente, com vista a aplicar políticas de intervenção pública a uma

escala médio-pequena.

Outro tema emergente na discussão mais recente sobre a relação cidade/ ambiente é aquele que pode ser rotulado com a expressão-chave de cidade sustentável, a qual indica um critério normativo, ou seja, um objectivo que

deve ser atingido pelo sistema urbano. É, em particular, sustentável um

sistema que se revela capaz: a) de satisfazer, numa medida aceitável, as actuais necessidades dos seus habitantes e, entretanto, b) desenvolver-se segundo modalidades que não danificam o sistema ecológico 3@ c) de reproduzir os recursos necessários para satisfação de necessidades futuras.

Este critério normativo - além de indicar uma orientação política que deve obedecer a decisões de que depende o uso dos recursos urbanos -

fornece um método para medir a presença ou ausência, nas cidades actuais, dos requisitos exigidos. Naturalmente, para que a medição seja possível, é necessário que os requisitos atrás mencionados se traduzam em termos analíticos e operativos. A esse respeito, indicaremos aqui uma forma de proceder que pode ser seguida para executar esta operação, referindo-nos ainda a trabalhos da OCSE (1992).

Em primeiro lugar, devem definir-se os recursos ambientais fundamentais de que dispõe o sistema e dos quais depende a satisfação tanto das necessidades actuais como das futuras - serão, essencialmente, o ar, a água, o solo, as fontes de energia e o conjunto dos recursos biológicos. No momento considerado para a análise, cada um destes recursos encontra-se num determinado estado, descritível por meio de indicadores (por exemplo, indicadores relativos à presença no ar de várias componentes gasosas; indicadores relativos à quantidade de água disponível, etc.).

Em segundo lugar, trata-se de definir analiticamente as actividades humanas que operam uma «pressão» sobre esses recursos, utilizando-os e, portanto, modificando-os do ponto de vista quantitativo e qualitativo (indústria, transportes urbanos, consumo de energia, produção de detritos sólidos e líquidos, etc.). O impacte destas actividades também se pode medir com indicadores apropriados.

Finalmente, deve definir-se o conjunto dos agentes, cujas escolhas influenciam as modalidades de uso dos recursos e, portanto, as suas potencialidades reprodutivas: trata-se tanto de agentes públicos (adminis-

1 Costuma-se dizer que o desenvolvimento não danifica o sistema ecológico de que depende uma sociedade humana quando não se ultrapassa a carrying capacity, ou capacidade de carga, própria desse sistema. O conceito de capacidade de carga deriva da ecologia e, no

tocante a uma população humana, pode medir-se «com os níveis máximos de uso dos recursos que possam ser sustentados (os primeiros) e absorvidos (os segundos) [... 1 numa dada região do planeta sem danificar progressivamente a integridade funcional e a produtividade de importantes ecossistemas de que a vida neste planeta depende» (Alberti, Solera, Tsetsi, 1994, p. 19).

tradores, funcionários) como privados (operadores económicos, consumidores), e assim quer façam parte do sistema quer sejam exteriores a isso. Por sua vez, as políticas e acções empreendidas pelos vários agentes, além do seu presumível impacte ambiental, poderão medir-se através de uma outra bateria de indicadores, referidos, por um lado, às políticas e acções explicitamente voltadas para o controlo do ambiente e, por outro, às de natureza sectorial, dotadas de consequências ambientais relevantes.

Como se pode verificar, a medição da sustentabilidade dos sistemas urbanos apresenta dificuldades ainda maiores em relação à da qualidade de vida, dado que exige um conjunto assaz variado de informações, relativas quer ao estado actual do sistema, quer aos agentes que lhe influenciam o estatuto futuro. Apesar disso, empreenderam-se recentemente em Itália alguns interessantes projectos de pesquisa orientados nesse sentido. Serve de exemplo o denominado Legambiente, com a colaboração científica do Instituto de Investigação do Ambiente de Itália, que já deu origem ao Primeiro relatório da Legambiente sobre o ecossistema urbano (1994). Nele, entre outras coisas, figura uma classificação - que toma em consideração muitos indicadores -, eco-incompatibilidade das cidades italianas. Não surpreende observar que os primeiros lugares da lista são ocupados por centros urbanos de dimensão intermédia do Norte e centro (os primeiros cinco são, por ordem, Bolzano, Macerata, Mantova, Ferrara e Parma), enquanto os grandes centros e até algumas cidades médio-pequenas que se caracterizam por elevados níveis de rendimento e consumo (como por exemplo Aosta) se situam em posições mais recuadas.

5. 3. 3. Cidade e comportamentos

Outro âmbito problemático, relativo às relações entre a cidade e o ambiente, é o que entende este último como ambiente interno e coloca a tónica na interdependência entre a cidade e os caracteres biopsíquicos dos habitantes (ou das outras populações urbanas).

Mesmo nesta perspectiva, a relação a examinar reveste-se de um duplo sentido. Por um lado, há que salientar o papel que o comportamento instintivo e irreflexivo dos indivíduos tem na definição da forma física e da morfologia social da cidade ou de ambientes particulares. Por outro, temos de tentar compreender de que modo a cidade está à altura de condicionar a experiência

e a acção dos cidadãos ou de grupos particulares ou categorias sociais.

O primeiro aspecto foi desenvolvido por análises no âmbito entre a sociologia, a psicologia e a etologia. Para nos cingirmos aos trabalhos de natureza sociológica, podemos recordar aqui estudos sobre o significado e a forma do ambiente doméstico, como o de Saunders (1989). Com efeito,

neste último salienta-se sobretudo como a conformação do espaço residencial deve ser relacionada com a busca de uma condição de segurança e estabilidade emotiva.

Ainda mais pertinentes são as análises em que se põe a questão dos instintos territoriais dos indivíduos. Um caso emblemático é o relativo à ocupação de um espaço público, como, por exemplo, à ocupação dos lugares numa praia livre por parte dos banhistas. De manhã, quando ela se encontra ainda vazia, surge o primeiro, que se senta diante de uma parede (para não ter ninguém atrás de si), ou a curta distância do mar (para não ter ninguém à frente) ou ainda no centro da praia. A escolha dos que vão chegando depois é condicionada pela dos primeiros e regulada por alguns rituais: por exemplo, pode registrar-se uma troca de sinais de saudação entre o primeiro banhista e um casal, que se juntam pouco depois. Com base em mensagens codificadas, transmitidas nesse intercâmbio, o casal pode decidir sentar-se perto ou longe. O aspecto subsequente da ocupação do areal dependerá do êxito dos rituais precedentes e das várias manifestações do instinto territorial, exibidas pelos recém-chegados.

O exemplo acabado de expor - que, com alterações apropriadas, se poderia prestar para ilustrar numerosas situações da vida urbana - realça, de resto, um elemento a que se deve prestar muita atenção. Embora, na ocupação dos lugares na praia, intervenham factores ligados a características instintivas e invariáveis do comportamento, é verdade que intervêm também variáveis dependentes da cultura: por exemplo, aproximar-se de outro banhista, sem que haja uma necessidade imperiosa, pode ser avaliado diferentemente em vários âmbitos socioculturais, em função do facto de se manter um comportamento «amigável» ou «intrusivo».

O problema do condicionamento que a cidade exerce sobre o comportamento e a psique dos cidadãos é objecto de pesquisas voltadas para alvos predominantemente analíticos (pense-se, por exemplo, nos recentes trabalhos sobre o tema do stress urbano, como o de Moser - 1992), mas também de estudos conduzidos em função da projecção. Com efeito, aprofundar os mecanismos através dos quais se situa a influência dos espaços urbanos equivale a colocar as bases para uma prática da arquitectura e da urbanística socialmente prudente. O que significa, segundo os critérios de valor que norteiam o projectista, atenção a não operar restrições ao comportamento social, ou então a propor estímulos aptos para influir (espera-se) positivamente.

Uma questão específica que com frequência focalizou o debate entre sociólogos e projectistas é a do chamado determinismo arquitectónico - a forma e a organização funcional dos edifícios estão em condições de influir no comportamento social de modo exigente? Em caso afirmativo, quais as circunstâncias e os efeitos? Na realidade, para que a questão seja subtraída

ao puro e simples confronto entre pontos de vista filosoficamente inconciliáveis e se tome tema de pesquisa sociológica, há que distinguir entre várias formas de condicionamento.

A forma mais óbvia (mas não menos importante) é a que o espaço construído exerce pelas suas próprias características físicas. Com efeito, o espaço pode ser conformado de tal modo que determina um comportamento obrigatório, ou então torna impossíveis certos comportamentos. Nesse sentido, é particularmente rico de aspectos sociais e, ao mesmo

tempo, projectuais, o tema das barreiras arquitectónicas, ou seja, o problema posto pela forma de determinados espaços construídos, quando é de tal ordem que reduz ao mínimo a liberdade de movimentos de determinadas categorias de indivíduos (a presença de degraus ou escadas torna impossível a passagem de cadeiras de rodas para deficientes motores; tempos demasiado breves de permanência do verde nas passagens para peões tornam arriscado atravessar por parte dos velhos, e assim sucessivamente).

Noutros casos, o condicionamento pode exercer-se por intermédio de normas culturais, como, por exemplo, para algumas confissões religiosas, a ausência em lugares públicos de uma separação entre espaços destinados aos homens e às mulheres pode tornar difícil a participação destas últimas em actividades colectivas.

Ainda mais complexa é a análise das influências arquitectónicas no comportamento, pois que estas operam produzindo estímulos psicológicos, que nem sempre são assimilados conscientemente pelos indivíduos que os recebem. É o caso de ambientes que, pela sua própria conformação física e/ou pelas características simbólicas que marcam o seu sinal arquitectónico, podem produzir condicionamentos subtis. Por exemplo, espaços verdes excessivamente grandes e mal apetrechados podem provocar (com razão ou não) uma sensação de insegurança, a qual pode induzir os cidadãos a evitar esses espaços tornando-os ainda mais vazios e menos atractivos. Ainda a propósito do tema da segurança, são célebres as análises de Newman (1972), o qual sustenta que algumas estruturas urbanísticas (como as áreas compostas por arranha-céus distanciados por espaços abertos e indiferentes) criam um ambiente impessoal que favorece o crime. Afirma também que, mediante projectos apropriados oportunos, é possível obter um espaço defensável que estimule a noção de responsabilidade dos habitantes e previna os comportamentos desviacionistas.

As reflexões agora propostas referem-se a espaços urbanos específicos. Ao invés, noutras análises, considerações sobre condicionamentos ambientais foram desenvolvidas a uma escala muito mais ampla, como a da cidade inteira. Nesta perspectiva, podem interpretar-se as lúcidas análises

que Sennett (1990) desenvolve a propósito do significado e efeitos da implantação urbanista de grelha, típica da cidade americana. Na sua opinião, a estrutura de grelha, ou seja, segundo uma trama de ruas que se cruzam perpendicularmente, faz com que falte na cidade um centro e tende a negar a identidade do ambiente que a circunda, tratando-o como um elemento estranho a don-iiinar. Na sua abstracção e ausência de limites, que lhe é própria, a grelha parece destinada a domar a imensidade dos espaços da planície norte-americana, constituindo uma espécie de sinete espacial do processo de colonização. Ao mesmo tempo, porém, essa estrutura tem efeitos sobre quem a habita: «Submete aqueles que vivem no espaço, mas desorienta-lhes a capacidade de ver e apreciar as relações» (p. 72). Por conseguinte, ainda que de um modo largamente não programado, a urbanística baseada na grelha favorece a penetração de valores inspirados pelo espírito do capitalismo, com a sua tendência impessoal e ascética para o domínio sobre a Natureza e outros, que Weber assim interpretou profundamente.

Voltando à escala n-úcrourbana, pode observar-se que, nas metrópoles contemporâneas, está presente - com um peso talvez maior do que no passado - um duplo tipo de espaços, o que, além do mais, levanta o problema do condicionamento comportamental.

1. O primeiro é constituído pelos espaços hiper- regulados. Trata-se de lugares urbanos nos quais os graus de liberdade de acção social tendem a ser reduzidos, por efeito de uma conformação física que canaliza o comportamento ao longo de um canal preestabelecido. Um caso lin-úte é representado pelas instituições totais (Goffman, 1962), ou seja, instituições como prisões, hospitais psiquiátricos, etc., que organizam globalmente a vida dos indivíduos. No entanto, também os espaços aparentemente privados de vínculos, mas projectados para desenvolver uma função específica, como os supermercados ou mesmo os lugares de divertimento, como as discotecas, podem ter o efeito de induzir um comportamento uniforme e programado antecipadamente, para maxin-fizar a eficiência funcional e reduzir os riscos.

2. O segundo tipo de espaço é constituído pelos espaços sub-regulados. Trata-se de ambientes de função incerta, lugares residuais ou ainda zonas de transição entre o espaço público e o privado, edifícios abandonados, etc. O elemento que os liga é o de uma relativa ausência de regras de uso e de normas de comportamento aceites e sujeitas a controlo. São, portanto, espaços que se podem interpretar e apropriar diferentemente. Esta condição, por um lado, pode favorecer a expressividade e o comportamento anticonform-iísta (por exemplo, um espaço não construído pode tomar-se lugar de jogo e aventura para grupos de adolescentes). Por outro, pode impedir um uso por parte de indivíduos «fracos» (anciãos, crianças), que se sentem ameaçados pela ausência de vigilância e pelas tentativas de apropriação dos indivíduos «fortes».

Um dos riscos que a metrópole contemporânea parece correr é o de ver, no seu interior, uma multiplicação de ambientes hiper-regulados, intervalados de partes de cidade sub-reguladas, tudo isto em detrimento do espaço público «normal», ou seja, em que é garantida a liberdade e variedade dos comportamentos de todos os indivíduos, sejam fortes ou fracos.

6. PARA UMA SOCIOLOGIA ESPACIALISTA

6. 1. O nível «núcleo»: o espaço da acção social

6. 1. 1. A estratégia teórica espacialista

As análises expostas até aqui obedeceram a um esquema bem consolidado para a sociologia urbana. Na verdade, a cidade foi examinada salientando, à vez, uma das dimensões fundamentais de que se compõe. Foi, pois, encarada como um fenómeno económico, como sujeito e objecto da actividade política, como lugar da cultura, como forma social e espacial aberta nos confrontos do ambiente. Na intersecção entre estas perspectivas analíticas complementares, a cidade evidencia-se como um tipo peculiar de sistema social, espacialmente definido. Não se escondeu, desde as primeiras páginas, que se trata de um sistema «estranho» e difícil de delimitar, apesar de que se procurou mostrar como o urbanismo constitui, mesmo no cenário contemporâneo, um fenómeno de enorme relevo e digno de atenção científica.

Ao invés, neste último capítulo, o ângulo de observação é totalmente diferente. Inspira-se num conjunto de contributos teóricos - mas também, nalguns casos, de pesquisa aplicada - que não se ocupam directamente da cidade, mas podem desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento futuro da sociologia urbana. Esses contributos, pela sua evidente heterogeneidade, enfrentam a peito descoberto um nó teórico que, na história da sociologia urbana, foi deixado com frequência de lado ou, pelo menos, não resolvido: o da relação entre a acção e os sistemas sociais, por um lado, e o espaço (ou, melhor, a dimensão espaço-temporal), por outro. Assim, têm o espaço, por assim dizer, no próprio coração da teoria sociológica, na

sua expressão mais geral, pois em vez do estudo de algumas subdisciplinas especializadas ocupam-se antes de particulares tipos de entidades sociais

dotadas de valência espacial, como a cidade, os aglomerados rurais, a região, etc. Ao procederem assim, contribuem para o desenvolvimento de toda a sociologia, renovando a estratégia teórica da sociologia «clássica» numa direcção que no ponto 1. 2. 5 se definiu como espacialista. De qualquer modo, porém, parecem prefigurar uma transformação do estudo das várias entidades socioespaciais e, em particular, da cidade.

Para esclarecer melhor este ponto, confrontaremos agora as duas estratégias teóricas aqui evocadas (a clássica e a espacialista), esquematizando-as de tal modo que se possam acentuar as diferenças, advertindo, todavia, que a gama das posições efectivamente presentes na literatura sociológica é muito mais variegada e as distinções mais complexas e esbatidas.

Ao referirmo-nos ao conjunto da sociologia clássica (e, portanto, não só e não tanto à sociologia urbana), temos de admitir que a relação entre a dimensão social e a espacial não é objecto de particular consideração. De um modo global, a teoria desenvolve-se tentando definir as relações causais que existem entre fenómenos sociais interactuantes, os quais tendem a ser considerados válidos independentemente do espaço e do tempo em que se manifestam e, por conseguinte, a análise teórica assume um carácter anespacial e atemporal. Quanto muito, algumas teorias introduzem critérios implícitos de delimitação espaço-temporal - por exemplo, afirmando que uma dada relação só serve para as «sociedades industriais». Uma indicação deste tipo atribui à teoria uma valência espaço-temporal muito vaga e definida só por exclusão - no caso citado, exclui que a relação em vista se verifique nas sociedades actuais de carácter não industrial ou nas pré-industriais do passado. Assim, na sua essência, a teoria não inclui as variáveis espaço-temporais na sua estrutura explicativa.

Esta tende a interessar-se pelo espaço e pelo tempo, quando do nível da análise «pura» se passa para o do estudo «empírico» ou aplicativo. Para dar um exemplo puramente hipotético e simplificado (e, portanto, não correspondente às teses de um autor em particular), suponhamos que uma teoria sustenta a existência de uma relação para a qual o desenvolvimento industrial implique redução da dimensão das famílias. Na sua formulação abstracta, essa teoria apresentar-se-á como dotada de valor geral, pelo menos a respeito das sociedades industriais. É, porém, possível que alguns sociólogos, inspirados nela, procurem estudar empiricamente as relações existentes entre industrialização e evolução da família em contextos particulares e cheguem assim à conclusão de que somente em alguns deles a relação mencionada por hipótese é efectivamente observável, enquanto noutros não se dá ou não é visível com clareza. Neste ponto, para explicar as diferenças entre as observações empíricas efectuadas, mantendo segura a referência à teoria geral, é provável que os autores da pesquisa recorram a variáveis espaciais e temporais exógenas

nos confrontos da teoria, como, por exemplo, sustentando que os casos em que a relação não se dá constituem «anomalias» porque influem nelas factores particulares ligados à posição geográfica ou à tradição local. Por outras palavras, espaço e tempo são evocados apenas para explicar divergências sobre uma tendência hipotética da teoria «pura» ou flutuações no grau de intensidade com que a tendência se manifesta em várias situações. De qualquer modo, as variáveis espaço-temporais situam-se a um nível lógico diferente e, em última análise, inferior, em relação ao das variáveis efectivamente explicativas.

A estratégia teórica espacialista deita por terra esta argumentação. Na sua perspectiva, definir relações entre fenómenos sociais que prescindam do espaço e do tempo não constitui um esforço de abstracção, mas

antes um empobrecimento da interpretação. Com efeito, os fenómenos sociais são accionados pela combinação de um conjunto de mecanismos e experiências efectuados por uma multiplicidade de actores, individual ou colectivamente. Cada um desses mecanismos não se executa numa espécie de vácuo pneumático, mas no âmbito de situações bem definidas e inevitavelmente conotadas a referências espaciais e temporais. O indivíduo que actua e efectua a experiência - seja um indivíduo, um grupo ou uma organização - opera num contexto dentro do qual se forma um raio de acção específico, e este último é entendido quer em chave espacial (a acção parte de um indivíduo localizado e atinge outros indivíduos a maior ou menor distância) quer em chave temporal (a acção relaciona-se com uma curva de tempo em que ela assume significado). Por conseguinte, as variáveis espaço-temporais intervêm forçosamente para definir a acção e determinar o sentido: são contextuais a ela e devem considerar-se já no momento em que se formula a teoria sociológica ao seu nível mais « puro ».

Para retomar o exemplo precedente, na óptica espacialista (que, como

vimos, também é temporalista) o estudo das relações entre desenvolvimento industrial e dimensão da família deve ser conduzido focalizando a atenção na situação que a industrialização determina e sobre as modalidades com que as famílias enfrentam estas situações, adaptando-se-lhes ou mesmo tentando modificá-las. Nesse estudo, a dimensão espaço-temporal é mencionada continuamente: por exemplo, salienta-se o facto de o desenvolvimento industrial implicar maior mobilidade da população no território, implicar -

pelo menos, nalgumas fases - concentração da população e impor ritmos temporários (diários, semanais, etc.) determinados pela organização do trabalho, etc. Tentar-se-á, pois, compreender o significado desta situação para as famílias que operam nela: que estratégias podem pôr em prática, que oportunidades podem obter e que limites lhes são impostos. Desta análise, poder-se-á ser levado a estabelecer relações apenas referentes a contextos particulares ou de mais largo alcance. Em ambos os casos, as referências ao

espaço e ao tempo serão provavelmente diferentes, mas estarão presentes e providas de igual dignidade teórica.

Como em seguida parecerá óbvio, a perspectiva agora evocada não se

apresenta realmente como um paradigma claramente definido e dotado de uma instrumentação teórica e coerente. Manifesta-se antes, hoje, como um

conjunto incoerente de reflexões e propostas analíticas, que, todavia, já são suficientes para deixar entrever uma linha de desenvolvimento ao menos parcialmente convergente.

O presente capítulo propõe-se examinar algumas destas propostas, dando espaço sobretudo às que possam oferecer motivos para o trabalho do sociólogo urbano. Por isso, pois, a dimensão espacial tenderá a atrair a atenção mais do que a temporal, embora nos mantenhamos conscientes do facto de que a ligação entre as duas é assaz profunda. A organização da exposição segue um percurso que vai do pólo micro ao macrosociológico

- a parte dos conceitos que se referem ao indivíduo agente e à sua relação com o espaço (ponto 6. 1), para passar aos relativos à interacção e às redes sociais (ponto 6. 2), concluindo, portanto, com os respeitantes à dimensão espacial dos sistemas e das sociedades locais (ponto 6. 3).

6. 1. 2. A acção situada, o corpo e o espaço

Não só no campo da sociologia, mas também no da psicologia social e das ciências cognitivas, no período mais recente, multiplicaram-se as tentativas para renovar as interpretações da acção social e da racionalidade do indivíduo agente, por forma a evidenciar a estreita relação que se verifica entre a acção e o contexto em que se insere, superando a nítida separação entre os dois elementos que estava implícita nas concepções clássicas. Nestas últimas, e serve de exemplo a concepção da racionalidade predominante nas teorias económicas, nota-se de facto uma forte dicotomia entre o projecto de acção racional que está «dentro» do indivíduo e as circunstâncias ambientais que se encontram «fora» - o indivíduo tem em mente um fim («interno») e, com o objectivo de o realizar, avalia racionalmente as circunstâncias («externas») para poder seleccionar os meios mais apropriados para a consecução desse fim.

Indubitavelmente, esta concepção da acção permitiu elaborar teorias abstractas e formalizadas, dotadas de amplo poder explicativo, sobretudo no campo económico. Todavia, a representação do processo decisional, em

que se baseia, apresenta-se demasiado simplificada para poder dar conta da variedade das situações em que assumem forma as acções dos indivíduos durante a sua vida quotidiana. Por isso, muitas linhas de pesquisa foram empreendidas na tentativa de construir modelos analíticos mais flexíveis

e aptos para mostrar o carácter multiforme da racionalidade dos actores. Entre elas, algumas apontam - como se referiu há pouco - para reduzir sensivelmente (senão abolir) as distâncias entre a suposta racionalidade ordenadora do projecto «intemo» do indivíduo e o carácter contingente das circunstâncias ambientais.

Nesta linha, levanta-se, por exemplo, a teoria da acção situada, proposta por Suchman (1987) e outros autores, a qual insiste no facto de que um curso de acção inteligente se desenrola em estreita ligação com as circunstâncias presentes na situação e opera uma adaptação contínua. Isto significa não só que o indivíduo procura determinar na situação os instrumentos mais adequados aos seus fins - que, em geral, são múltiplos e nem sempre dotados de total coerência -, baseando-se nas informações de que dispõe, mas também que está disposto a negociar os próprios fins com base nos estímulos provenientes da situação, modificando-os, precisando-os e até abandonando alguns e «inventando» novos. Ao mesmo tempo, embora adaptando-se à situação, os indivíduos reactivam nela e depois transformam-na.

Esta concepção não sustenta que, ao agir, o indivíduo não formule planos, mas afirma que esses planos são activados durante o próprio curso da acção e em contacto com uma situação «local».

Assim, mesmo quando eles abarcam um largo arco de tempo, são dotados de flexibilidade a curto prazo, e é precisamente a essa flexibilidade que se deve muitas vezes a sua eficácia durante muito tempo. Em suma, para retomar uma metáfora teatral, empregada frequentemente nas ciencias sociais (Goffman, 1959), temos de admitir que o «guião» com base no qual os actores sociais recitam os papéis previstos, se assemelha ao típico da comedia delVarte dos séculos XVI e XVII - consiste em poucas e sumárias anotações, que eles interpretam de modo improvisado, à vez, tendo em conta a sua experiência, mas também as contingências locais e as reacções variáveis do público (Mantovani, 1995). Resumindo, «a acção situada é uma propriedade emergente das interacções, momento a momento, dos actores e entre estes e os ambientes da interacção» (Suchman, 1987, p. 179).

Na teoria agora referida, a alusão ao ambiente e à situação remete para uma multiplicidade de factores, que não se reduzem apenas ao contexto material e espacial da acção, mas que o compreendem como elemento significativo. Alargando o horizonte para entender os seus outros contributos, não é difícil encontrar ulteriores instrumentos conceptuais para uma interpretação da acção social em que têm um peso especial as variáveis físicas e espaciais, e em que próprio indivíduo não é entendido como puro espírito dedicado à projecção da acção, mas é acima de tudo um corpo que se move no espaço e tem consciência de si próprio e do ambiente que o circunda.

Pode revelar-se útil introduzir, a esse propósito, dois conceitos, elaborados no âmbito da psicologia, que permitem interpretar analiticamente esta relação entre o corpo do indivíduo e o espaço, a qual é o pressuposto de toda a forma de acção possível e de experiência situada.

1. O primeiro é o conceito de esquema corporal. Segundo Schilder (1950, p. 35), «o esquema corporal é a imagem tridimensional que cada um de nós tem de si próprio». Corresponde, por outras palavras, a uma

imagem do corpo que o indivíduo forma com base num conjunto de sensa-

ções de várias naturezas (visuais, tácteis, térmicas ... » com as quais o corpo é percebido, por assim dizer, quer do interior, quer do exterior. No entanto, o esquema corporal é algo que ultrapassa a soma das sensações singulares -

é a percepção da unidade do corpo. A presença deste esquema da unidade corporal apoia-se em bases fisiológicas e está associada a sensações fundamentais de prazer e dor - nesse sentido, o esquema corporal interessa ao

campo de pesquisa próprio da psicanálise. Mas, sobretudo, representa um

quadro de referência interna que permite definir as relações recíprocas entre as partes do corpo e, portanto, estabelecer coordenadas que permitem a orientação (como a distinção entre a parte direita e a parte esquerda, entre à frente e atrás, entre acima e abaixo). Essas mesmas coordenadas, que servem para a percepção da espacialidade do próprio corpo, são depois «projectadas» para o exterior, nos confrontos do ambiente circundante, e representam critérios para se orientar aí - também no ambiente se notam eixos de diferenciação direita-esquerda, à frente-atrás, acima-abaixo, estabelecendo uma espécie de dupla reflexão entre a imagem do corpo e a do espaço exterior.

2. Um segundo conceito, que o primeiro pressupõe, é o de orientação espacial. A partir do esquema corporal, a identificação de elementos específicos no espaço circundante e a definição de pontos de referência são pressupostos essenciais do comportamento - isto aplica-se ao homem assim como às outras espécies animais. A capacidade de orientação baseia-se em

pressupostos biopsicológicos, mas é adquirida através de um processo de «familiarização» progressiva com o espaço, que se declara já na primeira infância. Intervêm duas fontes de conhecimento neste processo - a primeira deriva directamente da actividade do indivíduo e a segunda das mensagens que o ambiente envia ao indivíduo através da linguagem. Assim, «o conhecimento directo do espaço na prática quotidiana da criança pequena com-

põe-se sobretudo de atitudes exploratórias e manipulações de objectos.

O conhecimento indirecto do espaço transmitido pelo ambiente consiste principalmente tanto na denominação dos objectos e dos lugares, como nas

ordens e nas proibições que se lhes referem» (Lurçat, 1976, p. 15). Entre os

dois aspectos ocorre uma forte interacção. Com efeito, nem todo o comportamento espacial detern-una um aumento da capacidade de orientação -

para que tal aconteça, é necessário que exista uma actividade adequada, como, por exemplo, a de se concentrar num lugar, identificar aí os objectos, deslocá-los, etc. Para a criança pequena, como é óbvio, a possibilidade de executar estas actividades depende muito da liberdade de acção que lhe concedem. Mas, mesmo no caso dos adultos, intervêm potencialidades e restrições que dependem de condicionamentos ligados ao nível de instrução, ao gênero, ao estilo de vida, etc. Por conseguinte, a capacidade de orientação espacial e as imagens do espaço que derivam do uso dessas capacidades diversificam-se de modo não marginal nos vários indivíduos, mesmo quando pertencem ao mesmo universo cultural.

Com maior razão, estas diferenças tomam-se mais profundas quando se confronta a percepção e o uso do espaço por parte de indivíduos pertencentes a universos culturais diferentes. A esse respeito, pode dizer-se que pessoas de culturas diferentes habitam - em alguma medida - mundos sensoriais distintos, em que a sua experiência do espaço é filtrada por «grelhas» culturais, capazes de seleccionar de maneira diferente os estímulos sensoriais provenientes do ambiente. Para dar um exemplo, como muitos autores observaram, a importância das percepções tácteis e olfactivas na definição do ambiente mostra-se assim menos relevante na cultura europeia e, sobretudo, na norte-americana que noutras, como a árabe.

Em referência a estas diferenças interculturais e, mais em geral, ao papel da cultura na representação do espaço, em fins dos anos 60 registou-se forte eco em múltiplos ambientes disciplinares à proposta teórica de Hall (1966), para dar vida a uma nova linha de pesquisa psicoantropológica, denominada prossêmica. Com este termo, pretendia designar «as observações e teorias relativas ao uso do espaço no homem, entendido como uma elaboração específica da cultura» (p. 7). Um aspecto muito notável da sua análise é o referente ao papel da distância física na definição da natureza da interacção social junto das camadas médias dos Estados Unidos. Na sua opinião, nesse contexto social, as interacções entre indivíduos em presença comum assumem diferentes significados em função da distância física que os separa. Podem, em particular, identificar-se os seguintes casos fundamentais:

1. Distância íntima (do contacto até 45 cm de distância): a presença do outro é invasora e até muito envolvente, pela intensificação dos contributos sensoriais (percepção do calor corporal, sensações olfactivas, etc.). Quando não implica relações de particular intimidade, essa distância pode ser percebida de forma fastidiosa, como uma intrusão inoportuna.
2. Distância pessoal (de 45 cm a 120 cm): pode ser representada como uma espécie de uma pequena esfera protectora que separa um indivíduo dos outros numa fase em que não há contacto corporal, embora exista a possibilidade de o instaurar facilmente. Dois interlocutores que discutem argumentos de carácter pessoal tendem a colocar-se a essa distância.

3. Distância social (de 1,2 m a 3,6 m): o contacto físico já não é possível, senão à custa de um esforço especial, e os pormenores do rosto do interlocutor começam a tomar-se menos perceptíveis. A conversa desenrola-se num tom de voz «normal» e aborda argumentos impessoais (aliás, o tom da voz difere com a variação das culturas: o do americano médio é mais baixo que o dos árabes e mais alto que o dos ingleses pertencentes a camadas superiores).

4. Distância pública (de 3,7 m a 7,5 m): situa-se nitidamente além da esfera do desenvolvimento pessoal e é suficientemente ampla para permitir uma acção de fuga ou de defesa em caso de ameaça. A voz é alta, sem atingir o máximo do volume, e a maneira de falar tende a tornar-se formal, ou seja, usar palavras ponderadas, frases bem construídas, etc. Os elementos não verbais da comunicação não são facilmente perceptíveis, a menos

que se traduzam em atitudes ou formas de gesticulação explícitas.

6. 1. 3. O comportamento em público

Os conceitos atrás introduzidos servem para esclarecer de que modo o indivíduo, agindo no âmbito de situação es sempre mutáveis, aprende a definir a sua dimensão corporal e espacial e - quase ao mesmo tempo adquire a competência necessária para «usar» o espaço exterior, encontrando nele os pontos de referência significativos para a interacção com outros indivíduos.

Podemos agora voltar a atenção para a relação entre o indivíduo e os pontos de referência espaciais no ambiente circundante. E, a esse respeito, convém realçar o contributo proveniente de um autor que, embora tendo vivido em tempos relativamente recentes, já assumiu os contornos de uma figura clássica: Erving Goffman.

Grande parte do trabalho deste sociólogo relaciona-se com as regras que regem o comportamento quotidiano dos actores sociais, em especial

nas conversas e nas interacções face a face. No estudo dessas regras, mergulha num trabalho de análise aguda e pormenorizada das práticas repetidas e das rotinas aplicadas pelo próprio indivíduo sem lhes prestar atenção, mas que, porém, com o seu bom funcionamento, concorrem para produzir aspectos importantes da organização da vida quotidiana, ou seja - segundo a expressão do próprio Goffman -, da ordem social. Alguns trabalhos con-

centram-se particularmente no comportamento em público, isto é, nas situações em que o indivíduo é exposto à presença dos outros num cenário aberto e acessível. Neste contexto, é atribuído grande relevo ao modo como se interpreta e utiliza o espaço, por vezes com o objectivo, por parte do indivíduo, de tutelar a sua privacidade de potenciais intrusões e ofensas prove-

nientes de outros e adequar-se a normas comportamentais que se sabem compartilhadas e aceites universalmente e estão, portanto, aptas a manter a sua personalidade a coberto das opiniões alheias.

No decurso dessas análises, Goffman (197 1) elabora conceitos de elevada relevância para o quadro analítico que tentamos construir.

Alguns referem-se àqueles que, no seu conjunto, são denominados territórios do si. Com esta expressão, pretende-se designar espaços - e objectos que fazem parte de um contexto espacial - que constituem outros tantos «territórios» do indivíduo. «Territórios» é aqui entendido no sentido que a

etologia confere ao termo, ou seja, como âmbitos em que os indivíduos avançam «reivindicações» e se abstêm de manifestar direitos particulares. No seio dos territórios do si podem reconhecer-se sub-âmbitos e objectos específicos, em referência aos quais as reivindicações assumem conotações especiais. Por exemplo, Goffman considera muito importante o reconhecimento de um espaço pessoal - é o espaço que circunda um indivíduo, compreendido dentro de uma distância do sujeito análoga àquela a que Hall chama distância pessoal. No caso de esse espaço ser invadido por outra pessoa, o indivíduo em causa experimenta a sensação de ser usurpado/a e, às vezes, reage com uma atitude de afastamento. O espaço social muda com as atitudes do indivíduo e, ao contrário, o lugar é um espaço exterior bem definido (como um lugar sentado no metropolitano ou uma cabina telefónica livre) reivindicado temporariamente, embora não possa ser compartilhado com outros, pelo menos no mesmo período de tempo. O território de posse é constituído por um conjunto de objectos que podem ser identificados com o indivíduo e são dispostos em torno do seu corpo. Alguns

movem-se com o próprio indivíduo (como por exemplo, as luvas, o chapéu, o conteúdo dos bolsos), enquanto outros podem encontrar-se em contextos específicos e reivindicados temporariamente (como um cinzeiro ou um jornal encontrados numa sala de espera). Os sinais são, ao invés, objectos que indicam a reivindicação de um território ou delimitam os seus confins - são exemplos disso as bolsas utilizadas para ocupar uma poltrona num meio de transporte público ou a barra que nos supermercados separa os amigos comprados por dois clientes consecutivos ou ainda os graffiti que limitam os territórios de duas agregações juvenis underground.

A forma e extensão dos territórios do si variam em função das culturas, mas também da idade (por exemplo, os adultos efectuam, nos confrontos com as crianças, intrusões que não lhes seriam permitidas perante outros adultos) e da classe social. Na verdade, «na linha máxima, é mais elevado o nível social, mais ampla a dimensão de todos os territórios do si e maior o controlo sobre os seus confins» (ibidem, p. 3 1). As violações dos espaços reivindicados por um indivíduo dizem-se ofensas territoriais podem ocorrer não só através da intrusão directa de outro indivíduo mas

também indirecta, por exemplo com o uso de um tom de voz demasiado elevado em relação às circunstâncias, com a produção de rumores, etc.

Um espaço que circunda o indivíduo, mas é mais amplo que o pessoal, é denotado por Goffman Umwelt, ou ambiente circundante. É entendido

como uma espécie de «contorno» do indivíduo, ou uma região «em cujo interior se encontram e têm origem os sinais de alarme que eles podem detectar, assim como as fontes de alarme. Provavelmente, para o indivíduo, esse contorno tem um raio de poucos metros» (ibidem, pp. 166-167). Como as pessoas se movem, também o Umwelt se desloca, como uma bola que contém eventos sempre mutáveis que podem envolver o indivíduo. O conceito agora referido diz respeito a um aspecto do comportamento espacial a que Goffman atribui particular interesse - o controlo das fontes de perigo

e a satisfação das exigências fundamentais de segurança, entendidas na sua acepção mais ampla.

O sociólogo norte-americano introduz depois uma série de conceitos que se referem a comportamentos estereotipados do indivíduo, ocorridos durante as interacções em público e, em alguns casos, referidos ao uso do espaço e aos movimentos do corpo. Entre eles, podemos citar as glosas do corpo, correspondentes a um comportamento ostensivo e evidente, que servem para favorecer uma interpretação benévola da própria acção, evitando equívocos ou mal-entendidos que poderiam constituir fonte de embaraço ou de juízo negativo. São exemplo de glosas do corpo o gesto com que se repudia ostensivamente o olhar de uma pessoa que fita com demasiada insistência (para evitar demonstrar um interesse excessivo e embaraçoso), os gestos de contrição e o acto de fugir em bicos dos pés, quando se abandona uma reunião antes de ter terminado, ou ainda repreender, com demasiada rudeza, o filho pequeno que mexe em objectos pertencentes a um estranho.

6. 1. 4. As molduras espaciais da acção

Neste e noutros conceitos análogos, elaborados por Goffman para interpretar aspectos aparentemente banais do comportamento espacial, a dimensão intersubjectiva da acção já se encontra totalmente presente. Com efeito, eles evidenciam, como todos os actores sociais, as circunstâncias mais correntes e habituais, são constantemente obrigados a operar num contexto espacial de tal modo que confere à sua acção um significado compreensível por parte dos outros actores, tentando prever as reacções e evitando gerar equívocos e interpretações desfavoráveis. Em resumo, no comportamento de cada sujeito individual, os outros estão sempre presentes - pelo menos, implicitamente - e considerados sujeitos, ou seja, indivíduos capazes de compreender o significado das acções e reagir de forma coerente.

O que acabamos de observar implica que os indivíduos - para agirem com eficácia numa situação configurada no espaço e no tempo - devem operar continuamente uma interpretação da mesma, procurando, ao mesmo tempo, colocar essas interpretações em sintonia com as que se supõe que os outros enfrentam, a partir dos indivíduos efectivamente co-presentes. Por vez@@s, a interpretação impõe-se quase automaticamente - ela é bem clara e não provoca surpresa. Noutros casos, contém grandes margens de ambiguidade e a sua decifração exige um esforço, esforço esse de cujos resultados depende o êxito da acção. Como várias vezes se salientou, a vida citadina, pela sua natureza variável e imprevisível, é particularmente rica de exemplos dessa ambiguidade. Não é raro que a dificuldade em interpretar uma situação esteja na origem de consequências indesejadas e, em alguns casos, dramáticas. Para dar um exemplo, a vítima de uma agressão, em estado de choque, que procura ajuda agitando-se de forma confusa, pode ser confundida com um ébrio e receber apenas reacções de rejeição por parte do público. No entanto, mesmo em casos menos excepcionais, a possibilidade de equívoco ou, simplesmente, de um pluralismo na interpretação das situações está sempre presente e em medida particularmente elevada quando - como acontece no ambiente urbano - os actores são muitos e heterogéneos e os cenários mudam muito rapidamente.

Para simplificar (mas apenas em parte), neste trabalho interpretativo dos indivíduos intervém a presença, nas situações, de sinais de várias naturezas, que funcionam como pontos de referência e favorecem a «sintonização» das interpretações. Em parte, esses sinais são emitidos pelos próprios indivíduos, no decurso da interacção, e, em parte, já estão contidos no contacto espacial e temporal da acção. Em geral, servem para enquadrar uma situação e organizar a acção e a experiência que os indivíduos efectuem no seu interior. Idealmente, isolam uma situação particular das outras e colocam à sua volta uma espécie de «moldura», que a delimita e serve também para a caracterizar de modo distinto, tal como a moldura de um quadro marca a distinção entre a tela pintada e o contorno espacial (por exemplo, a parede e a tapeçaria que a cobre), salientando o carácter específico do quadro e fazendo compreender que a imagem que contém tem um sentido lógico diferente da contida noutros elementos do ambiente (por exemplo, nas decorações da tapeçaria).

A ideia da moldura, aqui citada, corresponde a um conceito mais uma vez proposto por Goffman (1974), apesar de retomado da terminologia do filósofo americano Bateson - trata-se do conceito expresso com a palavra *frame*, que significa precisamente «moldura» ou «bastidor». «Uma *frame* pode definir-se em geral como uma ‘moldura simbólica’ que toma única uma determinada situação social, delimitando-a em relação a outras situações. No interior desta moldura, o que os actores ‘fazem’ assume um sentido

específico» (Dal Lago, 1990, p. 62). Os exemplos de frame são numerosos: é particularmente significativo o das molduras que distinguem as situações divertidas em que «é a brincar» ou «é a sério». Neste caso, a moldura pode ser constituída por elementos puramente imateriais - ou seja, sinais comunicativos ou, ainda melhor, «metacomunicativos» (quando se trata de uma comunicação que interpreta outra comunicação) trocados pelos indivíduos agentes. Nesse sentido, uma expressão irónica e indulgente desenhada no rosto de uma pessoa que repreende outra esclarece que as palavras pronunciadas não devem ser entendidas no seu significado habitual e servem apenas para despertar o riso. A resposta do interlocutor no mesmo

tom humorístico mostra que o sinal foi recebido e devolvido, e o quadro encerra-se, isolando este diálogo de uma eventual conversa «séria».

Noutros casos, podem concorrer para definir aframe elementos espaciais do ambiente, assim como coordenadas temporais. Para retomar o exemplo da distinção do «fingimento» da realidade», existem lugares que, pela sua natureza, fazem adquirir à acção o significado do jogo. Nesse sentido, o palco teatral e o pano de boca que o separa da plateia reservada aos

espectadores representam um caso em que a ideia da moldura encontra uma expressão material e quase lateral. A forma e a função do espaço têm aqui um papel determinante. Mas o tempo também é decisivo: a cena que se observa no palco tem o carácter da função quando se representa o espectáculo. Pelo contrário, se um espectador hipotético a observasse noutros momentos - quando se procede à limpeza ou se monta a iluminação -, seria induzido a considerar aquilo que via, não como uma função, mas como uma cena da vida «real».

O caso agora citado da distinção entre jogo e realidade toma-se totalmente evidente se nos referirmos a situações de espectáculo. Noutras situações, a distinção não é tão clara, além de que intervêm molduras importantes que têm a ver ainda com a qualidade expressiva da acção. O próprio Goffman emprega a esse respeito um ulterior par de conceitos que se referem aos âmbitos espaciais que operam como moldura da interacção - o de ribalta (front region) e bastidores (back region). O mundo do teatro volta a ser evocado, mas apenas de modo metafórico. Com efeito, mais em geral, as zonas da ribalta são aquelas em que os indivíduos interactivam segundo regras formais e em obediência a códigos que impõem um uso correcto da linguagem, a manutenção de uma conduta decorosa, etc. As zonas dos bastidores, ao contrário, são aquelas em que é permitido aos indivíduos um comportamento informal, dando mais livre curso às sensações. Os exemplos podem ser muitos: no máximo, os espaços privados (por exemplo, a habitação) são molduras que qualificam a interacção como típica de bastidores, enquanto os espaços públicos e os lugares de trabalho têm o carácter de ribalta. Contudo, tanto nuns como noutros podem traçar-se distinções

mais subtis. Na habitação, alguns espaços - como a saleta e o estúdio podem ser usados para as relações sociais com estranhos, adquirindo assim a função da ribalta, enquanto outros - como o quarto ou a casa de banho -

fazem unicamente de bastidores. Na sede dos escritórios de uma empresa, há lugares que exaltam o seu significado de ribalta, como a sala do conselho de administração, enquanto outros, como os corredores adjacentes, se situam nos bastidores, onde os conselheiros acodem para respirar um pouco de ar fresco, fumar um cigarro ou trocar impressões informais.

No seu conjunto, a cidade é um ambiente particularmente denso de sinais que ajudam a definir as molduras da acção: os seus espaços estão repletos de divisões funcionais, cheios de símbolos arquitectónicos «fortes» e elementos decorativos, por vezes construídos com o objectivo de transmitir mensagens que encaminham comportamentos. Todavia, esta densidade das frames faz com que as suas mensagens se amontoem e entremchoquem de forma a gerar novas complexidades e novas razões de ambiguidade. Além disso, a variedade dos indivíduos co-presentes e das culturas de que são portadores conduz com frequência a discordâncias e conflitos na interpretação das molduras - o que para alguns é o espaço do gracejo, para outros constitui o da realidade, a área da ribalta ocupada por alguns grupos sociais é interpretada por outros como bastidores. Por esse motivo, na cidade, o momento da ambiguidade e o da sua resolução mesclam-se numa actividade interpretativa, que se renova continuamente, que nunca tem um início ou um fim no sentido absoluto.

6. 2. O nível «meso»: a interacção social no espaço

6. 2. 1. Interacções em co-presença e à distância

Neste ponto, a atenção volta-se para o nível da análise psicológica, que ocupa, por assim dizer, uma posição intermédia entre o nível microsociológico, dentro do qual se situa o estudo do indivíduo e da acção social, e o macrosociológico, respeitante à análise dos grandes agregados sociais. Trata-se, portanto, de um nível a que muitos autores chamam «mesosociológico» (Collins, 1988) e que vê como objecto fundamental de interesse a interacção entre muitos indivíduos agentes, e não apenas as relações que se vêem a definir por efeito dessas interacções, sobretudo da sua repetição no tempo.

Na teoria sociológica, por interacção entende-se, em geral, uma relação entre dois ou mais indivíduos no decurso da qual estes últimos modificam reiteradamente os respectivos comportamentos, por forma a terem em

conta as respostas dos outros indivíduos, quer antecipando-se, quer adequando-se, depois de terem sido postos efectivamente em acção. A interacção estabelece um contacto entre os indivíduos e implica uma troca de mensagens que não se desenrola forçosamente de modo totalmente consciente (por exemplo, no caso das glosas do corpo, o indivíduo que as adopta transmite efectivamente uma mensagem identificável, mas, na maior parte das vezes, fá-lo agindo de uma maneira acentuadamente estandardizada e quase automática). A troca de mensagens implica a emissão e recepção de sinais, que se fazem corresponder aos significados, através de um código de comunicação, o qual se compõe de um conjunto de símbolos e regras para

a sua combinação. Para que a emissão da mensagem se possa na verdade consumir, é necessário que os sinais transtribuídos sejam dotados de um

canal, isto é, de um meio ou apoio físico da comunicação - por exemplo, no caso da comunicação oral, este meio é constituído pelo ar, que, com as suas vibrações, permite a transmissão dos sinais sonoros.

Deve estabelecer-se uma distinção essencial entre as interacções ocorridas em co-presença dos indivíduos e as efectuadas à distância. Esta diz respeito, acima de tudo, à natureza dos sinais e dos meios de comunicação utilizados - no caso da interacção em co-presença, a emissão de mensagens realiza-se essencialmente através do uso do corpo (com a palavra, o gesto, a postura, etc.) e a recepção implica a utilização dos cinco sentidos. No caso da comunicação à distância, ao invés, a transmissão de mensagens é tomada possível pela intervenção da tecnologia mais ou menos complexa e do trabalho de outros indivíduos, empenhados na projecção e na gestão da instrumentação.

Um segundo elemento de distinção intrinsecamente ligado ao primeiro refere-se à dimensão espaço-temporal da interacção. No caso da interacção em co-presença, essa dimensão acha-se forçosamente limitada pelas caracte-

terísticas biopsíquicas do corpo humano - por exemplo, o volume da voz humana e a potencialidade do ouvido fixam os limites máximos da distância na interacção verbal. Apesar disso, a esfera deste tipo de interacção é suficientemente ampla para poder dar origem a uma articulação de nume-

rosos planos espaciais: como mostram as análises de Hall sobre o papel da distância e sobre a sua codificação nas várias culturas, pode passar-se de situações em que a co-presença equivale à intimidade e ao contacto físico para outra em que ela permite um amplo anonimato. Na interacção imediata de instrumentos de telecomunicação, a distância pode ser superada com

custos mais ou menos elevados e tempos de transmissão por vezes quase instantâneos (como no caso do telefone) ou exigir intervalos mais ou menos longos entre a emissão e a recepção da mensagem (como no do correio). No entanto, esta possibilidade de superar as distâncias não se deve confundir com a ausência de condicionamentos espaciais. Os meios de

comunicação à distância tomam possível uma interacção não puramente local, mas nem por isso capaz de ligar qualquer ponto do espaço com qualquer outro. A ligação potencial entre indivíduos que se encontram em dois pontos distantes do espaço depende sobretudo da estrutura das redes de comunicação. O efectivo depende também de laços de várias naturezas que se impõem aos vários indivíduos - por exemplo, laços relativos à possibilidade de suportar o custo da comunicação.

Como a análise sociológica salientou muitas vezes (pense-se nos trabalhos de McLuhan), o meio de comunicação não é neutral nos confrontos da natureza da interacção, mas por vezes influi notavelmente nas modalidades em que actua. A linha de demarcação mais relevante é, mais uma vez, a que se situa entre a interacção em co-presença e à distância. As situações de presença permitem aos autores o uso simultâneo de mais códigos de comunicação - por exemplo, pronunciar frases e, ao mesmo tempo, sublinhar e comentar com o recurso a sinais gestuais e posturas do corpo. A tudo isto pode ainda acrescentar-se o uso de sinais visíveis (o traje que se veste, a caracterização) e até olfactivos (o perfume eventualmente utilizado): deriva daí uma extrema complexidade do intercâmbio comunicativo, que exige aos interlocutores o uso de determinados códigos - por exemplo, não nos podemos servir de sinais visíveis para comunicar com o interlocutor distante durante um telefonema. Nas teleconferências, em contrapartida, será possível recorrer a sinais acústicos e visíveis (embora o seu uso seja inevitavelmente modificado pela natureza do meio) em que serão, porém, obviamente, excluídas as mensagens olfactivas e tácteis.

A esse respeito, além das diferenças entre comunicação directa e à distância, vale a pena considerar as que dependem da especificidade dos diversos meios de telecomunicação. Uma linha de pesquisa particularmente interessante, que se abriu nestes anos, é a que se refere à natureza da comunicação mediata do computador e das redes interactivas (como a Internet), até à que se verifica na chamada «realidade virtual». Efectuaram-se estudos interessantes, por exemplo para verificar de que modo a comunicação por via electrónica influi nas modalidades de apresentação da sua identidade, na defesa da privacidade, no respeito pelas convenções sociais e até no uso da linguagem (Mantovani, 1995). Os resultados destes estudos fazem emergir aspectos relevantes e por vezes curiosos, que realçam caracteres da interacção social relativamente imprevisíveis. Viu-se, por exemplo, que não é raro, nas comunidades electrónicas que utilizem redes computadorizadas, um indivíduo comunicar com outros ocultando-se atrás de uma identidade fictícia, e apresentando-se como uma pessoa de idade ou de sexo diferentes dos «reais»; também se observou, nas mesmas comunidades, o fenómeno do *flaming*, que consiste no uso de uma linguagem descortês e modalidades comunicativas bruscas e mal-educadas (Siegel et al., 1986). A explicação

destes fenómenos não é simples. De qualquer modo, não remete certamente apenas para as características técnicas do meio de comunicação, mas antes para as interacções entre estas e as regras socioculturais que presidem à interacção entre os indivíduos, nos âmbitos socioculturais de que provêm.

6. 2. 2. A coordenação das interacções

Na vida social e, sobretudo, na citadina, todos os dias se verificam inúmeras interacções. Uma parte delas reveste-se de um carácter casual e contingente - tais são, por exemplo, os encontros ocasionais em público entre desconhecidos. Em grande parte, porém, as interacções têm um carácter repetitivo e intencional - verificam-se entre actores que se conhecem reciprocamente ou, pelo menos, que conhecem um do outro o suficiente para desempenharem papéis no seio de subsistemas sociais específicos.

Nestes casos, são as próprias tarefas previstas pelo papel que motivam a interacção - por exemplo, para exercer o papel de médico, tem de se

encontrar repetidamente com os seus pacientes. Em todo o caso, a repetição da interacção tende normalmente a estabelecer entre os indivíduos relações de interdependência, principalmente caracterizadas por cooperação, complementaridade, competição ou conflito (ou mesmo por mais de um

desses aspectos simultaneamente).

Giddens (1984, p. 30) define integração como a instauração dessa trama de relações de interdependência e reciprocidade. Além disso, retomando de uma forma inovadora uma distinção já proposta por Lockwood (1964), distingue entre dois tipos de integração e chama integração social à reciprocidade que se estabelece entre indivíduos em contextos de co-presença e integração sistémica «a interligações com aqueles que estão fisicamente ausentes no tempo e no espaço».

Uma vez que, como vimos, a acção tem sempre um carácter «situado» e possui uma valência espaço-temporal intrínseca, para que se possam empregar processos de integração é necessário não só que o sentido das acções executadas pelos indivíduos interagentes seja reciprocamente compatível mas também que intervenha aquilo a que podemos chamar coordenação espaço-temporal das acções. Por conseguinte, estas devem implicar uma utilização apropriada do espaço e situar-se ao longo de sequências temporais oportunas cuja lógica possa ser assimilada por todos os envolvidos. Os tempos e lugares dedicados à interacção em co-presença devem ser «acordados» com os dedicados à comunicação à distância - as actividades complementares entre si serão desenvolvidas no mesmo âmbito espaço-temporal (ou então em âmbitos comunicantes), enquanto as acti-

vidades entre as quais existem motivos de incompatibilidade serão divididas por barreiras espaciais, temporais ou de ambos os tipos.

A tarefa de executar esta coordenação espaço-temporal diz respeito tanto aos indivíduos singulares como aos agregados sociais de várias dimensões, das famílias às organizações, até aos grandes sistemas societários.

Todo o indivíduo executa esta tarefa na vida quotidiana, recorrendo à sua experiência, memória ou mesmo a simples instrumentos (por exemplo, a agenda em que estão inscritas notas para recordar o uso do tempo e do espaço combinado com outros, como a data, a hora e o lugar dos encontros). Em muitos casos, porém, tudo isto é efectuado de forma quase automática, sem que se torne necessário dedicar-lhe atenção especial. Isto deve-se ao facto de que a actividade social global se compõe numa medida não marginal de sequências de acções pré-ordenadas, ou seja, de rotinas, que predefinem não só o conteúdo da interacção mas também os espaços e os tempos em que está destinada a verificar-se. Uma rotina é uma «lista» de acções, isto é, uma sequência fixa, predisposta de tal modo que obtém efeitos de coordenação espaço-temporal. A definição da rotina pode ser intencional e dirigida a um fim: em muitas actividades lucrativas, existem sequências programadas para regular minuciosamente as relações entre dois ou mais operadores e otimizar a prestação. Noutras situações, as rotinas estão predispostas para os usos e costumes típicos de uma cultura, como as previstas pelas regras de cortesia, ou então constituem o efeito de uma adaptação recíproca entre os membros de um grupo ou comunidade (pense-se nas sequências de acções que se seguem ao levantar no âmbito familiar e regulam o uso da casa de banho, os tempos para o pequeno-almoço, etc.). De qualquer modo, para além da sua aparente banalidade, as rotinas representam, no seu conjunto, um auxílio indispensável para a actividade dos indivíduos singulares e um elemento basilar para a formação de sistemas sociais globais: como diz Giddens (1984), «todos os sistemas sociais, por grandes e extensos que sejam, reflectem as rotinas da vida social quotidiana em que se exprimem, com a contribuição das propriedades físicas e sensoriais do corpo humano» (pp. 37-38).

Além da predisposição de sequências interactivas estandardizadas, em todo o contexto social existem outros modos para garantir a coordenação espaço-temporal da interacção - por exemplo, os que consistem na criação de «apoios artificiais» de várias naturezas. Esses suportes são entendidos como uma instrumentação social que comporta a aplicação de métodos codificados e o recurso a tecnologias que, por seu turno, pressupõem conhecimentos relativamente sofisticados. Estes são muito importantes quando a coordenação deve acontecer entre numerosos actores que nem sempre operam em co-presença e se colocam com frequência em espaços distantes entre si cuja interacção abarca um amplo campo temporal. Por

consequente, têm uma função decisiva em sociedades como a pós-industrial, caracterizadas precisamente pela forte interdependência e organização em vasta escala de muitas actividades.

Segundo Giddens (1990), podem distinguir-se dois tipos essenciais de suportes.

O primeiro consiste na criação de emblemas simbólicos. Com esta expressão, o sociólogo inglês alude aos «meios de intercâmbio que podem passar de mão a mão sem ter em conta as características específicas dos indivíduos e dos grupos que os utilizam» (p. 32). Um exemplo extremamente relevante de emblema simbólico é a moeda: o seu contributo para a coordenação espaço-temporal é decisivo, pois permite realizar transacções económicas entre indivíduos muito distantes entre si não só no espaço (a moeda pode ser facilmente transferida de um ponto para o outro do globo) mas também no tempo (a moeda é símbolo de um crédito de que se dispõe e

pode ser despendida à distância temporal do momento em que se adquiriu). Graças a ela, a economia é «desagregada», ou seja, mantém-se independente de um contexto espaço-temporal limitado e «reagregada» a uma escala muito mais vasta.

O segundo tipo de suporte é representado pelos sistemas peritos, isto é, «sistemas de realização técnica ou de competência profissional que organizam amplas áreas nos ambientes materiais e sociais em que hoje vivemos» (p. 37). Garantem, através da presença de tecnologias, competências, regras e instrumentos para as fazer respeitar, a coordenação de interacções complexas e de largo alcance espacial e temporal. Os campos dos transportes e das comunicações oferecem exemplos particularmente evidentes de sistemas peritos. A circulação rodoviária funciona graças ao facto de os meios de transporte possuírem características tecnológicas particulares, as estradas serem projectadas por peritos por forma a permitir a circulação dos veículos, existirem instrumentos (como os semáforos) para regular o tráfego, regras de circulação, escolas de condução, códigos de estrada, agentes adaptados à repressão das infracções, etc. Graças ao concurso de tudo isto, realizam-se diariamente, com êxito, milhões de deslocações nas cidades e entre elas, e, portanto, está garantida - de um modo mais ou menos eficiente - a coordenação de um número enorme de acções a uma vasta escala geográfica.

A cidade é um lugar em que a presença de emblemas simbólicos e sistemas peritos se concentra de uma maneira muito particular. A cidade,

conjunto, pode considerar-se uma espécie de suporte à coordenação da interacção - um suporte de segundo nível, quando ela está em condições de coordenar entre si múltiplos instrumentos de coordenação de «primeiro nível». Por exemplo, sistemas peritos que operam no campo da actividade económica como no campo dos transportes, da adminis-

tração pública, etc. Além disso, como afirma Bagnasco (1994), retomando o mesmo Giddens, «a cidade pode ser dispositivo de coordenação de interacções à distância e de coordenação entre interacções em situações de co-presença e interacção à distância» (p. 17). Portanto, pode constituir um meio eficaz tanto para a integração social como para a sistémica, ainda que, obviamente, essa eficácia não seja garantida a priori, pois depende do grau de funcionalidade das estruturas urbanas, variável con-

soante os casos singulares.

6. 2. 3. Âmbitos locais e regionalização

A actividade de coordenação espaço-temporal da interacção, com o apoio de sistemas peritos e emblemas simbólicos, tem como efeito a estruturação do espaço e do tempo, no seio de um sistema social. Isto significa que, na aparente continuidade dos espaços e dos tempos, se definem âmbitos e pontos dotados de características e significados particulares. «Pontos» e «âmbitos» entendem-se aqui tanto no sentido espacial como no temporal. No primeiro caso, correspondem a «lugares» bem definidos no espaço físico próprio de um sistema social, em que se combinam de modo recorrente tipos de interacção particulares, que se reflectem no ambiente espacial, conferindo-lhe um significado específico e compartilhado. No segundo caso, trata-se de tempos sociais em que actuam formas peculiares de interacção. As duas dimensões, na sua maioria, apresentam-se cruzadas entre si e, por conseguinte, a correspondência que se determina é a existente entre a especificidade da interacção e a de âmbitos espaço-temporais bem definidos.

Para analisar este processo de estruturação do espaço-tempo (com ênfase sobretudo nos aspectos espaciais), Giddens elaborou, em alguns trabalhos dos anos 80, dois importantes conceitos, depois retomados por outros autores, embora talvez ainda não se tenham desenvolvido a fundo as potencialidades interpretativas.

O primeiro é o conceito designado em inglês pelo substantivo local, o

qual indica propriamente o lugar ou cenário de eventos específicos. Ainda em inglês, o termo evoca a ideia de uma caracterização do lugar, ao contrário, por exemplo, do mais genérico place, que apenas dá a ideia de uma «posição» no espaço. Apesar de não ser possível transmitir esta situação em italiano, uma tradução aceitável de local pode ser «âmbito local»¹.

¹ Parece menos adequada a tradução de local por «localidade», adoptada na edição italiana de Giddens (1984).

Em Giddens (1984), o âmbito local é definido como uma «região física envolvida como parte do ambiente na interacção, dotada de confins definidos que contribuem para concentrar de algum modo a interacção» (p. 363). No mesmo texto, refere-se que esses âmbitos são «espaços usados para fornecer ambientes de interacção, por seu turno essenciais para especificar a

contextualidade da própria interacção» (p. 117, *italico do autor*). Em resumo, portanto, a sua função é garantir que a interacção social se desenrole, por parte dos indivíduos envolvidos, num contexto espacial preciso e definido -

um contexto reconhecido como tal por todos os indivíduos e, por conseguinte, apto para favorecer por seu lado a interacção de significados reciprocamente compatíveis, embora não forçosamente unívocos.

Do que Giddens diz infere-se que o conceito em causa, embora referindo-se a partes específicas do território, não alude apenas a caracteres físicos e funcionais do ambiente. O âmbito local não é um espaço funcionalmente especializado. Trata-se, sobretudo, de um ponto de referência num mapa mental que todos os indivíduos interagentes utilizam de forma análoga. Assim, além de um lugar físico, é um lugar mental e simbólico. Como tal, à luz do que atrás se abordou no ponto 6. 1. 4, podemos acrescentar que o

âmbito local incorpora elementos simbólicos que o tornam adaptado para fornecer uma moldura oportuna (uma *frame*) para a acção dos indivíduos singulares e sua interacção.

As exemplificações que o próprio Giddens ou outros autores apresentam para ilustrar este conceito mostram-nos que não está ligado a uma escala espacial específica. Um âmbito local pode ser de dimensões limitadas, mas também intermédias ou grandes. No caso de âmbitos de escala «Micro», um exemplo apropriado é o da habitação. Uma casa é um âmbito delimitado por confins físicos, que distinguem um «dentro» e um «fora», mas sobretudo um lugar cuja cultura define significados compartilhados e reconhecíveis, como espaço do privado, da intimidade, de relações afectivamente envolventes, etc. A interacção que se desenrola na habitação tem conotações muito peculiares - não só isso é facilmente percebido por quem vive habitualmente nela como o visitante ocasional também não tem dificuldade em se sintonizar nesse comprimento de onda. Estabelecidas as oportunas distinções, podem reconhecer-se caracteres análogos em âmbitos locais de dimensões muito maiores. Podem interpretar-se neste sentido as cidades ou ambientes urbanos particulares (as praças, as fábricas), regiões ou mesmo os territórios nacionais.

Podemos considerar como casos muito singulares de âmbitos locais os espaços urbanos que Augé (1992) define como não lugares. Trata-se de espaços privados de identidade específica e de alta standardização, como supermercados, estações ou aeroportos - ao contrário dos atrás citados, o que os caracteriza é uma propriedade negativa, ou seja, o facto de cons-

tituírem «um espaço que não cria identidade singular ou relacional, que [...] não integra nada, apenas autoriza [...] a coexistência de individualidades distintas, similares e indiferentes umas das outras» (ibidem, p. 101). Trata-se, portanto, de âmbitos em que o anonimato é levado a consequências extremas. Paradoxalmente, porém, é essa sua característica que permite interpretar os não lugares como verdadeiros e próprios âmbitos locais: são

* terreno em que - como o próprio Augé observa - o anonimato favorece

* encontro fortuito, cria pelo menos a sensação iminente de poder experimentar em qualquer momento o imprevisto e a aventura (Pucci, 1996).

Os âmbitos locais, como se referiu, derivam de uma estruturação do espaço, o que implica a aplicação de processos de diferenciação. No entanto, apesar de cada âmbito ser diferente dos outros, isso não impede que, no seu interior, se apresente composto e espacialmente articulado. O processo de diferenciação espacial (ou, melhor, espaço-temporal), além de permitir a caracterização recíproca dos âmbitos, prossegue no interior de cada um deles, contribuindo para a caracterização ulterior de subconjuntos espaciais. A esse processo, Giddens (1984) dá o nome de regionalização, termo que, por consequente, designa a «diferenciação espacial, temporal ou espaço-temporal de regiões, num âmbito local ou entre um âmbito local e outro» (p. 363). O conceito de regionalização é, portanto, um conceito de alcance muito geral - designa um processo que se desenrola em todas as sociedades e a todos os níveis, embora os modos como o processo actua mudem com a variação dos contextos e dos níveis. Devido a este largo alcance, Giddens atribui grande peso teórico a esse conceito - não é por acaso que afirma que é «importante para contrabalançar a assunção de que as sociedades são sempre sistemas homogêneos e unificados» (ibid.).

Ainda no caso da regionalização, podem encontrar-se exemplos a diferentes escalas espaciais. A habitação divide-se em partes, nas quais a

interacção assume tonalidades distintas, em função da já recordada articulação do espaço em zonas de ribalta e bastidores. A cidade divide-se em bairros, mas cada um deles propõe ainda uma articulação entre espaços públicos e privados, entre lugares de trabalho, de residência, de consumo, etc. Às regiões espaciais sobrepõem-se, pois, as temporais - assim, por exemplo, a própria praça urbana pode ser a sede de um mercado de bairro de manhã (considerada, portanto, um âmbito local rico de oportunidades de encontro e troca de impressões) e um puro nó de tráfego à tarde. Uma localidade balnear pode assumir aspectos e significados nitidamente distintos durante a estação estival e a invernal; um parque natural próximo da cidade pode apresentar diferentes aspectos durante a semana ou no fim-de-semana. De um modo geral, os ritmos semanais, sazonais ou (talvez ainda mais) diários têm grande importância na regionalização espaço-temporal da cidade. A sociologia urbana, nestes últimos anos, está a tomar consciên-

cia disso - demonstram-no, entre outras coisas, as investigações sobre o

tema da «noite metropolitana» (Schlör, 1991; Dal Lago, 1995), que assinalam a relevância de uma região espaço-temporal ainda muito inexplorada, que, todavia, pertence à cidade, define o seu significado social e até a qualidade estética da região diurna complementar.

6. 3. O nível «macro»: redes sociais e sociedades locais

6. 3. 1. As redes sociais e o seu espaço

Um contributo importante para o desenvolvimento de uma instrumentação teórica e metodológica, para o estudo da interacção e compreensão dos processos conducentes à formação de sistemas sociais dotados de dimensão espaço-temporal, provém hoje da perspectiva de pesquisa que dá pelo nome de network analysis (análise das redes sociais). Na realidade, esta linha analítica não representa uma novidade em sentido absoluto - tem às costas uma tradição que remonta aos anos 50 e se desenrola paralelamente aos outros filões teóricos da sociologia, como os focados nas páginas precedentes. Nos anos 80, porém, registou-se nos estudos urbanos um rápido aumento do interesse por uma abordagem dos fenómenos territoriais baseada na ideia da ligação à rede - como já se viu (em especial, no ponto

2. 4), essa abordagem foi aplicada sobretudo a uma escala macroterritorial, para explicar a nova estrutura das relações entre as cidades, derivadas das transformações económicas e tecnológicas da fase pós-fordista. Um efeito indirecto desse crescimento de prestígio do paradigma reticular, em especial no campo dos estudos geográficos e urbanísticos em países como a

Itália ou a França, foi de um regresso de atenção aos próprios confrontos da agora consolidada abordagem sociológica da network analysis, a propósito da qual começaram a entrever-se potencialidades, até agora ignoradas, de evolução teórica em direcção a uma sociologia espacialista.

As bases da network analysis foram estabelecidas, inicialmente, pela escola antropológica de Manchester (Mutti, 1996). Uma das primeiras aplicações refere-se ao contexto assaz limitado de uma aldeia norueguesa (Barnes, 1954). Para descrever a estrutura das relações de conhecimento directo entre os habitantes, Barnes serve-se do conceito de rede social, de que oferece uma definição intuitiva: «Imagino uma série de pontos, alguns dos quais unidos por linhas. Representam os indivíduos ou, por vezes, grupos, e as linhas indicam que as pessoas agem entre si. Podemos certamente pensar que toda a vida social constitui uma rede deste tipo» (ibidem, p. 43).

Os pontos singulares de uma rede (habitualmente chamados nós) são, pois, sujeitos sociais individuais ou colectivos e as linhas de união (ou arcos) simbolizam a existência de uma relação social entre esses sujeitos ou, pelo menos, a presença de fluxos de permuta. A este respeito, pode acrescentar-se que as linhas de união podem ser imaginadas como flechas monodireccionais ou bidireccionais. No primeiro caso, a permuta efectua-se numa única direcção (a indicada pela flecha), enquanto no segundo tem o carácter da reciprocidade e, por conseguinte, revela a presença de uma relação social, no pleno sentido do termo.

Se pensarmos em toda a estrutura das relações sociais - próprias de uma dada sociedade num determinado momento - como uma rede, esta última apresenta-se extremamente intrincada e longa. Decerto seria impensável propor representar ou analisar pormenorizadamente uma rede deste tipo. Para que o conceito de rede seja útil para a análise social, e dotado de um valor operativo, é necessário que haja uma delimitação da rede considerada nos contextos singulares de pesquisa - esta delimitação destina-se a «isolar», com base em critérios analíticos dependentes dos objectivos do estudo, uma porção específica de toda a rede relacional. Ora, uma operação deste tipo pode executar-se segundo duas modalidades fundamentais, a que se junta uma terceira, derivada da combinação das duas primeiras. Em função da modalidade utilizada para a delimitação, podem definir-se três tipos correspondentes de redes (Hannerz, 1980, p. 317).

1. A rede egocentrada define-se partindo de um ponto preciso da estrutura de relações, ou seja, de um indivíduo específico (que, no caso em questão, funciona como ego, ou, por vezes, de dois indivíduos ligados por uma relação (por exemplo, um casal conjugal). A rede é reconstruída analisando em primeiro lugar as relações que unem o ego aos outros indivíduos e depois considerando as que unem «os outros» entre si, para em seguida prosseguir, eventualmente, examinando também quais as relações entre estes últimos e terceiros indivíduos, e assim sucessivamente.
2. A rede parcial. Neste caso, o critério de delimitação da rede é relativo à natureza das relações consideradas (por exemplo, na estrutura global das relações próprias de uma sociedade, só se tomam em consideração as de natureza política).
3. A rede egocentrada parcial. Aqui, os dois critérios anteriormente citados são combinados entre si (por exemplo, constrói-se uma rede egocentrada que só toma em conta relações políticas).

Uma vez definida a rede, pode estudar-se a sua estrutura e as suas propriedades. Uma vantagem da representação da estrutura relacional em termos de redes reside na possibilidade de se aplicar métodos analíticos formalizados, derivados sobretudo da teoria matemática dos grafos e, em parte, da teoria dos sistemas. Além disso, a rede pode ser estudada tanto na sua

dimensão estática como na dinâmica. Neste último caso, procura-se interpretar, com o recurso a representações matemáticas, os caracteres que a

evolução global assume no tempo e no espaço, ou seja, as configurações sucessivas que a rede apresenta em momentos de tempo sucessivos e as

funções que explicam a passagem de uma configuração para outra.

Uma propriedade de particular interesse, que caracteriza uma rede num dado momento, é a sua densidade. Dado um conjunto de indivíduos ligados em rede mediante um conjunto de relações, define-se a densidade da rede

como a relação entre os laços efectivamente estáveis entre os indivíduos e os que seriam teoricamente possíveis, desde que cada indivíduo estivesse ligado a todos os outros.

FIGURA 6. 1. Esquema de uma rede social

Por exemplo, no caso da figura 6. 1, a rede esquematizada compreende 5 indivíduos, entre os quais se definem 6 relações. Se todos os indivíduos estivessem ligados a todos os outros, as relações seriam 10. A densidade da rede é, portanto de $\frac{6}{10}$, ou seja, vale 0,6.

Como é evidente, a densidade máxima situa-se em 1, atingida pelas redes em que todos os indivíduos estão efectivamente ligados entre si. Nesse caso, a rede em causa assume o nome de conventículo (ou clique).

Uma rede pode, pois, dividir-se em subconjuntos, caracterizados por diferentes densidades: por exemplo, em torno de alguns nós da rede podem observar-se conventículos, enquanto outras podem ter menor densidade.

Esta última é uma propriedade que depende unicamente de caracteres formais da rede, entre os quais a numerosidade dos indivíduos e a das relações que os unem. Ao invés, outras propriedades fazem alusão à natureza das relações, ou seja, ao conteúdo social da ligação que estabelecem. Uma

propriedade interessante deste tipo é constituída, por exemplo, pela intensidade das relações predominantes no interior de uma rede. Nesse sentido, podemos distinguir entre as relações que estabelecem ligações (ou, como se costuma dizer, laços) fortes e fracos. Os laços fortes implicam um intenso empenho emocional dos indivíduos envolvidos, uma partilha relativamente ampla de interesses de vários tipos, uma relativa estabilidade do laço. Os laços fracos distinguem-se por um empenho emocional mais baixo, baseados tendencialmente na partilha de interesses específicos, e podem ter um carácter temporário.

Entre a densidade de uma rede e a intensidade das relações nela prevalecentes pode definir-se algum nexos, ainda que se trate, obviamente, de um nexos de carácter apenas probabilístico. Numa rede constituída unicamente por laços fortes, a densidade tende a ser elevada - os indivíduos unidos por laços muito intensos a um terceiro são induzidos a estabelecer laços da mesma natureza entre si, fazendo evoluir a rede para o tipo ideal do conventículo. Pelo contrário, se na rede predominam os laços fracos, tende a estender-se para o exterior, envolvendo novos indivíduos, assim como a completar, no seu próprio interior, o quadro das ligações e potenciais entre os indivíduos já envolvidos. Deste ponto de vista, como demonstrou um célebre artigo de Granovetter (1973), os laços fracos estão paradoxalmente dotados de uma «força» peculiar, que deriva do facto de serem propensos a ran-iificar-se, criando ligações que inicialmente poderiam parecer improváveis entre indivíduos heterogéneos e, desse modo, conferindo às redes dinâmica e abertura (Stagni, 1990b).

Além das propriedades formais e as relativas ao conteúdo social, as redes distinguem-se pela propriedade espaço-temporal. Isto deriva do facto de os indivíduos se ligarem a outros, até formarem redes, através dos comportamentos interactivos, que, como se viu, implicam a coordenação espacial e temporal das acções. A rede assim constituída possui, pois, uma valência espaço-temporal intrínseca - as interacções entre os indivíduos sucedem-se no quadro de âmbitos locais específicos e a sua repetição obedece a ritmos temporários que são significativos para a caracterização da rede.

Para nos limitarmos aos aspectos espaciais, podemos mais uma vez salientar a diferença entre redes que funcionam predominantemente por meio de interacções em co-presença ou à distância. No primeiro caso, pode dizer-se que a rede tende a ser contida num espaço geográfico «local» dotado de contiguidade entre as partes que o constituem, de dimensões limitadas. No segundo, a rede põe em contacto recíproco indivíduos que operam em entidades espaciais não contíguas entre si, situadas em pontos do território distantes entre si. Em ambos os casos, podemos afirmar que a rede tem uma forma espacial precisa, mas no primeiro trata-se de uma forma contínua, enquanto no segundo é descontínua (Mela, 1992).

Se considerarmos de forma combinada propriedades espaciais dos sistemas e propriedades de outra natureza, poderemos construir instrumentos conceptuais para classificação das redes e para a sua análise. A título de exemplo, podemos cruzar duas propriedades das redes, já citadas atrás: a densidade e a forma espacial. No primeiro caso, considera-se unicamente a alternativa entre redes de alta e baixa densidade; no segundo, consideram-se, por um lado, as redes com predomínio de interações de co-presença, de forma contínua, e, por outro, as redes com predomínio de interações à distância, de forma descontínua. Do cruzamento, resultam os quatros tipos indicados na tabela 6. 1.

TABELA 6. 1. Uma tipologia de redes

Forma contínua

Forma descontínua

Alta densidade	Redes <comunitárias>, tradicionais	Redes «comunitárias» à distância	Baixa densidade	Redes «societárias» locais	Redes «societárias», supralocais
----------------	------------------------------------	----------------------------------	-----------------	----------------------------	----------------------------------

As redes de alta densidade caracterizam os campos de interações que mais se aproximam do modelo que a sociologia clássica define como comunitário. Em particular, o tipo de forma contínua acerca-se do modelo da comunidade tradicional identificada com uma área de dimensões limitadas (por exemplo, uma aldeia tradicional), enquanto o de forma descontínua corresponde ao modelo da comunidade «à distância» (como a formada pelos cientistas que praticam uma certa disciplina, ou as chamadas «comunidades electrónicas»). Ao invés, as redes de baixa densidade caracterizam unidades sociais do modelo societário - em particular, no tipo de forma contínua trata-se de unidades de base local (como os contextos urbanos ou regionais), enquanto o de forma descontínua corresponde a estruturas sociais de amplo raio e liga relações à distância (por exemplo, redes de relações económicas ou políticas à escala internacional).

6. 3. 2. As sociedades locais

Para completar o estudo da estratégia teórica espacialista, de que nos estamos a ocupar neste capítulo, falta um aspecto essencial: introduzir conceitos relativos ao nível «macro» da análise sociológica que permitam compreender de que modo, a partir de um conjunto de interações sociais e de redes de relações dotadas de uma forma espaço-temporal, venham a for-

mar-se sistemas sociais coerentes, dotados de uma identidade espacial e capazes de se reproduzir no tempo.

Na tradição sociológica, este nível é representado pelo estudo dos grandes sistemas sociais e, em primeiro lugar, das sociedades. O termo sociedade costuma empregar-se para indicar uma colectividade humana organizada de modo suficientemente estável e considerada na globalidade das relações que lhe dizem respeito. Este conceito, de relevância central para a sociologia, recebeu por vezes definições que prescindem da dimensão espacial e temporal ou, no melhor dos casos, admitem genericamente que a sociedade é uma colectividade «situada estavelmente num lugar determinado e composta de indivíduos e grupos cuja vida dura um certo lapso de tempo» (D'Amato, Porro, 1985). De facto, na linguagem sociológica, as sociedades

- à falta de ulteriores precisões - consideram-se quase sempre dotadas de uma dimensão espacial implícita, correspondente à de um Estado nacional. Aliás, este hábito encontra reflexo na própria linguagem da vida quotidiana - se se ouve falar de uma «sociedade», é-se levado quase instintivamente a

pensar, como em exemplos possíveis, em sociedades à escala nacional, como a italiana, a francesa ou a americana.

Apesar do que se acaba de referir, na história da sociologia também está presente outro filão, em que figura a análise de colectividades estavelmente referidas a um território, mas a uma escala muito mais reduzida. Trata-se de um filão de estudos, de carácter predominantemente empírico, que dá pelo nome de estudos de comunidades² e compreende pesquisas célebres como já recordada dos Lynd (1929; 1937) ou as de Warner (1963), Banfield (1958) e muitos outros. Nesses estudos, a dimensão territorial considerada é, na maioria dos casos, a de um centro urbano de dimensões médio-pequenas ou de um aglomerado rural ou de uma área de nível sub-regional - este último é, por exemplo, o caso de algumas pesquisas desenvolvidas em contextos italianos de urbanização difusa (Bagnasco, Trigilia,

1985). O que qualifica estes trabalhos como análises de microsociedades, ou seja, de sociedades locais, é a metodologia aplicada, que prevê um

reconhecimento sistemático em diversos campos em que se articula a vida social (economia, política, cultura, instrução, religião, emprego dos tempos livres, etc.) e, sobretudo, a intenção global da pesquisa, que consiste em salientar os factores de coerência entre as várias manifestações da actividade social, em relação à especificidade do ambiente e do território. A individualização desses factores leva à compreensão dos processos que

1 Neste filão de pesquisa, o termo comunidade não indica forçosamente a *Gemeinschaft* tommiesiana, mas muito simplesmente uma colectividade de base territorial, examinada com uma abordagem «clínica» (Bagnasco, 1992b).

conferem a uma colectividade local uma identidade capaz de se reproduzir e evoluir no tempo. Simultaneamente, comporta uma referência contínua aos elementos característicos do contexto espacial examinado, além de referência às modalidades temporais de manifestação da vida social.

O filão dos estudos de comunidades, portanto, pratica um tipo de análise sociológica que, mais do que outros, se aproxima da ideia de uma sociologia espacialista. No entanto, isso raramente produziu uma elaboração explicitamente voltada para a definição de conceitos úteis para a compreensão teórica do papel do espaço e do tempo na constituição de uma sociedade local. Além disso, tendo-se dedicado em primeiro lugar à investigação o sobre contextos territoriais de pequena escala, obteve, na maioria dos casos, resultados não aptos para a transposição para contextos mais amplos. A referência a essa linha de pesquisa é, por conseguinte, necessária, mas não se pode considerar suficiente.

De resto, recentemente, foram avançadas algumas propostas conceptuais que pretendem colmatar as lacunas teóricas até agora mencionadas. Neste sentido, por exemplo, encontra-se a definição de sociedade local contida em Dickens (1990) e, não por acaso, entendida como o complemento necessário do conceito de âmbito local. Este é um espaço físico, conotado socialmente com as relações sociais que se desenrolam. Contudo, segundo ele observa, há que dispor de «um conceito mais forte para exprimir a ideia de que o ambiente em que as pessoas se movem [...] é constituído por sistemas sociais» (pp. 20-21). Por esse motivo, é introduzido o conceito de sociedade local, que evidencia precisamente a dimensão sistémica da vida social, nas suas relações com um território.

Assim, a sociedade local é um sistema que manifesta uma coerência interna capaz de lhe conferir propriedades auto-organizativas e uma identidade reproduzível no tempo, embora isto não implique de modo algum que esta permaneça constante, nem que esteja ausente o conflito entre sujeitos individuais ou entre organizações pertencentes ao sistema.

Como o âmbito local, também a sociedade local não remete automaticamente para uma dimensão espacial pré-definida - o conceito pode aplicar-se a sistemas de pequena dimensão (a unidade residencial), de escala intermédia (a cidade) ou mesmo muito grande (a sociedade nacional). Neste último caso, porém, não se tem um regresso puro e simples à concepção sociológica tradicional da sociedade. O adjectivo local não só distingue o nível considerado do da omnicompreensiva sociedade global (à escala planetária), mas realça sobretudo o facto de que o sistema social de que se fala é constituído por relações significativas com espaços individuais, com âmbitos locais em que actuam processos de regionalização, e é inervado de redes de relações sociais espacializadas, que operam através de uma coordenação espácio-temporal constante dos indivíduos. As sociedades locais

insistem num dado território, de cujos recursos se socorreram e socorrem no seu próprio desenvolvimento. Ao mesmo tempo, esse território foi modelado no tempo em função das características que o sistema social assumiu nas várias épocas. Por conseguinte, a história passada e presente do sistema social e a do território não podem estar compreendidas senão na sua interacção recíproca, a qual, bem entendido, não exclui contrastes e, em quase-limite, até roturas irreversíveis, que determinam a desestruturação da sociedade local.

6. 3. 3. Integração horizontal e vertical

A insistência com que se salientou a relação entre uma sociedade local e um conjunto de estruturas espaciais não deve, porém, dar origem a um possível equívoco (de resto, também, típico de muitas interpretações tradicionais do problema): a sociedade local não é auto-suficiente, mas constitui sempre - embora em vários graus - um sistema aberto nos confrontos dos outros sistemas territoriais. A sua relação com um espaço específico não depende de condições hipotéticas de isolamento nos confrontos de contextos mais amplos, mas deriva, ao invés (como se tentou demonstrar até aqui), da natureza intrinsecamente espaço-temporal das interacções que a constituem.

Este esclarecimento é particularmente importante, se se pretende usar o conceito de «sociedade local» para interpretação da cidade contemporânea. Com efeito, poderíamos perguntar-nos até que ponto é sensato atribuir o adjectivo local a entidades como as cidades da época pós-industrial, caracterizadas por um elevado grau de interdependência, num cenário internacional. E, obviamente, a resposta não poderia deixar de ser negativa, se o termo fosse empregado para exprimir a ideia do isolamento e das dimensões limitadas. Mas, como se viu, as coisas apresentam-se de um modo muito diferente, pelo menos em referência à linha teórica aqui considerada.

Se estas observações semeiam o terreno de possíveis equívocos de ordem conceptual, afirmando a compatibilidade de princípio entre a natureza sistémica da sociedade local urbana e a sua abertura ao exterior, permanece, porém, em aberto uma dúvida muito importante, respeitante aos modos com que se realiza, nos contextos urbanos singulares, o equilíbrio entre a coerência interna e a abertura dos subsistemas singulares de redes de largas dimensões. Em termos explícitos, a questão pode formular-se assim: a ideia de que a cidade é uma sociedade local, dotada de coerência sistémica e capaz de se auto-organizar, aplica-se sempre a todos os contextos urbanos? Ou não será verdade que, em alguns casos, sobre a coerência interna prevalecem fenómenos de ligação de elementos específicos da realidade urbana

(por exemplo, de actividades económicas ou políticas particulares) a uma escala internacional, fazendo da cidade um conjunto de nós ligados entre si? Posta assim, a pergunta remete para um juízo sobre casos particulares e não pode, pois, ser resolvida com formulações abstractas. Contudo, nesta sede, pode pelo menos propor-se um esquema lógico, susceptível de ser

seguido para proceder a uma reflexão no campo problemático que as interrogações anteriormente formuladas definem.

Neste esquema, o ponto de partida é representado pela consideração das redes (especializadas) de relações observáveis em qualquer contexto urbano e que organizam a vida social. Essas redes têm em primeiro lugar o carácter de parciais, ou seja, ligam os indivíduos da base ao conteúdo da sua interacção ou, se se quiser, aos centros de interesse (Feld, 1981) em que se focalizam. Teremos, pois, uma multiplicidade de redes parciais heterogéneas entre si, mais ou menos densas e aptas para estabelecer laços de intensidades diferentes. A própria dimensão espacial das redes variará em virtude da prevalência de interacções em co-presença ou à distância. Podemos certamente afirmar que a maior parte delas tende a prolongar-se, por meio de alguns dos seus nós, para além dos confins da cidade (aliás, sem-

pre imprecisos e difíceis de definir), ligando as redes urbanas às outras homólogas de escala regional, nacional ou mundial. Assim, por exemplo, a rede que liga os decisórios públicos em âmbito comunal estará sempre unida aos outros nós do sistema político de âmbito regional, nacional ou eventualmente internacional.

Ao mesmo tempo, todavia, ao nível urbano, verifica-se também uma ligação entre redes de diversas naturezas, sempre através da via representada por nós situados em posições particularmente favoráveis. Concretamente, o exemplo de que as redes de transacções económicas se ligam às da decisão e participação política, que estas últimas se ligam às da actividade cultural, e cada uma delas, por meio de indivíduos específicos, entra em ligação com múltiplas redes de relações privadas (parentais, amigáveis, de vizinhança), e assim sucessivamente.

Este complexo processo de interconexão pode, portanto, esquematizar-se falando de um duplo processo de integração (Bagnasco, Negri, 1994; Mela, Preto, 1995) que envolve as redes urbanas e compreende - embora com dosagens diferentes - fenómenos de integração sistémica e social.

1. Por um lado, há a integração que se pode denominar horizontal. Trata-se do processo que produz integração de redes parciais de várias naturezas no plano local, ou seja, no caso vertente, à escala urbana. Desse modo, as redes sobrepõem-se e condensam-se estabelecendo canais de ligação entre indivíduos heterogéneos e definindo, no plano espacial, contactos e sinergias entre âmbitos locais diferenciados. O desenvolvimento da integração horizontal, até ao ponto de uma tensão tendencial de ligações

a todas as redes parciais mais significativas à escala urbana, faz com que a cidade possa ser considerada uma rede das redes (Hannerz, 1980) e confere-lhes o carácter de verdadeira sociedade local.

2. Por outro lado, há a integração vertical. Trata-se do processo que produz a integração de cada rede parcial, referida a um contexto urbano, com outras redes da mesma natureza num contexto espacial mais alargado. Desse modo, as redes locais prolongam-se para o exterior e estabelecem ligações entre indivíduos que operam à escala urbana e outros com um raio de acção mais amplo. O desenvolvimento da integração vertical tende a fazer com que os âmbitos locais urbanos, significativos para cada tipo de rede, se tornem «regiões» específicas de âmbitos locais de mais ampla dimensão espacial. A cidade configura-se cada vez mais como um «contentor» de nós locais de redes globais.

Se é verdade que, em todos os casos, a cidade está simultaneamente interessada em ambos os processos de integração, não o é menos que estes se podem produzir com graus de intensidade e êxitos muito diferentes. Em alguns casos, a integração horizontal prevalece sobre a vertical: muitas das pequenas cidades de província, analisadas no âmbito dos estudos de comunidades, revelam precisamente um fenómeno deste género. A estrutura social urbana apresenta-se compacta e coesa, mas o sistema urbano ocupa um papel secundário nas redes de nível nacional. Noutras situações, é a integração vertical que prevalece - pode ser o caso de cidades que são sedes de importantes unidades locais de empresas multinacionais, ou que albergam instituições internacionais. Os nós relativos à actividade dessas empresas, ou instituições, podem desempenhar papéis decisivos em larga escala, mas têm escassas ligações com os nós das outras redes locais (as da política comunal, do comércio local, etc.).

Além disso, como é intuitivo, os processos de integração vertical não são reciprocamente independentes, mas estão ligados por fenómenos de retroacção que, de resto, podem produzir efeitos diversificados com a variação dos contextos. Há casos em que o incremento da integração vertical tem efeitos de retorno positivos, mesmo sobre o incremento da integração horizontal. São exemplos disso algumas metrópoles «de sucesso», em especial as pertencentes à categoria que Savitch e Kantor (1995) denominam de *planning cities* (cidades do plano), como Amesterdão ou Toronto -

estes centros souberam conquistar um papel de primeiro plano no sistema económico mundial, mas fizeram-no com base num projecto de longo prazo, que mobilizou muitos operadores e redes decisórias locais e não exclui uma atenção para as políticas sociais urbanas. Em contrapartida, também não faltam situações em que o aumento da integração vertical para um número limitado de actividades urbanas tem o efeito de desarticular a sociedade local, segmentando-a em âmbitos sociais e territoriais não comunicantes

e induzindo efeitos de dependência de redes exteriores. O caso mais evidente é representado por muitas metrópoles do Sul do mundo, em que o duplo circuito da economia urbana (analisado no ponto 2. 2. 3) produz uma

cisão entre o segmento «internacional» das redes sociais e o «local», a qual se reflecte imediatamente no plano espacial do contraste violento entre o

centro dos negócios denso e construído segundo as tendências estilísticas em voga e os bairros pobres, estendidos em todas as direcções e constituídos por habitações autoconstruídas, com material por vezes de refugio. Embora com efeitos menos dramáticos, um efeito de afastamento entre a integração vertical e a horizontal é observável, na fase actual, mesmo em muitos centros do Norte do mundo, sobretudo naqueles em que falta (por escolha ou incapacidade política) a presença de um plano estratégico ou então de um projecto de desenvolvimento exposto à discussão pública, que oriente as modalidades de actuação dos processos de globalização económica e cultural. Mesmo nestes casos, o efeito mais imediatamente perceptível é o do dualismo urbano, da formação de bolsas de nova pobreza urbana, do aumento das tensões e do grau de insegurança. Estes fenómenos não se

devem enfatizar forçosamente ao ponto de ver neles o prelúdio de uma

extinção in-iinente (ou mesmo já ocorrida) da cidade como sociedade local -

na realidade, os desequiliffirios e tensões são aspectos que têm caracterizado a maior parte das formas historicamente conhecidas de cidades, ainda que com manifestações diferentes das actuais. De qualquer modo, o afastamento em causa representa um factor de enfraquecimento da sociedade urbana -

factor esse que, com toda a probabilidade, não deixará de produzir efeitos negativos, a médio prazo, na própria eficácia da integração vertical das redes parciais.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV (1993a), Fiat Punto e a capo. Problemi e prospettive della fabbrica integrata da Termoli a Melfi, Ediesse, Roma. AA.VV. (1993b), Il tempo e l'organizzazione della città, número monográfico de «Impresa e stato». ABU LUGHOD J. L. (1969), Testing the Theory of Social Area Analysis. The Ecology of Cairo, Egypt, in «American Sociological Review», 34, 1, pp. 189-212. ALBERTI M., SOLERA G., TSETSI V. (1994), La città sostenibile. Analisi, scenari e proposte per un'ecologia urbana in Europa, Angeli, Milano. ALEXANDER J. C. (1988), The New Theoretical Movement, in N. J. Smelser (ed.), Handbook of Sociology, Sage, London-Newbury Park, pp. 77-101. ALI HAN M. A. (1938), Social Ecology: A Critical Analysis, Columbia University Press, Nova York. ALLEN P. (1995), Cities as Self-Organizing Complex Systems, relatório apresentado no seminário internacional La città e le sue scienze, Perugia, 26-30 Settembre. AMENDOLA G. (1995), Public Spaces and City Regeneration, in Council for Cultural Cooperation, Culture and Neighbourhoods, vol. 1, Concepts and References, Council of Europe Publishing, Strasburgo, pp. 71-78. ANDERSSON A. E. (1995), Creation, Innovation and Diffusion of Knowledge: General and Specific Economic Impacts, in C. S. Bertuglia, M. M. Fischer, G. Preto (eds.), Technological Change, Economic Development and Space, Springer, Berlin-Heidelberg. ARRIGHI G., DRANGEL J. (1986), The Stratification of the World Economy: An Exploration of the Semi-Peripheral Zone, in «Review», 10, pp. 9-74. AUGÉ M. (1992), Non-lieux, Seuil, Paris (trad. it. I nonluoghi. Introduzione a una antropologia della modernità, Elèuthera, Milano, 1993). AYDALOT PH. (1986), Milieux innovateurs en Europe, Gremi, Paris. BAGNASCO A. (1992a), Introduzione à edição italiana de Hannerz (1980). ID. (1992b), Comunità, in Enciclopedia delle scienze sociali, vol. 11, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, Roma, pp. 206-214.

* O sinal O indica livros ou artigos não citados no texto mas de interesse relevante para os fins do presente volume.

ID. (1994), *Fatti socialiformati nello spazio*, Angeli, Milão. BAGNASCO A., NEGRI N. (1994), *Classi, ceti, persone. Esercizi di analisi sociale localizzata*,

Liguori, Nápoles. BAGNASCO A., TRIGILIA C. (1985), *Società e politica nelle aree di piccola impresa. Il caso*

della Valdelsa, Angeli, Milão. BAILLY A. S., COFFEY W. J. (1994), *Regional Science in Crisis: A Plea for a more Open and*

Relevant Approach, in «*Papers in Regional Science*», 73, 1, pp. 3-14. BAIROCH P. (1985), *De Jéricho à Mexico. Villes et économie dans l'histoire*, Gallimard,

Paris. BALBO L. (ao cuidado de) (19%), *Tempi di vita. Studi e proposte per cambiarli*, Feltrinelli, Milão. BANFIELD E. C. (1958), *The Moral Basis of a Backward Society* (trad. it. il Mulino, Bologna

1961). BARNES J. A. (1954), *Class and Communities in a Norwegian Island Parish*, in «*Human*

Relations», 7, pp. 39-58. BATMAN D. F. (1995), *Network Cities. Creative Urban Agglomerations for the 21st Century*,

in «*Urban Studies*», 32, 2, pp. 313-327. BELL D. (1973), *The Coming of Post-Industrial Society*, Basic Books, New York. BELLONI M. C. (1994), *La città e il suo tempo*, in «*Tutela*», 1-2. ID. (1995), *Archivio degli interventi su tempi e orari delle città secondo Vart. 36 della L*

14211990. *Rapporto di ricerca*, Comune di Venezia, Venezia.

O BELLONI M. C., RAMPAZI M. (ao cuidado de) (1989), *Tempo, spazio, attore sociale*,

Angeli, Milão. BEI-LUZI A., CONFOIM C. (1994), *Architettura italiana 1944-1994*, Laterza, Bari. BENJAMIN W. (1936), *Das Kunstwerk im Zeitalter seiner technischen Reproduzierbarkeit*,

in «*Zeitschrift für Sozialforschung*» (trad. it. Einaudi, Torino, 1966). BERGER P. L. (1986), *The Capitalist Revolution*, Basic Books, New York. BERRY B. J. L. (ed.) (1976), *Urbanization and Counterurbanization*, Sage, New York. ID. (1988), *Migration Reversal in Perspective: The Long-Wave Evidence*, in «*International*

Regional Science Review», 11, 3, pp. 245-251. ID. (1991), *Long-Wave Rhythms in Economic Development and Political Behavior* The Johns

Hopkins University Press, Baltimore-Londres. BERRY B. J. L., KASARDA J. D. (1977), *Contemporary Urban Ecology*, Macmillan, New York

New York. BERTUGUA C. S., OCCIFLUSI S. (1995), *Transportation, Communications and Patterns of*

Location, in C. S. Bertuglia, M. M. Fischer, G. Preto (eds.), *Technological Change, Economic Development and Space*, Springer, Berlin-Heidelberg. BERZANO L. (1992), *Aree di devianza*, 11 segnalibro, Torino. BIANCHINI F. (1995), *Cultural Considerations in Inner City Regeneration*, in *Council for*

Cultural Cooperation, Culture and Neighbourhoods, vol. 1, Concepts and References, Council of Europe Publishing, Strasburgo, pp. 79-96. BINGHAM G. (1986), *Resolving Environmental Disputes. A Decade of Experiences*, Washington-

ton.

BOAL F. W. (1981), *Ethnic Residential Segregation*, in H. Johnston (ed.), *The Geography of*

Housing, Aldine, London, pp. 41-77. BONAZZI G. (1993), *Il tubo di cristallo. Modello giapponese e Fabbrica Integrata alla Fiat*

Auto, il Mulino, Bologna. BONNAFOUS A., PUEL H. (1983), *Physionomies de la ville*, Les éditions ouvrières, Paris.

O BONNES M., SECCHIAROU G. (1992), *Psicologia ambientale. Introduzione alla psicologia sociale dell'ambiente*, La Nuova Italia Scientifica, Roma. BONNET J. (1994), *Les grandes métropoles mondiales*, Nathan, Paris. Booth CH. (1892), *Life and Labour of the People of London*, 2 vol., Macmillan and Co.,

Londres. BOURDIN A. (1984), *Le patrimoine reinventé*, PUF, Paris. BRIGGS A. (1961), *The Welfare State in Historical Perspective*, in «European Journal of

Sociology», 11, pp. 221-258. BRUNN S. D., WILLIAMS J. F. (1983), *Cities of the World: World Regional Urban Development*,

Harper and Row, Nova Iorque. Burgess E. W. (1928), *Residential Segregation in American Cities*. in «Annals of the American

Academy of Political and Social Sciences», 140, Novembre, pp. 105-115. CAMAGNI R. (ed.) (1991), *Innovation Networks*, Belhaven, Londres. ID. (1992), *Economia urbana. Principi e modelli teorici*, La Nuova Italia Scientifica, Roma. CAPELLLO R. (1994), *Towards New Industrial and Spatial Systems: The Role of New*

Tecnologies, in «Papers in Regional Science», 73, 2, pp. 189-208.

O CARPENTER L., LEES L. (1995), *Gentrification in New York, London and Paris: An*

International Comparison, in «International Journal of Urban and Regional Research»,

19, 2, pp. 286-303. CASTELLS M. (1972), *La question urbaine*, Maspero, Paris (trad. it. Marsilio, Padova, 1974). ID. (1989), *The Informational City*, Basil Blackwell, Oxford-Cambridge (MA). CASTELLS M., HALL P. (1994), *Technopoles of the World. The Making of Twenty-first-*

century Industrial Complexes, Routledge, Londres-Nova Iorque.

O CASTELLS M., MOLLENKOPF J. H. (1991), *Dual City: Restructuring New York*, Russel Sage

Foundation, Nova Iorque. CASILLAS J. L. (1989), *Paradigms Lost: Images of Man in the Mirror of Science* (trad. it. Comunità,

Milão, 1991). CAVALLARO V., FERLAINO F., MELA A., PRETO G. (1993), *Per una teoria dei sistemi*

metropolitani, in S. Lombardo, G. Preto (a cura di), *Intervento e trasformazioni della città. Teorie, metodi e programmi per il mutamento*, Angeli, Milão. CEPAL/JR-FUNDACIÓN DA HAMMARSKJÖLD (1986), *Desarrollo a escala humana*.

Una opción para el futuro, in «Development Dialogue», número especial. CERRUTTI G. (1995), *La razionalizzazione alla Fiat Auto: dalla crisi del Taylorismo ai dualismi*

della Lean Production, Ires L. Morosini, Turin. CERRUTI G., RIESER V. (1991), *Fiat: qualità totale e fabbrica integrata*, Ediesse, Roma. CHARRIER J. B. (1988), *Villes et campagnes*, Masson, Paris. COLLINS R. (1988), *Theoretical Sociology*, Harcourt Brace Jovanovich, Orlando (trad. it. il

Mulino, Bologna 1992). DAHRENDORF R. (1995), *Economic Opportunity, Civil Society and Political Liberalism*, ensaio

apresentado na conferência UNRISD sobre o tema Rethinking Social Development, Copenhaga, 11 - 12 Março (trad. it. Quadrare il cerchio. Benessere economico, coesione sociale e libertà politica, Laterza, Roma-Bari, 1995) DAL LAGO A. (1990), *Descrizione di una battaglia. I rituali del calcio*, il Mulino, Bologna. ID. (1995), *Il «frame» oscuro*, in «Aut aut», 269, pp. 57-65. D'AMATO M., PORRO N. (1985), *Sociologia*, Editori Riuniti, Roma. DAVICO L. (1994), *Sociologia ambientale. Dal pensiero sociologico classico al pensiero*

«verde», CELID, Turin.

DAvis M. (1990), *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*, Verso, Londres-Nova Iorque (trad. it. Manifestolibri, Roma, 1993). ID. (1992), *Beyond Blade Runner: Urban Control: The Ecology of Fear* in «Open Magazine

Pamphlet Series», Open Media, Westfield (NJ), scansionato e convertito a HTML per P. Jacques, Settembre 1994 <pjacques@cs.oberlin.edu>. DEAR M., KEfi- R. (eds.) (1994), *Edge Cities in Western Europe*, in «Environment and Planning D: Society and Space», 12, 2, pp. 131-205. DE Fusco R. (1988), *Storia dell'architettura contemporanea*, Laterza, Bari, cap. VIII. DELLA PERGOLA G. (1990), *Lezioni di Sociologia Urbana*, CLUP, Milano. O ID. (ao cuidado de) (1993), *Urbanesimo. Antologia critica di scritti sulla città*, Liguori,

Nápoles. ID. (1994), *Il declino della città. Saggi di Sociologia Urbana*, Liguori, Nápoles. O DE MA=IS G. (ao cuidado de) (1992), *Fenomeno urbano in Italia: interpretazioni,*

prospettive, politiche, Angeli, Milano. ID. (1995), *Progetto, implicito. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio*,

Angeli, Milano. DENDRINOS D. S., MULLALLY H. (1985), *Urban Evolution Studies in the Mathematical Ecology*

of Cities, Oxford University Press, Oxford. DENZIN N. K. (1991), *Images of Postmodern Society Social Theory and Contemporary Cities*

nema, Sage, Londres-Newbury Park. DETRACIACHE A. (1988), *La nuova transizione. Dalla società industriale alla società*

dell'informazione, Angeli, Milano. ID. (1991), *Vecchi e nuovi termini dello sviluppo*, SGE, Nápoles. ID. (1995), *«fondamentali» della società contemporanea*, Angeli, Milano. DICKENS P. (1990), *Urban Sociology. Society, Locality and Human Nature*, Harvester

Wheatsheaf, Hemel Hempstead (trad. it. il Mulino, Bologna, 1992).

O ID (1992), *Society and Nature. Towards a Green Social Theory*, Harvester Wheatsheaf,

Hemel Hempstead. Dupuy G. (1991), *L'urbanisme des réseaux. Théories et méthodes*, Armand Colin, Paris. DURKHEIM E. (1893), *De la division du travail social*, Alcan, Paris (trad. it. Comunità,

Milano 1962). ELIA G. E. (ao cuidado de) (1971), *Sociologia urbana. Testi e documenti*, Hoepli, Milano.

O ID. (1988), *Città domani*, Bulzoni, Roma. ELIA G. E., BLOM G. (1991), *Città della scienza. Il caso di Sophia Antipolis*, Bulzoni, Roma. EMMANUEL A. (1969), *L'échange inégal*. Maspero, Paris.

O ENGBERSEN G. (1993), *Modelli eterogenei di disoccupazione urbana e di povertà in*

Olanda e Stati Uniti, in P. Guidicini, G. Pieretti (ao cuidado de) *La residualità come valore. Povertà urbane e dignità umana*, Angeli, Milano pp. 145-148. ENGLEMAN F. C. et al. (1995), *Ways towards an Environmentally Compatible Mobility*,

relatório apresentado no seminário internacional *La città e le sue scienze*, Perúsia, 26-30 Settembre. ESPING-ANDERSEN G. (1993), *La stratificazione sociale*, in M. Paci (ao cuidado de), *Le*

dimensioni della disuguaglianza, il Mulino, Bologna, pp. 55-63. FAUST S., GORDON I., HARLOE M. (eds.) (1992), *Divided Cities: New York and London in*

Contemporary World, Blackwell, Oxford-Cambridge (MA). FALUDI A., VAN DER VALK A. (1994), *Rule and Order: Dutch Planning Doctrine in the*

Twentieth Century, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht.

FELD S. (1981), The Focused Organization of Social Spaces, in «American Journal of Sociology», 86, pp. 1015-1035. FIREY W. (1946), Sentiment and Symbolism as Ecological Variables, in «American Sociological Review», 10, pp. 140-148. ID. (1947), Land Use in Central Boston, Harvard University Press, Cambridge (MA). FISCHER C. S. (1975), Toward a Subcultural Theory of Urbanism, in «American Journal of Sociology», 80, pp. 1319-1341. FLANAGAN W. G. (1993), Contemporary Urban Sociology, Cambridge University Press, Cambridge. FLORA P. (1981), Soluzione o fonte di crisi? Il Welfare State in prospettiva storica, in M. Ferrera (a cura di), Lo stato del benessere: una crisi senza uscita?, Editore BDI, Torino. FLORA P., HEIDENHEIMER A. J. (1981) The Development of Welfare States in Europe and America, Transaction Books, New Brunswick (NJ) (trad. it. 11 Mulino, Bologna, 1983). FOREST B. (1995), West Hollywood as Symbol: The Significance of Place in the Construction of a Gay Identity in «Environment and Planning D: Society and Space», 13, 2, pp. 127-252. FREEMAN CH. (ed.) (1984), Long Waves in the World Economy, F. Pinter, Londra. ID. (1989), The Third Kondratiev Wave: Age of Steel, Electrification, and Imperialism, Paper presented at the International Colloquium The Long Waves of the Economic Conjuncture, Vrije Universiteit Brussel, Bruxelles, Janeiro, 12-14. FREY W. H. (1993), The New Urban Revival in the United States, in «Urban Studies», 30, 4-5, pp. 741-774. FRIEDMANN J. (1989), The Dialectic of Reason, in «International Journal of Urban and Regional Research», 13, 2, pp. 217-233. FRISBIE W. P., KASARDA J. D. (1988), Spatial Processes, in N. J. Smelser (ed.), Handbook of Sociology, Sage, Londra-Newbury Park, pp. 629-666. GALLINO L. (1990), «Policy making» in condizioni avverse, in A. Bagnasco (a cura di), La città dopo Ford, Bollati Boringhieri, Torino, pp. 68-91. ID. (1994-95), Tecnologie e occupazione: la rottura del circolo virtuoso, in «Quaderni di Sociologia», 38-39, pp. 5-15. GAMBA G., MARTIGNETTI G. (1995), Dizionario dell'ambiente, ISEDI, Torino. GANSHOF H. (1962), The Urban Villagers, Free Press, New York. ID. (1968), Urbanism and Suburbanism as Ways of Life, in R. Pahl (ed.), Readings in Urban Sociology, Pergamon, Oxford. ID. (1993), From «Underclass» to «Undercaste»: Some Observations about the Future of the Postindustrial Economy and its Major Victims, in «International Journal of Urban and Regional Research», Settembre 1993, pp. 327-335. O GASPARIM A., LOGAN J. R., MANSUROV V. (a cura di) (1994), Riqualificazione e hinterland delle grandi città, Angeli, Milano. GAZZOLA, A. (1994), Sociologie urbane in Francia negli anni '80, ERSU, Genova. GARRI M., PENNACCHI L. (1993), La distribuzione del reddito, in Paci (a cura di) (1993), pp. 169-196. O GERSHUNY (1993), L'innovazione sociale. Tempo, produzione e consumi, Rubettino, Messina. GIDDENS A. (1984), The Constitution of Society, Polity Press, Cambridge (trad. it. Comunità, Milano 1990).

ID. (1989), *Sociology*, Polity Press, Cambridge (trad. it. il Mulino, Bologna 1991). ID. (1990), *The Consequences of Modernity*, Polity Press, Cambridge (trad. it. il Mulino,

Bologna 1994). GODART L. (1992), *L'invenzione della scrittura*, Einaudi, Torino. GOFFMAN E. (1959), *The Presentation of Self in Everyday Life*, Doubleday, New York (trad. it. *La vita quotidiana come rappresentazione*, il Mulino, Bologna 1969). ID. (1962), *Asylums. Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*,

Doubleday, New York (trad. it. *Asylums. Le istituzioni totali*; Einaudi, Torino 1968). ID. (1971), *Relations in Public*, Harper and Row, New York (trad. it. Bompiani, Milano, 1981). ID. (1974), *Frame Analysis. An Essay on the Organization of the Experience*, Harper and

Row, New York. GOLDSTEIN G. S., GRONBERG T. J. (1984), *Economies of Scope and Economies of*

Agglomeration, in «*Journal of Urban Economics*», 16, pp. 91-104. GOTTMANN J. (1991), *La centralità globale: la città nella rete mondiale*, in J. Gottmann, C.

Muscarà (a cura di), *La città prossima ventura*, Laterza, Roma-Bari.

GRAFMEYER Y. (1994), *Sociologie Urbaine*, Nathan Université, Paris. GRAMSCI A. (1929-35), *Americanismo e fordismo*, in Id., *Note sul Machiavelli, sulla politica*

e sullo Stato moderno, in *Quaderni del carcere*, nuova edizione rivista e integrata con base su edizione critica del Istituto Gramsci, Editori Riuniti, Roma 1975. GRANOVETTER M. S. (1973), *The Strength of Weak Ties*, in «*American Journal of Sociology*»,

78, pp. 1360-1380. GREENWOOD M. (1994), *Potential Channels of Immigrant Influence on the Economy of the*

Receiving Country, in «*Papers in Regional Science*», 73, 3, pp. 211-240.

GUIDICINI P. (a cura di) (1991), *Gli studi sulla povertà in Italia*, Angeli, Milano. GUIDICINI P., PIERETTI G. (a cura di) (1992), *Le radici dell'impoverimento. Tessuto sociale,*

famiglia e povertà a Bologna negli anni '90, Angeli, Milano. GUIDICINI P., SCIDÀ G. (1993-94), *Vecchi e nuovi percorsi di analisi del territorio*, in «*Socio-*

logia urbana e rurale», XV-XVI, 42-43, pp. 9-12. HALL E. T. (1966), *The Hidden Dimension*, Doubleday, New York (trad. it. Bompiani, Mi-

lano, 1968). HALI. P., HAY D. (1980), *Growth Centres in the European Urban System*, Heinemann, Lon-

dres. HALL S. (1988), *The Hard Road to Renewal*, Verso, London. HANNERZU. (1980), *Exploring the City. Inquiries Towards an Urban Anthropology*, Columbia

University Press, New York (trad. it. il Mulino, Bologna, 1992). HARVEY D. (1985a), *The Urbanization of Capital*, Basil Blackwell, Oxford. ID. (1985b), *Monument and Myth: The Building of the Basilica of Sacred Heart*, in Id. (ed.),

Consciousness and the Urban Experience, Basil Blackwell, Oxford. ID. (1990), *The Condition of Postmodernity. An Inquiry into the Origins of Cultural Change*,

Basil Blackwell, Oxford-Cambridge (MA) (trad. it. *La crisi della modernità*, Il Saggiatore, Milano 1995). ID. (1992), *Social Justice, Postmodernism and the City*, in «*International Journal of Urban*

and Regional Research», 4, pp. 588-601. HAWLEY A. H. (1950), *Human Ecology. A Theory of Community Structure*, Ronald, New

York. HOOVER E. M. (1937), *Spatial Price Discrimination*, in «*Review of Economic Studies*», 4,

pp. 181-192.

HOYT H. (1954), Homer Hoyt on Development of Economic Base Concept, in «Land Economics», Maio. INDOVINA F. (ao cuidado de) (1992), La città occasionale, Angeli, Milão. IRES (1995), Relazione sulla situazione economica, sociale e territoriale del Piemonte 1995,

Rosenberg & Sellier, Turim. ISARD W. (1956), Location and Space-Economy, MIT Press, Cambridge (MA) (trad. it. . Cisalpino, Milão 1962). JACKMAN R. (1987), Responsabilizzazione, controllo della spesa e r@forma della finanza

locale nel Regno Unito, in A. Frascini, L. Robotti (ao cuidado de), La finanza locale: Italia e Inghilterra a confronto, Angeli, Milão. 167-185. JACOBS J. M. (1993), The City Unbound Qualitative Approaches to the City, in «Urban

Studies», 30, 4-5, pp. 827-848. JAMESON F. (1984), Postmodernism or the Cultural Logic of Late Capitalism, in «New Left

Review», (trad. it. Garzanti, Milão, 1989). JENCKS C. (1977), The Language of Post-Modern Architecture, Academy, Londres-Nova

Lorque. JOSEPH I. (1984), Le passant considérable, essai sur la dispersion de l'espace public,

Librairie des Méridiens, Paris. KANTROWITZ N. (1973), Ethnic and Racial Segregation in the New York Metropolis, Praeger,

Nova lorque. KNIGHT R. V (1993), Ciná globali e locali, in P. Perulli (ao cuidado de), Globale locale. Il

contributo delle scienze sociali, Angeli, Milão. KNOX R (1987), Urban Social Geography: An Introduction, 2.ª ed., Wiley, Nova lorque. KONDRATIEV N. D. (1926), Die langen Wellen der Konjunktur, in «Archiv für

Sozialwissenschaft und Sozialpolitik», 56, pp. 573-609. KUZNETS S. (1930), Secular Movements in Production and Prices: Their Nature and Their

Bearing upon Cyclical Fluctuations, Houghton Mifflin, Boston. LALLI M. (1992), Urban Related Identity: Theor?@ Measurement and Empirical Findings, in

«Journal of Environmental Psychology», 12, pp. 285-303. LASCH CH. (1979), The Culture of Narcissism, Norton, Nova lorque (trad. it. Bompiani,

Milão, 1981). ID. (1984), The Minimal Self. Psychic Survival in Troubled Times, Norton, Nova lorque (trad. it. Feltrinelli, Milão 1985).

O ID. (1991), The True and Only Heaven. Progress and its Critics, Norton, Nova lorque-

-Londres (trad. it. Feltrinelli, Milão, 1992).

O LASH S., URRY J. (1987), The End of Organized Capitalism, Polity Press, Cambridge. LEDRUT R. (1987), Espace et la dialectique de l'vacation, in «Espaces et Sociétés», 48-49,

pp. 131-150. LEGAMBIENTE (1994), Primo Rapporto sull'Ecosistema Urbano, com a supervisão científica

do Istituto di Ricerche Ambiente Italia, Roma. LIPPETZ A. (1993), R@futuro della ecologia urbana é la regolazione, in «Capitalismo, Natura,

Socialismo», 8, pp. 119-128. LOCKWOOD D. (1964), Social Integration and System Integration, in G. Z. Zoltschan, W.

Hirsch (eds.), Exploration in Social Change, Routledge, Londres. LOGAN J. R., MOLOTCH H. L. (1987), Urban Fortunes. The Political Economy of Place,

University of California Press, Berkeley-Los Angeles. LOTKA A. J. (1924), Elements of Physical Biology, Williams and Wilkins, Baltimore.

LURÇAT L. (1976), *Venfânt et Vespase. Le rôle du corps*, PUF, Paris (trad. it. *La Nuova Italia*, Firenze, 1980).
LYNI R. S., MERREL LYND H. (1929), *Middletown. A Study in Contemporary American*,

Culture, Harcourt, Brace and World, Nova Iorque (trad. it. *Comunità*, Milano 1970). IDI. (1937), *Middletown in Transition. A Study in Cultural Conflict*, Harcourt, Brace and

World, Nova Iorque. LYON D. (1988), *The Information Society: Issues and Musions*, Polity Press, Cambridge (trad. it. *il Mulino*, Bologna 1991). Ik

MAFFESOLI M. (1988), *Le temps des tribus. Le déclin de l'individualisme dans les sociétés*

de masse (trad. it. *Armando*, Roma, 1988). MAGGIO M. (1994), *Interventi integrati e complessi di riuso confini sociali nelle aree di*

trasformazione urbana, in «*Archivio di Studi Urbani e Regionali*», 50, pp. 29-59. MANTOVAM G. (1995), *Comunicazione e identità*, *il Mulino*, Bologna. MARCUSE P. (1989), «*Dual city*»: *A Muddy Metaphor for a Quartered City*, in «*International*

Journal of Urban and Regional Research», 14, 4, pp. 697-708. ID. (1993), *What's So New about Divided Cities*, in «*International Journal of Urban and*

Regional Research», Settembre, pp. 355-365. ID. (1995), *Not Chaos, but Walls: Postmodernism and the Partitioned City*, in S. Watson, K.

Gibson (eds.), *Postmodern Cities and Spaces*, Blackwell, Oxford, pp. 243-253.

O MARTINELLI F. (1974), *Le società urbane. Problemi e studi di sociologia*, *Angeli*, Milano. ID. (1995), *Poveri senza ambiente. La sociologia della povertà e della miseria. La condizione*

dei senza casa a Roma, Liguori, Napoli.

O MARINONI G. (ao cuidado de) (1968), *Città e analisi sociologica*, *Marsilio*, Padova. ID. (1989), «*Lo studio della qualità della vita indice di squilibri territoriali*», in E. Martinelli (ao cuidado de), *I sociologi e l'ambiente*, *Bulzoni*, Roma. ID. (1993), *Metropoli. La nuova morfologia sociale della città*, *il Mulino*, Bologna. MARX K., ENGELS F. (1848), *Manifest der Kommunistischen Partei*, *Londres* (trad. it.

Einaudi, Torino 1948).

O MASSEY D. (1984), *Spatial Divisions of Labour*, *Macmillan*, *Londres*. MASSIAH G. (1993), *Il pianeta delle città: verso una civiltà urbana*, in *Stato del mondo 1994*,

11 *Saggiatore-Bruno Mondadori*, Milano. MAZZA L. (1995), *Ordine e cambiamento, regola e strategia*, relatório apresentado no semi-

nário internacional *La città e le sue scienze*, *Perúcia*, 26-30 Settembre. MCCAFFERY L. (ed.) (1991), *Storming the Reality Studio: A Casebook of Cyberpunk and*

Postmodern Fiction, *Duke University Press*, *Durham-Londres*. McLOUGHUN J. B. (1969), *Urban and Regional Planning. A System Approach*, *Faber and*

Faber, *Londres*. MELA A. (1985), *La città come sistema di comunicazioni sociali*, *Angeli*, Milano. ID. (1987), *Urbanistica «debole». Una nuova via?*, in «*Appunti di Politica Territoriale*», 1 (nova série), pp. 5-12. ID. (1990), *Società e spazio: alternative al postmoderno*, *Angeli*, Milano. ID. (1992), *Sociologie du territoire: alternatives au postmodernisme*, in «*Flux*», 8, pp. 5-16. ID. (1993), *Dualismo urbano, carriere morali e reti interattive*, in P. Guidicini, G. Pieretti (ao cuidado de), *La residualità come valore. Povertà urbane e dignità umana*, *Angeli*,

Milano, pp. 53-65. ID. (1994), *Immagini classiche della sociologia urbana*, *CFLID*, Torino.

ID. (1995), Innovation, Communication Networks and Urban Milieus: A Sociological Approach, in C. S. Bertuglia, M. M. Fischer, G. Preto (eds.), Technological Change, Economic Development and Space, Springer, Berlin-Heidelberg, pp. 75-91. MELA A., PRETO G. (1996), Processi autoreferenziali di integrazione spaziale, relatório apre-

sentada no seminário internacional la città e le sue scienze, Perúcia, 26-30 Settembre. MERLEAU-PONTY M. (1987), Plzénoménologie de la perception, Gallimard, Paris. MERMN R. K. (1949), Social Theory and Social Structure, Towards the Codification of

Theory and Research, Free Press, Glencoe. MILANO R., MORO A. (1995), Interpreti della cittadinanza come fenomeno empirico, in

«Democrazia diretta», 9, 1, pp. 47-55. MINGIONE E. (1993), The New Urban Poverty and the Underclass: Introduction, in

«International Journal of Urban and Regional Research», Settembre, pp. 325-327. MOLOTCH H. L. (1976), The City as a Growth Machine, in «American Journal of Sociology»,

82, 2, pp. 309-330. MORIN E. (1984), Sociologie du Présent, Paris (trad. it. Edizioni Lavoro, Roma, 1987). MOSER G. (1992), Les stress urbains, Colin, Paris (trad. it. LED, Milano, 1995). MUN SE-IL, HUTCHINSON B. G. (1995), Empirical Analysis of Office Rem and Agglomeration

Economies: A Case Study of Toronto, in «Journal of Regional Science», 35, 3, pp. 437-455. MUSIL J. (1992), Změny městských systému v postkommunistick@ch spolecnoste-ch střední

Evropy, in «Sociologick@ Casopis», 28, 4, pp. 451-462. MUT-Ń A. (1996), Reti sociali: tra metafore e programmi teorici, in «Rassegria Italiana di

Sociologia», 37, 1, pp. 5-30

O NEGRI N., SARACENO C. (1996), Le politiche contro la povertà in Italia, Il Mulino, Bologna. NEWMAN O. (1972), Defensible Space: Crime Prevention through Urban Design, Collier,

Nova Iorque. NILLES I.M. (1995), Scenarios for the Development of Telework, in F. van Reisen, M. Tacken (eds.), A Future of Telework, DeM University of Technology, Faculty of Architecture,

pp. 27-37. NOWAK M. (1971), The Rise of the Unmeltable Ethnics, Macmillan, Nova Iorque. OCSE (1973), Liste des préoccupations sociales communes à la plupart des pays membres

de l'OCSE, OCSE, Paris. ID. (1992), OECD Program on Environmental Indicators, OCSE, Paris.

O OLSEN D. G. (1986), The City as Work of Art, Arnold, Londres. ORUM A. M. (1988), Political Sociology, in N. I. Smelser (ed.), Handbook of Sociology,

Sage, Newbury Park-Londres. PACI M. (a cura di) (1993), Le dimensioni della disuguaglianza, il Mulino, Bologna.

O PAI, R. (1988), Divisions of Labour Basil Blackwell, Oxford. PAINR. (1991), Space, Sexual Violence and Social Control: Integrating Geographical and Feminist

Analyses of Women's Fear of Crime, in «Progress in Human Geography», 15, pp. 415-431. PARK R. E., BURGESS E. W., NICHOLSON K. V. (1925), The City The University of Chicago

Press (trad. it. Comunità, Milano, 1967).

O PAVAN A., ZAMAGNI S. (a cura di) (1994), Le nuove frontiere dello sviluppo, Edizioni

Cultura della Pace, San Domenico di Fiesole, pp. 264-291. @ PELLEGRINI M. (1996), Undici lezioni di sociologia dell'arte, CELID, Turin. PERROUX F. (1961), L'économie du xx siècle, PUF, Paris. PERULLI P. (1992), Atlante metropolitano. Il mutamento sociale nelle grandi città, il Mulino,

Bolonha.

245

PUSIMERIS P. (ao cuidado de) (1991), Le trasformazioni sociali dello spazio urbano. Verso una geografia della città europea, Pàtron, Bolonha. ID. (1995), Segregazione etnica esociale della Grande Londra alla fine del secondo millennio, in «Appunti di Politica Territoriale», 6 (nova série), pp. 41-57. PIERETTI G. (1992), Per una «teoria di medio raggio» sulle povertà moderne, in Guidicini, Pieretti (1992), pp. 37-62. PLANQUE B. (1986), Attività «high-tech» e riconversione delle regioni di antica industrializzazione. Elementi di problematica e analisi del caso della Silicon Valley, in R. Camagni, L. Malfi (ao cuidado de), Innovazione e sviluppo nelle regioni mature, Angeli, Milão. PORTUGALI L, BENENSON, L, OMER 1. (1994), Socio-Spatial Residential Dynamics: Stability and Instability Within a Self-Organizing City, in «Geographical Analysis», 4, pp. 321-340. O PRED A. (1990), Making Histories and Constructing Human Geographies, West-view Press, Boulder-Oxford.

O PRETO G. (1979), Economia della localizzazione, Angeli, Milão. Pum P. (1996), 1 nodi infrastrutturali: luoghi e non luoghi metropolitani, Angeli, Milão. PUMAIN D. (1995), Urban Research and ComplexiN relatório apresentado no seminário internacional La città e le sue scienze, Perúsia, 26-30 Setembro. PUTNAM R. D. (1993), Making Democracy Work, Princeton University Press, Princeton (trad. it. La tradizione civica nelle regioni italiane, Mondadori, Milão 1993). QUINN J. A. (1950), Human Ecology, Prentice Hall, Englewood Cliffs. RABINO G. A. (1995), Tesi di pianificazione urbanistica, relatório apresentado no seminário internacional La città e le sue scienze. Perúsia, 26-30 Setembro. REES P. H. (1979), Residential Patterns in American Cities: 1960, in «Research Papers», 189, Department of Geography, University of Chicago, Chicago. Remy J. (1966), La ville phénomène économique, Editions vie ouvrière, Bruxelles. ID. (1987), Bilans et tendances de la sociologie urbaine de langue française depuis 1945, in «Espaces et Sociétés», 48-49, pp. 47-87. RFmy L, VoYÉ L. (1981), Ville, ordre et violence, PUF, Paris. RFx J. (1995), The Structure of Egalitarian Multi-Cultural Societies and Creative Cultural Development in Cities and Urban Neighbourhoods, relatório apresentado no meeting do projecto Culture and Neighbourhoods, Couricil of Europe, Estrasburgo, 28-30 Maio. RiEsMAN D., GLAZER N., DENNEY R. (1950), The Lonely Crowd, Yale University Press, New Haven (trad. it. 11 Mulino, Bolonha, 1956). ROKKAN S. (1970), Citizens, Elections, Parties, Universitets Forlaget, Oslo (trad. it. il Mulino, Bolonha, 1982). RoMAGNOU G. C. (1987), Commento alle relazioni relative al caso inglese, in A. Frascini, L. Robotti (ao cuidado de), La finanza locale: Italia e Inghilterra a confronto, Angeli, Milão, pp. 186-195. ROSTOW W. W. (1960), The Stages of Economic Growth, Cambridge University Press, Cambridge (trad. it. Einaudi, Turim, 1962). SACHS 1. (1980), Stratégie de Vécotléveloppement, Les éditions ouvrières, Paris. SALZANO E. (1995), Dai piano alla pianificazione, dalla quantità alla qualità, in «Critica della razionalità urbanistica», 3, pp. 28-35. SANTOS M. (1977), L'espace partagé, Génin, Paris. SARPELLON G. (1991), L'indagine sulla povertà in Italia dei 1979, in Guidicini (ao cuidado de) (1991), pp. 29-48.

SASSEN S. (1989), *The Informal Economy in New York City* in A. Portes, M. Castells, L. Benton (eds.), *The Informal Economy*, Johns Hopkins University Press, Baltimore. ID. (1994), *Cities in a World Economy*, Pine Forge Press, Thousand Oaks-Londres.

O SAUNDERS P. (1981), *Social Theory and Urban Question*, Hutchinson Londres (trad. it.

Edizioni Lavoro, Roma, 1989). ID. (1989), *The Constitution of the Home in Contemporary English Culture*, in «Housing

Studies», 4, 3. SAVAGE M., WARDE A. (1993), *Urban Sociology, Capitalism and Modernity*, Macmillan,

Londres. SAVITCH H. V., KANTOR P (1995), *City Business: An International Perspective on MarketPlace*

Politics, in «International Journal of Urban and Regional Research, 19, 4, pp. 495-512.

O SAVITCH H. V., THOMAS J. C. (eds.) (1991), *Big City Politics in Transition*, Sage, Londres-

-Newbury Park. SCHULDERP. (1950), *The Image and Appearance of the Human Body*, International Universities

Press, Nova Iorque. SCHLOR J. (1991), *Nachts in der gro3en Stadt*. Paris, Berlin, London 1840-1930, Artemis

und Winkler Verlag, Munique-Zurique. SCHMANDT H. L., WENDELL G. D. (1988), *Urban Research 1965-1987.- A ContentAnalysis of*

Urban Affairs Quarterly, in «Urban Affairs Quarterly», 24, pp. 3-32. SCHUMPETERJ. A. (1939), *Business Cycles. A Theoretical, Historical and Statistical Analysis*

of the Capitalist Process, McGraw-Hill, Nova Iorque (trad. it. *Il processo capitalistico. Cicli economici*, Boringhieri, Turin, 1977). SCHWAB W. A. (1991), *The Sociology of Cities*, Prentice Hall, Englewood Cliffs (NJ). SCHWARTZ H., JACOBS J. (1979), *Qualitative Sociology. A Method to the Madness*, The Free

Press, Nova Iorque. SCHWARTZ K. P., HANKINS M., VENTRESCA C. A. (1990), *The Residential Decentralization of*

Social Status Groups in American Metropolitan Communities, 1950-1980, in «Social Forces», 68, 1, pp. 1143-1163. SENNETT R. (1990), *The Conscience of the Eye. The Design and Social Life of Cities*, Knopf,

Nova Iorque, (trad. it. Feltrinelli, Milano, 1992). SHANNON T. R. (1989), *An Introduction to the World System Perspective*, West-view Press,

Boulder-São Francisco. SHEVKY E., BELL W. (1955), *Social Area Analysis: Theory, illustrative Application and*

Computational Procedures, Stanford University Press, Stanford. SHEVKY E., WILLIAMS M. (1949), *The Social Areas of Los Angeles: Analysis and Typology*,

University of California Press, Berkeley. SHIELDS R. (1991), *Places on the Margin*, Routledge, London. SIEGEL L., DUBROVSKY V., KIESLER S., McGuIRE T. W. (1986), *Group Processes in Computer-*

-Mediated Communication, in «Organizational Behaviour and Human Decision Processes», 37, pp. 157-187. SILVER H. (1993), *National Conceptions of the New Urban Poverty.- Social Structural Change*

in Britain, France and the United States, in «International Journal of Urban and Regional Research», Settembre, pp. 336-354. SIMMEL G. (1909), *Die Großstadt und das Geistesleben*, Dresden (trad. it. in C. Wright Mills, (a cura di), *Immagini dell'uomo, Comunità*, Milano, 1963). SIVITANIDOU R., SIVITADINES P. (1995), *The Intrametropolitan Distribution of R&D Activities:*

Theory and Empirical Evidence, in «Journal of Regional Science», 35, 3, pp. 391-437.

SPAIN D. (1992), *Gendered Spaces*, The University of North Carolina Press, Chapel Hill-Londres.

O STAGNI E. (1990a), *I network come comunità individuali: verso una concezione network*

della comunità, in «Sociologia Urbana e Rurale», XII, 32, pp. 109-125. ID. (1990b), *Il network intenzionale*, in «Sociologia urbana e rurale», XII, 33, pp. 33-41. STOKOU D., AUMAN I. (eds.) (1987), *Handbook of Environmental Psychology*, Wiley, Nova

lorque. STONE C. N. (1989), *Regime Politics: Governing Atlanta, 1946-1988*, University Press of

Karías, Lawrence (KS).

O STRASSOLD R. (1983), *La sociologia e le scienze del territorio*, in A. Scivoletto (a cura di),

Sociologia del territorio, Milão, Angeli. STRASSOLD R., TESSARIN N. (1992), *Le radici del localismo*, Reverdito, Treviso. SUCHMAN L. (1987), *Plans and Situated Actions*, Cambridge University Press, Cambridge. SUTHERLAND G. (1984), *The Cumulative Texture of Local Urban Culture*, in «American Journal

of Sociology», 90, 2, pp. 283-304. SWYNGEDOUW E. (1986), *The Socio-Spatial Implications of Innovations in Industrial*

Organization, Working Paper n. 20, Johns Hopkins European Center for Regional Planning and Research, Baltimore. SZALAI A., ANDREWS F. M. (eds.) (1980), *The Quality of Life. Comparative Studies*, Sage,

Londres. TAROM A. (1990), *Visioni di uno sviluppo diverso*, Edizioni Gruppo Abele, Torino. TAYLOR F. W. (1911), *Principles of Scientific Management*, Harper and Row, Nova York. TONIOLO M., ZAMBONI C. (1995), *Pianificazione strategica e nuova amministrazione*

comunali: il caso del piano regolatore di Venezia, relatório apresentado no seminário internacional *La città e le sue scienze*, Pérusia, 26-30 Settembre. TONNES F. (1887), *Gemeinschaft und Gesellschaft*, O. R. Reisch, Leipzig (trad. it. Comunità,

Milão, 1963).

O TOSI A. (1987), *Verso un'analisi comparativa delle città*, in P. Rossi (a cura di),

Modelli di città. Strutture e funzioni politiche, Einaudi, Torino, pp. 29-49.

O ID. (1994), *Abitanti. Le nuove strategie dell'azione abitativa*, il Mulino, Bologna. TOURAINE A. (1969), *La société postindustrielle*, Denoël-Gauthier, Paris (trad. it. *il Mulino*,

Bologna, 1970). TRYON R. C. (1955), *Identification of Social Areas by Cluster Analysis*, University of

California Press, Berkeley. UNDP (1993), *Rapporto sullo sviluppo umano. 4: decentrare per partecipare*, Oxford

University Press, Oxford (trad. it. Rosenberg & Sellier, Torino, 1993). ID. (1994), *Rapporto sullo sviluppo umano. 5*, Oxford University Press, Oxford (trad. it.

Rosenberg & Sellier, Torino, 1994). VALENTINE G. (1992), *Images of Danger: Women's Sources of Information about the Spatial*

Distribution of Male Violence, in «Area», 24, pp. 22-29. VAN DEN BERG L. et al. (1982), *Urban Europe. A Study of Growth and Decline*, Pergamon

Press, Oxford. VAN DOORN J. A. A. (1964), *Beeld en betekenis van de Nederlandse sociologie*, Paassen,

Utrecht. VAN REISEN F., TACKEN M. (1995), *Telework: Chances and Effects*, in F. van Reisen, M.

Tacken (eds.), *A future of Telework*, DeM University of Technology, Faculty of Architecture, pp. 13-24.

VEBLEN TH. (1899), *The Theory of Leisure Class*, Nova Iorque (trad. it. Einaudi, Torino, 1949). VERBA S. (1992), *Democracy, Market and Political Equality* in «Revue Internationale de Sociologie», 1, 1992. VERGATI S. (1989), *Qualità della vita e qualità della vita urbana: concetti, problemi; modelli*, in Id. (a cura di), *Dimensioni sociali e territoriali della qualità della vita*, Euroma, Roma. WACQUANT L. J. D. (1993), *Urban Outcasts: Stigma and Division in the Black American Ghetto and the French Urban Periphery* in «International Journal of Urban and Regional Research», Settembre pp. 366-383. WALLERSTEIN I. (1974), *The Modern World-System; Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, Academic Press, Nova Iorque. WARNER W. L. (1963), *Yankee City*, Yale University Press, New Haven. WEBER M. (1922) *Wirtschaft und Gesellschaft*, Mohr Tübingen (trad. it. Comunità, Milano, 1968). WHITE M. (1987), *American Neighbourhoods and Residential Differentiation*, Russell Sage Foundation for the National Committee for Research on the 1980 Census, Nova Iorque. WINCHESTER H. (1992), *The Construction and Deconstruction of Women's Roles in the Urban Landscape*, in K. Anderson, F. Gale (eds.), *Inventing Places: Studies in Cultural Geography*, Longman Cheshire, Melbourne. WIRTH L. (1938), *Urbanism as a Way of Life*, in «American Journal of Sociology», 44 (trad. it. in A. Pagani, (a cura di), *Antologia di scienze sociali*, Marsilio, Padova, 1968). WOLCH J. R., WEST K., GAINES TH. E. (1995), *Transspecies Urban Theory*, in «Environment and Planning D: Society and Space», 13, pp. 735-760. WRIGHT MILLS C. (1951), *White Collar*, Oxford University Press, Oxford (trad. it. Einaudi, Torino, 1956). YATES D. (1977) *The Ungovernable City: The Politics of Urban Problems and Policy Making*, MIT Press, Cambridge (MA). ZERUBA V. E. (1981), *Hidden Rhythms*, University of Chicago Press, Chicago (trad. it. Ritmi nascosti. Orari e calendari nella vita sociale, il Mulino, Bologna, 1985).

ÍNDICE REMISSIVO

acção situada 208, 209, 220 actividades de base actividades de serviço 80 ambiente interior 192, 196, 200 âmbitos locais 223-225, 229, 232-235 antropologia urbana 18, 154 áreas

metropolitanas 47, 48, 70, 78, 85, 87, 94,

97, 101, 105, 111, 115, 138, 139, 164,

166-168, 172, 173, 179, 187 naturais 25 arquitectura pós-moderna 130, 132, 133 arte de se expor 155 assimilação 25, 175 atitudes blasé 35 aura 149 auto-estradas informáticas 84 autómatos celulares 191

barreiras arquitectónicas 202 bióticocultural 25, 194, 196

canadasmédias 32, 106, 107, 168, 169, 211 carreiramorale 110, 111 carrying capacity 199 centro-periferia (mundiais) 45, 52, 53 centros de interesse 234 cidades

da ciência 89 da informação (informational city) 152 duais, cf. dualismo urbano fordista 65, 71, 97, 98, 118, 138, 180 novas (new towns, villes nouvelles) 170 citizenry 121

city users 181-183 cluster analysis 24, 40 coligações 114-117 comensalismo 88, 189 comunidades-sociedades 30, 230, 231 comunidades de vizinhos 36 condição pós-moderna 32, 127, 128, 130,

136 continuum urbano-rural 31 contra-urbanização 167 conventículo 228, 229 coordenação e espaço- temporal 220-222,

232 construção social do património

simbólico 147-149 co-urbação 166, 169 crescimento urbano 25, 45-47, 50, 51, 56,

61, 64, 98, 123, 166, 168, 193 cultural planning 161

demografia 18 densidade (das redes) 228-230 desurbanização 165, 166 determinismo arquitectónico 201 deurbanização, cf. desurbanização difusão intensificação cultural 141 difusão urbana 32, 165, 167, 172 divisão internacional do trabalho 37, 49, 52,

75 domínio 25 dualismourbano 111-114, 138, 168, 172, 236

ecodesenvolvimento 54

251

ecologia factorial 24, 25, 184 humana 22-25 economia do espaço 18, 69, 80 economia-mundo (teoria da) 52 economias

de diversificação (scope economies) 77 de localização 77 de urbanização 69 ecossistemas 164, 192, 194, 195, 199, 200 edge city 169 emblemas simbólicos 222, 223 empresa motriz 70, 78, 80 enclave 176, 185 escola

de Chicago 20-25, 163, 164, 175, 194 regulacionista 29 espacialização social 148 espaço

dos fluxos 79, 84, 152 defensável 202 público 142, 150-154, 156, 201, 203, 204, 216, 225 espaços hiper-regulados/espaços sub-regu-

lados 203, 204 esquema corporal 210 estigmatização territorial 145 estudos de comunidades 17, 231, 232, 235 exopole, cf. edge city

fábrica integrada 76-78 fases (da inovação) 63 frame 215-217, 224

gendered space 141 gênero (diferenças de) 54, 132, 141, 142, 178 gentrification 113, 168, 171, 172 geografia urbana e regional 18 glosas do corpo 214, 218 growth machine 116 gueto 113, 176

hiperpluralismo 116

identidade das cidades 147, 149 identidade relativa à cidade 145, 146 imagem da cidade 145, 147, 148, 161, 186

indicadores do desenvolvimento 53, 160, 161 índice

de dissimilaridade 178, 180 de segregação 177-180 instintos territoriais 201 integração

horizontal/vertical 233-236 sistêmica/social 220, 223, 234 interações à distância/em co-presença 211, 217-220, 223, 230, 234

laços fortes/fracos 229

macrocefalia urbana 56 mediador 125 melting pot 175 mercado do trabalho urbano 39, 57, 80, 104, 105, 111 metropolitan businessman 182 milieu urbano 39, 88, 89, 115, 161 miséria 109 modelo

de círculos concêntricos 25, 184, 185 de sectores 25, 185 dicotômico 30, 32 do estatuto étnico 175 racional-compreensivo 122-124 modo de vida urbano 21, 32 morfologia social (in Durkheim) 23 movimentos

feministas 29, 141 gay 29, 140, 147

não lugares 224 narcisismo 137 neoliberalismo 98, 100 network analysis 226 novas pobreza, cf. pobreza novas pobreza urbanas, cf. pobreza

ondas longas da economia 60, 62, 63, 65 operário-massa 94 orientação espacial 210

parques tecnológicos 89 pendulares 25, 97, 120, 168, 169, 181-183 percepção do espaço 135, 210, 211

252

planificação 89, 93, 121-126, 143, 144,
 170, 183, 188 estratégica 124, 236 planning cities 235 planos reguladores dos horários 143 pobreza 39, 100, 108-111,
 113, 145, 185,

 236 political economy 21, 28, 111, 163 pólos de desenvolvimento 70, 80, 88 populações urbanas 180-183, 188, 198,
 200 privacidade 212, 219 prossérnica 211 psicologia ambiental 18

 qualidades da vida (urbana) 19, 115, 142,

 197,198,200 quartered city 112

 reciprocidade 33, 54, 220, 227 redes

 económicas 80, 81, 113, 123, 234 sociais 109,110,119,123,208,226-230,

 233-236 urbanas (redes de cidades) 36, 81, 84,

 152,234,235 regeneração urbana 160, 161 regime urbano 117 regimes de acumulação 29 regiões C 87 Regional
 Science (ciência regional) 19, 190 regionalização 223, 225, 232 relações ecológicas 163, 188, 189 reurbanização 168,
 170 revolução

 industrial 44, 46, 47, 60, 66, 74, 137 neolítica 44, 127 ribalta/bastidores 216, 217, 225 rotina (sequência de acções)
 212, 221 rurbanização 170

 sector informal (da economia) 54, 59, 60,

 112 segregação 37, 39, 113, 174-180 semiperiferia (mundial) 52 sentido cívico (civiness) 117-119

 sentimentos de pertença 144, 146, 147 serendipity 153, 154 simbiose 88, 189 sistema auto-organizado 190, 191
 sistemas

 abstractos 135 peritos 222 social area analysis 24, 185 sociedades

 da informação 7 5, 111 locais 34,44, 53, 54, 226, 230-233, 235,

 236 sociologia

 do ambiente 17 do turismo 17 da habitação 17 das comunidades locais 17 das migrações 17 espacialista 33, 205-208,
 226, 232 regional 17 rural 17 solidariedade mecânicalsolidariedade orgâ-

 nica 31 stress urbano 201 subdesenvolvimento 39, 46, 53 substrato 23 suburbanização 105, 168-170 sustentabilidade
 ambiental 37, 39, 197-199,

 200

 tecnopólo 89 teletrabalho 83 territórios do si 213 texto urbano 153, 154 tidal wave 166 tribo urbana 155, 156

 Umwelt 214 underclass 107, 168. urban political economy, cf. political

 economy urbanística 19, 70, 121-124, 131, 142, 201,

 203

 weffiare state (estado do bem-estar) 55, 93,

 95-101, 108, 111, 122, 159

Publicados:

1 - A ECONOMIA DE LUANDA E HINTERLAND NO SÉCULO XVIII

- UM ESTUDO DE SOCIOLOGIA 1 José Carlos Venâncio

2 - DESIGUALDADES SOCIOECONÓMICAS E SEU IMPACTE

NA SAÚDE 1 Maria do Rosário Giraldes

3 - DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO EM PORTUGAL - ANÁLISE SOCIAL

E DEMOGRÁFICA (SÉCULO XX) 1 Pedro Delgado

4 - SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA. 1 Chiara Saraceno

5 - A COMUNICAÇÃO COMO PROCESSO SOCIAL 1 Pio Ricci Bitti

e Bruna Zani

6 - EQUIDADE E DESPESA EM SAÚDE / Maria do Rosário Giraldes

7 - ECONOMIA E SOCIEDADE EM ANGOLA - NA ÉPOCA

DA RAINHA JINGA (SÉCULO XVII) 1 Adriano Parreira

8 ~ MANUAL DE SOCIOLOGIA DA CULTURA 1 Franco Crespi

9 - INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA 1 Michel de Coster

10 - A SOCIOLOGIA DAS CIDADES / Alfredo Mela